

Arquitetura como exercício crítico

e outros escritos sobre moradia, cidade, heteronomia

Grupo MOM

Arquitetura como exercício crítico

e outros escritos sobre moradia, cidade, heteronomia

Textos do Grupo MOM, redigidos por Silke Kapp, em colaboração com Ana Baltazar, Rita Velloso, Priscilla Nogueira, Sulamita Lino, Lúcia Milagres, Margarete Silva, Denise Morado, Rebekah Campos, Bárbara Olyntho, Patrícia Nardini, Pedro Magalhães, Leonardo Polizzi e Tiago Lourenço.

Este compêndio é de uso interno da disciplina optativa *Introdução à Teoria Crítica da Arquitetura*, na Escola de Arquitetura da UFMG. Ele reúne artigos publicados em diversos veículos entre 2004 e 2014, referidos na nota que precede cada capítulo. Tal nota também indica o contexto no qual o artigo foi escrito e pequenas alterações para o presente volume. Houve uma padronização geral do estilo notas e referências bibliográficas, reunidas no final deste volume e atualizadas em alguns casos. “Arquitetura como exercício crítico”, “Por uma outra história da arquitetura”, “Vernacular metropolitano” e “O paradoxo da participação” são traduções inéditas de artigos publicados em inglês.

Agradecemos à Fapemig, à Finep, ao CNPq e à Capes pelos financiamentos que possibilitaram nossas pesquisas.

Grupo de Pesquisa MOM
(Morar de Outras Maneiras)
Escola de Arquitetura da UFMG
Belo Horizonte, março de 2016

Sumário

ARQUITETOS / PRÁTICAS

Arquitetura livre, projeto contínuo [2004]	11
Arquitetura como exercício crítico [2008]	21
Arquiteto sempre tem conceito... [2009]	55
Arquitetos nas favelas [2012]	81
Assessoria técnica e suas questões [2014]	99

MODERNOS / HISTÓRIA

Moradia e contradições do projeto moderno [2005]	123
Síndrome do estojo [2007]	141
Na cozinha dos modernos [2008]	161
Por uma outra história da arquitetura [2010]	189

MORADIA / AUTOPRODUÇÃO

Pontos de partida [2006]	199
A outra produção arquitetônica [2008]	223
Quem tomará a favela? [2010]	239
Vernacular metropolitano [2012]	253
Quem mora nas favelas? [2012]	271
Loteadores associativos [2014]	293

CIDADE / ALIENAÇÃO

Uma cidade não é um parque temático [2005]	317
Predeterminação democratizada [2009]	325
Casa alheia, vida alheia [2011]	333
O paradoxo da participação [2012]	355
Alienação via mobilidade [2012]	387
Direito ao espaço cotidiano [2012]	405
Notas	440
Referências	460

ARQUITETOS / PRÁTICAS

Silke Kapp • Ana Paula Baltazar

Arquitetura livre: avanços em tecnologia da informação reabrem debates sobre a democratização do processo de produção arquitetônica.

AU. Arquitetura e Urbanismo, v.19, p.75-77, 2004.

Trata-se de um artigo para um público não acadêmico. Suprimimos aqui algumas divisões de parágrafos e retomamos nosso título de trabalho, alterado por sugestão dos editores da *AU*.

Arquitetura livre, projeto contínuo

[2004]

A história da proteção legal da autoria, da qual o *copyright* faz parte, tem início, não com escritores que quisessem preservar seus textos, nem com artistas que quisessem impedir cópias de pinturas ou esculturas, mas com arquitetos no intuito de preservar projetos. Filippo Brunelleschi, o mesmo arquiteto que inova o desenho pela perspectiva linear e o impõe aos artesãos dos canteiros de obra, obtém a primeira patente, em 1421, pelo projeto de um navio. O primeiro direito autoral de um livro se registra somente 65 anos mais tarde, e o primeiro direito autoral artístico é de 1567.¹ Isso ilustra a proximidade entre a figura paradigmática do arquiteto e a moderna noção de autoria, assegurada pelo direito autoral. Ambas surgem no mesmo contexto histórico da Itália renascentista (onde, aliás, nasce também o sistema bancário).

Desde então incorporou-se à profissão o entendimento do trabalho arquitetônico como trabalho intelectual de autor, cujos resultados, justo pelo caráter intelectual, são necessariamente desenhos de arquitetura, mas não necessariamente construções. O processo de produção de

objetos arquitetônicos, cristalizado no século XIX a partir dessas premissas e convencionalmente adotado até hoje, se divide nas etapas: demanda, projeto, construção e uso. E embora o arquiteto não se responsabilize sempre pela construção, detém a autoridade intelectual de todo o processo. Ele faz as vezes de separador entre as diversas etapas e, ao mesmo tempo, de aglutinante, tal qual a argamassa entre os tijolos, como diria Sérgio Ferro.

Na etapa da demanda, seja estimulada por um valor de uso ou, o que é mais comum, por um valor de troca, o arquiteto entra em cena, discutindo e definindo necessidades e condicionantes, embutindo as suas próprias expectativas e poéticas (por vezes bastante remotas), até fixar o chamado programa de necessidades. Na etapa de projeto, ele faz as articulações entre investidores, usuários, especialistas técnicos e poder público, sintetizando-as em diversas versões de desenho, dos estudos preliminares ao detalhamento executivo. Na fase seguinte, esses desenhos se tornam a principal instância de legitimação da organização do trabalho no canteiro. Por fim, uma obra concluída é 'entregue' ao uso, atrofiado de antemão pelas limitações que o objeto assim produzido lhe impõe.

Em todo o processo, supõe-se que as etapas não devam se cruzar sem a mediação do arquiteto. Para que demanda, projeto, construção ou uso tenham efeito uns sobre os outros, passam primeiro pelo seu arbítrio. Acontecimentos que escapam a essa lógica, como é o caso de projetos definidos pela própria construção, obras sem programas e desenhos ou construções concomitantes ao uso, são tratados como ruídos no sistema. Sua adjetivação

vai do anti-econômico ao informal ou ilegal, e de seu resultado se diz que ‘não é arquitetura’.

Com esse pano de fundo, não surpreende que muitos tendam a rechaçar arquiteturas enfaticamente abertas a interferências. A perspectiva atual de substituição da ‘obra (de arte)’ por, digamos, programações espaciais de destinação imprevisível, ainda é frequentemente tratada como uma hipótese marginal e sem relevância para a solução dos nossos problemas práticos. Uma pequena produção experimental parece correr em paralelo à produção convencional, sem que nela incida para além de incrementos técnicos pontuais ou acessórios tão charmosos quanto inúteis. Mas talvez a hipótese de uma arquitetura livre, de princípios éticos semelhantes aos dos softwares livres, cuja lógica explicamos adiante, seja a única possibilidade que de fato responde aos debates em torno da gestão democrática do espaço para indivíduos e grupos capazes de decidirem por si mesmos.

Na realidade, esse tipo de gestão nada tem de novo. Antes do surgimento das metrópoles industriais, a produção de moradias, por exemplo, sempre se deu por empreendimentos concebidos e realizados pelos próprios habitantes, por artesãos e oficiais, sendo as moradias dos mais abastados a única exceção. As decisões acerca da vida doméstica de *todas* as classes sociais foram assumidas por arquitetos apenas no século XX, porque os modelos arquitetônicos e urbanísticos legados pela tradição fracassam diante da explosão demográfica e do crescimento e adensamento das cidades, correlatos de uma industrialização que, por sua vez, altera desde a economia até a disponibilidade de materiais e os regimes de trabalho.

Um traço central da nova organização é a falta de autonomia dos indivíduos no sistema de produção (a clássica alienação), que vale igualmente para o sistema de produção do espaço. A construção se racionaliza para fins de extração de mais-valia, o que só foi possível mediante a instituição generalizada do desenho de arquitetura.² Nesse contexto, o papel autoral do arquiteto se estende a uma produção ampla e passa a poder interferir na vida de todos. Ao mesmo tempo, já que efetivamente não há produção formal para todos, as tradicionais soluções de autoconstrução e autogestão continuam existindo, mas sem a legitimidade de antes e em condições muito mais precárias.

Assim como a autogestão, os protestos contra a figura do arquiteto-autor-deseenhista também não são novos. A prática de Adolf Loos, bem como seus inúmeros escritos (que vão de 1897 a 1933) se opõem a essa figura e ao predomínio do desenho sobre a percepção e o uso real dos espaços. O famoso *slogan* do ornamento como delito não é, na verdade, um pleito por formas puras e, sim, uma oposição à invenção fantasiosa que só tem sentido no papel, faz do trabalhador um mero reproduzidor de imagens sem conexão com suas técnicas e sua formação cultural e, finalmente, faz do usuário uma espécie de marionete controlada por aquele que Loos chama de “o senhor arquiteto”.

Uma das anedotas preferidas de Loos narra a infelicidade de um “pobre homem rico”, cuja casa, projetada com absoluta perfeição, o impede de aceitar presentes dos amigos, pois não haveria onde colocá-los, ou de usar na sala as pantufas desenhadas para o quarto.

Um exemplo menos polêmico de autonomia de usuários e construtores é dado pelo arquiteto holandês Gerrit Rietveld (1888-1964): todo o seu mobiliário, incluindo a coqueluche das cadeiras modernas, a Red-Blue, foi concebido para uma fabricação simples, do tipo *do-it-yourself*. Eles são de domínio público e até hoje podem ser reproduzidos e modificados por quem quiser.³

No entanto, as proposições arquitetônicas em prol de participação e interferência se tornam bem mais substanciais no segundo pós-guerra, quando o caráter autoritário da modernização se manifesta com toda evidência nas grandes cidades.

Em 1954, Yona Friedman começa a experimentar a elaboração de projetos habitacionais por seus moradores. No CIAM de Dubrovnik (1956), ele apresenta os princípios de uma “arquitetura móvel”, destinada, não ao deslocamento geográfico das unidades habitacionais, mas à mobilidade social dos habitantes a partir da possibilidade de reorganizações contínuas do espaço privado e urbano. Friedman inclui nos seus raciocínios a dimensão temporal que havia sido inserida de maneira apenas metafórica na arquitetura da primeira geração do Movimento Moderno: não se trata mais de desenhar curvas para representar a velocidade, nem de propiciar variados percursos contemplativos do tipo *promenade architectural* nas construções, mas de projetar para pessoas, cidades e organizações sociais em constante mutação. Nesse sentido, a *Spatial City* de Friedman, cidade da arquitetura móvel, tem afinidades com a Nova Babilônia de Constant e os projetos do grupo inglês Archigram.

Outras experiências participativas de projeto e construção, bem como o princípio dos objetos transformados pelos usuários ao longo do tempo, são realizados por Lucien Kroll, N. John Habraken, John Turner e muitos outros. Também no Brasil há arquitetos engajados em processos mais democráticos de produção do espaço e que tentam escapar aos mecanismos da indústria da construção.⁴ Infelizmente, várias dessas experiências acabam desembocando numa espécie de nostalgia-de-vila-de-pescador, operando com meios primitivos, em lugar de ampliar o acesso aos meios mais avançados.

Portanto, a ideia de uma arquitetura livre não é nova. Mas ela vem adquirindo novos horizontes com os avanços da tecnologia da informação e com a mobilização de diversos grupos sociais em busca de mais autonomia. Em conjunto, essas possibilidades apontam para processos de decisão não centralizados e para a difusão ampla daquele conhecimento que até agora tem assegurado o poder dos técnicos e os direitos autorais dos arquitetos.

Se essa perspectiva é vista com desconfiança, cabe refletir sobre o que realmente temos a perder, pois o fato curioso acerca do processo convencional de produção descrito acima (com as fases bem separadas de demanda, projeto, construção e uso) é que ele efetivamente não funciona. Costuma-se atribuir suas constantes falhas a acontecimentos não previstos no processo formal, com queixas do tipo 'o programa foi mudado', 'o arquiteto não definiu o detalhe', 'o construtor desrespeitou o projeto', 'o usuário alterou a edificação', e outras coisas do gênero. Mais pertinente seria a suspeita de que o problema está na

própria estrutura do processo e não nas suas frestas. Isso faz certa diferença, porque ruídos podem ser eliminados e frestas podem ser fechadas sem que a estrutura de um procedimento se modifique – o que obviamente não vale para defeitos estruturais. E não é só isso: quando um problema estrutural é tratado como se fosse contingencial, as tentativas de eliminá-lo desembocam, na prática, não apenas em ações inócuas, mas em agravamentos. Os programas de necessidades, por exemplo, são abstrações que se fazem a partir de um instante no tempo, como uma radiografia, e que nunca coincidem com as demandas ao final da obra e menos ainda com aquelas que surgem durante a vida útil da construção, porque usos são processos dinâmicos e em constante mutação.

Tais discrepâncias, se interpretadas como defeitos contingenciais (a contingência, no caso, seria a falta de informação do arquiteto, sua incompetência para prever o futuro ou o caráter volúvel dos usuários), levam a tentativas de determinação mais rigorosa e providente das demandas, o que acaba resultando em espaços ainda mais engessados e inadequados. Assim, à revelia dos preceitos de racionalização com que o processo convencional se reveste, ele é profundamente irracional. E as suas irracionalidades se escondem atrás da lendária vaidade do arquiteto-autor, tão cultivada quanto criticada.

Se um problema central são as decisões tomadas de cima para baixo e centralizadas na figura do arquiteto (mesmo que ele não as detenha efetivamente), se a autoria impede que o projeto seja modificado, que quem o constrói ou usa tome decisões, cabe pensar uma arquitetura livre segundo a ética do software livre, acima mencionada.

Fundamentalmente, trata-se de softwares de domínio público, que podem ser distribuídos, copiados, usados e modificados sem restrições. Um refinamento do software livre é a proteção por ‘*copyleft*’, que garante que modificações feitas não serão transformadas em programas (softwares) proprietários. Em outras palavras, cria-se um sistema e determina-se somente uma coisa acerca do seu destino: que ele permaneça aberto e acessível a todos.

Do ponto de vista ético, a transposição desse princípio para a produção arquitetônica significa pelo menos três coisas. Em primeiro lugar, projetos, procedimentos técnicos e sistemas construtivos devem ser ativamente disponibilizados para apropriações de toda espécie, e *ativamente* quer dizer não apenas na forma hermética de publicações especializadas. Além disso, processos de decisão efetivamente participativos precisam ser desenvolvidos, e *efetivamente* quer dizer não no regime de múltipla escolha que só permite manifestações predefinidas. Por fim, objetos arquitetônicos devem se tornar passíveis de intervenções e mutações contínuas, imprevistas e de realização descomplicada – o que não vale para a tradicional flexibilidade do andar corrido. São espaços que estariam simultânea e continuamente em todas as fases: em demanda, em projeto, em construção e em uso.

Já do ponto de vista técnico, mais concretamente relacionado à tecnologia da informação que pode apoiar a realização desse tipo de processo de produção arquitetônica, cabe uma breve explicação. O software livre é sempre um programa que permite acesso ao chamado código fonte, ou seja, um programa de código aberto. No entanto, o código aberto pressupõe atores com conhecimento muito

específico do código, o que leva à tendência de o usuário comum ser incapaz de alterá-lo ou mesmo de entendê-lo. E para uma arquitetura livre é fundamental que esse usuário tenha entendimento da espacialidade e dos instrumentos que lhe permitam discutir e criar seu próprio espaço no mesmo ambiente informatizado onde ele toma suas decisões.

O tipo de programação possivelmente mais palpável e mais frutífero para isso, no momento, seria a chamada programação orientada ao objeto, que possibilitaria aos usuários a manipulação dos mesmos instrumentos do arquiteto, segundo algumas orientações (como princípios básicos, principalmente sobre a dinâmica dos usos no tempo e a impossibilidade dos espaços estáticos). A programação orientada ao objeto pode fornecer o ambiente informatizado ideal para que o processo contínuo, tal como delineado acima, aconteça de fato.

O desenvolvimento de uma arquitetura livre nesse sentido é uma tarefa tão imensa que certamente não ameaça a sobrevivência profissional dos arquitetos, que, aliás, anda muito frágil. Aos mais céticos cabe lembrar que os softwares livres são rentáveis, pois não excluem a contratação de suporte técnico por quem prefere não se ocupar de sua instalação e atualização, além de serem comprovadamente mais confiáveis do que os softwares proprietários, pelo fato de seus usuários trabalharem em conjunto na solução dos problemas.

Silke Kapp • Ana Paula Baltazar • Denise Morado

Architecture as Critical Exercise: Little pointers towards alternative practices. *Field: A free journal for Architecture* (Sheffield), v. 2, p.7-29, 2008.

Escrevemos para uma palestra na universidade de Sheffield, em 2007. Por um lado, isso exigiu algumas explicações redundantes para leitores brasileiros, por outro, nos obrigou a sistematizar novamente as premissas do grupo de pesquisa formuladas em 2004 (cf. “Pontos de partida”). Na presente versão suprimimos as ilustrações e alteramos algumas divisões de parágrafos.

Arquitetura como exercício crítico

[2008]

Abordar a arquitetura como um evento implica vê-la como processo aberto. Essa abertura não consiste meramente em abrir objetos acabados em relação ao seu uso, mas numa abertura de todo o processo de desenho, construção e uso. Em última análise, significa a autonomia de construtores e usuários e o fim de uma produção fragmentada do espaço. A questão é: o que então restaria aos arquitetos fazer? Na nossa opinião, algumas tarefas relevantes: em primeiro lugar, um constante e incisivo exercício de crítica, teórico e prático; segundo, a produção de interfaces ou instrumentos para ajudar todos os atores envolvidos a realizarem suas próprias ações críticas no espaço; e terceiro, qualquer mediação requerida dos atores entre si e com tais interfaces ou instrumentos. Essas práticas possíveis (e outras que talvez ainda nem tenhamos considerado) são tentativas de superar a produção do espaço enquanto “reprodução das relações de produção”.¹ Nós tomamos referências da produção informal de espaços de moradia nas favelas brasileiras, bem como da arte de Lygia Clark, para sugerir pequenos cursores rumo a alternativas às práticas arquitetônicas formais, heterônomas, normativas e pautadas na lógica da solução-de-problemas.

Para discutir práticas alternativas na arquitetura e para explicar o que nosso grupo de pesquisa vem tentando fazer, começaremos pela própria definição de *arquitetura*. Mas, não se assustem, não será um tratado sobre toda a gama de definições intrincadas que os teóricos da arquitetura forneceram ao longo da história. Vejamos apenas três significados básicos do termo.

Num primeiro sentido, *arquitetura* se refere a um *corpus* de conhecimentos e práticas especializados, que constitui uma arte, profissão, disciplina ou, como Pierre Bourdieu sintetizaria, um “campo”.² O objeto dessa disciplina ou campo é, supostamente, o espaço feito pelos seres humanos, assim como o objeto da medicina é a saúde ou o objeto da culinária é a comida. Mas o campo da arquitetura de fato ignora a maior parte de tal espaço. Por isso, num segundo sentido, *arquitetura* significa a pequena porção do espaço humano historicamente abordada por aquele conhecimento especializado.

O arquiteto e sociólogo australiano Garry Stevens,³ que analisou o campo da arquitetura a partir da teoria de Bourdieu, entende que a principal diretriz da disciplina desde o seu estabelecimento na Renascença sempre foi o desenho de edificações para a representação do poder, e não o desenho de espaços aprazíveis para todos. Portanto, a arquitetura no segundo sentido consiste em edificações, lugares ou paisagens extraordinários, que contrastam com um pano de fundo de espaços não legitimados pela disciplina. Embora sejam o tema preferido de publicações especializadas, preleções acadêmicas sobre história da arquitetura ou discussões entre profissionais, tais objetos excepcionais são pouco relevantes para a vida cotidiana.

Além disso, os produtos dos arquitetos de fato são desenhos, não construções, já que desde a Renascença a especialização do campo se concentrou em concepções abstratas em vez de construções concretas.

Poderíamos acrescentar que a tão diagnosticada crise da arquitetura é de fato uma crise do campo. O campo enquanto tal tem estado em risco desde o século XX, porque o poder encontrou maneiras bem mais poderosas de representar a si mesmo do que o são as construções. Para mencionar apenas um sintoma dessa situação: todo arquiteto sabe que vencer um concurso ou ter desenhos amplamente publicados é tão importante quanto construir alguma coisa de fato. Se é verdade que o campo arquitetônico está, em última análise, centrado na representação do poder, então a crise é apenas uma consequência do fato de que, para um político ou um governo, o anúncio de um novo projeto acompanhado de belos desenhos rende tantos votos quanto o empreendimento da construção em si. Hitler deve ter sido o primeiro político a usar sistematicamente essa estratégia de obtenção do efeito de construções reais por meio de representações espetaculares (exibindo filmagens de maquetes no cinema).⁴

O terceiro significado do termo *arquitetura* – no qual insistiremos aqui – é a *transformação do espaço pelo trabalho humano*. Ele designa um processo, não um produto; ele não depende de tamanho, escala ou função, nem da presença de um desenho ou plano prévio; e ele inclui, enfaticamente, espaços cotidianos tais como moradias ou equipamentos públicos despretensiosos, que são o foco das nossas pesquisas até agora. Essa é uma definição

bastante ampla, e sabemos que ela não satisfaz a alguns dos nossos colegas, mas teremos que avançar um pouco mais para mostrar por que insistimos nela ainda assim.

Conforme a lógica interna do campo arquitetônico, a distinção entre a arquitetura no segundo sentido (também chamada de ‘arquitetura de verdade’) e arquitetura nesse último sentido (também dita ‘mera construção’) costuma se basear numa espécie de qualidade artística, mítica, formal ou metafórica. Ela tem pouca relação com a construção e o uso ‘reais’, e parece extremamente difícil de explicar – tão difícil que é empregada como um código secreto. Quem o entende tem chance de alcançar uma posição poderosa dentro do campo; quem o não entende ocupará uma posição subordinada, trabalhando para outros arquitetos ou desenhando produtos de massa para a indústria da construção, que não são considerados ‘arquitetura de verdade’. Assim, se quisermos discutir práticas alternativas, o primeiro passo é romper essa lógica excludente e tomar toda transformação do espaço pelo trabalho humano como um objeto de investigação e reflexão. Isso significa abrir mão dos ideais de autoria e integridade do trabalho arquitetônico, bem como do pressuposto de que usuários e construtores sejam sujeitos passivos, dispostos a conformar suas ações à imaginação do arquiteto. Significa, também, não evitar temas relacionados à sociologia ou à economia política, tais como o mercado imobiliário, as políticas públicas ou a produção espontânea e informal. Uma teoria da arquitetura nesse sentido amplo ainda não foi escrita, e por uma razão bastante óbvia, pois o campo como um todo tende a preferir discursos exclusivos e excludentes àqueles que

poderiam esgarçar suas fronteiras. Em termos mais concretos isso significa que arquitetos preferem a certeza dos seus papéis tradicionais à reflexão que mina a exclusividade de seus talentos. Se qualquer transformação do espaço pelo trabalho humano fosse considerada arquitetura, o que restaria aos arquitetos fazer?

Entendemos que restam algumas tarefas relevantes, ligadas ao provimento de meios para a autonomia das pessoas envolvidas na produção do espaço. Nas seções seguintes, tentaremos esclarecer os processos que investigamos (pode haver muitos outros): primeiro, o constante e incisivo exercício de crítica, teórico e prático; segundo, a mediação, se e quando for desejada; e terceiro, a produção de interfaces ou instrumentos para ajudar os atores a realizarem suas próprias ações críticas no espaço. Antes de passarmos à explicação dessas possibilidades, importa acentuar que não estamos reivindicando a substituição de toda a prática arquitetônica convencional por tais alternativas. Além de incrivelmente presunçoso, isso seria apenas uma nova restrição. O que pretendemos é experimentar alguns caminhos diferentes, sem transformá-los em novas normas.

Crítica

Começamos pela crítica. São comuns, ao menos no nosso contexto arquitetônico, as queixas sobre pessoas que apenas criticam, sem oferecer nenhuma solução melhor. Chama-se a isso de crítica ‘destrutiva’, em oposição a uma crítica supostamente ‘construtiva’. Ou seja, se você não sabe como melhorar as coisas, cale-se e não perturbe os outros com questionamentos. Talvez essa seja uma das

assertivas mais ideológicas e conservadoras já propagadas. Por que não deveríamos expressar discordância ou mal-estar, mesmo sem conhecer o problema com precisão e sem ter uma solução? Nas ciências naturais ninguém afirmaria que uma doença não deve ser descrita e debatida até que a cura esteja disponível. Mas justamente essa a lógica costuma ser aplicada a questões sociais e práticas, inibindo o protesto, desqualificando a oposição e aniquilando a discussão. E a atitude é inconsistente, pois se uma crítica focada na dominação e na heteronomia (que, em última análise, são os focos de toda crítica social séria) fornecesse instantaneamente uma nova ‘solução’, reproduziria o caráter normativo do próprio objeto da crítica. O preconceito contra a crítica serve apenas para manter as coisas como estão.

Os filósofos e sociólogos Max Horkheimer e Theodor Adorno formulam esse ponto com mais elegância. Eles cunharam a expressão *teoria crítica* para a tentativa de discernir por que, apesar dos meios disponíveis, o sofrimento humano não parou de crescer na sociedade moderna. Adorno diz:

Talvez não saibamos o que é o ser humano e qual seria a forma justa das coisas humanas, mas o que o ser humano não deve ser e que forma das coisas humanas é falsa, disso nós sabemos; e somente nesse saber determinado e concreto, continua aberto para nós o outro, o positivo.⁵

Ou, nas palavras de Horkheimer: “Eu me vejo como um teórico crítico. Isso significa que sei dizer o que está errado, mas não sei definir o que é certo.”⁶ A tarefa de um intelectual crítico é discernir, compreender, mostrar “todas as circunstâncias em que o homem é um ser humilhado,

escravizado, abandonado e desprezado”.⁷ Para Karl Marx era um imperativo categórico derrubar essas circunstâncias. Mas a moderna sociedade industrial humilha, escraviza, abandona e despreza as pessoas de maneiras muito menos evidentes e muito mais diversificadas do que a opressão da classe trabalhadora do século XIX. Tornar essas maneiras inteligíveis é a tarefa da teoria crítica, ao passo que os indivíduos devem decidir por si mesmos o que fazer.

Por que então falamos de um exercício teórico e prático da crítica? Como o termo *prático* se aplica a uma tal crítica? Um exercício crítico é, ao mesmo tempo, uma forma de teoria e uma forma de praxis. Ele tende a ser mais teórico enquanto concerne à sociedade como totalidade e se torna mais prático quando aborda situações específicas. Mas ele nunca pretende ser um manual, um manifesto ou uma estratégia de solução de problemas. Ele não fornece regras universais ou declarações genéricas sobre que tipo de espaço seria bom para os seres humanos. Ele sempre permanece crítico, não-prescritivo.

Num nível mais teórico, dois autores nos parecem especialmente importantes para a compreensão crítica da arquitetura. O primeiro é Henri Lefebvre, o sociólogo francês que desenvolveu em detalhes a ideia de que o espaço é o principal elemento estrutural das relações sociais. Num livro intitulado *A Sobrevivência do Capitalismo: Reprodução das relações de produção*, escrito imediatamente antes de *A Produção do Espaço*, Lefebvre faz algumas assertivas cruciais sobre espaço e sociedade.⁸ Ele argumenta que a persistência das relações de produção capitalistas não é auto-evidente. Não é natural nem óbvio que o modo

de produção ao qual a crise é inerente consiga manter as forças produtivas constantemente subordinadas a relações de produção contraditórias. Marx já esclarecera o mecanismo de crise do capitalismo, mostrando que recessão, desemprego e pobreza são partes do sistema, não suas falhas. Isso o fez acreditar que o capitalismo entraria em colapso. Mas ele estava errado: ao longo do tempo, as crises se agravaram e os mecanismos de dominação se fortaleceram. Por isso Lefebvre pergunta como o capitalismo foi capaz de se manter e de se renovar geração após geração. Sua resposta é que o capitalismo sobrevive graças à sua capacidade de produzir espaço de acordo com sua própria lógica e de acomodar nela qualquer nicho de resistência. O capitalismo não é um modo de produção ao lado de outros, porque, apesar de suas inconsistências e contradições, já não há nenhum lugar ‘ao lado’.

Entende-se facilmente o que Lefebvre quer dizer quando se observam os espaços marginalizados por essa lógica, tais como as paisagens exóticas, as cidades históricas, as ocupações [*squats*] ou as favelas brasileiras. Esses espaços são figuras concretas da dialética: não existiriam enquanto exóticos, históricos ou ilegais, se não houvesse uma ordem dominante ‘normal’. Mas, ao mesmo tempo, sobretudo no caso de ocupações e favelas, a ordem (econômica) que torna os espaços marginais é a mesma que lhes dá origem e que depende da força de trabalho que eles proveem. Tão logo esses espaços alcançam algum peso político ou econômico, são neutralizados por um conjunto qualquer de ‘planos’, que pode consistir em intervenções físicas diretas e ‘requalificações’,

ou em medidas mais abstratas, como uma conexão ao sistema de transporte aéreo internacional, um tombamento pelo patrimônio histórico ou alguma regulação da propriedade urbana. Tudo isso talvez aparente uma esforço de inclusão, mas também impõe a ordem dominante a tais espaços.

Essa ordem dominante significa, antes de mais nada, heteronomia ou o fato de indivíduos e grupos primários não serem mais capazes de negociar e decidir por si mesmos. Ainda quando se trata de políticas públicas que preveem participação popular, o processo de produção do espaço como um todo acaba se tornando burocrático, distante da compreensão da maioria das pessoas e dominado pelas chamadas ‘decisões técnicas’. Por isso, um dos principais objetivos da crítica é mostrar como essa lógica genérica e abstrata de produção do espaço determina a vida das pessoas e as força a um papel passivo.

O próprio conceito de *usuário*, tão comum nos discursos arquitetônicos, só faz sentido no contexto de uma produção capitalista do espaço tal como Lefebvre a evidencia. Usuários são pessoas que, por definição, não produzem espaço, mas o recebem em formas determinadas por outras instâncias, mais ou menos preocupadas com o seu bem-estar. Arquitetos modernistas geralmente supunham conhecer as necessidades universais dos usuários melhor do que eles próprios. Depois essa posição deu lugar a uma abordagem mais empírica, na qual características específicas de comunidades e grupos concretos foram levados em consideração. Mas, enquanto trabalharmos com a ideia de usuários, continuaremos

operando no interior da mesma lógica. O próprio fato de não existir nenhuma expressão melhor para designar as pessoas que vivem nos espaços produzidos com a ajuda de arquitetos é um sintoma das nossas práticas impositivas. Se usarmos o termo ainda assim, pelo menos deveríamos fazê-lo com a consciência de suas implicações.

Alguns arquitetos estão trabalhando numa crítica do papel passivo do usuário e abordando a arquitetura mais como evento do que como objeto, mas eles raramente chegam ao ponto em que as relações de produção são questionadas. Bernard Tschumi, por exemplo, argumenta que não importa a aparência de um edifício, mas aquilo que ele “faz”.⁹ Porém, quem define o que o edifício deveria ‘fazer’ ainda é o arquiteto, não o usuário ou a prática do uso.

O processo de projeto que se propõe para uma tal arquitetura do evento muitas vezes é baseado na prescrição do movimento. Um exemplo seria o pavilhão dos EUA na Bienal de Veneza de 2000. Hani Rashid, Greg Lynn e seus estudantes gravaram o movimento de uma pessoa dentro do pavilhão vazio e então criaram uma espécie de estrutura aramada para representá-lo. A estrutura foi instalada no interior do pavilhão e acabou se tornando um obstáculo maior para o movimento de outras pessoas do que seria o próprio pavilhão vazio.¹⁰

Alberto Pérez-Gómez e Louise Pelletier, por sua vez, se concentram na experiência do usuário num espaço dado. Pelletier até aborda o papel da arquitetura efêmera, na tentativa de priorizar a experiência em vez da concepção do edifício acabado.¹¹ Mas como o processo social de produção quase não é discutido, tal usuário

continua sendo um apreciador ou, no melhor dos casos, um intérprete de uma poética dada.

Finalmente, Sarah Wigglesworth e Jeremy Till veem a arquitetura como evento de um modo mais próximo ao nosso, buscando um desenho para a ação.¹² Sua prática também difere da maioria das outras por acolher mudanças, inevitavelmente implicadas num princípio de projeto e construção baseado em eventos. Mas mesmo nesse caso persiste a premissa de que concepção, construção e uso seriam operações separadas.

Indo um pouco mais longe, nosso entendimento de uma arquitetura como evento significa que todo o processo de produção do espaço precisa ser revisto, do projeto à construção e ao uso. Em vez de basearmos o projeto numa prescrição de eventos, numa antecipação, numa experiência prévia ou em cuidadosas observações, perguntamos como prover instrumentos ou interfaces que permitem às pessoas comunicar os seus desejos: desenhando, construindo e usando os espaços simultaneamente. Tais instrumentos seriam como alfabetos e palavras, talvez com algum traço de regras gramaticais, mas certamente não seriam textos. A arquitetura seria parte da ação, não o seu pano de fundo, tampouco o seu bem definido contorno.

Um segundo autor muito importante para a discussão crítica da arquitetura é o arquiteto e artista brasileiro Sérgio Ferro. Nos anos 1960, recém-graduado, ele participou de diversos projetos de edifícios para a nova capital Brasília. O contraste entre as condições desumanas daqueles canteiros e os discursos políticos e arquitetônicos de democracia e liberdade – ideais que supostamente

teriam sido a origem de toda a empreitada de Brasília – o levou a formular uma crítica radical de todo desenho arquitetônico. Na sua visão, o desenho nada mais é do que uma maneira de enquadrar a arquitetura na chamada ‘forma-mercadoria’. Em outras palavras, a existência de um desenho prévio é a principal condição para a produção sistemática da arquitetura como mercadoria.¹³

Tal como qualquer processo em que mercadorias se produzem para a obtenção de lucro máximo, a moderna indústria da construção depende da extração de mais-valia; o que significa que o trabalho empregado deve produzir mais valor do que recebe em remuneração. Essa condição é muito difícil de alcançar quando os construtores trabalham em grupos pouco hierarquizados, com habilidades manuais e intelectuais amplas e compartilhadas, tomando decisões e executando-as como partes de um mesmo processo, e definindo o resultado apenas pouco a pouco. Em outras palavras, a ordem prevalecente em quase todos os canteiros medievais, na maioria dos canteiros comuns (não monumentais) até o século XIX e nos canteiros informais ou espontâneos atuais é inadequada à indústria capitalista da construção. Diz-se que seria ‘atrasada’, contrária a uma ordem ‘moderna’. Ferro argumenta que Brunelleschi foi o primeiro a engendrar um tal ordem ‘moderna’, garantindo a extração de mais-valia. Sua atuação no canteiro do Duomo de Florença o ilustra:

Brunelleschi não hesita, por exemplo, em encenar doença, fazendo o detestado Ghiberti perder a direção da obra por desconhecer as manhas de seu desenho. [...] diante de uma greve por aumento de salários (já extremamente diversi-

ficados), importa operários não florentinos, conseguindo quebrá-la. E só aceita novamente os primeiros por salários inferiores aos que ocasionaram a greve (em outros termos, é feroz no zelo pela mais-valia absoluta). Ou ainda: preocupado com a perda de tempo e energia, instala no alto da cúpula uma cantina ('fordizada', na acepção de Gramsci), evitando que os operários desçam para comer, beber, se reunir e conversar (reconhecemos a meta: a mais-valia relativa).¹⁴

O desenho, concebido fora do canteiro e codificado numa linguagem que os construtores talvez entendam mas que não são capazes de operar, possibilita 'modernizar' o setor. Construtores podem ser alienados das decisões e dos resultados, hierarquizados de acordo com habilidades específicas e empregados por baixos salários. A desqualificação do trabalho aí é muito similar àquela das clássicas fábricas, com a diferença de que a dominação precisa ser permanentemente reproduzida pela violência, já que na maioria dos canteiros o maquinário não é complexo o suficiente para assegurar a divisão do trabalho. À diferença dos trabalhadores numa fábricas, os trabalhadores da construção costumam ter consciência do fato de que a ordem hierárquica que os subordina não é uma exigência técnica, mas uma exigência administrativa, e de que, sem essa ordem, seriam capazes de realizar um trabalho igual ou até melhor.

Complementando essa breve explicação das principais ideias de Ferro, cabe notar que a produção de mais-valia depende de ramos econômicos tecnologicamente menos desenvolvidos ou, em termos mais específicos, de setores trabalho-intensivos, tais como a construção civil. Todo período de crescimento econômico desde a Renascença

esteve de alguma forma associado a intensas atividades de construção, não como sua consequência, mas como uma de suas causas. E, tanto quanto sabemos, tais atividades de construção sempre geraram empregos nas piores condições e com os salários mais baixos. Isso vale para o milagre brasileiro dos anos 1960 e 1970 e ainda vale para a China ou a Índia dos dias de hoje. Mesmo em países ricos como França, Inglaterra ou Alemanha, a construção é trabalho duro, feito sobretudo por imigrantes e outros grupos sociais desprivilegiados. Diante dessa evidência, parece um tanto bizarro tomar as formas de Oscar Niemeyer como expressão de liberdade. Elas são metáforas de uma carência, porque a lendária liberdade no gesto do desenho significa apenas amarras para outras pessoas. Obviamente não culpamos os arquitetos por todo o modo de produção da nossa sociedade, mas se quisermos discutir práticas alternativas, precisamos questionar também a função econômico-política do desenho.

Ao longo das duas últimas décadas, muito tem sido dito sobre autonomia e arquitetura, na maioria dos casos discutindo o *status* da arquitetura como uma arte ou ciência autônoma. Mas autonomia, assim como heteronomia, envolve o *nomos*, isto é, a norma. Normas são definidas por pessoas mediante ações; não se assemelham a leis naturais ou dispositivos mecânicos. Por isso, nada pode ser autônomo senão pessoas. A expressão *autonomia da arquitetura* significa apenas que arquitetos, editores, teóricos e outros atores desse campo cultural – que, como já dito, abrange somente uma pequena parte da arquitetura como evento – seguem um conjunto de normas

historicamente definidas por eles próprios. E tais normas têm dupla função. Aplicadas à vida dos usuários e ao trabalho dos construtores, aparecem como heteronomia e fazem parte de um contexto mais amplo de dominação. Por outro lado, o pressuposto da autonomia protege a nós (arquitetos) da consciência nua e crua desse contexto. Em nome da autonomia, o campo pode se recusar a ver a produção de massa como ‘arquitetura de verdade’, mesmo que de fato os arquitetos desenhem sobretudo espaços ‘ordinários’. A dominação parece mais aceitável quando é vista apenas como uma exceção, como meio para um fim, que seria a arte nobre. A respeito da obra de Niemeyer em Brasília, a maioria dos especialistas diria que o sacrifício (dos trabalhadores) valeu a pena.

Se estivermos realmente interessados numa sociedade livre, deveríamos mudar nossa perspectiva e priorizar a autonomia das pessoas afetadas pela prática arquitetônica, em vez da autonomia dos arquitetos. A única norma para a arquitetura seria uma norma negativa: quanto mais um objeto ou processo restringir a autonomia de indivíduos ou grupos primários, ou impuser dependências em relação a sistemas de grande escala, instituições ou intervenções, pior ele será. O ideal, nessa perspectiva, seria uma emancipação de usuários e trabalhadores que revertesse sua separação em funções econômicas de meros consumidores ou mera força de trabalho.

Mediação

Uma produção cotidiana do espaço que, ao menos em alguns aspectos, remete à ideia de emancipação ocorre hoje nas favelas brasileiras. Não cabe romantizar o espaço

das favelas, porque ele deriva mais de necessidades do que de escolhas. A autonomia relativa dos moradores na produção desse espaço é consequência direta de sua posição marginal no sistema econômico, que os exclui do consumo das mercadorias arquitetônicas formalmente produzidas. Quaisquer vantagens que possa haver ali, nascem desses antagonismos na ordem social dominante. Justamente tal situação antagonica nos leva à segunda das tarefas mencionadas acima: a prática arquitetônica como mediação a serviço da autonomia das pessoas. Mediação significa que arquitetos agem por solicitação do usuário e para remover obstáculos à construção de conhecimentos e à realização de ações.

Moradores de favelas decidem por si mesmos o que fazer, trabalham sob relações de produção não convencionais e não separam concepção, construção e uso. Os autoprodutores de baixa renda com que conversamos não têm planos para racionalizar e baratear suas construções, não fazem nenhuma contabilidade de seus gastos e não hesitam em experimentar. Mas a construção nas favelas também implica trabalho duro, pois utiliza técnicas e materiais que provêm de processos heterônomos. Na verdade, os moradores de favelas estão excluídos do mercado imobiliário formal, mas ao mesmo tempo são responsáveis por uma parte significativa do consumo de materiais de construção industrialmente produzidos, tais como cimento e seus derivados. Esses materiais e suas técnicas não favorecem um processo autônomo. Eles dificultam, por exemplo, o engajamento de mulheres e crianças, o reúso de componentes construtivos ou a experimentação aberta. Há uma contradição básica entre

relações de produção semi-autônomas e meios de produção heterônomos. A mediação pode ser útil para superar esse hiato, desde se tenha o cuidado de distinguir entre situações em que a mediação de um arquiteto é desejada e situações em que ela apenas restringiria a autonomia.

Francisco, um autoconstrutor do Aglomerado da Serra, a maior favela de Belo Horizonte, é um exemplo ilustrativo de alguém que consegue superar o referido hiato com sua própria inventividade (já descrevemos o caso detalhadamente em outro artigo¹⁵). Francisco está construindo sua casa à medida que a concebe e a usa. Não há divisão entre trabalho intelectual e trabalho material e, por isso, ele chega a formas e espaços que não poderiam ser projetados. Como a maioria das pessoas nas favelas, ele não conhece outras técnicas e materiais senão os convencionais, mas ele alcança um resultado altamente singular porque é inventivo o suficiente para usar esses recursos convencionais de maneiras novas. Talvez, se tivesse mais conhecimento, Francisco poderia mobilizar recursos técnicos mais apropriados para seu evento arquitetônico específico e até aumentar sua autonomia. Mas também poderia ocorrer que o conhecimento formal de técnicas e materiais desenvolvidos para a produção heterônoma o levasse a reproduzir a lógica formal dessa produção. No seu trabalho atual, nem esse conhecimento o constrange, nem o desconhecimento o impede de agir. A mesma coisa não vale para o mecânico Roberto, outro autoconstrutor do Aglomerado da Serra, que de fato está quase paralisado pela própria falta de conhecimento. Roberto não se interessa particularmente pelo trabalho

de construção; ele o faz porque não tem escolha. Ele procura conselhos de amigos e vizinhos e certamente gostaria de apoio técnico. Nesse caso, a mediação significaria um incremento de autonomia, pois o capacitaria para desenvolver suas próprias ideias espaciais.

Outro contexto em que a mediação pode ser bem-vinda diz respeito a equipamentos e infraestrutura públicos. Nas favelas as pessoas dão conta sobretudo das necessidades imediatas de cada unidade de moradia, de modo que uma canalização de esgoto costuma ser interrompida poucos metros além da casa e construir em lugares sem acesso veicular é coisa comum. As comunidades crescem rápido demais para possibilitar a negociação e o desenvolvimento espontâneos da infraestrutura. A resposta institucional mais usual a essa situação é qualquer coisa entre o extermínio radical dos assentamentos e sua urbanização por meio de um plano abstrato. Em todo caso se procede de cima para baixo, de modo heterônomo, formal e normativo, sem indício da mediação que defendemos. Em vez de aprenderem com o rico processo de produção do espaço nas favelas, os profissionais envolvidos apenas impõem suas próprias práticas, reproduzindo a ideia de espaços acabados para usuários genéricos.

A urbanização da favela Brás de Pina no Rio de Janeiro contrasta com isso e deixa entrever a forma de mediação que temos em mente. O empreendimento foi atípico, pois se realizou contra as políticas militares que dominavam a cena nos anos 1960. Havia no Rio de Janeiro dois órgãos quase opostos para lidar com o 'problema' das favelas: a Chisam, criada pelos militares para removê-las; e a Codesco, que o jornalista Silvio Ferraz conseguiu criar

com a intenção de urbanizá-las. A Codesco só foi possível porque o governador eleito, Negrão de Lima, a tolerou com a condição de que trabalhasse em silêncio, sem qualquer propaganda e sem confrontar a Chisam. Nesse contexto a burocracia usual não perturbou a urbanização de Brás de Pina e foi possível prover mediação em vez de impor um plano urbanístico. Ferraz contratou um grupo de arquitetos escolhido pela comunidade local, e Brás de Pina se tornou um processo que envolveu 998 famílias ou quase cinco mil pessoas.

O esquema era simples: favelados projetavam suas casas (como sonhavam), alunos de arquitetura (estagiários da Codesco) corrigiam os erros de projeto e orçamentavam o custo da obra, estudantes de economia verificavam o poder de endividamento e o confrontavam com o custo da prestação. Verificado isso, liberávamos um cheque de materiais, que poderia ser usado em qualquer casa de material de construção do Rio, desde que fossem cadastradas na Codesco, com alvará, etc. (como o tíquete refeição dos tempos de hoje), sujeitas, portanto, à nossa fiscalização para que não metessem a mão no bolso do favelado. Alunos de arquitetura e economia, mais uma vez, fiscalizavam a construção e as entregas do material. Não exigíamos que as casas fossem integralmente de alvenaria. Podiam ter a sala de alvenaria e os quartos de madeira, ou vice-versa. Quando a poupança desse para mais material, a casa iria se transformando aos poucos. Ou seja, nada de preconceito estético. A única exigência: estar ligada à rede de esgotos e água [...]. Até o traçado viário foi selecionado pelo voto. Preparamos cinco, explicamos as vantagens e as desvantagens e o povo elegeu o que está hoje lá. Resultado: as casas construídas pelos moradores eram maiores em quase vinte metros quadrados do que as da Cehab. [...] A taxa de inadimplência jamais ultrapassou 2% - sendo os atrasos sempre justificados pes-

soalmente - ora morte, ora doença, ora qualquer desculpa plausível e verificável.¹⁶

Negrão de Lima nunca sancionou nenhum evento para inaugurar a urbanização de Brás de Pina, que era claramente percebida como uma conquista dos moradores, não do governo. De acordo com Silvio Ferraz, a urbanização de Brás de Pina também foi muito mais barata e mais efetiva em vários aspectos sociais que todas as outras intervenções institucionais da época.

Experimentamos um processo de mediação similar, no sentido da remoção de obstáculos à ação, no já citado Aglomerado da Serra. O projeto era para uma pequena instituição que oferece a crianças e adolescentes educação complementar de dança, música, vídeo etc. Precisavam de mais espaço de aula. Um empreiteiro havia sugerido uma construção de concreto armado e alvenaria, que são os materiais mais comuns. Como não tinham dinheiro para construir, nos pediram ajuda. Descobrimos que a instituição já dispunha de alguns robustos tubos de aço e que poderia conseguir perfis metálicos gratuitamente. Esses materiais são raramente usados nas favelas e, apesar de estarem disponíveis naquele caso, não havia nenhuma intenção de usá-los. Então ajudamos a projetar e calcular uma estrutura com os componentes metálicos. O objeto inteiro custou quase seis vezes menos do que a edificação convencional proposta pelo empreiteiro.

Entendemos que, se arquitetos tiverem um papel nesse tipo de processo, a mediação é muito mais importante do que o projeto e o controle dos espaços acabados. Como Brás de Pina ilustra, arquitetos são coadjuvantes, junto com economistas, sociólogos e outros profissionais. A

mediação a favorecer não é intermediação: o arquiteto no centro tentando reconciliar dois pólos (sejam duas pessoas, sejam uma pessoa e um problema predefinido). Mediação significa remover empecilhos sociais, liberando a troca de ideias e de informação técnica. Ela visa a fortalecer a experiência, as opiniões e os julgamentos das pessoas ou, enfim, fortalecer sua autonomia.

Interfaces

De qualquer forma, a mediação acima discutida ainda engendra certa dependência, já que pressupõe a presença do arquiteto no evento. Um passo adiante para aumentar a autonomia é a produção de interfaces que possibilitem a todos os envolvidos a realização de suas próprias ações críticas no espaço. Tais interfaces podem ser concretas ou abstratas, já existentes ou inventadas, informacionais ou operacionais, físicas ou digitais, ou qualquer combinação híbrida dessas possibilidades. Mas elas devem poder ser usadas sem a presença de quem as projetou.

Para uma exploração inicial de tais interfaces, são úteis dois exemplos criados por Lygia Clark: *Luvas sensoriais* (1968) e *Máscara com espelhos* (1967).¹⁷ *Luvas sensoriais* é um conjunto de luvas comuns e bolas de diferentes tipos, tamanhos, texturas e pesos, a serem experimentadas pelo espectador, que segura as bolas com as luvas. *Máscara com espelhos* é uma máscara com pequenos espelhos móveis fixados diante dos olhos, que justapõem e quebram os reflexos da própria pessoa e do ambiente à sua volta. Nos dois casos, Clark provê interfaces para a interação em vez de obras de arte acabadas:

Clark rejeitou a definição do artista como um criador endeusado, distante de um espectador que, confrontado com uma obra que representa as necessidades poéticas que ele mesmo é incapaz de expressar, permanece inteiramente passivo. Pelo contrário, Clark entregou a autoridade da obra ao espectador, de modo que ele deixa de se comportar como tal, redescobre sua própria poética e se torna sujeito de sua própria experiência.¹⁸

O foco de Lygia Clark não está no controle, na autoria ou em produtos físicos. Em vez de utilizar materiais caros para obter um produto final durável a ser consumido pelos espectadores, ela usa materiais do dia-a-dia para criar objetos muito simples, possibilitando que as pessoas experimentem suas próprias sensações para além da percepção habitual. No caso das *Luvas Sensoriais*, isso significa uma redescoberta do tato, enquanto a *Máscara com Espelhos* abre um jogo com a percepção espacial. Mesmo sem se mover, o participante é levado a explorar novos territórios, a se engajar em novas relações com os coisas ou a redescobrir o mundo sensorial. Por isso as obras de arte não consistem nos objetos oferecidos aos espectadores, mas no resultado da interação do espectador com tais objetos. A existência real da obra depende da presença e da interação das pessoas, enquanto o único produto 'final' do evento é o incremento da própria percepção. Clark trabalha como uma criadora de interfaces, “uma pessoa que induz e canaliza experiências”¹⁹ sem prescrevê-las. Nesse sentido suas interfaces se contrapõem à mera reprodução das relações de produção.

A produção de espaço é certamente mais complexa do que os eventos propostos por *Luvas Sensoriais* e *Máscara com Espelhos*. Ainda assim, podemos tomá-los como

indicadores de uma prática arquitetônica alternativa. O design de um modo geral, incluindo o arquitetônico, geralmente almeja realizar potenciais ou solucionar problemas dados, mais do que levantar questões para o usuário. Os objetos de Lygia Clark, pelo contrário, indicam que indeterminismo e incerteza são cruciais para o design futuro. Eles são pensados como peças da experiência ou como instrumentos para incrementar a experiência, gerando questões que cada pessoa responde de modo diferente. Considerando isso, podemos nos aprofundar um pouco mais nas ideias de três autores que, a nosso ver, ajudam a esclarecer o que poderia ser a criação de interfaces: John Chris Jones, Vilém Flusser e Ivan Illich.

Na versão de 1980 do seu *Design Methods*, Jones assegura que não há exemplos melhores de design do que os elementos modulares, tais como palavras, tijolos ou cartas de baralho.²⁰ A criação desses elementos “talvez seja a maneira de projetar independentemente de qualquer conhecimento exato de objetivos, propósitos, funções (aquelas coisas que no design que conhecemos são fixadas desde o início)”.²¹ Em *Designing Designing*, Jones ainda acentua que há dois tipos de propósito: “o propósito de obter um resultado, algo que existe depois que o processo cessa e não existe antes disso” e “o propósito de continuar, de manter o processo em andamento”.²²

No intuito de passar do design orientado ao produto para um design orientado ao processo, Jones propõe uma separação entre a lógica do uso e a lógica do objeto, concentrando seus esforços nessa última. Pode parecer estranho deixar de lado o uso e se voltar ao objeto, tendo

em vista os debates recentes sobre um design que enfoca os eventos e almeja a participação das pessoas. Mas Jones indica que, em vez de projetar objetos de uso acabados com funções predeterminadas, deveríamos tentar examinar os próprios objetos e sua lógica intrínseca no contexto de processos abertos. Isso significa desenhar elementos modulares ou interfaces para as pessoas desenharem seus próprios mundos continuamente. O propósito de tais ‘módulos’ é ‘prosseguir’, abrir caminho para usos inovadores onde nenhuma possibilidade específica de uso está prescrita.

Essa linha de raciocínio é desenvolvida por Flusser. Em “Design: obstáculo para a remoção de obstáculos?” ele introduz os conceitos de “responsabilidade” e “diálogo” no contexto do design.²³ Ele argumenta que os objetos de uso são sempre desenhados com o propósito de eliminar algum obstáculo, de tornar possível algo antes impossível. Paradoxalmente, para remover obstáculos desenhamos objetos que são, eles mesmos, obstáculos. Por isso, e considerando que um objeto de uso também é uma mediação entre o designer e outras pessoas, desenhar significa não apenas ampliar a comunicação e a ação, mas também restringir possibilidades. A questão, então, é como fazer objetos que gerem o mínimo de obstrução para as pessoas que virão depois; ou, em última análise, como desenhar objetos que não sejam objetivos. Responsabilidade no design significa essa abertura em relação aos outros. Quanto mais os objetos desenhados obstruem outras pessoas, menos dialógicos serão e menos responsável será o design. Por outro lado, o design responsável leva a produtos menos objetivos (obstrutivos) e mais intersubjetivos ou interrelacionais.

As questões discutidas por Jones e Flusser a partir do design são abordadas por Ivan Illich num contexto social mais amplo. Ele considera que instrumentos e técnicas nunca são neutros, mas coerentes com certo modo de produção e com a formação social correspondente. Como André Gorz observou, a tecnologia atual “impõe uma certa divisão técnica do trabalho, a qual, por sua vez, exige um certo tipo de subordinação, hierarquia e despotismo”.²⁴ Eis porque uma produção emancipada dependeria não somente de uma mudança na propriedade dos meios de produção, como reivindicada pelo marxismo clássico, mas também de uma mudança na própria constituição desses meios. Illich desenvolveu essa ideia, opondo as “ferramentas industriais de manipulação” ao que ele chama de “ferramentas de convivencialidade”.²⁵ Enquanto aquelas atendem ao interesse das “indústrias” (hoje diríamos corporações), essas visam à justiça social e ao trabalho livre.

Ferramentas convivenciais são aquelas que dão a qualquer pessoa que as usa as maiores oportunidades possíveis de enriquecer o ambiente com os frutos de sua visão. Ferramentas industriais negam essa possibilidade a quem as usa, e permitem aos seus designers determinar o significado e as expectativas de outras pessoas. A maioria das ferramentas de hoje não pode ser usada de modo convivencial.²⁶

O propósito de ferramentas convivenciais é iniciar eventos e estimular diálogo, intersubjetividade, interrelações e processos políticos de construção social. Por isso, seus princípios básicos de design se aplicam também àquilo que chamamos de interfaces:

Ferramentas estimulam a convivencialidade à medida que podem ser usadas com facilidade, por qualquer pessoa, tão frequentemente ou tão raramente quanto desejado, para a consecução de um propósito escolhido pelo usuário. O uso dessas ferramentas por uma pessoa não restringe seu uso por outra. Elas não requerem certificação prévia do usuário. Sua existência não impõe nenhuma obrigação de usá-las. Elas permitem ao usuário expressar seu significado na ação.²⁷

Sendo um pensador crítico, Illich não define *como* se desenham ferramentas de convivencialidade, mas ele indica algumas características das ferramentas de manipulação que se trata de reverter. Uma delas é a chamada “sobre-programação” (*overprogramming*), que significa o excesso de determinação das coisas, incluindo os objetos de uso. Ele faz com que as pessoas apenas ‘adquiram’ coisas e precisem ser ensinadas a operá-las, ao passo que há poucas chances de que apreendam a partir de suas próprias ações. Illich discute intervenções em assentamentos informais no México e no Peru nesses mesmos termos: edificações produzidas profissionalmente em meio a espaços informais não apenas criam dependência, mas também desvalorizam a autoprodução, já que muitos veem a sobre-programação como ‘progresso’.

Sociedades nas quais a maioria das pessoas depende, para a maioria de seus bens e serviços, do capricho, da simpatia ou da habilidade de outras pessoas são chamadas de ‘subdesenvolvidas’, enquanto aquelas nas quais viver se transformou num processo de fazer encomendas num imenso catálogo comercial são chamadas de ‘avançadas’.²⁸

Para Illich, deveríamos, em vez disso, “simplificar as ferramentas” e “possibilitar aos leigos que dêem forma ao seu ambiente de acordo com seu próprio gosto”.²⁹

Embora a nossa perspectiva seja similar à de Illich em muitos aspectos e embora ele use o termo “ferramenta”, num sentido muito amplo (incluindo instituições e “sistemas produtivos para mercadorias intangíveis”, tais como as escolas³⁰), temos razões para preferir o termo *interface*. Enquanto Illich é crítico dos propósitos da ciência ocidental moderna, ele parece relativamente confiante nos seus princípios e métodos. Sua escolha do termo ferramenta ecoa essa confiança, sugerindo um questionamento que visa sobretudo às aplicações das descobertas científicas e à escala de tais aplicações. Illich chega a propor que se reconheçam escalas e limites ‘naturais’ para garantir que uma sociedade futura não seja dominada pela indústria. Mas a ciência e a tecnologia não são neutras. Horkheimer, Adorno e outros teóricos críticos, entendendo que a dialética do esclarecimento vai muito além do lugar-comum de que ‘as máquinas escravizam os seres humanos’, são críticos também da própria lógica da ciência e da filosofia.³¹ Preferimos o termo *interface* porque ainda está menos comprometido com essa lógica, especialmente com o princípio da causalidade. Uma interface é algo que separa e conecta ao mesmo tempo; algo que nem sequer determina a natureza da mediação que possibilita (de separação ou de conexão).

Nosso grupo de pesquisa desenvolveu uma interface, uma espécie de ferramenta de convivencialidade. A Interface de Espacialidade, como é chamada, é um conjunto de tubos de PVC de dimensões coordenadas, conectores de madeira laminada, cordas e pinos para a estabilização da estrutura, e peças de tecido de diferentes tipos e tamanhos. Ela pode ser usada para criar espaços

efêmeros ou para discutir e ‘sentir’ espaços antes de construí-los de fato. Como ela é muito fácil de montar, as pessoas podem experimentar rapidamente diferentes arranjos espaciais. O design da Interface de Espacialidade foi desenvolvido com “o propósito de continuar, de manter o processo em andamento”, como diria Jones. Precisávamos de algo para estimular o engajamento corporal, imaginativo e coletivo das pessoas num processo simultâneo de construção e uso. Por isso o desenho é aberto e concebido segundo a lógica do objeto, não segundo a lógica desse ou daquele uso prescrito. Suas partes e peças são cuidadosamente determinadas, mas os espaços que criam e seus usos não são. A Interface já foi usada em diversos contextos, algumas vezes com a nossa presença como mediadores e com um propósito bem definido, outras vezes sem a nossa presença e apenas com o intuito de manter um processo em andamento. Aprendemos muito com cada situação de uso, e isso tem realimentado nosso exercício prático de crítica.

Um exemplo de uso aberto dessa interface foi o evento *Lote de Ideias*, para o qual ela foi inicialmente desenhada.³² Tratava-se de ocupar publicamente, por um dia, um lote vago de propriedade privada. A fim de atrair o público, convidamos vários grupos de artistas, não para fazerem apresentações dos próprios trabalhos, mas apenas para se engajarem na apropriação do lote vago junto com as outras pessoas presentes, usando ou não a Interface de Espacialidade. Um caso interessante se deu quando uma dupla de dançarinos decidiu usá-la, já montada por outras pessoas, para improvisar uma performance. Eles dançaram na (ou com a) interface tal como estava dada,

sem (des)montar nenhuma parte ou mudar qualquer coisa, e até ficaram preocupados quando desconectaram algumas peças involuntariamente. A interface foi usada como qualquer espaço acabado: um pano de fundo do evento que estavam criando. O espaço estabelecido foi mais importante do que seu potencial de transformação.

Depois de assistirmos aos dançarinos ficamos um pouco desapontados com as limitações da Interface de Espacialidade quanto ao propósito de manter um processo em andamento. Embora o tempo necessário à montagem não fosse um problema para outras pessoas, era impossível dançar e simultaneamente reconstruir o espaço usando a interface disponível. Ela havia se tornado um objeto pronto, ao menos temporariamente. Os dançarinos, porém, pareciam felizes com a interface; mesmo não a tendo usado como instrumento aberto, disseram que a acharam “inspiradora”. Alguns meses mais tarde soubemos que um de nossos colegas do evento *Lote de Ideias* havia sido incumbido pelos dançarinos da criação do cenário para seu próximo espetáculo, que acabou se tornando o maior e mais premiado sucesso da dupla até então. O cenário proposto era todo móvel e montado durante a dança, de maneira que a performance dependia do engajamento dos dançarinos com os objetos e a luz. Eles simultaneamente dançavam e construíam o espaço da dança. O cenário era a interface perfeita para a lógica da dança.

Não estamos sugerindo que tenhamos tido qualquer mérito na criação desse cenário. Mas gostaríamos de considerar a hipótese de que o exercício prático da crítica engendrado pela Interface de Espacialidade tenha

influenciado tanto os dançarinos quanto o designer. O aparente fracasso da Interface de Espacialidade como crítica prática, quando usada pelos dançarinos, foi superado pela bem sucedida difusão do 'vírus da crítica'. A questão a ressaltar nessa história é o caráter limitado de qualquer interface em contraposição ao caráter ilimitado da crítica (teórica e prática). Interfaces são bem-vindas somente quando são críticas e provocam mais autonomia.

Última questão

O principal objetivo do grupo de pesquisa MOM é desenvolver uma crítica incisiva das práticas convencionais de arquitetura. Para isso recorreremos à teoria, à pesquisa de campo e a experimentos com a mediação e o desenho de interfaces. Tais experimentos são informados pela crítica e, por sua vez, informam a própria crítica. É nosso propósito investigar e testar meios abertos para possibilitar práticas alternativas e autônomas de produção de espaços comuns, cotidianos. A maioria das iniciativas arquiteturais que lidam com espaços comuns tem se concentrado na solução de problemas e tem fracassado sistematicamente. Os problemas que abordam se resumem, em última análise, a um problema coletivo de exclusão, que pede por uma crítica abrangente em vez de limitadas tentativas de solução. É inquestionável que o espaço (a arquitetura, portanto) seja essencial às práticas sociais. Por isso a arquitetura precisa ser discutida em termos sociais, econômicos e políticos, e não como solução imediata para problemas circunscritos e sempre definidos pelo mesmo contexto social que lhes dá origem.

Um exemplo ilustrativo de como funciona a solução de problemas são as intervenções da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) nas comunidades indígenas brasileiras. Tradicionalmente, essas comunidades produziam seus espaços numa lógica circular, não apenas construindo espaços circulares, mas também circulando pelo território, isto é, mudando-se a cada vez que os recursos de determinada área se tornavam escassos. A construção era feita paralelamente com outras atividades cotidianas de trabalho e lazer, pouco a pouco, sem nenhuma ansiedade para terminar. Hoje, os grupos perderam a maior parte de suas terras e não podem mais viver dessa maneira. Entre outras consequências, isso gerou um problema de saneamento, para o qual a Funasa criou uma suposta solução: um banheiro prefabricado a ser instalado ao lado de cada casa. Ela não apenas não resolveu nada, como gerou vários problemas novos. Os banheiros se tornaram criadouros de insetos, cheiram mal e acabarão contaminando o solo e a água, pois seus usuários não têm meios de realizar a manutenção necessária.

Ainda que o exemplo seja quase caricatural, é fato que todas as estratégias de solução de problemas seguem uma lógica muito semelhante. O primeiro passo, como o nome indica, é estipular o problema de maneira clara e precisa. Apenas isso já basta para isolar da vida real e da complexidade de suas contingências qualquer passo subsequente. Ademais, a estratégia negligencia as pessoas reais, porque pessoas reais não se comportam segundo uma lógica simples de causa e efeito; elas têm imaginação, juízo e livre arbítrio que vão muito além disso.

Em oposição às práticas de solução de problemas estão

as possibilidades indicadas por Jones, Flusser e Illich. Seus métodos visam a processos em vez de produtos, a desenhos de interfaces em vez de desenhos de soluções acabadas. Contudo, essas possibilidades também significariam mudanças na produção da arquitetura enquanto mercadoria. Sabemos que, hoje, nenhum empresário ou administrador público consideraria essa ideia 'sustentável', pois se entende por sustentabilidade sobretudo a garantia de lucro ininterrupto. Mas talvez devêssemos considerar também que um em cada seis seres humanos mora numa favela ou ocupação semelhante e que esse número está aumentando. Por isso práticas alternativas centradas no valor de uso mais do que no valor de troca não são tão utópicas quanto parecem à primeira vista. Práticas informais podem se beneficiar de novos instrumentos (legais, informacionais e físicos) para prover maior autonomia para os produtores e tornar mais fáceis seus experimentos. E embora o nosso foco de pesquisa não sejam as práticas formais, essas também poderiam se tornar mais orientadas a processos, com ênfase menor na mercadoria edificada e ênfase maior na construção mais flexível e menos impositiva, que acomodasse interferências cotidianas tanto de trabalhadores quanto de usuários. Acreditamos que a crítica, a mediação e a produção de interfaces são maneiras de alcançar isso. Ainda que possa haver muitas outras, essas são as nossas alternativas de pesquisa contra as práticas normativas, heterônomas e de solução de problemas.

Silke Kapp • Priscilla Nogueira • Ana Paula Baltazar

Arquiteto sempre tem conceito - esse é o problema. In: *Projetar*, 2009, São Paulo. *Projeto como investigação: antologia*. São Paulo: Altermarket, 2009, s.p. (CD-Rom).

Escrevemos no contexto das discussões da pesquisa de mestrado de Priscilla Nogueira (*Prática de arquitetura para demandas populares: a experiência dos arquitetos da família*, NPGAU, 2010). Fizemos aqui uma revisão dos parágrafos que na publicação original compunham a “Introdução”, além de ajustes na divisão e denominação das seções.

Arquiteto sempre tem conceito...

[2009]

“Arquiteto sempre tem conceito... esse é o problema.” Eis o comentário que ouvimos de um trabalhador da construção civil, entrevistado durante uma pesquisa sobre auto-produção de moradias.¹ Respondendo à pergunta sobre uma possível participação de um arquiteto no projeto de sua casa, o entrevistado resumiu nessa frase todo o seu estranhamento frente às aspirações dos arquitetos com que tivera contato. Ela indica a distância entre um público à procura de soluções espaciais ou construtivas relativamente simples e um grupo profissional habituado a fundamentar o próprio trabalho em concepções abstratas, que vão de doutrinas estilísticas a metáforas do universo literário ou filosófico.

Nosso intuito aqui é tentar elucidar tal contradição em termos históricos e sociais, pois não se trata de uma simples diferença de expectativas, mas do encontro entre dois *modi operandi* distintos que, no caso brasileiro, caracterizam a arquitetura pelo menos desde a inauguração da Academia Imperial de Belas Artes em 1826.

Para evitar confusões terminológicas, cabe esclarecer de antemão que entendemos por *arquitetura* o espaço

transformado pelo trabalho humano, não apenas aquela pequena porção projetada por arquitetos e reconhecida pelo campo acadêmico e profissional da arquitetura como legítima expressão de seus princípios em determinado momento histórico.² Em outras palavras, arquitetura inclui o espaço comum, cotidiano, 'ordinário', como diriam os ingleses, para além das obras que se pretendem extraordinárias ou são eleitas como tais pelos historiadores. É nesse sentido que nos referimos a dois modos de operar: um da prática teorizada e institucionalizada, cujo foco está no projeto e no discurso; e outro, bem mais amplo, da prática pautada na experiência empírica e focada na construção e no uso.

Inicialmente narramos um encontro desses dois modos (a partir de dados colhidos na já mencionada pesquisa e reunidos num caso típico), para depois analisá-los em termos mais amplos. Entendemos que encontros como esse tendem a ocorrer com frequência cada vez maior, pelo simples fato de o ensino de arquitetura ter se popularizado.³ Há hoje pelo menos dez vezes mais arquitetos em relação à população brasileira do que havia nos tempos áureos do modernismo. Arquitetos como Lucio Costa ou Oscar Niemeyer saíram da elite carioca do início do século XX e operaram num campo arquitetônico muito restrito. Que eles ainda figurem como modelos para estudantes de arquitetura⁴ é não apenas um anacronismo, como também a reprodução irrefletida de uma formação social extremamente desigual. É contraditório pleitear por uma sociedade mais igualitária e democrática e, ao mesmo tempo, perpetuar a ideia de uma prática profissional centrada em obras de arquitetura extraordinárias.

Importa analisar essa prática criticamente *vis-à-vis* um universo arquitetônico que ela sempre excluiu.

Fernanda, Wilson e os arquitetos

Fernanda se casou com Wilson há dois anos. Ela é vendedora, ele é técnico em informática. Compraram um lote de 240 m² numa região distante do centro, mas com infraestrutura, transporte e comércio. Têm algumas economias e podem usar parte de seus salários na construção. Na vizinhança, todo o mundo constrói da mesma maneira: estruturas de concreto, lajes, paredes de alvenaria, esquadrias metálicas. Apenas os acabamentos são mais variados. As casas não têm aprovação da Prefeitura, que também não se dá ao trabalho de fiscalizar essa região. Elas são construídas por mestres de obras, pedreiros e outros trabalhadores mais ou menos qualificados, que ajudam a decidir o quê e como fazer. Em geral, trabalham por empreitada e sem carteira assinada. Materiais de reposição frequente, como cimento, areia e brita, vêm de lojas próximas. Louças, acabamentos e outros itens especiais são comprados em lojas maiores, onde a oferta é mais diversificada e os preços são mais baixos.

O casal pretende construir pelo mesmo processo, mas quer contratar um projeto. Simplesmente não conseguiram arranjar tudo o que imaginam na casa e na área externa. Um arquiteto lhes foi indicado pela sogra de um amigo; a filha de uma prima se formou em arquitetura; um engenheiro tocou a obra de outro amigo; e ainda escolhem alguns nomes no catálogo telefônico.

Conversam primeiro com o engenheiro, que propõe repetir um projeto que já executou antes e cujo custo sabe

indicar com razoável precisão. Mas a casa é “meio massuda” como diz Fernanda, e elimina a possibilidade de uma área de churrasqueira.

A aproximação aos arquitetos é mais tímida. Como o casal tem receio do preço, deixam logo claro que seu orçamento é limitado. Em dois casos, não passam do primeiro telefonema. Em outros três, chegam a explicar pessoalmente o que pretendem, pois nenhum arquiteto lhes diz pelo telefone quanto cobrará. Nas conversas iniciais ficam sabendo que um projeto inclui várias etapas e que devem contratar engenheiros para medir o lote e definir fundações, estrutura, tubulações, e também para supervisionar a obra. Um dos arquitetos lhes mostra um projeto completo: imagens que parecem fotografias, uma planta mais simples para a Prefeitura, muitos outros desenhos complicados.

Wilson pensa que se tivessem uma planta, seria suficiente – os pedreiros que ele conhece dariam conta de construir com um planta. Tenta explicar isso ao arquiteto, mas não o convence. Pergunta se poderiam contratar só a primeira etapa, até o anteprojeto. O arquiteto diz que, se quiserem construir, precisam de todos os projetos, porque além das questões técnicas, há o problema dos direitos autorais. Wilson estranha que outra pessoa tenha direitos sobre sua casa.

De qualquer modo, pedem propostas de preço aos arquitetos, que demoram a chegar. Acabam contratando a filha da prima, recém-formada, que fez o preço mais baixo e com quem se sentiram mais à vontade para conversar. Encontram-na no lote num sábado de manhã para acertar tudo. A arquiteta faz uma lista dos cômodos: dois quartos

e uma suíte, banheiro, cozinha, sala etc. Os recortes de revista que levam não parecem interessá-la. Combinam uma reunião para ela mostrar o estudo. Dois meses depois chegam ao escritório, mortos de curiosidade.

Os desenhos são bonitos como aqueles que viram antes e Fernanda se empolga com os acabamentos. Passa pela cabeça de Wilson que vão construir um muro na frente e ninguém vai ver a casa daquele jeito. A arquiteta explica o projeto, fala de volumes, planos, elementos, vãos, ritmo, visadas, comunicação, fluidez, mas não entendem muito bem o que quer dizer. Também é difícil entender como a casa seria por dentro, apesar dos móveis nos desenhos.

Wilson nota que a parte externa está quase toda ocupada por um gramado, enquanto a churrasqueira ficou pequena. Além disso, ele quer fazer uma parede de pedras, como viu num restaurante. Fernanda pergunta se cabe uma mesa na cozinha e como se limpa a vidraça da escada. E ela se preocupa com a falta de um lugar para secar roupa do lado de fora. A arquiteta diz que uma parede de pedras não combinaria com o conceito da casa e que a roupa pode secar na área de serviço. Mas ela promete aumentar a cozinha.

Wilson ainda pergunta se eles poderiam construir apenas uma parte, porque acha que a obra vai ficar cara. A arquiteta explica que será mais barato fazer tudo de uma vez, talvez com um financiamento. Como ela é muito simpática, não insistem. Também não lhe pedem mudanças além do aumento da cozinha, porque ela teria o trabalho de fazer todos aqueles desenhos de novo. Combinam que vão estudar o anteprojeto e telefonar para começar a próxima etapa.

Nos dias seguintes o mal-estar do casal aumenta. O projeto é bonito, mas parece de revista. Não é exatamente como imaginaram sua casa. Quando a arquiteta liga, falam de problemas familiares e que vão esperar um pouco mais para construir. Acertam o pagamento do anteprojeto e prometem entrar em contato.

Depois fazem seus próprios desenhos em papel quadriculado. Até aproveitam uma ou outra ideia da arquiteta, mas não a procuram de novo. A construção acontece como as de todos os vizinhos, com alguns percalços e várias mudanças de planos ao longo da obra. Quando se mudam um ano depois, ficam satisfeitos com o resultado. Ainda falta muita coisa que será terminada aos poucos. Wilson já planeja um novo cômodo sobre a laje da garagem.

Demandas populares

A história de Fernanda e Wilson narra o encontro entre os dois diferentes modos de operar referidos no preâmbulo: um tipo de demanda que aqui denominaremos ‘popular’ se depara com uma prática profissional que aqui denominaremos ‘convencional’.

Começamos pela análise da demanda. Nosso foco para isso é o contexto de uma metrópole brasileira, mas ela foi constatada de modo bastante semelhante em outros contextos, como, por exemplo, por Flora Samuel na Inglaterra.⁵

Demandas populares se caracterizam, em primeiro lugar, pelo fato de serem oriundas de pessoas físicas ou pequenos grupos, e não de empresas, nem de instituições públicas. Na maior parte dos casos, trata-se de necessidades relacionadas à moradia, embora também possam incluir usos mistos, pequenas instalações produtivas ou

comerciais e até equipamentos coletivos criados por iniciativa de seus usuários. Portanto, não são propriamente populares as demandas de projetos arquitetônicos para a produção de massa de habitações por construtoras e incorporadoras ou pelo poder público, mesmo que os empreendimentos se destinem ao chamado ‘segmento popular’. Como esses projetos são muito mais determinados pelas necessidades dos empreendedores (lucro, racionalização, cronograma, administração, poder político) do que pelas necessidades dos moradores, poderíamos classificá-los como demandas empresariais ou institucionais.

Um segundo aspecto característico das demandas populares é o fato de contarem com recursos financeiros relativamente limitados. Isso determina, por um lado, o processo de execução das construções e melhorias: em geral são empreendimentos autoproduzidos e mais ou menos informais (voltaremos a esse ponto em seguida). Por outro lado, a limitação de recursos tem relação direta com as funções que a moradia cumpre. À diferença das demandas de elite, que Sérgio Ferro descreve sob a epígrafe “a mansão”, não se trata do “maior acúmulo de elementos supérfluos compatíveis com o funcionamento e a sanidade mental”.⁶ Desejos e sonhos existem, têm suas peculiaridades, mas não se transformam em “consumo conspícuo”, como dizia Veblen no final do século XIX.

Para Veblen, o consumo ostensivo da “classe ociosa” – não trabalhadora – se funda numa situação pecuniária, mas passa “rapidamente a determinar a maneira de viver como também a educação e a atividade intelectual”.⁷ Essa determinação não existe da mesma maneira nas demandas

populares. Não é “imprescindível discriminar cuidadosamente entre o nobre e o ignóbil nos bens de seu consumo”, não é preciso “cultivar o gosto”, nem se tornar “*connoisseur* dos vários graus de valor dos alimentos, das bebidas e dos adornos masculinos, do vestuário adequado, da arquitetura, das armas, dos jogos, das danças e dos narcóticos”.⁸

O sociólogo Pierre Bourdieu investigou extensamente e de modo bem mais sutil do que Veblen essa relação entre a posição social dos indivíduos ou grupos, seu capital econômico e seus capitais não econômicos, tais como educação formal e formação incorporada, prestígio e títulos, redes de influência e acesso a posições de poder. Apesar de as pesquisas empíricas de Bourdieu terem sido realizadas em contextos muito diferentes do de uma cidade brasileira do século XXI, o que ele denomina “gosto de necessidade” nos parece pertinente às demandas populares discutidas aqui. Chave para compreender essa categoria é a noção de *habitus*, que Bourdieu entende como o processo de socialização incorporado pelo indivíduo na forma de sua linguagem, seus hábitos cotidianos e modos de agir, seu estilo de vida e seu gosto. Bourdieu evidencia que “a classe social não é definida somente por uma posição nas relações de produção, mas pelo *habitus* de classe que, ‘normalmente’ (ou seja, com uma forte probabilidade estatística), está associado a essa posição”.⁹

O que uma pessoa consome ou possui, assim como aquilo que almeja, resulta, não apenas das suas condições econômicas, mas igualmente do *habitus* que essas condições criam. Nas classes populares isso se expressa, segundo Bourdieu, pelo gosto de necessidade, isto é, pela adaptação de preferências e desejos a um universo de “oportunidades

objetivas".¹⁰ O gosto de necessidade busca coisas aparentemente práticas, sem afetação, contrapostas de maneira relativamente direta à privação que combatem. No entanto, não se trata de um simples cálculo funcional. Necessidades podem ser "do estômago ou da imaginação", como diz Marx.¹¹ A lógica das oportunidades objetivas se manifesta com maior evidência quando ultrapassa o que seriam necessidades "do estômago":

E as próprias escolhas que, do ponto de vista das normas dominantes, parecem ser as mais 'irracionais', têm como princípio o gosto de necessidade [...]. Por exemplo, o gosto por enfeites de fantasia e por bugigangas berrantes que povoa 'salões' e 'entradas' com penduricalhos e bibelôs de feira inspira-se em uma intenção desconhecida dos economistas e estetas comuns, a saber: obter o máximo 'efeito' [...] pelo menor custo, fórmula que, para o gosto burguês, é a própria definição da vulgaridade.¹²

Bourdieu diz que o gosto de necessidade implica uma "renúncia a lucros simbólicos".¹³ Isso não se refere à noção do simbólico que arquitetos como Charles Jencks difundiram a partir do fim dos anos 1960, aludindo a qualquer significado da arquitetura para além daquela apreensão descrita pela psicologia da Gestalt.¹⁴ O lucro simbólico que Bourdieu tem em mente é uma forma de fortalecer ou melhorar a posição social de um indivíduo ou grupo. Dito de outro modo, o gosto de necessidade envolveria pouca ou nenhuma aspiração a capitais não econômicos, tais como originalidade, prestígio, estilo, refinamento.

O tema é delicado porque entre nós, arquitetos, treinados para a produção de lucro simbólico, há uma tendência a universalizar essa aspiração, como se ela pudesse ser

invariavelmente atribuída a qualquer pessoa. Nessa perspectiva, dizer que determinado grupo não procura lucro simbólico por meio da arquitetura parece equivaler a um tratamento preconceituoso ou excludente. É como se fosse imputada a alguns a penosa renúncia a uma característica essencial ao ser humano em geral. Porém, nem tudo o que vai além das necessidades “do estômago”, como pretensões estéticas ou expressivas, implica necessariamente lucro simbólico. A distinção mediada por um campo cultural especializado só tem função no contexto social que a produz, e isso vale também para o bom gosto, a originalidade ou a vanguarda oferecidos pelos arquitetos. O acesso a produtos refinados, originais, autênticos ou avançados, além de distinguir a classe dominante das classes populares, define posições no interior da própria classe dominante, que por sua vez é segmentada em frações de maior e menor poder. Especialmente para a fração dominada da classe dominante (na qual Bourdieu inclui intelectuais, artistas e também arquitetos), o lucro simbólico é decisivo porque possibilita alcançar posições melhores dentro de uma estrutura dada. Mas essa importância não é universal. Para que as classes populares se livrem da dominação, não basta lucro simbólico dentro de estruturas estabelecidas. É preciso que as próprias estruturas da totalidade social mudem substancialmente.

Em contraposição à ideia de que a população em geral buscaria como que automaticamente uma identificação com a classe dominante, Bourdieu acentua que o gosto popular também costuma conter “uma advertência contra a ambição de se distinguir pela identificação com outros grupos, ou seja, uma chamada à solidariedade de condi-

ção”.¹⁵ Isso não é mera resignação. Em alguns eventos “as propriedades negativamente avaliadas pela taxonomia dominante”¹⁶ são revertidas em propriedades positivas pelos próprios movimentos populares. Bourdieu cita a estratégia *Black is beautiful*, mas pode-se compreender no mesmo registro o recente manifesto *Favela patrimônio da cidade*.¹⁷ Ambos não existiriam se não houvesse uma “taxonomia dominante” que avalia negativamente a pele negra ou a produção espontânea do espaço na favela, mas ambos são mais afins aos interesses das classes populares do que a ideologia do embranquecimento ou a urbanização forçada das favelas nos moldes da cidade formal.

Tudo isso não quer dizer que não haja individualidade ou que a arquitetura dos espaços populares seja uniformizada, tal como queria Le Corbusier ao pleitear “casas em série” com o argumento de que “todos os homens têm as mesmas necessidades”.¹⁸ A imensa variedade de configurações espaciais em assentamentos espontâneos, assim como as múltiplas interferências dos moradores em monótonos conjuntos habitacionais, demonstram o equívoco desse pressuposto. Um dos primeiros estudos nesse sentido foi realizado na década de 1960 por Philippe Boudon, num conjunto projetado pelo próprio Le Corbusier em Pessac.¹⁹ Nosso intuito aqui é apenas de evidenciar a existência de demandas por configurações espaciais e soluções técnicas que não aspiram a obras de arquitetura análogas a obras de arte, nem tampouco àquele tipo de diferenciação que um arquiteto pode prover por meio de seu repertório estilístico. Mesmo a popularização da arquitetura modernista no Brasil não indica necessariamente um desejo de imitação da classe dominante. Em lugar de

pressupor tal desejo, caberia investigar melhor até que ponto essa popularização se deve aos trabalhadores da construção, motivados simplesmente por facilidades operacionais (materiais e conhecimentos disponíveis).

Autoprodução

Como já dito, a limitação de recursos e também o *habitus* correlato, fazem com que a maior parte das demandas populares dê origem a empreendimentos autoproduzidos. Entendemos por autoprodução o processo em que os próprios usuários tomam as decisões sobre a construção e gerem os respectivos recursos. Essa autoprodução pode estar associada à autoconstrução ou pode ser realizada apenas pelo trabalho de terceiros. No entanto, o pequeno empreendedor que constrói para venda ou aluguel, reproduzindo com alguma sistematicidade os expedientes de maximização de lucro do capital de construção ou do capital rentista, não pertence à categoria do autoprodutor porque não é usuário dos espaços que produz.

A autoprodução advinda de demandas populares visa prioritariamente a valores de uso cotidianos, não a valor simbólico, nem a valor de troca, nem à extração sistemática de mais-valia que caracteriza a produção capitalista de imóveis.

Para esclarecer esse aspecto, é importante não equiparar mercado imobiliário, produção capitalista de imóveis e especulação imobiliária.²⁰ Embora os discursos neoliberais tenham nos habituado a identificar esses termos, cabe lembrar que *mercado* é uma instância de compra e venda, *capitalismo* é um modo de produção, e *especulação* é um expediente improdutivo de apropriação circunstancial de

valor. Todo produto, seja qual for seu modo de produção, pode chegar ao mercado e pode até se tornar objeto de especulação. Mas da mesma forma que um artesão autônomo não se transforma em capitalista pelo fato de vender mercadorias, a autoprodução não se transforma em produção capitalista ou especulação imobiliária pelo fato de seu produto comparecer no mercado imobiliário em algum momento. A categoria de uma autoprodução capitalista talvez caiba unicamente à mansão que Sérgio Ferro analisa: seu morador compra matéria-prima, técnica e força de trabalho e os emprega em relações de produção “próximas das que estabelece na sua indústria ou em outro negócio qualquer”.²¹ A mansão é, como se diz, um investimento. Ainda que tenha também valor de uso (sobretudo simbólico), é construída para proporcionar lucro financeiro quando vendida. Via de regra, a autoprodução popular não é ditada por essa lógica.

Consequentemente, os expedientes de racionalização e aumento do chamado valor agregado (mais-valia) são estranhos à autoprodução. Em lugar de predeterminar um resultado, ela se faz pela interação direta e contínua entre usuários e trabalhadores da construção. As decisões são tomadas durante o processo e, em muitos casos, apenas com o conhecimento técnico de que a própria mão de obra dispõe e com informações obtidas em lojas de materiais de construção, revistas, websites ou com amigos que tenham alguma experiência. A mediação por documentos técnicos é secundária. Mesmo quando existe um desenho formalizado do produto final, o que é antes exceção do que regra, ele se torna rapidamente obsoleto pelo caráter aberto do processo produtivo: os participantes imaginam

soluções, começam a execução, avaliam os resultados parciais, repensam, se reorientam pelas oportunidades e dificuldades que surgem ao longo da construção. Nem mesmo os recursos financeiros são planejados e contabilizados sistematicamente, apesar de sua relativa escassez.

Do ponto de vista técnico, não seria difícil apontar falhas ou fragilidades nos processos típicos de autoprodução. Contudo, como mostra André Gorz, a competência técnica costuma servir em primeira instância à perpetuação da divisão hierárquica do trabalho e das relações de produção capitalistas e apenas em segunda instância ao aumento da produtividade do trabalho. A subordinação ao comando, a predefinição dos resultados, a normalização dos gestos, o registro minucioso dos recursos, mais do que eficazes para um único canteiro, são imprescindíveis para garantir que suas condições se repitam em todos os canteiros futuros. Como a autoprodução não tem esse pressuposto, não precisa suprimir a inventividade dos trabalhadores nem cuidar para que respeitem hierarquias, sigam ordens e se mantenham ignorantes quanto à totalidade do processo. Gorz relata o funcionamento de fábricas nas quais, em razão da mobilização operária maciça, as coerções do trabalho foram suprimidas e os trabalhadores puderam organizá-lo a seu modo, o que resultou em “saltos espetaculares de produtividade, em geral da ordem de 20% ao ano durante vários anos consecutivos”.²²

O cartão de ponto ao entrar e sair da fábrica foi abolido; a cantina é a mesma para operários e dirigentes; os controladores, supervisores, guardas ou outros ‘suboficiais da produção’ foram abolidos; o número e a duração dos intervalos

foram deixados a critério dos trabalhadores. As tarefas anteriormente parceladas foram recompostas de modo que cada indivíduo e cada grupo tenha a responsabilidade de um produto complexo [...]. Os técnicos e engenheiros não têm mais o poder de comando: estão lá para colocar seus conhecimentos técnico-científicos à disposição dos operários e ajudá-los assim a resolver problemas técnicos [...]²³

Em alguma medida, as condições dessas fábricas auto-geridas remetem aos canteiros da autoprodução. Sua aparentemente misteriosa viabilidade advém do fato de dispensarem as deseconomias implicadas no controle centralizado da produção, incluindo os projetos técnicos enquanto instrumentos desse controle. No entanto, a autoprodução na construção, ao contrário das fábricas autogeridas, não costuma ter nenhuma forma alternativa (não controladora) de acesso sistemático ao conhecimento técnico-científico.

Campo arquitetônico

Que a prática convencional de projeto não se combina facilmente com a autoprodução é evidente: arquitetos são treinados para projetar obras com alto nível de formalização técnica, que pressupõem soluções inteiramente definidas e uma estrutura especializada de execução, com projetos complementares, orçamentos, cronogramas e um canteiro organizado hierarquicamente e comandado por pessoas que conhecem os códigos do desenho técnico. Esse aparato produtivo é um de seus pressupostos, sejam os arquitetos responsáveis por boa parte dele (como na França ou na Alemanha), sejam responsáveis apenas pela chamada forma (como no Brasil).

Todavia, o hiato entre as demandas populares e a forma de atuação dos arquitetos é mais fundamental do que seus sintomas no momento da execução, tais como “desobediências” ao projeto, imprecisões na execução ou pranchas de detalhes ignoradas.

Os modelos de atuação profissional para os quais arquitetos são formados se definem no “campo da arquitetura”, analisado por Garry Stevens a partir dos conceitos de Bourdieu. Um campo é “um conjunto de instituições sociais, indivíduos e discursos que se suportam mutuamente” na disputa por privilégios em relação a outros campos.²⁴ Stevens considera que a incumbência que dá origem ao campo arquitetônico é a perpetuação e ampliação de capital simbólico para a representação do poder. “O campo arquitetônico é responsável pela produção daquelas partes do meio ambiente construído que as classes dominantes usam para justificar seu domínio da ordem social. Edifícios do poder, edifícios do Estado, edifícios de reverência, edifícios para respeitar e impressionar.”²⁵

Em outras palavras, a noção de arquitetura a que nos referimos no início (o espaço transformado pelo trabalho humano) não coincide com o entendimento tradicional no campo arquitetônico. Pelo contrário, o campo se contrapõe à produção genérica do espaço construído. Seu relativo sucesso ao longo do tempo, isto é, a permanência das instituições acadêmicas e profissionais que o compõem, se deve ao fato de ter conseguido exclusividade na concepção daqueles espaços extraordinários que supostamente expressam os valores culturais de uma sociedade (e que de fato expressam os valores da classe dominante). A prática arquitetônica se consolidou no contexto dos grandes

projetos para clientes abastados, tais como a Igreja, o Estado e a alta burguesia. Ainda hoje é raro que se façam edificações representativas sem a contratação de um arquiteto, ao passo que para as demais edificações isso ocorre com frequência.

Assim, as demandas populares sempre estiveram à margem dos interesses do campo arquitetônico e da imagem do arquiteto que nele se produz e se reproduz. Seu ideal é uma participação privilegiada na “economia das trocas simbólicas”.²⁶ Muitos autores nem sequer denominam “arquitetura” as construções que resultam de demandas populares, sobretudo quando autoproduzidas. Reyner Banham menciona ter ouvido de Ernesto Rogers que “não existe essa coisa de má arquitetura, apenas boa arquitetura e não-arquitetura”.²⁷

Arquitetura com conceito

O aumento significativo de cursos universitários no Brasil e a diversificação do seu público implicou que muitos dos ingressantes nas graduações de Arquitetura e Urbanismo já não provenham de contextos sociais em que a apreciação refinada da arquitetura extraordinária seja parte do *habitus*. A expectativa desses estudantes em relação à Arquitetura tende a estar mais próxima da expectativa de um casal como Fernanda e Wilson.

Contudo, o novato aprende logo, em geral já na primeira disciplina de projeto arquitetônico, que não basta pensar espaços, resolver questões construtivas ou tomar cuidados com um contexto natural e urbano. É preciso que cada projeto tenha um “conceito”, isto é, uma ideia central que pode estar ou não relacionada à situação concreta, mas

que de qualquer modo fará girar em torno de si todas as demais decisões, dando unidade, coerência e integridade ao desenho e ao discurso. Em outras palavras, o novato é introduzido aos valores sobre os quais o campo arquitetônico procura manter seu monopólio: a arquitetura para além da construção e da vida cotidiana, que gera lucro simbólico para os próprios arquitetos e para a parte privilegiada de seus clientes.

Esses valores e a respectiva prática são exemplarmente demonstrados por arquitetos como Peter Eisenman, Daniel Libeskind ou Frank Gehry.²⁸ Nos três casos, o conceito nada mais é que uma ficção que direciona o projeto. Essa ficção se transpõe em metáforas e representações, desembocando naquele “quebra-cabeça” que constitui uma das armadilhas mais comuns do processo convencional de projeto.²⁹ Uma situação real, com suas inúmeras e contraditórias variáveis, é transformada pelo arquiteto num problema bem delimitado e de solução aparentemente precisa, ou seja, num quebra-cabeça. O conceito é o condicionante absoluto que possibilita fixar (arbitrariamente) a maior parte das variáveis em questão.

Um caso bastante conhecido é o projeto do Bio-Centrum em Frankfurt de Eisenman, cujo conceito ou ficção inicial é a cadeia de DNA, metaforicamente transposta para a forma do edifício, embora não seja fruída na experiência do espaço.

Libeskind, por sua vez, trabalha mais com representações complexas ou narrativas do que com metáforas e analogias. Seu projeto do Museu Judaico em Berlim é a representação do caminho percorrido pelo povo judeu, combinado a uma malha que une endereços de intelectuais

alemães e judeus residentes na cidade antes do holocausto, gerando por fim o zigue-zague que determina a forma do edifício. Na proposta para o anexo do Museu Victoria & Albert em Londres, Libeskind parte da elaboração conceitual de uma espiral caótica, a espiral da história, que gira em torno de um centro móvel. E dentre as representações usadas no projeto das Freedom Towers em Nova Iorque está a coincidência entre a altura do edifício (1776 pés) e o ano da independência dos Estados Unidos.

Já Frank Gehry toma por conceito a própria formalidade, sem mediações metafóricas ou narrativas. Emblemático nesse sentido é o processo de concepção da forma do Museu Samsung, que parte de um empilhamento aparentemente aleatório de paralelepípedos, passa por uma ornamentação desse conjunto com tiras de papel contínuas para então chegar à forma final do volume externo. Essa forma é digitalizada e sua estrutura é definida no CATIA, programa extremamente sofisticado usado pelos técnicos da equipe de Gehry para viabilizar a construção.

Em todos esses exemplos, o conceito não só determina a origem formal do projeto, como prescreve uma espécie de montagem de quebra-cabeça. Mesmo que o objeto final não seja totalmente prefigurado, como seria um quebra-cabeça, o conceito e seu desenvolvimento fictício são tão determinantes para o processo de projeto que outras considerações, tais como as qualidades do espaço, o processo construtivo ou o contexto natural e urbano, se tornam secundárias. O conceito permite negligenciar dificuldades e contradições e ainda fornece uma explicação para a negligência que pode ser reproduzida com relativa facilidade na mídia, na política e nos salões.

Alguns autores criticaram as práticas de arquitetura para as quais Eisenman, Libeskind ou Gehry são exemplos. Adolf Loos, já no início do século XX e referindo-se aos protagonistas do *Jugendstil* vienense, tentou combater a distância entre discursos ou desenhos de arquitetos e o saber-fazer dos trabalhadores da construção e da auto-produção. Não que Loos quisesse conservar formas de produção tradicionais, pelo contrário. Mas, para ele, o domínio da produção arquitetônica pela cultura literária ou pela habilidade com o lápis não têm sentido senão o de desqualificar trabalhadores e autoprodutores e de mistificar um processo heterônomo de concepção dos espaços. Aliás, Loos diz que justamente os espaços, as ambiências, as articulações entre corpos humanos, eventos e construções se perdem na prática dos arquitetos do seu tempo. Quando vocifera contra o ornamento (isto é, o ornamento inventado no papel e desvinculado de sua execução) e defende o processo chamado de *Raumplan* (projeto espacial), sua tentativa é de combater essa perda. Loos não apenas resistiu por muito tempo à publicação de fotografias das construções que executou, por crer que suas características não seriam perceptíveis em imagens bidimensionais, como também produzia poucos desenhos e tomava grande parte das decisões ao longo do processo no canteiro.

Um autor mais recente a questionar a mistificação dos procedimentos de projeto arquitetônico é Reyner Banham. O último texto que escreveu, intitulado “*A Black Box. The Secret Profession of Architecture*” (uma caixa preta, a profissão secreta da Arquitetura), é uma crítica ferrenha ao *modus architectorum* e ao seu prestígio na cultura ocidental em detrimento de inúmeras outras maneiras de conceber e

realizar edificações. Para Banham, esse prestígio é injustificado, porque, na realidade, os projetos dos arquitetos não têm nenhuma qualidade excepcional, a não ser a que permite identificá-los como “arquitetura” (sempre extraordinária) e diferenciá-los do resto do mundo, isto é, da suposta não-arquitetura. Banham entende que arquitetos de fato apenas cultivam uma modalidade específica de desenho de construções criada no Renascimento italiano. Suas operações seguem padrões rígidos, embora raramente explicitados, que os (bons) alunos de arquitetura aprendem nos rituais do ateliê de projetos. Cada projeto deve demonstrar inovação e originalidade, e o “conceito” é a maneira de realizar esse pressuposto. Mas para que ele seja reconhecido no campo arquitetônico é imprescindível que obedeça a certas convenções. Assim como Loos, Banham critica o ensimesmamento desse processo: perpetua-se uma certa arte do desenho, não uma arte da construção e muito menos a arte da construção *tout court*.

Mencionamos antes que um campo é um conjunto de pessoas e instituições que se apoiam mutuamente no embate com outros campos. Mas seus membros não são apenas solidários. Também disputam entre si posições de maior privilégio, que acabam por dar acesso a projetos de alguma proeminência, reforçando, por sua vez, o reconhecimento. Para muitos profissionais, o modelo ainda é a figura do célebre arquiteto-artista, seja ele perseguido com entusiasmo ou apenas respeitado sem questionamentos.

Nessa “economia das trocas simbólicas”, a importância que um arquiteto atribui ao “conceito” e a outros valores de distinção do seu trabalho tende a ser mais determinada pelas suas próprias aspirações no campo arquitetônico do que

pelas aspirações de seus clientes. Para demandas de “edifícios do poder, edifícios do Estado, edifícios de reverência, edifícios para respeitar e impressionar” as aspirações de arquitetos e clientes podem até coincidir: “o arquiteto lucra mais projetando edifícios de bom gosto para pessoas de bom gosto e, ao mesmo tempo, demonstra seu próprio refinamento pela seleção de um cliente refinado, assim como, por seu lado, o cliente já demonstra seu refinamento ao selecionar um arquiteto refinado”.³⁰

Isso vale ainda para demandas institucionais em princípio destinadas às classes populares. Quando uma Prefeitura contrata com arquitetos “refinados” projetos de monumentos para a suposta valorização cultural de áreas de favelas, opera exatamente na mesma lógica, pois o lucro simbólico se destina aos próprios políticos em questão, não à população em geral.

Contudo, esse jogo dos refinamentos não tem nenhum valor para outros tipos de demanda, incluindo as demandas populares em discussão aqui. O conceito, aquela ficção metafórica, narrativa, teórica ou apenas formal que o arquiteto insere no processo de concepção de um espaço, aparece apenas como elemento estranho, isto é, como inútil complicação que interdita possibilidades e interferência no projeto e ainda pretende impedir transformações das construções ao longo do tempo. “Arquiteto sempre tem conceito... esse é o problema.”

Arquitetura sem conceito

Pode-se argumentar que o trabalho de projeto fundado em conceitos, sejam metafóricos, narrativos, formais ou de qualquer outra espécie, é uma resistência à banalização da

arquitetura e à sua submissão direta a ditames econômicos. A produção de massa não costuma operar com conceitos no sentido aqui discutido, mas com fatores como legislação urbana, regras dos agentes financiadores, racionalização da execução, estratégias de marketing. Trata-se de uma produção meramente instrumental do espaço, que emprega conceitos arquitetônicos, quando muito, como perfumaria nos produtos destinados ao público de altíssima renda. Em empresas como a MRV Engenharia, o arquiteto assume a função de mero “despachante”: seu trabalho se limita a ajustar sempre os mesmos desenhos, seguindo as mesmas cartilhas, para fornecer os mesmos documentos.³¹ Diante desse cenário, a possibilidade de elaborar projetos a partir de conceitos adquire um valor de liberdade ou humanidade. A aparente autonomia da arquitetura é vista como distanciamento ou até como crítica do raciocínio instrumentalizado para a lucratividade do capital. O próprio arquiteto assume o papel do humanista contra os tecnocratas.

A pergunta é se uma arquitetura sem conceitos equivale necessariamente a esse tipo de heteronomia. Entendemos que há diferenças importantes entre a prática do “arquiteto-despachante” e uma prática mais adequada a demandas populares. Quando se trata simplesmente de agenciar elementos para a produção capitalista de massa, o arquiteto raramente tem contato com os usuários de seus projetos, não lida com singularidades mas com repetições, tem pouca possibilidade de trabalhar a qualidade dos espaços ou sua interferência no ambiente urbano, e, finalmente, seu vínculo ao canteiro se restringe a obediência a parâmetros executivos indiscutíveis. Nada disso se aplica automaticamente ao atendimento de demandas populares e à

assessoria à autoprodução. Entendemos, pelo contrário, que tanto o público quanto os próprios arquitetos poderiam se beneficiar da difusão de práticas mais adequadas a demandas populares. Mas entendemos também que elas implicam uma transformação nos processos de projeto que vai além de pequenos ajustes procedimentais.

Em primeiro lugar, seria preciso abandonar a ideia de soluções fechadas que definem e impõem situações futuras, isto é, abandonar o pressuposto de que projetos “bem resolvidos” estimulam a imaginação dos seus usuários, instigam seu pensamento, otimizam suas tarefas ou tornam mais apazível seu cotidiano. Pelo contrário, o processo seria dominado por todos os participantes e aberto a intervenções a qualquer momento.

Em segundo lugar, caberia desatrelar ficções e formalismos projetuais de qualidades e articulações espaciais, como se essas últimas não pudessem ser originadas senão por meio de conceitos trazidos de fora. Para o público em questão, conceitos tendem a não ser mais do que constrangimentos desnecessários. Ele não está interessado em mistérios, mas, pelo contrário, em compreender as razões pelas quais determinadas soluções são propostas e discutidas. Quando essas decisões fazem sentido para todos os envolvidos, são preservadas, mesmo que em novas versões.

Em terceiro lugar, uma prática de atendimento a demandas populares não pode ser igualada ao ato de projetar ou desenhar, como se todas as outras atividades (desde falar ao telefone até visitar terrenos) não fizessem parte do trabalho. O desenho seria usado quando útil, porém de forma suficientemente clara para que sua compreensão não se restrinja a iniciados.

Finalmente, essa prática precisaria ser capaz de lidar com uma organização não-capitalista do canteiro, dispensando hierarquias e boa parte dos aparatos técnicos auxiliares. Talvez assim até o entrevistado cuja resposta deu origem ao título deste texto fique à vontade para contratar um arquiteto.

**Silke Kapp • Ana Paula Baltazar • Rebekah Campos • Pedro
Magalhães • Lígia Milagres • Patrícia Nardini • Bárbara
Olyntho • Leonardo Polizzi**

Arquitetos nas favelas: três críticas e uma proposta de atuação. In: *Anais do IV Congresso Brasileiro e III Congresso Ibero-Americano sobre Habitação Social: Ciência e Tecnologia*. Florianópolis: PósArq/ UFSC, 2012, s.p. (CD-Rom).

O argumento, fruto de uma discussão bastante ampla no grupo de pesquisa, foi apresentado por Leonardo Polizzi no congresso acima referido, e por Ana Baltazar e Silke Kapp no 2º *Encuentro Latinoamericano de Arquitectos de La Comunidad*, 2012, em Buenos Aires e La Plata (sem publicação de anais). Seguimos aqui a versão do texto usada nesse segundo evento, suprimindo alguns parágrafos iniciais da versão de Florianópolis, cujo conteúdo (a autogestão de empreendimentos habitacionais e sua erosão pelas políticas públicas recentes) foi abordado em outros artigos (cf. “Casa alheia, vida alheia”, “O paradoxo da participação” e “Direito ao espaço cotidiano”).

Arquitetos nas favelas

[2012]

Muitas cidades latino-americanas experimentaram, nas últimas duas décadas, um crescente investimento em iniciativas de melhoria dos territórios urbanos informalmente ocupados pela população pobre, tais como as favelas brasileiras. Isso inclui programas públicos, projetos internacionais, apoio de organizações não governamentais, pesquisas acadêmicas e projetos artísticos e técnicos dos mais diversos matizes. O “engajamento na informalidade” se tornou um “paradigma internacional de trabalho”.¹

O objetivo do presente artigo é discutir três diferentes tipos de atuação de arquitetos e urbanistas nesse contexto. A partir do seu exame crítico, arriscamo-nos então a indicar uma quarta possibilidade, que temos procurado explorar no Grupo MOM com base em extensas pesquisas de campo nas favelas da cidade de Belo Horizonte (Brasil).

Nossas análises têm por critério fundamental o grau de abertura que as práticas dos arquitetos oferecem a decisões e ações das comunidades. Consideramos *negativos* processos que criam novas dependências para os (ditos) beneficiários, e avaliamos *positivamente* a ampliação do seu poder político-espacial. No horizonte dessa avaliação

está a ideia de *autonomia coletiva*, entendida como o direito e a capacidade de os grupos definirem as normas que regem a produção do seu espaço. Autonomia é, assim, bem mais do que participação popular. Enquanto essa última sugere moradores convidados num processo cuja estrutura foi definida pelos profissionais ou pelo Estado, autonomia implica processos orquestrados pelos moradores, nos quais os profissionais e o Estado seriam os (eventuais) convidados.²

Cabe advertir que os tipos de atuação delineados em seguida têm caráter conceitual. É improvável que algum profissional atuante se identifique inteira e exclusivamente com um desses três tipos. Por outro lado, também é improvável que não encontre indícios de um ou mais deles em suas práticas. Vale a pena pensar em como, ainda que na melhor das intenções, cada profissional perpetua de algum modo a lógica heterônoma que está na origem das favelas, da segregação urbana e da desigualdade social em geral.

Atuação tecnocrática

Esse primeiro tipo caracteriza a situação em que os profissionais trabalham na cidade informal assumindo o papel de agentes da formalidade, isto é, como contratados ou funcionários do Estado. Sua atuação segue as diretrizes das políticas públicas que estão encarregados de implementar, de modo que se dedicarão a melhorias emergenciais ou grandes projetos, atendimento individual ou global, processos participativos ou impositivos, conforme o ditarem tais diretrizes.

Justamente essa predefinição de objetivos, normas e procedimentos é a principal característica da atuação

tecnocrática. O arquiteto pode cumpri-los com convicção, resignação ou espírito crítico, mas é fato que não pode mudá-los radicalmente no contexto de um trabalho específico, encomendado pelo Estado. A heteronomia está posta de antemão para o profissional e, o que é mais importante, para a comunidade em que ele atua. Seu método de trabalho não é determinado pela sua própria vontade, muito menos pela vontade dos moradores.

De onde vem, nesse caso, o *hetero-nomos*, a norma alheia a que todo o processo deve se submeter? Paradoxalmente, também os métodos da atuação tecnocrática são elaborados com a ajuda de arquitetos e urbanistas. O problema é que não visam prioritariamente à mobilização do conhecimento especializado para situações novas de planejamento e produção do espaço, mas buscam o enquadramento dessas situações novas às antigas rotinas administrativas, financeiras e jurídicas da cidade formal.

A atuação tecnocrática é, assim, marcada pelo embate entre uma racionalidade técnica (e burocrática) e o conhecimento vivido de moradores que tradicionalmente produzem os seus próprios espaços domésticos e urbanos. Os protocolos dessa racionalidade, sempre considerada superior, interditam de antemão a maioria dos elementos essenciais à experiência cotidiana dos autoprodutores, como, por exemplo, a possibilidade de que uma construção não seja precedida por um projeto, mas pensada à medida que evolui. Parte-se da premissa de que o arquiteto deve ‘resolver o problema’, conciliando interesses contraditórios em vez de trazê-los à tona para que sejam discutidos e transformados ao longo do tempo por todos os envolvidos.

Um exemplo concreto disso é o método do Plano Global Específico (PGE) utilizado em Belo Horizonte desde a década de 1990 para a urbanização das cerca de 200 vilas e favelas da cidade. A diretriz do PGE é de integração das favelas à cidade formal, com respeito às especificidades locais e participação popular nas decisões. Na prática, o processo se pauta nos códigos técnicos e é dominado por quem domina esses códigos, enquanto a participação popular existe para amenizar conflitos.³ Os moradores fornecem parte das informações e tomam conhecimento das decisões por meio de Grupos de Referência, mas suas experiências e aspirações entram no processo, quando muito, como acessórios. Nas palavras de uma moradora da Vila das Antenas sobre as reuniões participativas: *“A gente só ia lá só pra concordar. Tipo assim, mesmo discordando, [o projeto] já estava pronto. A gente era só pra servir de uma fachada pra eles.”*⁴

Desde 2007, com o início do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que aportou volumosos recursos federais à urbanização de favelas no Brasil, os resultados dessa atuação tecnocrática se tornaram mais visíveis: abertura de grandes vias, delimitação de propriedades privadas, remoção de moradias, construção de conjuntos habitacionais, parques cercados e equipamentos funcionalizados. Houve melhorias inegáveis em algumas situações críticas, mas, de um modo geral, peculiaridades e potenciais locais tendem a desaparecer. Soma-se a isso o fato de as obras de urbanização serem executadas por empresas privadas, enquanto a execução por cooperativas e outras organizações baseadas na economia do trabalho – e não na economia do capital – nem sequer é cogitada.

Ao fim de um processo desse tipo, os moradores não ampliam sua capacidade crítica e sua autonomia de ação. A inocuidade da participação os desmobiliza e acaba tornando-os indiferentes ao espaço que ocupam. Da mesma maneira que a classe média urbana, passam a atribuir ao poder público a responsabilidade pelas qualidades e deficiências da cidade. Assim, a atuação tecnocrática bem sucedida (segundo seus próprios critérios) implica moradores resignados a um papel de consumidores de espaços produzidos por instâncias heterônomas. Quaisquer melhorias a partir desse ponto dependem de novas ações externas.

Atuação missionária

Esse segundo tipo abrange o atendimento técnico direto a famílias ou grupos, seja de forma independente ou com vínculo a uma entidade mais ampla (ONG, instituição de ajuda humanitária, Estado estrangeiro etc.). Importa que, assim como o missionário prega sua cultura religiosa em lugares onde ela não é praticada, o arquiteto assume a tarefa de transferir a cultura ou o conhecimento do seu campo para um público que nunca teve acesso a ele e tampouco dependeu dele para produzir seu espaço.

À diferença da atuação tecnocrática, cuja heteronomia é perceptível para grande parte dos arquitetos, as imposições da atuação missionária são mais sutis. Elas envolvem esquemas mentais provenientes de processos de socialização e aprendizado dos quais os indivíduos raramente têm consciência. Bourdieu chama de *habitus* essas disposições naturalizadas que caracterizam tanto classes e frações de classes, quanto grupos culturais e

campos profissionais.⁵ O *habitus* se manifesta na linguagem, no gosto, na disciplina, na capacidade de abstração e planejamento, nas formas de expressão e assim por diante. Um indivíduo consegue reconhecer seus pares e distingui-los de outros a partir dessas manifestações, mas dificilmente consegue relativizar o próprio *habitus*, pois toma suas disposições pessoais por ‘normais’.

Membros do campo arquitetônico também incorporam, em maior ou menor grau, um *habitus* reproduzido em academias, concursos, publicações especializadas e todos os demais dispositivos com que os campos celebram e asseguram a si mesmos. A cultura especializada dos arquitetos não está apenas em certos procedimentos, mas também nas posturas e convicções que os criam e reforçam. Ora, a gênese histórica dos serviços convencionais que arquitetos oferecem está na clientela de classe alta: o cliente traz suas demandas funcionais (explícitas) e simbólicas (implícitas); o arquiteto cria um arranjo formal; e, idealmente, o cliente aprova o arranjo, respeitando o arquiteto e seu projeto segundo a mesma matriz cultural do mecenas que devota respeito ao artista e à sua obra.⁶ Conhecimentos técnicos fazem parte da transação, mas o que está verdadeiramente em jogo é um capital simbólico. Embora hoje o trabalho da maioria dos arquitetos (assalariados) esteja longe desse padrão de atendimento, ele continua dominando o imaginário do campo arquitetônico.

Para superar o descompasso entre tal imaginário e as necessidades reais de clientes menos abastados, e para desmistificar o processo da criação arquitetônica, o arquiteto argentino Rodolfo Livingston elaborou um método de trabalho mais aberto, de formalidades reduzidas e escuta

atenta, no qual o cliente é capaz de atuar em todas as decisões, inclusive interrompendo os serviços quando desejar.⁷ Livingston, embora não use o termo, rompe o *habitus* arquitetônico ou esse conjunto de disposições e esquemas mentais com que arquitetos costumam operar. Seu método tem se mostrado pertinente em muitos contextos de demandas populares, desde a aplicação inicial pelos “arquitetos da comunidade” de Cuba.

Todavia, pudemos constatar que no contexto das favelas mesmo esse grau de abertura do método de Livingston não é suficiente para superar o hiato entre autoprodução e campo arquitetônico convencional. Ainda prevalece aí a lógica do atendimento e é preciso ir além.

Nenhum arquiteto missionário deixa de perceber o hiato entre seu imaginário arquitetônico e a vontade da população em questão. Porém a atuação se caracteriza como missionária justamente porque ele (o arquiteto) continua decidido a melhorar a vida alheia segundo seus próprios parâmetros, conscientes ou inconscientes, e continua se sentindo capaz de ‘atender’ o cliente e resolver os problemas que lhe são apontados. Subjaz à sua atuação o *habitus* arquitetônico que menospreza questões sociais e econômicas, levando à certeza de que as desigualdades sociais serão reduzidas pelo acultramento e pelo esforço dos pobres, como se numa sociedade capitalista houvesse possibilidades iguais para todos e como se a cultura dominante fosse o padrão universal almejado e não um instrumento de distinção de classe.

Numa palestra proferida em 1968 para missionários e estudantes norte-americanos engajados em comunidades pobres da América Latina, o filósofo Ivan Illich critica a

prática missionária com esse mesmo argumento. Ele adverte para a imposição de uma cultura hegemônica (que está na base do voluntarismo e da filantropia) e para a falta de reflexão crítica dos missionários acerca dessa cultura num contexto social mais amplo; Illich adverte, em suma, para a impossibilidade de fazer algum bem às comunidades ‘beneficiadas’.⁸

Questionamento análogo cabe a arquitetos que se furtam a uma crítica contundente do processo heterônimo de produção do espaço do qual sua profissão faz parte. Ainda que o lema seja ‘não dar o peixe, mas ensinar a pescar’, aprender a ‘pescar’ costuma significar a adesão ao comportamento ditado pelo missionário. Em vez de ampliar o poder dos moradores, gera dependência de agentes externos, cujos procedimentos dificilmente são postos em questão. Veja-se, por exemplo, a atuação de uma equipe de arquitetos numa favela do Rio de Janeiro: com refugos doados por uma rede de lojas de materiais de construção, a equipe organizou um bazar no qual os moradores deveriam ‘pagar’ as doações com embalagens Tetra Pak. Uma moradora disse: *“O melhor é que nada é dado de graça. Preciso correr atrás para conseguir as embalagens e fazer as melhorias aqui em casa. Isso só valoriza o nosso esforço.”*⁹

Ainda que pareça positivo a um filântropo, o depoimento evidencia que moradores foram obrigados a participar de uma corrida de obstáculos para fazer por merecer coisas que já lhes haviam sido doadas. Ademais, a ênfase na escassez de materiais distrai do problema maior: a escassez de poder político-espacial. Atuações dessa espécie tornam irrisória até mesmo a pretensão a um tal poder.

No Brasil, foi aprovada em 2008 a Lei de Assistência Técnica (Lei nº 11.888) que deve garantir à população de baixa renda o acesso gratuito a serviços de engenharia e arquitetura. Por ora, não houve aplicação sistemática dessa lei, porque não se definiu sua fonte de recursos. Mas sendo esse aspecto institucional resolvido mais cedo ou mais tarde, caberá ponderar o que os profissionais farão com tais possibilidades, isto é, se ampliarão a dependência das pessoas em relação a seus serviços ou se ampliarão suas possibilidades de autonomia.

Atuação artística

Esse terceiro tipo não intenciona a solução direta de problemas que caracteriza as atuações tecnocráticas e missionárias. Ele se funda no raciocínio de que mudar a representação das favelas (tanto a do público externo, quanto a dos próprios moradores), provocará outras transformações. Dois exemplos no Rio de Janeiro ilustram isso: o projeto *Favela Painting*, dos artistas holandeses Dre Urhahn e Jeroen Koolhaas; e o projeto *Faces of Favelas* do artista francês JR.¹⁰

O *Favela Painting* tem a intenção declarada de “levar a arte para o morro” e de transformar a favela em monumento. A partir de maquetes minuciosas, os artistas concebem pinturas abstratas ou figurativas que recobrem casas e espaços públicos, conferindo nova unidade visual ao aparente caos das construções. Enquanto os empreendimentos iniciais ainda foram tímidos – *Boy with kite* (2007) e *Rio Cruzeiro* (2008) no Aglomerado da Penha –, a ação mais recente, intitulada *O Morro* (2010), pretende abranger toda a favela de Santa

Marta.¹¹

O projeto teve repercussão positiva na mídia por difundir uma imagem contrária à de violência e criminalidade, além de oferecer cultura, treinamento e emprego às populações locais e ser iniciativa de uma ONG com patrocínio do governo holandês e de uma empresa privada.

Na verdade, trata-se de um dos exemplos mais evidentes de ganhos simbólicos às custas de uma comunidade pobre. Os artistas encontraram nas favelas a superfície de projeção dos seus sonhos que jamais lhes seria concedida num bairro de classe média. E por mais que esses artistas enalteçam a participação popular, os moradores se envolveram apenas no trabalho braçal, não decidiram nada e até rechaçaram partes dos projetos (reações que os artistas relatam com detestável humor benevolente). Em vez de aumentar a autoestima desses moradores, o *Favela Painting* invalida qualquer investimento estético que tenham feito ali ao longo do tempo e lhes interdita novas mudanças se não quiserem destruir uma 'obra de arte' e demonstrar, de novo, a sua suposta falta de cultura. O projeto é atraente para a grande mídia porque alimenta os preconceitos da classe média e reforça a classificação dos favelados como trabalhadores manuais que precisam de orientação intelectual por portadores da cultura legítima. A imagem que se promove de fato é a dos artistas e dos patrocinadores.

O segundo exemplo, *Faces of Favelas*, também foi realizado numa favela que já ensejou manchetes dramáticas (o Morro da Providência) e também pretendeu gerar uma imagem nova desse lugar pelo uso das superfícies de

casas e espaços públicos. E, tal como no exemplo anterior, o ganho simbólico do artista é relativamente fácil, porque qualquer ação em lugares tão negativamente conotados tende a ser aplaudida. Por outro lado, *Faces of Favelas*, em vez de coloridas e divertidas alusões à favela como *locus* dos bons selvagens, opera com imagens menos palatáveis: grandes ampliações de retratos de moradores aplicadas sobre papel e coladas em fachadas e escadarias. O trabalho é efêmero, sem pretensão ao monumento, sem patrocinadores e sem visibilidade a partir dos bairros vizinhos. Paralelamente às ações *in loco*, há um website aonde as pessoas podem enviar suas fotos para receberem as ampliações em papel e realizarem suas próprias intervenções.

Os dois exemplos não são projetos arquitetônicos, é verdade, mas eles evidenciam de modo quase caricatural certos aspectos daquelas iniciativas de ‘embelezamento’ e monumentalização que os grandes projetos públicos nas favelas costumam incluir. Na maioria dos casos, essas iniciativas se assemelham ao *Favela Painting*: a monumentalização fotogênica que promove autores e patrocinadores (no caso, os políticos), satisfaz o público de classe média e anula os moradores. São poucos os projetos que, como o *Faces of Favelas*, rompem com esse padrão de gosto banal e admitem expressões críticas e manifestações não controladas.

Tentativa de conhecimento e interfaces

Os três tipos de atuação delineados até aqui têm em comum o fato de serem mais determinados por interesses e (pre) conceitos dos agentes externos, das instituições que representam e dos grupos sociais aos quais pertencem, do

que pelos interesses dos habitantes. Particularmente no campo da arquitetura e do urbanismo, há um vício de origem na maneira mesma de conhecer e interpretar a cidade informal. No trabalho profissional, a heteronomia se instala já nos levantamentos iniciais: sejam pautados em padrões técnicos, ideais humanitários ou juízos estéticos, eles obedecem às categorias e hierarquias de quem os executa (técnicos, missionários, artistas etc.), e essa estrutura heterônoma dificilmente é revertida pela participação popular em fases subsequentes do trabalho. Nas pesquisas acadêmicas não é muito diferente. Mesmo aquelas de caráter qualitativo têm sido pouco sensíveis às discussões epistemológicas das ciências sociais, gerando inúmeros estudos de caso com feição naturalista e interpretação direta, como se a observação da realidade fosse neutra e como se os sujeitos pesquisados fossem autênticas fontes de informações indexicais, sem agenda, sem antecipação das expectativas alheias, sem estratégias discursivas, sem necessidade de autolegitimação e sem eufemização da própria situação.

Um primeiro passo para romper esse círculo vicioso seria tentar compreender melhor a produção sócio-espacial das favelas e de outros territórios informais. O termo *sócio-espacial* tem um significado preciso aqui: para além da pesquisa de fenômenos sociais nas favelas (pelo simples fato de concentrarem populações de determinadas características), trata-se de pesquisar a produção social daqueles espaços, a produção espacial das relações sociais que ali se estabelecem e a interação entre uma coisa e outra.

Temos desenvolvido pesquisas de campo com esse

intuito, utilizando diferentes métodos das ciências sociais e, ao mesmo tempo, enfocando o espaço e sua produção de uma maneira que essas ciências não costumam fazer. Nossas pesquisas de campo abrangem observação direta, observação participante e entrevistas em profundidade, mas é sobretudo nas entrevistas que temos tentado superar a ingenuidade sociológica que caracteriza muitas pesquisas da área de Arquitetura e Urbanismo.

O método das entrevistas é, essencialmente, narrativo, com alguns elementos de entrevistas semi-estruturadas. Sem definir de antemão os temas e problemas abordados, o pesquisador estimula o interlocutor a narrar histórias de como produz e experimenta o seu espaço cotidiano. Apenas quando a narrativa se afasta demais desse tema, o pesquisador faz comentários curtos, quase retóricos, para retomá-lo (o que numa entrevista narrativa ortodoxa não seria admissível). Não se fazem perguntas avaliativas sobre características do lugar (“*O mofo incomoda?*”), porque a chance de se obter uma resposta sincera é quase nula. Ou o entrevistado tentará defender seu modo de vida contra o julgamento implícito na pergunta do pesquisador, ou tentará aderir a esse julgamento para obter aprovação. Muito mais elucidativo é o fato de ele, por si só, abordar ou negligenciar determinado tema. Também aprendemos a não pedir opiniões (“*O que acha da ação da prefeitura?*”). Quem pertence a grupos socialmente dominados não costuma ter o hábito de elaborar e expressar posições próprias a cada momento, tal como a classe média tende a fazer. Solicitar tais posições repentina e diretamente gera constrangimento e respostas evasivas, lugares-comuns ou até repetição de *slogans* institucionais.

As entrevistas são gravadas, transcritas, analisadas e discutidas entre os pesquisadores, considerando-se que constituem, não um retrato mas um indício da realidade, que depende também da postura assumida pelo entrevistado: engajado na auto-representação, contente com a oportunidade de ser ouvido, receoso de não corresponder às expectativas etc. Entrevistas subsequentes com uma mesma pessoa e entrevistas com pessoas de uma mesma vizinhança têm permitido a coleta de perspectivas diversas sobre um mesmo processo espacial, tornando as interpretações mais consistentes.

O conhecimento assim constituído ainda é parcial e limitado, sujeito a críticas e revisões. É evidente também que não se pode tomar um contexto empírico tão restrito (algumas poucas favelas da cidade de Belo Horizonte) como representante genérico de quaisquer territórios informais em metrópoles modernas.

Por outro lado, essas entrevistas derrubam suposições tácitas acerca das favelas que têm sido aplicadas em toda parte. Um exemplo trivial é a crença de que a falta de iluminação ou ventilação das casas seria um dos principais motivos de desconforto dos moradores. Constatamos inúmeras vezes que isso é falso e que é muito mais relevante para os autoprodutores a incerteza acerca da estabilidade estrutural das construções. Muitos temem que suas casas possam ceder com o tempo, mesmo quando as estruturas são robustas e não há nenhum sinal de instabilidade (como trincas ou fissuras). E tal preocupação tende a aumentar a cada reforma ou acréscimo. Perceber isso implica superar práticas que priorizam incômodos e interesses dos agentes externos e que

ignoram, além das demandas reais dos moradores, a própria relatividade dessas referências (o tema da insalubridade, por exemplo, está associado a uma longa história de ações moralistas e autoritárias).

As entrevistas também constituem, em si mesmas, oportunidade de os entrevistados refletirem acerca de sua situação sócio-espacial de uma maneira nova. Elas têm um caráter construtivista na medida em que trazem conflitos à tona e promovem uma criação de sentido. No entanto, é importante frisar que elas não têm nenhum intuito 'psicologizante', nem visam à posição pessoal ou ao sentido particular que um entrevistado encontra em sua vida. A questão é que, para criar essas narrativas, as pessoas precisam recorrer a uma estrutura de sentido compartilhada e transformada *socialmente*¹² e, no nosso caso, também *espacialmente*. O que nos interessa é essa estrutura compartilhada e seu processo de transformação.

Assim, o próprio método das entrevistas indica uma forma de atuação diferente da via institucional, do atendimento ou mesmo do estímulo estético: trata-se de disponibilizar instrumentos para que os habitantes problematizem e potencializem sua produção sócio-espacial. Em vez de tentar suprimir as contradições sócio-espaciais por uma forma qualquer de mediação, a ideia é criar meios de as pessoas continuarem tomando as decisões sobre seus espaços cotidianos, mas com acesso fácil a informações *significativa* para os seus propósitos, isto é, informações sistematizadas a partir dos processos de autoprodução e de suas dificuldades reais.

Seja qual for sua natureza, é decisivo que um instrumento desse tipo (chamamo-lo de interface) não

exija a mediação de um agente externo para ser usado. Portanto, o arquiteto que atua como inventor de interfaces não toma para si a função de mediador entre sujeito e produção do espaço; é a interface que assume essa função. Para isso, ela não precisa consistir necessariamente num objeto físico; pode ser também um sistema de regras, uma estrutura organizacional ou outras formas mediadoras do convívio de pessoas entre si e com o espaço.¹³

Em muitos aspectos essas interfaces para uma produção sócio-espacial com maior autonomia se assemelham ao que Ivan Illich pleiteava já na década de 1970 contra as hegemônicas “ferramentas industriais”: “ferramentas convivenciais que [...] dão a cada pessoa que as usa a maior oportunidade possível para enriquecer o ambiente à sua volta com os frutos de sua própria visão”.¹⁴

Silke Kapp

Experiências em AT e suas questões. In: *Assistência Técnica e Direito à Cidade*. Rio de Janeiro: FNA/ CAU-RJ, 2014. p.113- 122.

Trata-se da transcrição de uma palestra para a *Oficina de Assistência Técnica e Direito à Cidade*, realizada pela Federação Nacional de Arquitetos no Rio de Janeiro em 2014, cujo público era predominantemente de lideranças de movimentos de moradia e arquitetos engajados nos movimentos. Nesse contexto extra-acadêmico não incluí notas, nem fiz referências explícitas aos autores de muitas das ideias mencionadas (Marx, Adorno, Lefebvre, Illich, Bourdieu etc.).

Assessoria técnica e suas questões

[2014]

A intenção de quem vem a um seminário de assessoria técnica é, imagino, aprender a lidar com isso na prática. A disposição para reflexões gerais e abstratas costuma ser relativamente pequena. Mesmo assim, eu gostaria de lhes pedir licença e um pouco de paciência, para tentar a elucidar as ‘questões’ da assessoria – esse é o título que me foi proposto – a partir de uma perspectiva mais ampla.

Também peço licença para fazer isso sem imagens. Há dez anos coordeno um grupo de pesquisa MOM e, ao longo desses anos, tivemos experiências com movimentos sociais, cooperativas, loteamentos associativos, conjuntos habitacionais, ocupações urbanas organizadas, favelas, quilombos, índios, ciganos, egressos de hospitais psiquiátricos, moradores de rua – enfim, com muitos grupos que geraram infinitas imagens que poderiam ser mostradas e certamente teriam algum valor de entretenimento e curiosidade. Mas essas imagens, mesmo que fossem vistas com um olhar crítico, não mostrariam as dificuldades e questões que estão realmente em jogo. No campo da arquitetura e do urbanismo, assim como na política e no

marketing comercial, as cenas desse tipo de experiência estão assumindo uma função ideológica, porque elas parecem demonstrar ao vivo e a cores que a sociedade verdadeiramente democrática que queremos já está realizada: pessoas de origens sociais e etnias diferentes se comunicando, discutindo e se entendendo, tal como deve ser numa cooperação entre seres humanos livres e iguais. Acho que todos aqui sabem que não é bem assim.

A situação que temos hoje é, *grosso modo*, de quatro ‘partidos’ ou posições: movimentos sociais (compostos pelos chamados beneficiários e por lideranças), o Estado (prefeituras, ministérios, órgãos públicos), os capitais (construtoras, proprietários fundiários, bancos) e os técnicos (arquitetos, engenheiros, juristas, sociólogos etc.). Tais posições são representadas por homens e mulheres reais, que têm nome, endereço, boa índole, solidariedade, inteligência e muitas vezes amizade uns pelos outros, independentemente do partido a que pertencem ou que representam. Mas no processo de execução de um empreendimento de produção ou melhoria habitacional ou urbana, essas pessoas operam a partir de suas posições sociais, com a perspectiva que essas posições lhes permitem e com as exigências e pressões que sofrem ali. Até certo ponto, esse condicionamento é consciente, mas há muitos aspectos em que passa despercebido. Como se diz, *o peixe não sabe que está molhado*.

Vou tentar esclarecer um pouco essas posições, para então propor a discussão das dificuldades que surgem quando elas se encontram no contexto de um empreendimento habitacional, especialmente quando ele é auto-

gestionário. Dentre essas dificuldades, há algumas que são corriqueiras e evidentes, e que todos percebem e comentam. Há um segundo nível de dificuldades, mais velado e discutido apenas de vez em quando. E há um terceiro nível que quase nunca é explicitado, mas é sentido o tempo todo e condiciona todo o processo.

Eu gostaria que vocês tivessem em mente que tudo o que direi a respeito dessas posições se refere a estruturas e processos *de uma sociedade*, não ao bom ou mau caráter das pessoas individuais que eventualmente assumem tais papéis. Sei que é muito difícil abstrair daquilo que nos afeta pessoalmente. Mas considerem que uma das ideologias mais cruéis da nossa sociedade é a ideologia da personalização, isto é, a redução de todos os conflitos e dificuldades a culpas pessoais e de todos os privilégios a méritos também pessoais. Estamos tão acostumados a ouvir chavões – *não fez porque não quis* ou *quem quer, chega lá* ou, ainda, *Silvio Santos começou como engraxate* –, que parece que todo sucesso que alguém alcança depende da própria capacidade e, inversamente, que todo insucesso é resultado da própria incompetência. O máximo que fazemos para aliviar as frustrações é procurar outros culpados, sem sair da lógica da personalização. Somos ensinados desde pequenos a não compreender dificuldades como manifestações de estruturas sociais que surgiram num longo processo histórico e que, equivocadamente, nos parecem naturais. Na verdade, essas estruturas não só não são naturais, como podem ser transformadas, desde que haja compreensão de como funcionam e discussões amplas e abertas sobre o que queremos que se tornem. Então, proponho começar aqui mesmo, fazendo um

exercício de ‘despersonalização’. Se vocês se identificarem com uma das posições ou dos papéis que vou delinear criticamente, e sentirem o impulso de se defender ou contrapor as especificidades de cada caso pessoal (que obviamente sempre existem), respirem fundo e lembrem-se de que não há do que se defender.

Recursos e posições sociais

Todos sabemos que vivemos numa sociedade de imensas desigualdades. Geralmente, elas são explicadas a partir de diferenças econômicas, que, como eu já mencionei, seriam resultado de mérito e demérito pessoais. A televisão, os jornais, as estatísticas e todas as instâncias oficiais classificam as pessoas pela renda, em classes A, B, C, D, E. Mas a pergunta interessante é: como essas pessoas chegam a tais posições e, principalmente, como elas se mantêm ou são mantidas nessas posições? Os casos lendários do pobre que ganha na loteria e logo volta a ser pobre ou do milionário falido que logo volta a ser milionário são indícios de que o lugar social não depende simplesmente dos recursos econômicos. Na Verdade, existem outros tipos de recursos decisivos para isso.

Um deles é o conhecimento, num sentido bem amplo do termo, que vai desde formações escolares até regras de etiqueta, jeito de pensar e conversar, jeito de organizar e planejar a própria vida. Podemos chamar esses recursos, genericamente, de recursos *culturais*. Outro tipo é a rede de relações pessoais a que se tem acesso e pela qual se consegue acionar, como que ‘por procuração’, recursos econômicos e culturais de outras pessoas. Podemos chamar isso, também genericamente, de recursos *políticos*.

Até certo ponto, esses recursos podem ser convertidos entre si. Por exemplo, o adolescente de família abastada, que faz um intercâmbio no exterior e ali aprende uma língua, transforma recursos econômicos em recursos culturais; quando, mais tarde, consegue um emprego melhor do que outros por causa disso, ele transforma esses recursos culturais de novo em recursos econômicos.

Então, a posição que um indivíduo ocupa na sociedade, inclusive a posição de classe, depende na verdade da totalidade desses recursos e não somente do dinheiro. E o acesso a esses recursos, infelizmente, até hoje depende muito mais do lugar social em que uma pessoa nasce do que de seu mérito ou esforço pessoais. Quando se explora um pouco mais a fundo essas relações, a conclusão é que a *desigualdade econômica é antes consequência da desigualdade social do que a sua causa*. Um país pode passar por um período de redução da miséria e até de redução da desigualdade econômica (que são duas coisas diferentes), sem que a desigualdade social diminua. Dentro desse quadro, quero delinear aqueles quatro grupos que mencionei no início.

Os beneficiários

Começemos pelos beneficiários ou pelos grupos a que as assessorias técnicas se destinam. São pessoas, via de regra, pobres em todos os tipos de recursos: econômicos, culturais e políticos. Elas precisam lutar pela sobrevivência física e social, tiveram poucas oportunidades de formação e, principalmente, têm pouco tempo para fazerem coisas além das urgências e dos compromissos cotidianos. Todas os pequenos entraves da vida podem se transformar em imensas dificuldades. Um filho que

adoecer significa um dia inteiro para chegar a um posto de saúde, ser atendido e pegar um remédio. Um documento que outras pessoas tiram na internet e imprimem em casa, talvez signifique outro dia inteiro para descobrir aonde ir, ficar na fila... Apesar disso, essas pessoas conseguem achar tempo para participar de um movimento social, se organizar e batalhar por uma moradia, num processo que quase sempre leva anos e exige imensa paciência, à espera de decisões, desembaraços e ações que dependem de um aparato institucional quase totalmente nebuloso para a maioria delas. A perspectiva dessas pessoas é sair do aluguel ou da moradia de favor, regularizar uma propriedade, obter melhorias urbanas e domésticas, para ter mais sossego e alguma segurança econômica. O objetivo, pelo menos na maioria dos casos, não é mudar a cidade ou fazer a revolução. O movimento se organiza para obter um bem concreto, que é a moradia, não por ideais ainda relativamente abstratos, como a autonomia coletiva ou a sociedade dos homens livres.

Algumas pessoas que ficam por muito tempo engajadas nesses processos, começam a compreender melhor os elementos que estão em jogo e se tornam verdadeiros especialistas no manejo desse aparato (que é principalmente um aparato do Estado). São pessoas que se tornam lideranças porque sabem lidar com os representantes das instâncias formais, expressar e defender discursivamente os interesses de um grupo, usar a influência que têm sobre esse grupo junto àquelas instâncias e assim por diante. Elas adquirem, enfim, alguns recursos culturais e políticos que não tinham

antes, passando a ocupar uma posição dominante dentro de uma classe dominada.

Os capitais

O segundo grupo de agentes está relacionado ao capital ou àquilo que entendemos pelo eufemismo ‘iniciativa privada’. É o lugar social em que se concentram os recursos econômicos. Não vou desenvolver aqui a teoria da sociedade capitalista, mas quero lembrar alguns pontos que me parecem decisivos para a nossa questão. O primeiro: capital é uma forma de propriedade que só existe em movimento. Se todo o mundo guardasse o dinheiro no banco e plantasse no próprio quintal, o capitalismo acabaria imediatamente. O crescimento econômico capitalista também não provém da simples movimentação de dinheiro de um lado para outro. Ele depende da produção de bens (mercadorias) pelo trabalho humano, com ou sem máquinas, e organizado de uma maneira lucrativa. Para que a produção seja lucrativa, é preciso pagar aos trabalhadores um valor mais baixo do que o valor que criam no processo de trabalho.

Por exemplo, quando um empreendedor compra um lote, material de construção e o trabalho de pedreiros, projetistas, encarregados etc. e depois vende a casa a um preço mais alto do que o capital investido (e isso mesmo que o lote não tenha se valorizado e a região continue a mesma), o valor que ele retira do processo foi criado pelo trabalho das pessoas envolvidas. Se os materiais e as ferramentas ficassem parados lá, não se valorizariam nada. O lucro que o capital obtém nesses processos tem uma única origem (seja direta ou indireta), que é o trabalho. O capital só

continua sendo capital, enquanto consegue organizar esse tipo de processo. Os trabalhadores que ele contrata para isso são de muitos tipos, mas a maioria pertence à mesma classe que enfrenta a precariedade habitacional e urbana. A manutenção de sua relativa pobreza é uma condição para que a produção capitalista continue funcionando. (Às vezes somos iludidos pelo deslocamento geográfico da pobreza, mas é fato que, quando num país todos chegam a um bom nível de remuneração, o trabalho mais mal pago migrou para outras partes do mundo.)

Há um detalhe muito importante: o empreendedor do exemplo acima poderia abrir mão de parte do lucro para pagar um salário melhor aos pedreiros, deixar mais área livre no terreno ou vender a casa por um valor menor. Mas quando o capital se torna anônimo – nas chamadas sociedades anônimas, que pertencem a acionistas – isso fica impossível. A lei das sociedades anônimas prevê que nenhum dos seus administradores pode “praticar atos de liberalidade à custa da companhia”. Ato de liberalidade significa dar algo a alguém pela simples alegria do presente e sem buscar vantagens secundárias. É um ato de generosidade ou de filantropia. Em outras palavras, a lei determina que não se pode fazer filantropia com o dinheiro dos outros. Nem se quisesse, a diretoria de uma construtora ou incorporadora poderia tomar uma decisão que reduzisse o seu lucro em prol do bem comum. (De resto, pessoas muito preocupadas com isso não costumam fazer parte de diretorias de sociedades anônimas.) O capital precisa se valorizar para continuar sendo capital, e quem assume a função de representá-lo nos processos sociais precisa fazer de tudo para que isso aconteça – a

não ser, é claro, que decida pela revolução. Isso significa também que nenhuma dessas propostas fundamentadas na boa vontade da 'iniciativa privada' para melhorar condições sociais ou ambientais faz qualquer sentido, pois a adesão de uma empresa implica uma redução do lucro em comparação às outras empresa, que não aderirem. A única forma de limitar a ação do capital em busca de lucro é a legislação, que impõe a mesma condição a todos os concorrentes.

Outro detalhe importante: nas últimas duas décadas houve mudanças no cenário da construção e incorporação imobiliária das cidades brasileiras, porque companhias limitadas se tornaram sociedades anônimas, e sociedade anônimas abriram seu capital, isto é, passaram a vender ações na bolsa de valores. Construtores menores, cujos escrúpulos individuais ainda pesam um pouco nas decisões e que teriam mais jogo de cintura, tendem a ser varridos do mercado habitacional popular ou financiado pelo Estado, porque não têm estoque de terra, economia de escala, *lobby* político e preço para concorrerem com as maiores.

Os empreendimentos habitacionais públicos ou com financiamento público interessam aos diversos capitais (construtoras, fabricantes de insumos, bancos) porque representam oportunidades de produção lucrativa com venda garantida. Quanto mais rápido o processo, quanto mais padronizadas as unidades, quanto maior a quantidade no mesmo canteiro, melhor. Processos participativos pelos quais esses agentes sejam de alguma maneira responsáveis tendem a se tornar meras formalidades, despachadas da maneira mais rápida e com menor esforço possível. Não há nenhum interesse em gastar tempo com eles ou em tirar

dali projetos mais adequados ao desejo e às necessidades dos futuros moradores. Qualquer outra proposição seria ilusória. O único motivo para que as empresas invistam num processo participativo seria a vantagem indireta para a sua imagem. Mas mesmo nesse caso serão mais importantes o material audiovisual e os discursos que o projeto participativo produz do que seus resultados na vida cotidiana dos moradores. Isso não quer dizer que os agentes das outras posições – os movimentos, o Estado e os técnicos – não devam mobilizar essa possibilidade. Podem fazer isso, desde que não o façam ingenuamente, acreditando que a iniciativa privada irá, espontaneamente, promover o bem comum.

O Estado

O Estado é o lugar social em que se concentram os recursos políticos. Existem inúmeras teorias do Estado, desde aquelas que o interpretam como braço do capital, até aquelas que o veem como uma arena neutra. Não vou desenvolver nenhuma dessas teorias aqui, mas – como no caso do capital – quero destacar um aspecto que me parece relevante para a nossa questão: a função do Estado é manter a sociedade coesa, funcionando, e evitar a revolução ou a guerra civil. Portanto, todo Estado é conservador por definição. Sendo conservador, ele necessariamente *controla* e *planeja*. Isso, por sua vez, necessariamente gera um aparato burocrático. Um Estado pode controlar mais ou menos rigorosamente, pode planejar com maior ou menor eficiência, mas não existe Estado moderno que não faça essas duas coisas e que não tenha a sua burocracia. E observem que o controle e o

planejamento do Estado precisam aparecer na sociedade para que cumpram sua função de coesão. Por isso, tão importante quanto exercê-los é representá-los simbolicamente e legitimá-los discursivamente.

Quando partidos mais à esquerda assumem o governo, talvez controlem e planejem mais em prol dos trabalhadores do que dos capitais, mas eles nunca desmantelam as hierarquias sociais existentes. Criam, por exemplo, programas habitacionais e instâncias participativas em que os movimentos sociais por moradia são representados, mas não desapropriam toda a terra urbana para redistribuí-la de modo mais justo ou segundo os princípios que a razão exigiria.

Apesar dessa função comum de coesão da sociedade como um todo, o Estado é fragmentado em inúmeras instâncias. Cada uma delas tem sua própria visão de como realizar sua porção de controle e planejamento e como fazê-los aparecer socialmente. Poder executivo e poder legislativo não se orientam pelas mesmas diretrizes; ministérios disputam entre si; órgãos dentro das prefeituras não se comunicam ou não se entendem; a esfera estadual disputa com a federal, e assim por diante. Daí sai uma salada de determinações, todas igualmente 'oficiais' e obrigatórias, mas muitas vezes contraditórias entre si. E nas suas frestas, nas inúmeras instâncias em que é possível exercer influência sobre os diferentes agentes que compõem o aparato do Estado, diferentes interesses de toda a sociedade entram em jogo com maior ou menor peso, dependendo dos recursos políticos e econômicos de que os grupos dispõem.

As políticas habitacionais e urbanas são lugar de disputa

entre capitais e movimentos sociais. Os movimentos querem moradias e facilidades urbanas, e suas lideranças também querem ampliar seus próprios recursos políticos e convertê-los, eventualmente, em recursos econômicos, (por exemplo, assumindo um cargo). Os capitais querem que o Estado compre unidades habitacionais e obras de urbanização e garanta financiamentos para a clientela. A eles não interessam obras de reforma ou melhorias urbanas delicadas, nem programas autogestionários ou reservas de terra urbana bem localizada para fins habitacionais. As várias instâncias do Estado e seus agentes podem pender mais para um ou outro lado dessas disputas, mas, independentemente disso, não conseguem deixar de priorizar o controle e o planejamento, isto é, as próprias estruturas burocráticas. Nesse aspecto, entram em conflito tanto com os movimentos, quanto com os capitais.

Ainda precisamos de uma especificação: uma parte (grande) do capital constitui o que se chama de capital financeiro. O processo de sua ampliação é correlato àquele processo de abertura das sociedades anônimas na bolsa de valores, que mencionei acima. A tendência à abstração dos contextos reais, aumenta imensamente quando os bancos entram no jogo. Quando bancos atuam com dinheiro público (como a Caixa no caso dos programas habitacionais) e passam a articular entre capitais e Estado, soma-se à obrigação do lucro a obrigação do aparato burocrático.

Os técnicos

Os técnicos são os personagens dessa constelação que concentram os recursos culturais, ou seja, conhecimentos

de diversos tipos e também os ideais que eles envolvem. Na hierarquia social mais geral, eles fazem parte das classes privilegiadas, mas dentro dessas classes ocupam posições subordinadas. Eles precisam trabalhar para sobreviver e não têm grande poder de decisão, embora tenham bons argumentos bastante persuasivos (os chamados argumentos técnicos). Enfim, eles ocupam de certa maneira a posição simétrica à posição das lideranças dos movimentos: são dominados dentro de classes dominantes, enquanto as lideranças são dominantes dentro de classes dominadas.

As funções desses técnicos surgiram historicamente para atender às instâncias que concentram recursos políticos e econômicos: o Estado e o capital. Toda a sua formação e suas rotinas profissionais são pautadas por esse fato. Os técnicos aprendem a controlar e planejar, a criar representação simbólica e legitimação discursiva, a racionalizar e padronizar, a solucionar entraves e, às vezes, também a inovar. No entanto, a identificação dos técnicos com essas instâncias não é total. Na sua posição de dominados entre os dominantes, às vezes se identificam com as causas da população desprovida de todos os tipos de recursos.

No campo da arquitetura e do urbanismo – que conheço melhor do que, por exemplo, os campos do direito, das ciências sociais e outros relacionados às assessorias técnicas – essa identificação com a causa dos dominados no espaço social é periódica. Na década de 1920, ela foi muito alta; nas décadas de 1960 e 1970, também. Nas décadas de 1980 e 1990, que são o período de difusão da economia política neoliberal, a identificação foi baixíssima, tendendo

a zero. Com exceção, obviamente, de alguns grupos marginais que persistiram na trajetória do engajamento social, os personagens e as publicações mais celebrados da arquitetura internacional se ocupavam de problemas de forma e linguagem, em que a sociedade e suas contradições compareciam, quando muito, metaforicamente. A nova guinada pode ser datada mais ou menos em 2001, que coincidentemente é o ano do atentado de 11 de setembro e também o ano da aprovação do Estatuto da Cidade no Brasil. Desde então, o engajamento social se tornou parte do discurso corrente e das práticas acadêmicas e profissionais no campo da arquitetura, tanto aqui, quanto internacionalmente.

Mas isso não significa que os valores e dinâmicas inerentes a esse campo tenham se modificado completamente. Muitas vezes, a abordagem de cunho social tem um caráter tão abstrato, fictício e distanciado da realidade quanto os debates anteriores sobre a forma ou a linguagem. Princípios estabelecidos a partir do trabalho para o Estado e para os capitais – as áreas de atuação tradicionais dos arquitetos – tendem a persistir sem reflexão crítica. Por exemplo: a ideia de que todo projeto tem um autor; a ideia de que toda construção é precedida por um projeto em que, idealmente, tudo já foi decidido, orçado e aprovado antes do início da obra; ou a ideia de que a obra, uma vez construída, não deve ser modificada. Todos esses ‘cacoetes’ são, no fundo, expedientes de dominação, mesmo que os próprios arquitetos e urbanistas não tenham consciência disso, mas, pelo contrário, acreditem se tratar procedimentos indispensáveis bons em si mesmos. Assim, a tendência é que queiram estender tais procedimentos a

todos, em vez de questionar sua pertinência.

Até o presente momento, os efeitos mais importantes do novo engajamento social foram as oportunidades de trabalho criadas para os profissionais e o prestígio que o engajamento confere no próprio campo, mas não ganhos para os grupos sociais aos quais o engajamento seria destinado. No entanto, uma reflexão crítica acerca do que tem sido ou poderia ser a atuação de arquitetos em contextos de escassez econômica, cultural e política é especialmente necessária na fase atual, porque essa fase inclui a possibilidade inédita de que arquitetos e urbanistas sejam contratados diretamente pelos movimentos. Antes, trabalhavam com projetos habitacionais e urbanos a serviço do Estado ou do capital, de modo que a população supostamente beneficiada era usuária, mas nunca coautora ou instância de decisão. Essa inversão poderia e deveria significar novas premissas para o emprego dos recursos culturais que os técnicos concentram.

Embates evidentes

Para concluir, passo então às dificuldades que o processo de assessoria técnica costuma implicar. Como eu disse no início, o primeiro nível de dificuldade é o daqueles embates evidentes, que vocês já devem ter sofrido e também discutido. Eles advêm do simples fato de que, objetivamente, as diferentes posições sociais e os diferentes papéis levam a diferentes prioridades.

Para os movimentos, as prioridades são o tempo e a boa condição doméstica e urbana de moradia na vida cotidiana – nessa ordem. O tempo vem primeiro, e isso significa que é melhor ter uma moradia razoável logo do

que ter uma moradia incrível daqui a dez anos. Para os capitais, a prioridade obviamente é o lucro. Para o Estado – mais representado pelas prefeituras nesses processos –, as prioridades são o controle burocrático e os recursos políticos que o processo oferece via discursos e imagens. É mais importante iniciar uma obra do que concluí-la. Para as assessorias, a prioridade é a sobrevivência profissional pela remuneração e, mais ainda, pela qualidade do resultado segundo critérios definidos pelos seus respectivos campos especializados e reconhecidos pelos seus pares.

Exemplos dessas dificuldades do primeiro nível são: a desproporção entre a pressa dos moradores, a morosidade dos processos burocráticos e o prazo reservado à concepção coletiva dos projetos; a impossibilidade de iniciar e terminar um projeto com um mesmo grupo (seja porque alguma instância burocrática filtra os beneficiários, seja porque a vida os leva a outros rumos ou porque as lideranças decidem outra articulação de pessoas para um empreendimento); a interferência controladora do Estado sobre os movimentos mesmo em empreendimentos ditos autogestionários; o abocanhamento de programas supostamente autogestionários por capitais de construção e incorporação; o boicote político; os efeitos drásticos das leis; a má fé e a corrupção. Enfim, são fatos que conhecemos e dos quais falamos com relativa frequência.

Conflitos (ainda) reconhecidos

Um segundo nível de dificuldade é de conflitos ainda reconhecidos, mas mais velados do que no primeiro nível. Eles dizem respeito à formação das pessoas envolvidas no processo, às experiências que elas trazem e às maneiras

pelas quais elas garantem sua sobrevivência social. Esse segundo nível de dificuldades provém do fato de que nenhuma das instâncias em jogo está realmente disposta a abrir mão dos recursos que tem. Os representantes do capital começam a ‘emperrar’ qualquer negociação quando se trata de compartilhar ou distribuir recursos econômicos; os representantes do Estado ficam alérgicos quando o compartilhamento afeta recursos políticos; e os técnicos rechaçam a distribuição ampla dos seus recursos culturais ou conhecimentos. E todas as vezes em que algum desses recursos é afetado, o respectivo partido grita, enquanto os outros nem compreendem muito bem o que se passa. Todos defendem a democratização, desde que não afete em demasia o próprio território.

Cito um exemplo entre arquitetos, mas imagino que entre juristas e outras categorias não seja muito diferente. O arquiteto examinador de projetos na prefeitura e o arquiteto que vai aprovar um projeto são ‘inimigos’ naquele primeiro nível, porque cada um está de alguma maneira defendendo um partido diferente. Mas, no segundo nível, eles falam a mesma língua e são solidários nos seus objetivos, porque os dois concordam que o projeto é necessário e que apenas pessoas especialmente formadas para isso devem elaborá-lo. Quando um projeto arquitetônico é aprovado naquela linguagem do desenho técnico, os dois – o arquiteto da prefeitura e o arquiteto que assina o projeto a ser aprovado – podem brigar, mas essa briga mesma é uma celebração dos recursos culturais e conhecimentos que só eles detêm e que os distingue socialmente de outros grupos. A representação arquitetônica que ambos cultivam sempre foi, historicamente, um expediente de persuasão

ou um expediente de comando, servindo ora para convencer alguém a realizar, comprar ou concordar com um projeto, ora para instruir o trabalho material no canteiro de obras. Desenhos de arquitetura não servem à compreensão ampla e democrática de concepções espaciais, nem para criar polêmica, abertura ou opções, mas para definir as coisas e eliminar ambiguidades.

Dos outros atores de um empreendimento habitacional, os mais aculturados à divisão do trabalho intelectual, aceitam e defendem a responsabilidade técnica dos arquitetos e o monopólio que ela implica. Assistentes sociais, políticos, empresários, juristas e até lideranças dos movimentos tendem a considerar lícita a existência de tais protocolos (que também praticam em outras áreas), enquanto a muitos beneficiários (em geral o grupo menos escolarizado) eles apenas parecem complicar desnecessariamente o processo.

Nesse segundo nível de embate, há três termos característicos que vale a pena acentuar, porque são usados a toda hora para indicar democratização, mas na prática servem para manter as relações sociais como estão: participação, empoderamento e aumento de renda.

Participação significa que os técnicos cedem um pouquinho dos seus recursos culturais aos beneficiários dos empreendimentos habitacionais, mas continuam fazendo as regras, escolhendo a apresentação técnica, determinando em que momento outras pessoas podem dar palpite ou não e, enfim, tomando as decisões verdadeiramente importantes. (Nunca deveríamos usar os termos participação e autonomia como sinônimos, porque são opostos. Autonomia significa fazer as próprias regras, enquanto participar é apenas como estar na festa de outra pessoa.)

Empoderamento significa que o Estado cede um pouquinho dos seus recursos políticos aos beneficiários, mas sem lhes dar poder de verdade. Na maioria das vezes, o chamado empoderamento se limita à responsabilidade pela própria miséria. Assim, por exemplo, o Orçamento Participativo da Habitação, em Belo Horizonte, significou que os movimentos se tornaram responsáveis pela organização da 'fila da habitação' e que assumiram para si o ônus de escolher as famílias que ficarão fora desse processo. (Nunca deveríamos usar os termos empoderamento e emancipação como sinônimos, porque também são opostos. Emancipação significa estar livre de dominação, enquanto empoderar-se é apenas manter conversação com o poder já instituído.)

Aumento de renda ou poder aquisitivo significa que os capitais cedem um pouquinho de recursos econômicos aos trabalhadores – via programas públicos, financiamentos ou aumentos salariais – para que eles possam comprar as mercadorias produzidas, mas continuem não tendo dinheiro suficiente para empreender seus próprios processos produtivos (como cooperativas, por exemplo).

Dificuldades obliteradas

O terceiro nível é o das dificuldades verdadeiramente ocultas ou obliteradas. Elas dizem respeito a disposições que adquirimos ao longo da vida e que não são conscientes (não direi que são inconscientes, porque isso levaria a uma conotação freudiana que não cabe aqui). São disposições que nos parecem naturais e que são tão parte de nós mesmos que não conseguimos percebê-las. Refletir a respeito não ajuda muita, porque você pode examinar a sua cons-

ciência até o fim da vida que não vai encontrá-las lá. Ora, a forma como percebemos outras pessoas e reagimos a elas são inteiramente condicionadas por essas disposições. Da etnia ao porte de corpo e ao tipo de roupa, identificamos imediatamente a que grupo social alguém pertence e agimos com de uma maneira específica, assim como esse alguém também fará conosco. Isso não significa nenhuma agressão, violência ou discriminação imediata, mas significa uma diferença de representações e discursos que é difícil de admitir e mais difícil ainda de superar.

Exemplifico, de novo, a partir de dificuldades entre arquitetos e movimentos sociais ou beneficiários. Vamos imaginar que um movimento contrata um grupo de arquitetos para elaborar o projeto de um empreendimento habitacional. Naquele primeiro nível não haverá embates importantes entre a posição dos técnicos e a dos beneficiários. Podem diferir em algumas prioridades, mas as determinações que mais incomodam estarão postas pelos outros partidos, o Estado e os capitais. Até aí, tudo está bem. Já naquele segundo nível é provável que surjam as dificuldades da linguagem técnica, da postura autoral dos arquitetos e coisas semelhantes. Mas digamos que esses arquitetos sejam suficientemente refletidos para usar, por exemplo, tipos de desenhos e outros instrumentos para que os beneficiários de fato compreendam o que está em discussão e participem das decisões de projeto. Então, no segundo nível, as dificuldades podem ser superadas com algum esforço.

O problema maior está no terceiro nível, o das disposições. Os arquitetos são, via de regra, provenientes da classe média e têm recursos culturais relativamente

altos. Estão acostumados a dar a própria opinião, dizer o que querem ou não querem, confiar no próprio gosto e assim por diante. Eles imaginam que o processo participativo será uma conversa sobre os projetos e que nessa conversa cada um dirá o que pensa. No entanto, muitos dos beneficiários lidam com opiniões e gostos pessoais de outra maneira. Na escola e no trabalho provavelmente foram condicionados a se submeter a opiniões e decisões de outras pessoas. No dia a dia, talvez resolvam questões coletivas mais pela ação do que por longas conversas. Aí, um arquiteto pergunta à queima roupa: *O que você acha desse apartamento? Fazemos um processo autogestionário ou contratamos uma construtora? Pintamos de amarelo ou de vermelho?* Além de muitas dessas perguntas não terem importância para as pessoas às quais são dirigidas, por-que os aspectos que as preocupam são outros, é bem provável que elas se sintam constrangidas. Talvez tentem avaliar a situação e descobrir qual resposta os interlocutores esperam ou que resposta será mais vantajosa para o próprio grupo. Ou talvez apenas dirão qualquer coisa para se livrarem daquela situação incômoda. Sem perceber, os arquitetos se aproveitam disso e induzem confirmações daquilo que eles próprios pensam. Enfim, há nessa situação um potencial inimaginável de mal entendidos e frustrações.

Outro exemplo de dificuldades relacionadas às disposições das quais não temos consciência são os modos como usamos os espaços e como nos sentimos bem ali. Certas condições do cotidiano nos parecem tão naturais, que imaginamos que todas as outras pessoas sentem mais ou menos do mesmo jeito. Parece que nem é

necessário conversar a respeito. Quando arquitetos trabalham para pessoas que pertencem ao seu próprio grupo social, não há mesmo muito o que discutir, porque esse padrão espacial é compartilhado. Mas, quando trabalham para pessoas num espectro social muito mais amplo, onde já não há um mesmo padrão de comportamento espacial ou de uso do espaço, a coincidência deixa de ser automática. Mesmo assim, é difícil os arquitetos e os beneficiários conversarem a respeito, porque cada um acha o seu próprio padrão tão óbvio, que nem percebe que ele precisaria ser explicitado.

Tais dificuldades se complicam ainda mais pelo fato de as pessoas – todas elas, incluindo os arquitetos – não estarem habituadas a discutir para levantar as diferenças e ver o que se pode tirar delas. A existência de dissenso gera uma espécie de pânico, como se qualquer cooperação ficasse impossível quando diferenças são postas na mesa. A maioria prefere ficar apenas com os consensos e resolver eventuais diferenças por outras vias, que não a discussão. Aquele pensamento do tipo *deixa quieto que depois a gente resolve* me parece prevalecer na maior parte dessas interações. O problema é que disso saem decisões que cada grupo ou partido quer, no fundo, levar para um lado diferente.

Superar essas dificuldades exigirá pensar e conversar muito mais do que temos feito. O fato de vocês estarem promovendo este evento já é uma pequena contribuição para isso.

MODERNOS / HISTÓRIA

Silke Kapp

Moradia e contradições do projeto moderno. *Interpretar Arquitetura*,
v. 6, 2005 (online).

O presente texto sofreu pequenas revisões de forma e linguagem.

Moradia e contradições do projeto moderno

[2005]

Projeto

A ideia de que toda construção deva ser precedida de projetos técnicos é relativamente recente na cultura ocidental. Mesmo depois do Renascimento, quando surge a figura de um arquiteto que concebe e desenha o que será realizado no canteiro e que entende seu próprio trabalho como atividade intelectual, superior ao trabalho braçal de construção, a maior parte do espaço humano continua sendo produzida sem esse conhecimento especializado. O projeto é considerado um instrumento pertinente a objetos excepcionais, *extra*-ordinários, mas não a ambientes e construções comuns ou, nesse sentido, *ordinários*. A configuração dos espaços onde se desenrola a vida cotidiana, com moradia, trabalho, comércio e outros usos, mais ou menos triviais e frequentemente mesclados entre si, resulta de um conjunto de iniciativas individuais e se guia por saberes compartilhados mas nunca formalizados. A tratadística do Renascimento ao século XVIII raramente aborda esse tipo de espaço; ele é pano de fundo do trabalho do arquiteto, não seu objeto.

Apenas com o advento da cidade industrial, a expansão da economia capitalista e uma avançada divisão social do trabalho, o espaço comum ou ordinário passa a integrar as preocupações de profissionais de projeto. Institui-se, ao longo do século XIX, a convicção de que especialistas devem decidir sobre a configuração do ambiente urbano como um todo, supostamente garantindo padrões de eficiência e certa ideia de salubridade (física e moral). Em contrapartida, perde legitimidade a produção informal, na qual as coisas são decididas pelos construtores, usuários ou construtores-usuários (chamo aqui de construtor quem constrói, não quem administra o trabalho de construção dos outros). Embora essa produção continue existindo em grande quantidade, ela é marginalizada em termos financeiros, legais e técnicos. Ao contrário da produção realizada diretamente pelo capital ou por mediação do Estado, ela não tem a proteção do aparato jurídico nem se favorece de subsídios e arranjos institucionais.

Não discutirei os motivos históricos e sociais dessa transformação. O que importa aqui é que a produção capitalista do espaço não afeta apenas a estrutura demográfica, a paisagem urbana ou os locais de trabalho, mas também, e de modo muito incisivo, as condições de moradia. Em todas as grandes cidades, a crise habitacional se instala juntamente com a indústria. Se num primeiro momento ela parece um fenômeno passageiro, logo se torna evidente que a falta ou a precariedade de moradias é uma condição estrutural do sistema econômico: por um lado, a carência favorece o capital industrial por pressionar as classes mais pobres à venda contínua de sua força de trabalho no mercado; por outro lado, o capital da construção civil tem

dificuldade em inserir a produção habitacional em ciclos regulares de valorização. O limite dessa situação nefasta é a sobrevivência física das classes pobres que, por sua vez, ameaça a sobrevivência política e financeira das mais ricas.

Eis o contexto em que a moradia popular se torna objeto de projeto, por iniciativa de industriais, médicos, higienistas e engenheiros, interessados em contornar os problemas mais prementes. Em outras palavras, o projeto da moradia surge como instrumento de disciplina e controle da população. Não se trata de adequar a moradia ao seu usuário real e sim de moldar uma classe, pois ao diagnóstico da degeneração dos trabalhadores pelo ambiente insalubre e imoral corresponde o tratamento de regeneração pelo ambiente bem projetado. O projeto permite a intrusão dos especialistas no espaço doméstico, nas formas de coabitação, nos movimentos do corpo, nos graus de privacidade, nas relações com a coletividade e na organização do chamado tempo livre. Até hoje, esse viés fundamentalmente autoritário da produção formal de moradias populares pouco se alterou.

A atuação dos arquitetos nesse cenário se torna expressiva apenas depois da primeira grande crise do capitalismo industrial (Guerra de 1914-1918 e Revolução Russa). Ao assumirem para si a tarefa de projetar habitações de massa, os grupos do chamado Movimento Moderno reestruturaram vários dos procedimentos tradicionais de projeto. Assim, por exemplo, fabricação seriada, interação com a indústria, equipamentos, condições de conforto ou articulações funcionais ganham um peso inédito, enquanto aspectos como repertório simbólico, ornamentação, trabalho artesanal e decisões de canteiro perdem importância.

Todavia, e com isso chegamos ao que mais especificamente interessa aqui, a prática arquitetônica do Movimento Moderno também mantém intacta uma série de concepções tradicionais de projeto, cunhadas historicamente pela produção do espaço extraordinário. Isso vale particularmente para a vertente de maior influência no Brasil, liderada por Le Corbusier e que aqui se combinou a uma formação acadêmica nos moldes da *Beaux Arts*.

Farei em seguida uma breve análise crítica de três dessas concepções tradicionais de projeto que persistiram no Movimento Moderno europeu e no modernismo arquitetônico brasileiro, para depois indicar algumas hipóteses de trabalho. É importante acentuar que se trata de discutir o processo de projeto e não a construção ou a gestão, pois se é fato que as metrópoles brasileiras têm uma trajetória longa e nem sempre bem sucedida de autoconstrução de moradias, assim como uma trajetória mais recente e mais interessante de autogestão, é fato também que há poucos indícios do que poderíamos chamar de ‘autoprojeto’ ou de autonomia dos usuários no projeto.

Obra (de arte)

Das concepções que o Movimento Moderno herdou da tradição renascentista dos projetos excepcionais e aplicou aos projetos do espaço comum e doméstico, figura, em primeiro lugar, a noção de *obra* ou de *obra de arquitetura*. Trata-se de uma ideia arraigada na história da arte, que chega ao ápice no século XIX, quando da institucionalização burguesa de uma arte livre de funções utilitárias e religiosas, mas venerada quase que religiosamente e utilizada como contraponto à serialização industrial. A clássica

obra (de arte ou de arquitetura) deve ser um objeto completo, acabado, fechado sobre si mesmo e consistente em sua própria lógica, do qual, nas palavras de Alberti, “nada se possa acrescentar, retirar ou alterar sem torná-lo pior”.¹

Walter Benjamin descreveu essa obra de arte como aurática ou provida de aura, remetendo justamente à sua recepção concentrada, contemplativa e quase religiosa pelo público culto do século XIX.² Benjamin constata que, com a possibilidade de reprodução técnica das obras, esse modo de recepção perde lugar para um modo mais disperso, em certo sentido banalizado, mas também mais democrático. Assim, pintura, escultura, música, teatro ou dança tiveram de enfrentar novas condições de produção e recepção, não mais centradas na autenticidade.

Já as obras de arquitetura têm uma inserção paradoxal nesse contexto de mudanças. Benjamin as considera exemplares para a nova modalidade de recepção, pois mantiveram usos e apropriações cotidianas, banais, mesmo depois de se tornarem objetos da apreciação especializada. Por outro lado, se a recepção especializada das obras de arquitetura sempre conviveu com as apropriações dispersas do dia a dia, essa mesma recepção especializada pouco se abalou com a emergência de uma nova cultura de massa. Em outras palavras, casas prototípicas, conjuntos habitacionais ou traçados urbanos puderam ser apreciados pelos especialistas no mesmo registro das ‘grandes obras’ do passado, de catedrais, palácios ou vilas. E, conseqüentemente, os projetos de casas, conjuntos ou bairros continuaram a ser produzidos como obras (de arte). Isso não quer dizer que não tenha havido exceções, houve várias, mas nos projetos mais célebres persistiu o critério da

composição fechada, completa, perfeita.

No Brasil, essa tendência me parece evidente. O Pedregulho ou o conjunto JK são tidos por obras na acepção forte do termo; tanto que a maioria dos especialistas os entende segundo o princípio de Alberti: o que neles foi acrescentado, retirado ou alterado ao longo do tempo os teria tornado de fato piores, como que ferindo sua integridade e autenticidade.

O problema em generalizar a concepção de obra de arquitetura está no fato de que o espaço comum não é nem deve ser perene como os monumentos, em cuja elaboração os arquitetos se especializaram historicamente. Monumentos são por definição portadores de uma representação de eternidade contrastante com a instabilidade do que está à sua volta. Nesse aspecto a proposição de Sant'Elia, de cidades inteiramente demolidas e refeitas a cada geração, faz mais sentido do que monumentalizar o espaço vivido, como se isso solucionasse a vida de uma vez por todas. A proposição de Sant'Elia nos soa absurda, porque contraria o mais simples cálculo de recursos ambientais e financeiros, mas ela leva em conta uma realidade em movimento. Então resta perguntar que espécie de projeto caberia à mutabilidade real do espaço que está além dos monumentos arquitetônicos.

No caso das moradias, a ideia de obra impede que elas sejam vistas de antemão como objetos nos quais os moradores podem intervir conforme a modificação de suas necessidades, desejos e recursos. É verdade que vários arquitetos do Movimento Moderno introduziram dispositivos de flexibilização nas suas propostas para as moradias populares. A exposição de Stuttgart, em 1927, no bairro de

Weissenhof mostra isso. Os apartamentos ali projetados por Mies van der Rohe, por exemplo, permitem diferentes distribuições de painéis, gerando, no mesmo espaço, apartamentos com diferentes números de quartos. O projeto de casas geminadas de Le Corbusier tem uma versão noturna e outra diurna, deixando o espaço relativamente livre a adaptações. A casa Schroeder de Rietveld é outro exemplo com dispositivos que alteram a configuração do espaço para diferentes atividades.

No entanto, todos esses exemplos são de flexibilizações predeterminadas. Elas equivalem aos mecanismos de múltipla escolha ou aos mecanismos das nossas eleições de massa: ou fica-se com uma das opções ou não há nada a fazer. Esse tipo de flexibilidade, por outro lado, não abala a noção de obra; aliás, a casa Schroeder, verdadeiro fetiche de gerações de arquitetos, demonstra isso perfeitamente bem.

Autoria

Uma segunda concepção tradicional que paradoxalmente se manteve nos projetos do espaço comum e doméstico é a autoria. O conceito de autoria está intimamente ligado ao de obra, mas não é idêntico a ele. Nos moldes da historiografia oitocentista das artes, a catedral de Notre Dame é uma obra, sem que exista um autor individual. Autoria significa que um indivíduo, um sujeito singular, cria o objeto com originalidade e sabe, melhor do que qualquer outra pessoa, o que convém ou não àquele objeto.

O trabalho autoral se contrapõe, por um lado, ao trabalho coletivo anônimo, incluindo o trabalho na indústria mecanizada, e, por outro, ao artesanato que replica técni-

cas e formas da tradição sem almejar originalidade ou inovação. Na figura do autor se projetam todas aquelas qualidades individuais que o ideário iluminista conferiu potencialmente a qualquer ser humano, mas que a formação socioeconômica moderna interdita a cada um nós.

Mais até do que nas artes plásticas, tal projeção se tornou parte da ideologia da arquitetura enquanto profissão. Sua crítica e sua historiografia ainda se ocupam predominantemente de autores, e o arquiteto é socialmente cultuado como autor. O psicólogo Donald MacKinnon, por exemplo, falando dos arquitetos, se diz impressionado por “sua abertura à experiência, sua liberdade em relação a restrições mesquinhas e inibições empobrecedoras, sua sensibilidade estética, sua flexibilidade cognitiva, sua independência de pensamento e ação, sua grande energia, seu inquestionável compromisso com a criatividade”.³

A contradição da noção de autoria na arquitetura está no fato de que construir um edifício, como diz Martin Pawley,

[...] não é como escrever um livro ou pintar um quadro. É mais como ganhar uma eleição, depois de passar por um processo de imensa e indecifrável complexidade que envolve muitas personalidades, produtos, consultorias, cronogramas, empreiteiros, burocracias, estatutos, regulações, orçamentos, comitês, examinadores, grupos de protesto, etc. Mesmo uma construção pequena pode envolver um elenco de milhares de pessoas, dentre as quais apenas uma – o arquiteto – está tentando criar alguma coisa original.⁴

Na prática, o arquiteto-autor ou frustra a si mesmo ou tiraniza os outros, pois para que todas essas qualidades de liberdade e criatividade se manifestem nele, não poderão

se manifestar em mais ninguém envolvido com a produção de sua obra.

Um aspecto particularmente curioso nesse contexto, relacionado à ideia de autoria, é o desprezo pelo projeto coletivo, como se lhe faltasse sempre consistência. Segundo um chiste bem conhecido entre os arquitetos, um camelo seria um cavalo projetado por uma equipe. Vale a pena pensar por que isso nos faz rir. O cavalo é um animal tradicionalmente considerado belo e elegante, além de associado ao lazer de elite. Já o camelo é rústico, desajeitado, porém resistente e adaptado ao seu meio. Nesse sentido, ele seria um 'projeto' pelo menos tão bom quanto o do cavalo, ainda que menos fotogênico. *Mutadis mutandis*, se a autoria individual de fato leva mais facilmente a certa harmonia formal, isso não quer dizer que ela gere espaços melhores.

Usuários

Uma terceira concepção persistente no Movimento Moderno e que faz muito pouco sentido quando aplicada aos espaços comuns e domésticos é a forma de inserção do chamado usuário ou habitante. Também aqui há uma relação direta com as duas ideias mencionadas anteriormente: obras íntegras e autores singulares correspondem a habitantes que não interferem no projeto (ou na autoria) e nem no objeto construído (ou na obra).

Contudo, além de ser complementar às ideias de obra e de autoria, a concepção modernista do habitante envolve ainda outros aspectos, em parte herdados da tradição e em parte exacerbados na conjunção de ciência e indústria: *o usuário é um personagem da obra na mão do autor*. Assim como

Palladio procurou representar a vida e o poder de Paolo Almerico na Villa Rotonda, o arquiteto moderno representa a vida dos moradores nos seus projetos. Mas Palladio tinha a representar também princípios físicos e metafísicos, coisa que já em fins do século XIX se tornara tão problemática que toda a energia gasta pelo arquiteto parece concentrar-se no cotidiano de seus personagens, a ponto de Van de Velde projetar-lhes o vestuário e Frank Lloyd conviver com seus clientes por meses para lhes decifrar a vida.

Sobre isso, Adolf Loos escreve em 1900 a irônica história “De um pobre homem rico”, mostrando como a atenção absoluta ao usuário só é compatível com o pressuposto de sua total passividade em relação às definições do arquiteto. Inclui uma paráfrase resumida e alguns extratos dessa história, porque ela ilustra bem os argumentos anteriores.

Um homem rico havia procurado um arquiteto para “pôr mais arte em sua vida”. O arquiteto, animado com a tarefa, primeiro solicitou que ele se desfizesse de todos os seus pertences e então recompôs o ambiente da nova casa com muita arte e um trabalho psicológico cuidadoso, de maneira que “em cada forma, em cada prego se expressava a individualidade do dono”.⁵ O homem rico ficou satisfeito, foi invejado pelos amigos e passou a dedicar boa parte de seu tempo ao estudo da casa, cuja bela ordem não era fácil manter, já que o arquiteto pensara em tudo. “Para a menor das caixinhas havia um lugar determinado, feito especialmente com essa finalidade.”⁶ Durante as primeiras semanas, o arquiteto supervisionou os moradores, para que não incorressem em erros. Quando necessário, abria seus desenhos para se certificar do lugar correto de cada objeto

de uso. O desfecho se dá depois do aniversário do homem rico: feliz com os presentes que recebe, ele chama o arquiteto para acomodá-los na casa.

Ele entra na sala. O homem o recebe alegremente, pois tem muito o que lhe contar. Mas o arquiteto não vê sua alegria. Ele percebe outra coisa e, pálido, gagueja,

– Que sapatos são esses?

O homem olha para seus sapatos bordados e respira aliviado. Desta vez tem a consciência tranquila, pois os sapatos haviam sido feitos de acordo com o projeto original do arquiteto. Por isso responde triunfante,

– Mas senhor arquiteto! Já se esqueceu? Foi o senhor que desenhou esses sapatos.

– Certamente! – troveja o arquiteto – Mas são para o quarto. O senhor está destruindo a harmonia com essas horrendas manchas coloridas. Será que não percebe?

O homem percebe. Tira rapidamente os sapatos e reza para que o arquiteto não censure suas meias. Eles vão até o quarto, onde lhe é permitido calçar os sapatos novamente.

– Ontem – ele sussurra tímido – comemorei meu aniversário. Meus queridos me encheram de presentes. Mandeí chamá-lo, caro senhor arquiteto, para que nos aconselhe sobre sua melhor disposição.

A expressão do arquiteto se fecha a olhos vistos, até que ele explode,

– Como o senhor pôde deixar que lhe dessem presentes? Não desenhei tudo? Não tomei todos os cuidados? O senhor não precisa de mais nada. O senhor está completo!

– Mas – o homem rico se arrisca a revidar – posso comprar alguma coisa para mim se eu quiser...

– Não, o senhor não pode! Nunca, jamais! Era só o que faltava. Coisas que não foram desenhadas por mim? [...]
Não, o senhor não pode comprar mais nada! [...]

O felizardo de repente se sente profundamente infeliz. Ele vê sua vida futura. Ninguém poderá lhe fazer nenhum agrado. Terá de passar sem desejos pelas vitrines dessa cidade. Nada do que se fabrica é para ele. [...] Dalí para frente estará desligado da vida, dos afazeres, das ambições, dos desejos. Ele sente que agora precisa aprender a conviver com seu próprio cadáver. Sim! Está acabado! Ele está completo!⁷

Nas circunstâncias da produção em massa de moradias, o morador caricaturado por Loos deixa de ser um indivíduo real, em cujas idiossincrasias o arquiteto pode inspirar sua obra, e se torna um modelo genérico, cujo perfil é definido pela renda e cujos hábitos e ações são imaginados pelo arquiteto. Dada a escassez de recursos, a afinação entre esse usuário imaginário e o espaço projetado deixa de ter o caráter artístico dos projetos para a alta burguesia e adquire o caráter obsessivo da perfeição taylorista; em prol da ciência, da produtividade e da redução de área, determina-se meticulosamente cada movimento do futuro morador (uma tendência que, aliás, vem recuperando prestígio com a transposição da ergonomia do trabalho para os projetos habitacionais). Mas, num caso como noutro, o usuário é objeto do projeto, não o seu sujeito. Nesse sentido a abordagem dos arquitetos não se opõe à abordagem dos primeiros industriais, engenheiros ou médicos que se ocuparam da organização do espaço doméstico das classes pobres. Embora possa haver diferenças qualitativas nas necessidades imputadas ao usuário-padrão, a estrutura fundamental de agenciamento e predeterminação da vida alheia é a mesma.

Não creio que as concepções de projeto com obra íntegra, autor criativo e usuário passivo tenham se

modificado substancialmente na produção formal de moradias que ainda predomina no Brasil. Tampouco houve críticas que chegassem a abalar realmente a valoração positiva dessas concepções pela maioria dos profissionais. No imaginário da profissão, a situação ideal para o projeto de moradia continua sendo a de um arquiteto-autor que interpreta à sua maneira os desejos de seus clientes ou usuários (individuais ou anônimos) e os traduz numa obra de certa integridade formal, que não deverá ser modificada pelo uso.

Autonomia

Numa democracia real, como diz Yona Friedman, “qualquer sistema que não dá o direito de escolha a quem deve suportar as consequência de uma escolha ruim é um sistema imoral.”⁸ Eis exatamente o caso da situação de projeto de moradias descrita acima. Um sistema de produção do espaço que não o fosse imoral teria que dar direito de decisão às pessoas diretamente afetadas, o que, no caso das moradias, significa dar autonomia aos usuários e construtores.

Uma modalidade de produção em que isso acontece parcialmente são os mutirões autogestionários. Mas autogestão significa que o grupo de futuros usuários gere os recursos da construção, não necessariamente que decide sobre a configuração do espaço. Embora não possa haver autonomia sem autogestão, a recíproca não é verdadeira; tanto que nos empreendimentos autogestionários reais, os usuários raramente têm a oportunidade de criar, eles próprios, alternativas espaciais particularizadas. Os projetos são elaborados pelas assessorias técnicas e

discutidos com as comunidades até que se estabeleça um consenso em torno de um projeto-padrão. O problema é a inviabilidade quantitativa (de dinheiro e tempo) de atender a todos nos moldes tradicionais do arquiteto que decifra cuidadosamente hábitos e gostos de cada família e depois elabora um projeto singular. Recorre-se então à repetição a partir de um consenso, perpetuando um paradoxo da produção seriada convencional: *o projeto para as necessidades específicas de um usuário inespecífico*. Os processos de autogestão avançaram significativamente em muitos sentidos, mas os usuários individuais continuam sem autonomia no projeto, de modo que a assessoria e a coletividade decidem sobre o espaço privado num nível que na realidade não diz respeito a essa coletividade e que não a afeta.

A mesma coisa não vale para a outra forma de produção de moradias em que há alguma autonomia de usuário e construtores nas metrópoles brasileiras hoje: a chamada produção informal. Com todos os seus problemas, ela tem a vantagem de possibilitar que cada grupo ou família configure o espaço do modo como lhe parece mais adequado. Isso acontece não apenas num momento inicial, mas em todo o período de uso, pois não há separação rígida entre as fases de definição, construção e uso do espaço. Construção e uso levam a múltiplas redefinições; o uso pode começar antes do término da construção e não precisa ser interrompido em função de acréscimos ou alterações. Assim, recomposição do grupo, crescimento dos filhos, novos interesses, atividades ou relações íntimas podem ser absorvidos num espaço exíguo, que (ao contrário do que Aldo Rossi tanto

preconizou para os edifícios monumentais) suporta poucas mudanças de uso sem mudanças físicas.

Por ser fruto de necessidades elementares de sobrevivência, resultantes da má distribuição de renda e de terra urbana, essa produção informal convive com muitas precariedades. Mas importa perceber, em primeiro lugar, que as precariedades não se devem à sua relativa autonomia e sim às distorções socioeconômicas que nela se tenta remediar. A autonomia dos produtores informais é a sua vantagem, não o seu problema. Problema é a falta de acesso aos recursos financeiros, técnicos e jurídicos.

Em segundo lugar, a autonomia de decisões pode mas não precisa coincidir com a autoconstrução, definida pelo simples fato de o construtor ser também usuário. Certamente ela não é cativa da autoconstrução sedimentada na história das metrópoles brasileiras: o trabalho não pago ou sobretrabalho, que aumenta o grau exploração das classes pobres por reduzir o custo de reprodução da força de trabalho contemplado nos salários.⁹ Assim como é perfeitamente possível haver autoconstrução sem nenhuma autonomia (por exemplo, se o futuro habitante simplesmente executa decisões tomadas por um especialista de projeto), pode haver autonomia sem autoconstrução (se os habitantes contratarem construtores e, juntos, decidirem sobre a configuração e a execução do espaço, sem que os habitantes sejam construtores ou vice-versa).

Autonomia é, em princípio, autogoverno (*auto-nomos*, normas ou leis próprias; *hetero-nomos*, normas ou leis do outro, do *heteros*). Isso se refere, por um lado, ao já indicado direito de dar a si mesmo suas próprias normas e, por outro, a capacidade para fazer isso. Há uma diferença

clara entre as duas coisas: a autonomia enquanto direito de autodeterminação é algo concedido e reconhecido pelas forças externas em jogo, ao passo que, como capacidade de autodeterminação, ela pode ocorrer à revelia dessas forças. Uma comunidade, por exemplo, pode ter a capacidade de gerar suas próprias normas, mas continuar submetida a normas alheias até conseguir seu reconhecimento ou sua autonomia de direito. Inversamente, o direito de autogovernar-se pode promover o desenvolvimento da autonomia enquanto capacidade.

No caso da produção informal de moradias há uma autonomia enquanto capacidade (pois bem ou mal ela dá conta de uma carência de que a produção formal nunca resolveu), que não é reconhecida enquanto direito e muito menos promovida como parte de uma sociedade democrática. A ausência de reconhecimento ou a ausência do direito de autodeterminação acaba dificultando muito o avanço enquanto capacidade. Até agora, os processos autogestionários reverteram a situação parcialmente, conquistando o reconhecimento da autonomia na gestão, mas às custas da autonomia na (re)configuração contínua do espaço. Então, é necessário imaginarmos outros procedimentos, essencialmente diferentes dos convencionais, para que o conhecimento especializado de arquitetura se torne útil a uma gama ampla da população, sem desembocar na tradicional tutela. Tais procedimentos excluem as concepções de obra íntegra, autoria individual e usuário passivo. Talvez excluam até mesmo o projeto técnico na sua forma convencional, pois, por enquanto, é difícil provar que ele seja um mediador necessário e útil entre arquitetura e uso, sobretudo se reservado aos especialistas.

Silke Kapp

Síndrome do Estojo. In: Silke Kapp, Denise Morado, Ana Baltazar, Sulamita Lino (org.). *IV Colóquio de Pesquisas em Habitação: Coordenação Modular e Mutabilidade*. Belo Horizonte: Grupo MOM / EA-UFGM, 2007, s.p. (CD-Rom).

Síndrome do Estojo. *Mínimo Denominador Comum. Revista de Arquitetura e Urbanismo*, v. 5, 2009 (online).

Síndrome do Estojo. *Revista Noz (PUCRJ)*, v. 4, p.54-60, 2010.

O colóquio acima referido era parte de uma Rede de Pesquisa Finep, que deveria retomar e difundir o emprego da Coordenação Modular na construção civil brasileira. O artigo deveria mostrar que a questão é vai além de um expediente da indústria da construção, decifrando um pouco da história dos princípios funcionalistas de projeto e de suas possibilidade de ultrapassagem. Como o tema é caro a arquitetos e designers, o artigo foi republicado nas revistas *MDC* e *Noz*.

Síndrome do estojo

[2007]

No *Trabalho das Passagens*, Walter Benjamin reúne, entre outras coisas, uma coleção de fragmentos e comentários sobre os espaços interiores do século XIX, em especial o interior da moradia burguesa. Ele interpreta essa moradia como o “estojo” ou o “casulo” de seus habitantes.

O século XIX, mais do que qualquer outro, foi ávido por moradia. Ele compreendeu a moradia como estojo do ser humano e nele o condicionou com todos os seus assessorios, tão profundamente que se poderia pensar no interior de um estojo de compasso, onde o instrumento com todas as suas peças repousa em cavidades fundas, revestidas de veludo violeta. Para quanta coisa o século XIX não inventou estojos: para relógios de bolso, pantufas, porta-ovos, termômetros, baralhos – e, na falta de casulos, capas protetoras, passadeiras, cobertores e forros.¹

Há algumas características notáveis nesses estojos do século XIX. A primeira é o fato de seu exterior raramente revelar o que contém. As caixas, sejam lisas ou ornamentadas, costumam ter uma aparência que não causa estranhamento, enquanto muitas vezes guardam objetos recém-inventados ou recém-chegados à esfera do uso

cotidiano e advindos de uma industrialização ainda pouco habitual. Os estojos de certa maneira protegem da evidência imediata dessa lógica de produção, da mesma forma que a profusão de ornamentos nos produtos massificados. Ambos criam uma capa, um emolduramento, um interstício para a imaginação. Nesse sentido, são contrários à chamada estética da máquina, que tem por premissa evidenciar o funcionamento interno, baseando-se em mecanismos ainda relativamente compreensíveis pela imagem, como a bicicleta ou o I4Bis.

Um segundo aspecto importante dos estojos com os quais Benjamin compara a moradia é seu interior perfeitamente moldado para seu conteúdo, mas, ao mesmo tempo, ainda apto a reter marcas do uso. Nesse interior, importa que as peças não se mexam, não se embaralhem, estejam intactas e disponíveis; as partes devem se encaixar sem folgas. Mas como os estojos são forrados com materiais têxteis, o manuseio repetido de determinados pontos ou mesmo os minúsculos movimentos das peças em suas cavidades criam desgastes singulares. Então, por um lado, o estojo resulta de um raciocínio tecnocrático, que quer acondicionar perfeitamente, da mesma forma que quer ordenar o mundo. Mas, por outro lado, ele evoca a ideia de aconchego dos objetos, como se tivessem alma e ali lhes fosse dado um repouso merecido após um trabalho executado, na contramão do consumo puro e simples. As mercadorias atuais são acondicionadas em plástico ou espuma; materiais que se quebram ou se dissolvem antes de reterem marcas singulares.

Nesse sentido, pode-se dizer que o estojo como que condensa uma dialética própria do século XIX, ou as con-

tradições mesmas da sociedade burguesa, entre imaginação e racionalização, entre um ideal de comunidade livre, igual e fraterna e a prática de um modo de produção que pressupõe dominação, desigualdade social e uma ‘razoável’ indiferença para com o sofrimento alheio. O estojo é racionalizado, predeterminado, constrangedor e, ao mesmo tempo, aconchegante, seguro, confortável e até imaginativo.

Se Benjamin compara as moradias a esses estojos, é porque as pensa segundo uma dialética semelhante. Os interiores burgueses criam, pela primeira vez, um mundo privado como promessa de felicidade. Esse mundo *privado*, como o próprio nome indica e Hannah Arendt enfatizou muitas vezes, é o mundo de privação — privação de vida pública. Mas, na sociedade burguesa, ele se torna espaço privilegiado, ao menos para as classes que podem dispor de espaços próprios e não são constantemente ameaçadas de despejo. A moradia burguesa representa o que Adorno chamou de “felicidade no recanto”, apontando que se trata na verdade de uma pseudo-satisfação que resiste na medida em que ignora o que está ao seu redor.

É importante perceber também o quanto a moradia-estojos é pautada na ideia de permanência, contrapondo-se às transformações então em curso em todas as esferas. Da mesma forma que o estojo, a casa amortece os choques externos para que não abalem a vida privada. Para Benjamin, o homem-estojos é alguém que usa de violência sancionada (na forma da exploração do trabalho, por exemplo) em busca de conforto e segurança, e assim resiste à violência não sancionada (na forma de movimentos revolucionários, por exemplo).

Benjamin considera que o século XX teria posto fim à

existência-estojo da burguesia do século XIX, sendo o *Art Nouveau* o primeiro passo decisivo nesse sentido.

O século XX, com sua transparência e porosidade, seu gosto pela luz e pelo ar livre, pôs fim a esse habitar no sentido antigo do termo. [...] O *art nouveau* [*Jugendstil*] abalou a existência-estojo profundamente. Hoje ela está moribunda e o habitar arrefeceu: para os vivos, pelos quartos de hotel; para os mortos, pelos crematórios.²

Quero estruturar o argumento que se segue na ideia de que, embora Benjamin tenha razão em muitos aspectos e a moradia burguesa do século XIX certamente tenha deixado de existir, o paradigma do estojo se estendeu por todo o século XX e continua nos assombrando até hoje. Chamei-o “síndrome”, porque na medicina e na psicologia esse termo indica características, fenômenos e eventos que frequentemente ocorrem em conjunto, mas cuja causa não é conhecida. Se ainda assim as síndromes são estudadas, é porque sua descrição e a comparação sistemática de suas ocorrências concretas podem fazer avançar o conhecimento a seu respeito.

Portanto, trata-se aqui de tentar descrever com alguma clareza a projeção de moradias que tem o estojo por modelo explícito ou sub-reptício. Não tenho a pretensão de lhe descobrir as causas, mas, sim, a de apontar algumas possíveis alternativas. É nesse contexto que quero discutir os temas da mutabilidade e da coordenação modular, vendo essa última menos como um expediente em favor da indústria e mais pelo viés do usuário e do pequeno produtor ou autoprodutor de moradias. Antes disso, porém, retomarei alguns pontos da trajetória histórica do paradigma da moradia-estojo.

Um lugar para cada coisa, cada coisa em seu lugar

Voltemos então ao *Art Nouveau*. É possível que, como expressa a supracitada passagem de Walter Benjamin, ele tenha representado para os seus contemporâneos uma mudança estilística significativa. Mas, retrospectivamente, sua diferença em relação a períodos anteriores não parece tão grande, ao menos no que diz respeito à concepção dos espaços domésticos. Arquitetos como Henry van de Velde ou Otto Wagner projetaram casas que levam ao extremo o princípio ordenador: um lugar para cada coisa, cada coisa em seu lugar. Adolf Loos os criticou repetidamente por isso, em especial numa crônica intitulada “De um pobre homem rico”³, cujo protagonista, um apreciador das artes, sofre na pele a ditadura da prescrição arquitetônica: ao fim e ao cabo, sente que está morto, pois não pode mais se transformar, não pode adquirir novos gostos, nem pode mais ganhar presentes ou comprar coisas – todos os lugares de sua casa já estão devidamente preenchidos e qualquer alteração destruiria a harmonia da obra do arquiteto.

O estojo *Art Nouveau*, embora visualmente menos eclético e por vezes mais arejado do que os do século XIX, é ainda mais ajustado. Ele exacerba a heteronomia do habitante, à mesma medida que a autonomia do arquiteto. A moradia como obra de arte anula a possibilidade de marcas ou modificações pelo uso. Como diz Loos, “para a menor das caixinhas havia um lugar determinado, feito especialmente com essa finalidade”.⁴ Se a moradia-estojo sempre foi uma tentativa de tornar permanente determinado *status quo*, esse aspecto parece acirrado no início do século XX.

Contudo, nessa forma de tratar o interior da moradia também ainda há a especificidade que então se atribuía às obras de arte. A lógica do espaço é a lógica dos objetos que o integram, mas tais objetos se destinam a expressar algo da singularidade de seus donos. Van de Velde e outros contemporâneos de Loos não projetam para a moradia de massa, mas para pessoas concretas a cujos hábitos se dedicam obstinadamente. O procedimento é problemático porque desconsidera a possibilidade de a vida e os desejos dos moradores se modificarem; o casulo cabe ao dono, se e somente se esse permanecer sempre idêntico a si mesmo. Mas, ao mesmo tempo, ele tem a qualidade de ainda não ser casulo genérico para seres humanos abstratos.

Essa última situação só se instala no momento em que os mesmos profissionais de arquitetura antes dedicados às moradias da alta burguesia passam a entender também a moradia popular como seu campo de atuação, isto é, na década de 1920. A princípio, parecem ganhar terreno ideias como transparência e fluidez dos espaços, ausência de delimitações espaciais rígidas e até superposição e mutabilidade de funções. A Casa Schröder projetada por Rietveld e pela viúva Schröder em 1924 permite integrar ou apartar os espaços com grandes elementos correções; os apartamentos projetado por Mies van der Rohe para a exposição de Weissenhof em 1927 permite variadas disposições de divisórias internas; e até uma das casas projetadas por Le Corbusier para a mesma exposição tem um espaço multi- funcional em lugar de sala e quartos. Nesse sentido, o Movimento Moderno tem aquele caráter destrutivo-subversivo que Benjamin vê como oposição à existência-estojo do burguês bem adaptado.

Ele contém, literalmente, uma vontade de abrir espaço.

Porém, o mais tardar em 1929, no CIAM dedicado ao *Existenzminimum*, isto é, à moradia mínima para uma existência supostamente digna, prevalece o intuito de enquadrar a população trabalhadora num modo de vida preconcebido, em detrimento das possibilidades de abertura e flexibilização. Como já dito, o estojo é a tentativa de tornar permanente determinado *status quo*. Inserir também as classes mais pobres em espaços desse tipo, elimina certas formas de ação e a torna essas classes mais administráveis. Se por um curto período o habitante genérico da moradia de massa foi entendido como um sujeito com criatividade e vontade próprias, essas características são paulatinamente eliminadas de suas representações; uma tendência, aliás, que acompanha o cenário sócio-político da época. No fim, o que sobra das primeiras ambições da arquitetura em relação à moradia de massa é um ambiente doméstico em que o sujeito deve simplesmente se recompor (descansar, alimentar-se, higienizar-se, procriar), da mesma maneira que no ambiente de trabalho ele deve ser parte da engrenagem produtiva. Nenhum desses dois ambientes comporta o desenvolvimento criativo da própria personalidade ou qualquer espécie de ação inusitada.

As premissas para essa nova modalidade de espaços rígidos e predeterminados já estavam dadas antes, pela lenta entrada do gerenciamento científico de Taylor no ambiente doméstico, impulsionada inclusive por mulheres, como Catherine Esther Beecher, Lillian Gilbreth e Margaret Schütte-Lihotzky. É preciso deixar claro que as intenções dessas mulheres eram emancipatórias, ao menos

de seu próprio ponto de vista, pois o estudo dos movimentos ou a disposição otimizada de objetos na moradia deveriam facilitar as tarefas cotidianas, e não oprimir ou restringir suas usuárias. Assim, também as soluções massificadas não se instalam de imediato. As cozinhas são um exemplo: enquanto a “cozinha de Frankfurt” projetada em 1926 por Schütte-Lihotzky para o departamento de habitação da prefeitura daquela cidade tem dimensões padronizadas segundo a estatura mediana das mulheres da época, a “cozinha prática” projetada por Lillian Gilbreth em 1929 para a companhia de gás do Brooklyn deveria ser ajustada às medidas específicas de cada usuária. Essa última concepção ainda lembra os ajustes singulares das ricas casas *Art Nouveau* que mencionei acima, ao passo que a cozinha de Frankfurt já faz parte do ‘espírito CIAM’ de soluções universais que prevalecerá nas décadas seguintes.

De um modo ou de outro fica evidente que nem o *Art Nouveau* nem o funcionalismo modernista abandonam a ideia de projetar espaços e objetos domésticos segundo um determinado roteiro, imposto aos moradores. Embora, como diz Benjamin, os objetos e edifícios de vidro não tenham a aura e privacidade dos estojos burgueses, nada impede que se persista na lógica do acondicionamento. É possível que nas vilas da alta burguesia do início do século XX, para a qual também Corbusier trabalhou, haja de fato uma reversão da moradia estojo do século anterior. Mas quando se trata de abrigar nas metrópoles a população trabalhadora, as características do estojo retornam. Apenas os novos estojos são menos suscetíveis a rastros e marcas pessoais, servindo ainda melhor para acondicionar e condicionar seus habitantes.

A grande contradição do estójo *Art Nouveau* e do estójo funcionalista é o fato de tolherem o consumo. Loos já evidenciara isso: o pobre homem rico é pobre porque, apesar de ter dinheiro, não tem onde colocar novas aquisições e, portanto, não pode comprar nada. A mesma coisa vale para o espaço doméstico hiper-funcionalizado. Ambos contradizem a formação social em que estão inseridos, porque essa formação social depende da expansão contínua do mercado consumidor. Quando o CIAM propõe o estudo da moradia mínima, em 1929, a lógica da sociedade de consumo do século XX já havia sido descoberta e experimentada por Henry Ford, que aumentara os salários e o tempo livre de seus trabalhadores para que pudessem comprar e usar (desgastar) o Ford T que ele produzia. Ou seja, as massas haviam se tornado o mercado consumidor por excelência. Então, como viabilizar, ao mesmo tempo, uma moradia funcionalizada e o consumo ininterrupto de novas mercadorias?

Entendo que esse impasse levou a duas transformações importantes na maneira de projetar a habitação de massa, mas paradoxalmente não alterou a premissa fundamental de encaixe e acondicionamento. A primeira delas é a passagem de uma moradia inteiramente *prêt-à-porter* (pronta para o uso), para uma moradia cujos equipamentos são adquiridos paulatinamente pelos moradores e substituídos com frequência. Assim, por exemplo, a cozinha de Frankfurt ainda era um equipamento entregue juntamente com a unidade habitacional, e o imenso conjunto de Levittown nos Estados Unidos do início da década de 1950 ainda oferecia modelos com TV, geladeira, fogão e estantes embutidos. Mais tarde, prevalecerão moradias com nichos ou cavidades vazias, como um álbum a ser preenchido.

A segunda transformação é a ideia de que as moradias poderiam ser substituídas quando não mais comportassem os anseios e necessidades de uma família. A casa Dymaxion de Buckminster Fuller, por exemplo, foi concebida para uma produção industrial seriada, que lançaria periodicamente novos modelos, tal qual a própria indústria automobilística. Os usuários trocariam sua casa, como trocam seu carro. O modelo de Fuller não foi bem sucedido, por razões que não cabe analisar aqui, mas a sua lógica de substituição periódica da moradia prevaleceu largamente sobre outras opções, como a possibilidade de moradias alteráveis, adaptáveis, evolutivas ou mutáveis, que tiveram um breve momento de ascensão na década de 1920.

Tal persistência da moradia-estojo está de acordo com um padrão de produção da indústria de bens de consumo chamados duráveis, cujo apogeu se dá no segundo pós-guerra. Não interessa a essa indústria que o público deseje quaisquer coisas, mas que deseje as mercadorias que ela tem a oferecer e que, em vista da sua quantidade, são muito pouco diversificadas. Nada melhor, portanto, do que reforçar o comportamento de consumo num setor pelo outro. Não quero insinuar um complô de estratégias bem planejadas entre, por exemplo, os produtores de moradia de massa e os produtores de eletrodomésticos (embora essa possibilidade também não esteja excluída). Mais importante é perceber que o contexto sócio-econômico molda a mentalidade dos consumidores para um ciclo de compra e descarte do qual a moradia também se torna parte. Avi Friedman registra que, ao longo de sua vida útil, uma moradia norte-americana é habitada, em média, por oito diferentes famílias e que, inversamente,

as famílias se mudam em média a cada dez anos.⁵ Nesse movimento, as pessoas costumam migrar de um lugar a outro e por vezes de um patamar de consumo a outro, mas dificilmente escapam de padrões predeterminados.

O argumento mais frequente em favor desses padrões, utilizado inclusive pela própria indústria que os torna tão persistentes, é a suposição de que oferecem o maior conforto possível em determinada faixa de renda. Mas a própria noção de conforto, a ideia de promover a comodidade do corpo ao sentar, dormir ou executar movimentos, só aparece no início do século XVIII e só alcança o ambiente doméstico já no século XIX. Ela faz parte da sociedade urbana de massa e, como já discuti em outras ocasiões,⁶ tem relação direta com a anulação do corpo necessária aos novos regimes de trabalho. O modo de produção do capitalismo industrial depende da adaptação de cada indivíduo a um ritmo coletivo minuciosamente definido. Desejos e necessidades de um corpo indisciplinado prejudicam a produtividade. A melhor maneira de domesticar esses corpos, no entanto, não é a violência direta, mas o conforto que os torna passivos e aptos à execução de tarefas sempre parciais e restritas. Tanto é que a ergonomia, disciplina dedicada ao conforto, significa literalmente ‘normalização do trabalho’. Se hoje falamos em ergonomia aplicada à habitação, ergodesign e coisas semelhantes é porque se promove no ambiente doméstico uma adequação padronizada do corpo muito semelhante àquela dos ambientes de trabalho. E móveis ergonômicos parecem pertencer à mesma categoria dos sapatos ortopédicos e dos brinquedos pedagógicos: eles tolhem muitas possibilidades, mas ainda assim nos convencemos de que nos fazem bem.

Em resumo, teríamos então uma história do que chamei de síndrome do estojo que se inicia no século XIX, com uma burguesia abastadas, altera seu padrão estilístico com o *Art Nouveau*, se massifica e se torna científica com a produção dos grandes conjuntos pelo Estado e pela iniciativa privada, e vem se prolongando também pela sociedade de consumo atual. Essa síndrome consiste num modo de concepção de moradias em que o bem intencionado projetista prevê cuidadosa e meticulosamente cada movimento, ação, evento e objeto de um futuro usuário abstrato. O usuário é abstrato para o projetista, porque abstrair significa subtrair e o projetista recolhe as características do usuário de estatísticas genérica e vagas representações próprias ou, no melhor dos casos, de um breve momento de contato direto. O projetista cria o cenário tido por ideal para esse usuário abstrato, observando preceitos de conforto e funcionalidade, por sua vez baseados em sistematizações genéricas, tais como as registradas no 'Neufert', a bíblia da medida exata de objetos, seres humanos e movimentos, e o livro mais vendido de arquitetura em todos os tempos. Sobre os usuários, essa previsão cuidadosa tem um efeito sedutor: ela promete aconchego e conforto e evoca as imagens de vida familiar bem ordenada que a indústria cultural se encarrega de propagar. Apenas depois de algum tempo de uso instalam-se os conflitos, porque os acontecimentos concretos sempre ultrapassam o roteiro abstrato para o qual o espaço foi projetado. Há então três possibilidades: ou os usuários se resignam e se adaptam ao espaço de que dispõem; ou tentam empreender reformas, em geral difíceis, onerosas e cheias de transtornos; ou então, quando podem, almejam uma nova substituição da

moradia, mantendo aquecido o mercado imobiliário e a indústria de incorporação e construção.

Alternativas

Paralelamente ao percurso histórico da moradia-estojo houve diversas iniciativas de maior flexibilização. Na supracitada Levittown do início da década de 1950, por exemplo, já havia projetos com divisórias móveis para arranjos diversificados. Mas tais possibilidades se multiplicam sobretudo na década de 1960, quando, nos países industrializados mais ricos, a produção de moradias de massa já está avançada em termos quantitativos e seus problemas se fazem sentir concretamente. Por um lado, a abertura ou a retomada de tais alternativas está relacionada a movimentos políticos e sociais mais amplos de crítica à própria sociedade de massa do século XX; por outro lado, está ligada também a tentativas de diversificação e individualização da oferta de bens, necessárias para manter altos os níveis de consumo, depois que as demandas mais fundamentais parecem estar supridas.

Cito apenas alguns exemplos. Na Holanda, um grupo de arquitetos se associa em 1964 para financiar uma pesquisa da qual N. J. Habraken se tornou coordenador – o SAR (Stiching Architecten Research)⁷. Seu objetivo era justamente criar estratégias para a habitação industrializada sem a uniformidade das moradias então produzidas naquele país. Resultou disso um método de produção independente de “recheios” e “suportes”, que acabou envolvendo uma parte expressiva de toda a cadeia produtiva da construção da Holanda e tem consequências até hoje no movimento *Open Building*. Na Inglaterra, em 1969, Reyner

Banham, Paul Barker, Peter Hall e Cedric Price publicam um artigo intitulado “*Non-Plan: An experiment in freedom*”, evidenciando que o planejamento está historicamente relacionado à ausência de democracia e que raramente tem os resultados que almeja.⁸ Eles propõem então um experimento de zonas de não-planejamento, em que as próprias pessoas pudessem tomar suas decisões. Semelhante posição em favor da autonomia foi assumida também por John Turner, que, via Unesco, conseguiu implementar políticas habitacionais de fortalecimentos de ocupação e construção espontâneas em vários países.⁹ Ao mesmo tempo, a própria indústria começa a produzir sistemas flexíveis, como os móveis Ikea, os brinquedos Lego e uma enorme variedade de sistemas de casas prefabricadas.

Não que esses movimentos e tendências fossem todos motivados pelos mesmos interesses. Alguns pretendem rupturas com o *status quo*, enquanto outros são simples expedientes de aumento de vendas e ainda outros se situam vagamente entre esses dois extremos. Mas, de qualquer forma, todos apontam para possibilidades diferentes da moradia-estojo, seja pela adaptabilidade das habitações ao longo do período de uso, pela ampliação das opções disponíveis, pela multifuncionalidade dos espaços ou pela autoprodução.

É nesse contexto também que a ideia da coordenação modular passa de um simples problema da indústria a uma possibilidade relevante para a qualidade do ambiente construído. O módulo de 10 cm e as série de “números preferíveis” já haviam sido acordados nos países europeus em 1955, considerando prioritariamente a otimização de

processos industriais. Com ou sem coordenação modular a indústria da construção pode perfeitamente continuar produzindo milhares de unidades idênticas. Contudo, quando se põe essa discussão na perspectiva de uma maior possibilidade de escolha dos usuários finais (por exemplo, entre diferentes “recheios” para um mesmo “suporte”, como no sistema inaugurado por Habraken) ou de autonomia desse usuários (por exemplo, na facilidade de autoconstrução, reforma e bricolagem), elas adquirem novas implicações para a produção do espaço e novos significados e prioridades.

No Brasil, esses experimentos tiveram muito pouca repercussão para além de algumas menções em revistas especializadas. Os estojos se perpetuaram inabalados e, a meu ver, ainda regem a grande maioria dos projetos de moradias, sobretudo as produzidas em massa e em condições formais. O perfeito acondicionamento ainda é um ideal perseguido e entendido como boa prática, assim como a passividade do usuário em relação ao seu espaço ainda é o comportamento almejado. No fundo, não nos convencemos de que a moradia-estojos seja um mal a combater. A Caixa Econômica Federal, por exemplo, exige determinadas configurações espaciais para os financiamentos de imóveis habitacionais: não se admite uma moradia que não tenha pelo menos uma partição que caracterize um dormitório separado de outros espaços. De modo análogo, o Código de Obras de Belo Horizonte é inteiramente pautado na monofuncionalidade dos espaços, alguns dos quais com exigências bastante específicas.

E tudo isso chega a ter um sentido humanista, porque, bem ou mal, o estojos também carrega consigo a imagem de aconchego, conforto e segurança. Tanto é que, quando

os projetos evidenciam o que se condiciona onde, são denominados 'plantas humanizadas'. *Slogans* como 'projetos inteligentes: melhor aproveitamento do espaço', que indicam uma previsão ainda mais meticulosa de cada objeto e evento, são usados tanto para produtos populares quanto para os luxuosos, e não parecem incomodar nem mesmos aos arquitetos mais críticos.

Entendo que em parte essa persistência dos estojos se deva ao fato de que nossa demanda básica por moradias não está suprida, o que leva ao entendimento errôneo de que flexibilizações na produção seriam luxos inadmissíveis. Por outra parte, o apego a espaços predeterminados também reflete de um longo período de autoritarismo (aliás, bem anterior a 1964), cujos hábitos se transformam apenas muito lentamente. Assim, as práticas participativas no planejamento de empreendimentos habitacionais subsidiados têm se tornado mais comuns, mas ainda não costumam incluir concepções com escolhas individualizadas para as famílias ou que efetivamente facilitem mudanças nas moradias ao longo do tempo. De um modo geral, reformas ou acréscimos feitos pelos usuários ainda são tidos por inconvenientes.

Nesse contexto, métodos como a coordenação modular também costumam ser vistos como simples otimizações de processos construtivos, tanto por aqueles que lhe são favoráveis, quanto por seus críticos. Esses últimos a entendem como um afastamento da 'escala humana' e em prol do maquinário: as grelhas abstratas de um módulo ortogonal de dez centímetros são somente a concretização final de uma arquitetura tecnocrática. Penso que essa crítica é pertinente, mas faz perder de vista o caráter opres-

sivo do próprio espaço-estorjo supostamente humanizado; quanto melhor um espaço se adequa a determinada orquestração de usos, mais dificulta outros usos quaisquer.

Mais frutífero seria entender a questão na sua ambiguidade. Pautar os objetos na possibilidade de conjunção livre e flexível não é apenas sair do registro da escala humana – da qual, a meu ver, já saímos há muito tempo –, mas também abre a possibilidade de essas conjunções serem feitas por qualquer pessoa e em qualquer circunstância. Uma coordenação modular que não fosse, ao mesmo tempo, voltada para a mutabilidade dos espaços, de fato seria somente um modo de facilitar a vida de seus produtores diretos e indiretos, tendendo a favorecer a indústria da construção e talvez alguns autoconstrutores, mas sem fazer diferença substancial para os próprios moradores. Porém, a ideia da coordenação modular na construção pode ultrapassar essa perspectiva restrita e facilitar substancialmente a produção de moradias para além dos estorjos.

Para que ocorram mudanças de perspectiva desse tipo, é essencial que haja envolvimento de outros agentes que não apenas os da própria indústria da construção. Tome-se como exemplo a chamada produção flexível, hoje tão em voga nas empresas. Ela não coincide necessariamente com nenhuma flexibilização de produtos para os usuários finais; pelo contrário, na maioria dos casos as empresas flexibilizam sua organização interna para responderem mais rapidamente a mudanças conjunturais, mas continuam oferecendo os produtos predefinidos. Da mesma maneira, a coordenação modular na construção não representa, em si mesma, uma possibilidade nova para a

moradia. A tendência geral, no caso de ela se difundir no Brasil, é de produção dos mesmos tipos de unidades habitacionais por meios mais racionalizados. Se quisermos aproveitá-la para favorecer também uma maior abertura na produção do espaço de um modo geral, terá de haver engajamento e investigação nesse sentido, especialmente por parte dos profissionais, pesquisadores e estudantes de arquitetura.

Silke Kapp • Sulamita Lino

Na cozinha dos modernos. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo* (PUC-MG), v. 15, p. 30-45, 2008.

Começamos a conversar sobre as cozinhas na arquitetura moderna em 2004, na defesa de dissertação de Sulamita (*O Modernismo com 'Sabor Local'*). Depois elaboramos o artigo pouco a pouco, encontrando cada vez mais material para uma interpretação crítica. Ficou a vontade de explorar o assunto numa pesquisa mais extensa.

Na cozinha dos modernos

[2008]

Nas pinturas *Morro da Favela* (1924) de Tarsila do Amaral e *Morro Vermelho* (1926) de Lasar Segall as favelas eram belas: luz tropical, palmeiras e cactos verdes, casas coloridas, lago cristalino, roupas no varal, vida ordeira de mães sensuais e filhos fortes. Os dois quadros decoravam, em 1930, a sala da casa de Gregori Warchavchik à rua Itápolis em São Paulo, como parte da muito bem-sucedida *Exposição da Casa Modernista*. Intuito da exposição era apresentar à elite paulistana o modo de vida moderno e festejar um programa artístico de aproximação do povo e afastamento de uma cultura aristocrática decadente.¹

Considerando-se que na estrutura social do Brasil daquela época as pessoas representadas nos quadros de Tarsila e Segall são operários e empregados domésticos, há uma paradoxal contradição nesse evento. As casas de Warchavchik – ícones da historiografia da arquitetura modernista no Brasil, que lhe renderam a representação da América Latina nos CIAM – têm a ordem da tradicional casa burguesa. Ainda que fossem ditas racionais, funcionais e econômicas, ainda que resumissem certos espaços

e eliminassem ornamentos, mantêm a clara setorização de áreas de serviço, social e íntima. Isso significa que, por ocasião da dita exposição, os convidados apreciam na sala pinturas que celebram a beleza e a exuberância das mesmas pessoas (sobretudo mulheres negras pobres) que trabalham na cozinha preparando os canapés. E mais, a arquitetura de Warchavchik parece harmonizar com os dois termos dessa contradição. Ela reitera a práxis social desigual com seu espaço segregador e, por outro lado, atende aos ímpetus subversivos cultivados na sala, com suas formas simbolicamente isentas dos símbolos de distinção (os ornamentos). A casa é, a um só tempo, forma aparentemente avançada e espaço confortavelmente conservador.

A investigação da qual resultou o presente artigo iniciou-se pela discussão do paradoxo acima apontado. A partir dele começamos a examinar as relações cotidianas que os espaços criados pelos arquitetos modernos por volta de 1930 efetivamente privilegiavam. Entramos na ‘cozinha dos modernos’, para compreender como abordaram o trabalho doméstico, mas também para conhecer um pouco mais de suas – talvez irrefletidas – convicções. Isso nos levou mais longe do que supúnhamos, pois revelou o quanto o debate em torno da moradia, tão cultivado no campo arquitetônico durante o século XX, iniciou-se passando ao largo de uma crítica das relações de dominação das quais a moradia é sede e que, em última análise, sustentam a sociedade industrial.

O texto que se segue começa por recuperar alguns conceitos essenciais a essa crítica, como a noção de trabalho de reprodução, para depois examinar brevemente os espaços desse trabalho propostos por arquitetos

em três circunstâncias diversas: Moscou, Frankfurt e, retornando ao ponto de partida, a Rua Itápolis.

Reprodução, produção e trabalho doméstico

Reprodução é a produção para a permanência de determinado estado de coisas, a começar pela subsistência orgânica dos indivíduos e pela subsistência da espécie, mediante a procriação. Essas são as bases e condições de possibilidade de qualquer sociedade humana. Sem reprodução, não há produção, pois ela não teria objeto, nem teria quem a realizasse: “O ato produtivo é, em si mesmo, despojado de sentido, ou seja, absurdo, uma vez concebido isoladamente, descontextualizado do processo reiterativo, reprodutivo, no qual está indissolivelmente inserido”.² Portanto, a reprodução tem precedência lógica sobre a produção, ainda que, do ponto de vista gramatical, isso pareça estranho.

O estranhamento advém do fato de a nossa terminologia relacionada ao trabalho ser cunhada pelo produtivismo, que considera as atividades humanas à medida que geram riquezas acumuláveis. Centro do pensamento econômico-político moderno, seja de orientação progressista ou conservadora, seja de direita ou de esquerda, é a produção estruturada pela relação entre capital e trabalho. A subsistência humana e suas qualidades compõem nesse pensamento sob o termo ‘reprodução’, porque fazem parte do processo que restaura as condições de partida de um ciclo produtivo, no que diz respeito à disponibilidade da mercadoria trabalho, para que um novo ciclo possa começar. Meios e fins se invertem: a existência de pessoas se torna um meio para a produção, e não o seu objetivo.³

Já nas formações sociais em que o trabalho assalariado não existe ou contribui pouco para a subsistência, como nas sociedades pré-capitalistas, as atividades de produção e as de reprodução pouco diferem entre si. As mesmas ações geram tanto produtos de uso próprio (reprodução), quanto produtos destinados ao mercado. O espaço da moradia, nesse caso, é estruturado pelo trabalho, mas a ele se mesclam diretamente todos os outros significados e ações da vida doméstica, desde procriação e religiosidade até entretenimento e convívio social. Nas sociedades industriais urbanas, em que domina a separação econômica e cultural entre a reprodução doméstica e produção geradora de riquezas, essas relações espaciais se transformam: o espaço do trabalho não é mais o espaço de moradia, de criação dos filhos ou de lazer, da mesma maneira que o tempo do trabalho (assalariado) e o tempo dito livre não se misturam.

Isso não significa, entretanto, que o trabalho doméstico tenha deixado de existir nessas sociedades industriais urbanas. Pelo contrário, estima-se que até hoje mais da metade de todo o trabalho humano seja trabalho de reprodução não remunerado, realizado prioritariamente pelas mulheres no espaço doméstico. Tal trabalho apenas perdeu seu caráter autoevidente e, entre tentativas de socializá-lo, racionalizá-lo ou modernizá-lo tecnologicamente, acabou sendo obliterado. (Obliterar é o oposto de esclarecer: fazer esquecer, obscurecer, ocultar, diminuir, reduzir). A obliteração se evidencia, por exemplo, no seguinte fato:

O produto nacional não engloba o trabalho não-remunerado das donas de casa; engloba porém o produto do trabalho das empregadas domésticas, por ser remunerado. O que leva ao

curioso paradoxo de que o produto nacional diminui cada vez que um patrão casa com a empregada e a transforma em dona de casa, embora a produção realizada pela referida senhora continue a mesma.⁴

De meados do século XIX a meados do século XX surgiram muitas propostas inovadoras do espaço habitacional, porque a reinvenção da moradia parecia indispensável ao equacionamento da sociedade industrial. Mas, não obstante as inovações, as relações fundamentais entre trabalho assalariado de produção e trabalho gratuito de reprodução persistiram: o primeiro domina o segundo e, ao mesmo tempo, é sustentado por ele. Portanto, não se trata simplesmente de um problema simbólico ou de uma questão de ‘reconhecimento’ do trabalho doméstico. Fato é que o modo de produção capitalista industrial não seria capaz de prover sua própria reprodução se não contasse com essa parcela imensa de sobretrabalho.

Nesse contexto, cabe lembrar que o Código Napoleônico (1804) e muitas outras constituições burguesas às quais ele serviu de modelo definiam as mulheres como pessoas não dotadas de razão, incapazes de responder por seus próprios atos e necessariamente submissas ao pai ou ao marido. Na estrutura familiar formal da sociedade europeia oitocentista, o homem tem o dever de sustentar a família e o direito de dispor da mulher para ajudá-lo – em qualquer sentido. A mulher, por sua vez, só pode ter atividades remuneradas independentes se não prejudicarem os chamados “deveres de mãe e esposa” (o trabalho de reprodução). Mesmo assim, a quase totalidade das mulheres das classes mais pobres realizava trabalhos extradomésticos para sustentar a família, além do trabalho

doméstico que lhe cabia por lei. O censo austríaco de 1869, por exemplo, mostra que metade de todos os trabalhadores do comércio e da indústria eram mulheres. Não é de estranhar, portanto, que os movimentos feministas organizados tenham começado nesse período, marcado pelo engajamento das mulheres nos eventos revolucionários de 1848 ou na Comuna de Paris (1871).

Algumas lutaram nas barricadas durante a revolução de fevereiro, mas foram muitas mais as que participaram na acentuada luta de rua de junho de 1848. As mulheres de Paris lutaram com tanta decisão quanto os homens [...]. Ainda que algumas tenham se limitado a carregar e limpar as armas, outras dirigiram grupos de combate integrados só por homens. A atividade política das mulheres se restringiu depois que se reprimiu o levante dos “dias de junho”, mas muitas haviam aumentado sua consciência social e política.⁵

Dos teóricos da economia política clássica, quem levou mais longe a crítica do trabalho de reprodução foi provavelmente John Stuart Mill (1806-1873), também um dos primeiros homens a defender os direitos civis das mulheres, incluindo sufrágio, educação, propriedade privada, acesso ao mercado de trabalho e nível salarial. Mill, um autor paradigmático do pensamento liberal, parte da curiosa convicção de que o trabalho doméstico feminino, mais do que desnecessário, seria socialmente maléfico. Para ele, o fim da coerção masculina e a implementação de carreiras femininas fora do “departamento mais humilde da vida” aumentariam a riqueza da nação, transformariam as relações carnavais entre os sexos em relações de caráter intelectual e, assim, solucionariam até mesmo o problema da superpopulação.

É por devotar a metade da espécie humana a essa função exclusiva [de procriação], por ela preencher toda a vida de um dos sexos e se imbricar em quase todos os objetos do outro, que o instinto animal em questão é alimentado até a desproporcional preponderância que teve até agora na vida humana.⁶

Um século e meio depois, muitos dos ideais de Mill se realizaram no mundo industrializado: as mulheres se integraram ao mercado 'livre', bem ou mal têm acesso à educação como os homens, conquistaram certa independência financeira e costumam ter menos filhos. Mas para a maioria delas continua existindo o trabalho doméstico não mercantil e não monetário, que Mill desqualifica. Esse trabalho feminino apenas passou a oscilar entre dois pólos de dominação: a dominação doméstica pelo homem e a dominação pelo capital; ou, para dizê-lo em outros termos, entre um falso idílio doméstico e uma falsa identificação da liberdade com a liberdade de vender a própria força de trabalho no mercado. Talvez as mulheres que participaram dos movimentos revolucionários do século XIX tenham compreendido essa aporia melhor do que muitas feministas que as sucederam, pois não estavam interessadas simplesmente numa emancipação nos termos de Mill, com direitos políticos ou liberdade de mercado, mas numa organização social radicalmente transformada.

Marx também aborda a questão do trabalho doméstico, começando pela disseminação do sistema *putting out*, isto é, a distribuição de matéria-prima às famílias com posterior recolhimento das mercadorias transformadas. O *putting out* introduz a lógica fabril no espaço doméstico sob o comando das mulheres:

Essa indústria em domicílio moderna só tem o nome em comum com a antiga, que pressupunha o artesanato urbano independente, a economia camponesa independente e a casa da família do trabalhador. A indústria em domicílio se converteu hoje na seção externa da fábrica, da manufatura ou do estabelecimento comercial.⁷

Para os nossos propósitos, podemos compreender o sistema *putting out* como transição da moradia tradicional (unidade de produção), para a forma de moradia que prevalecerá nos países capitalistas industrializados até a década de 1930 (unidade de reprodução). No momento em que penetra no espaço doméstico, a lógica fabril modifica a percepção do trabalho de reprodução, tornando-o secundário frente à atividade geradora de renda. Quando, mais tarde, essa atividade é deslocada para o espaço da fábrica, a moradia parece tornar-se um oásis do não-trabalho, embora o trabalho de reprodução continue sendo executado ali. O ônus dessa obliteração fica com as mulheres das classes não proprietárias, agora integradas ao mercado de trabalho e ainda responsáveis pela manutenção da vida doméstica.

Marx entende que o trabalho assalariado feminino, possibilitado pela substituição de força física por maquinário, é uma maneira de o capital ampliar duplamente a exploração do material humano. Por um lado, a disponibilidade de trabalho feminino aumenta a oferta de trabalho em geral, pressionando os salários. Por outro lado, cai o valor real do trabalho, porque o salário, determinado “não pelo tempo de trabalho necessário para manter individualmente o trabalhador adulto, mas pelo necessário à sua manutenção e à de sua família”⁸ é dividido por dois membros da família (ou mais de dois, quando há trabalho infantil).

Assim, cai o custo de reprodução do trabalhador, que inclui a ‘produção’ dos filhos, e aumenta a mais-valia relativa.

Além dessa ‘otimização’ da exploração, o trabalho feminino acarreta outra vantagem para o capital, pois incrementa a necessidade de consumo de mercadorias, isto é, reifica e mercantiliza a reprodução.

Uma vez que não podem ser suprimidas inteiramente certas funções da família, tais como cuidar de crianças e amamentá-las, têm as mães de família confiscadas pelo capital de arranjar algo que as substitua. Os trabalhos necessários na vida familiar, como costurar e remendar, têm de ser substituídos pela compra de mercadorias fabricadas. Ao menor dispêndio de trabalho doméstico corresponde maior gasto de dinheiro. Os custos de manutenção da família do trabalhador aumentam até se contrabalançarem com a receita suplementar. Acresce que se tornam impossíveis a poupança e o discernimento no uso e na preparação dos alimentos.⁹

A passagem citada mostra que Marx, ao contrário de Mill, reflete sobre as contradições do trabalho assalariado feminino e não o identifica simplesmente com emancipação ou liberdade. Transparece aí também a diferença entre a porção do trabalho de reprodução que é passível de substituição por mercadorias e a porção desse trabalho que não o é. “Cuidar de crianças e amamentá-las” é uma atividade que não tem a mesma natureza de “costurar e remendar”, porque não pode ser substituída pela compra de mercadorias. De modo análogo, “o discernimento no uso e na preparação dos alimentos” indica uma operação qualitativa que a produção em massa de alimentos não tem.

Teóricos mais sexistas do que Mill e mais conservadores do que Marx, interessados em manter as mulheres no seu lugar tradicional, são os que mais enalteceram essas

características qualitativas do trabalho de reprodução. Em 1891, o antissocialista Edward Stanley Robertson escreve um capítulo de *A plea for liberty* (livro organizado por Thomas Mackay e publicado pela *Liberty and property defence league*), no qual procura demonstrar a “inviabilidade do socialismo”, argumentando que não se pode contabilizar nem socializar o trabalho da esfera doméstica. “Como o socialismo regularia as horas ou estimaria o valor do serviço doméstico? [...] Qual é o valor do ‘tempo de trabalho social’ da mulher de um operário durante o parto e o subsequente afastamento do trabalho da comunidade?”¹⁰

Eugen Richter, político liberal da Alemanha de Bismark, argumenta na mesma linha. Na sátira intitulada *Sozial-demokratische Zukunftsbilder* (imagens do futuro social-democrata, 1891), tenta enfatizar o caráter qualitativo e não contábil do trabalho de reprodução. A ficção de Richter narra o cotidiano numa Alemanha pós-revolucionária pela voz de um operário inicialmente entusiasta da nova ordem, mas que pouco a pouco tem suas expectativas frustradas. Trata-se de mostrar aos leitores que, ao fim e ao cabo, qualquer forma de socialismo pioraria a vida de todos, por mais que se tente vê-la com bons olhos. No capítulo sobre “As novas cozinhas estatais”, Richter descreve uma instituição semelhante a cantinas de instituições militares ou prisionais: serve-se o mesmo prato e a mesma porção a todos, o tempo de refeição é cronometrado por policiais e não há nenhuma espécie de sociabilidade entre os comensais, cujo agrupamento, de qualquer forma, resulta da distribuição de senhas e não de afinidades.

Para cada homem, a cada dia, sua porção de carne! [...] É verdade que as porções de carne poderiam ser um pouco maiores,

mas nosso prudente governo adotou o inteligente princípio de não oferecer mais carne do que a média consumida aqui antes. Depois as coisas serão diferentes e com o passar do tempo teremos muito mais e em maiores quantidades. [...] Mas há algo que tem sido difícil. É a preocupação que minha boa esposa demonstra. Está muito nervosa e seu estado piora a cada dia. [...] As cozinhas estatais também não lhe agradam. Diz que a comida é ração de acampamento e um pobre substituto das saudáveis refeições que costumávamos ter em nossa própria casa. Queixa-se de que a carne passou do ponto, o caldo está ralo e coisas do gênero. Também diz que perde o apetite ao saber de antemão o que comerá durante toda a semana. [...] Antes se alegrava quando saíamos de vez em quando, pensando que nesse dia evitaria o problema de cozinhar. Bom, são coisas de mulher. Elas sempre têm o que reclamar da comida dos outros.¹¹

Não obstante os propósitos conservadores de Richter, sua sátira indica o quanto a natureza da reprodução difere da lógica da produção. No registro da produção dominam planejamento, estratégia e controle rigoroso de tempo e recursos, seja pelo Estado, seja pelo capital privado. No registro da reprodução prevalecem procedimentos contrários à predeterminação – “perde o apetite ao saber de antemão” –, prezam-se qualidades específicas em lugar de quantidades e não há interesse pelo crescimento linear, nem pela acumulação.

Efetivamente, o trabalho de reprodução não é acumulável. À revelia do aspirador de pó, do freezer, da inseminação artificial e de toda a imensa produção de mercadorias destinadas ao consumo doméstico, não se pode limpar a poeira de amanhã, nem matar a fome da semana que vem ou gestar os filhos da década seguinte. Se o aumento das forças produtivas de uma sociedade tende a reduzir o tra-

balho necessário à reprodução, ainda assim uma grande parcela desse trabalho não pode ser mercantilizada, racionalizada ou socializada. Mesmo que muitas mercadorias estejam disponíveis e os salários efetivamente permitam comprá-las, a criação dos filhos, a manutenção da moradia, o cuidado com os doentes e até mesmo o consumo concreto envolvem um trabalho não reificável, sem o qual nenhum outro tipo de trabalho seria possível.

A vida humana se realiza no e pelo espaço, e a estrutura desse espaço concretiza as relações sociais, sob todos os aspectos. No âmbito da reprodução não é diferente. Por isso, como já indicado na introdução ao presente texto, a leitura da 'cozinha dos modernos' aqui proposta em três exemplos se destina a compreender as formas de organização do trabalho de reprodução que subjazem às inovações almejadas pelos arquitetos modernos. Qual é, afinal, o potencial de transformação (ou de perpetuação) das relações de dominação inerente a tais propostas?

Na cozinha socializada dos soviéticos

Nas primeiras décadas do século XX, ideias como as “imagens de um futuro social-democrata” de Richter circulavam em todas as frentes políticas, positiva ou negativamente. Liberais acusavam socialistas e comunistas por quererem homogeneizar a produção, as necessidades e as pessoas; socialistas acusavam liberais por lidarem com as riquezas produzidas de modo irracional e injusto; e comunistas acusavam socialistas por almejarem reformas apenas parciais. Nesse contexto, a Revolução de 1917 representa uma oportunidade de tentar demonstrar a superação da domesticidade burguesa por uma nova

cultura proletária de cooperação.

Depois da Revolução, meios de comunicação soviéticos como o jornal *Komsomolskaia Pravda* empreendem uma campanha sistemática contra as ‘quinhilharias’ das casas pequeno-burguesas. Toda a sociedade soviética deveria se tornar uma ‘grande família’, numa nova cultura proletária que libertaria a mulher do trabalho privado para inseri-la definitivamente no trabalho ‘produtivo’, socializando inclusive criação dos filhos, limpeza e preparo da comida. E todo cidadão teria direito natural à moradia e à participação em espaços públicos que absorveriam as antigas funções domésticas: cantinas, clubes, banhos, creches, parques esportivos, escolas e teatros. Correlato disso foi o combate ao patriarcado, com legalização do aborto, simplificação do divórcio, proibição da poligamia, repressão das agressões contra mulheres e o fim do mito da virgindade (reformas instituídas no Direito de Família de 1918 e em grande parte revogadas na revisão de 1936, comandada por Stálin).

A mesma Tarsila do Amaral que pintou o *Morro da Favela* e integrou a supracitada *Exposição da Casa Modernista* foi tocada por essa nova ordem social ao visitar a URSS em 1933:

Agora é que estou vendo a Rússia. Quanta fantasia sobre ela! Aqui as mães todas criam seus filhos. Depositam-nos em uma creche, no próprio lugar onde trabalham, durante o dia, isto é, nas 7 horas de trabalho. As crianças são bem cuidadas e alimentadas. Vive-se sem saber qual é o dia da semana, pois não há domingo nem feriado. Todos trabalham 4 dias e descansam no 5º em turmas diferentes, de maneira que o trabalho não se interrompe e cada dia da semana tem seu grupo que descansa. [...] Agora em todas as escolas, fábricas, usinas, hospitais, Institutos, teatros em toda parte só se fala

no plano de 5 anos e todos procuram fazê-lo em menos tempo e afirmam que $2+2=5$. Muitas das empreitadas já foram executadas e esperam, num grande esforço coletivo, que o plano total termine no prazo. É por isso que aqui não existe o problema dos sem trabalho. Só não trabalha quem não quer.

As mulheres têm os mesmos direitos que o homem. Ganham a mesma coisa, conforme o trabalho. Há muitas que são soldados e saem pelas ruas com seus batalhões no meio dos homens. [...] Vi também uma clínica de abortos e assisti a algumas operações. Nessa clínica operam diariamente 60 mulheres quando elas provam que não podem ter o filho ou pela dificuldade de alojamento, ou porque não têm um marido, ou porque são doentes, ou porque são estudantes ou outra razão justa.¹²

Havia portanto, na URSS desse período, um real intuito de reorganizar o trabalho de reprodução. O provimento habitacional correlato se fez inicialmente pela transformação das construções pré-revolucionárias em apartamentos comunitários (*kommunalnaya kvartira*), nos quais banheiros e cozinhas eram compartilhados e a vida privada e de cada família se restringia a 13 m², delimitados por divisórias de compensado ou cortinas, sem isolamento acústico e muitas vezes sem iluminação natural.

Na prática, essa vida anti-doméstica sob o novo regime significou um fardo enorme para as mulheres, não só pelo fato de gestação e parto não poderem ser socializados. O território comum das moradias era disputadíssimo e sua negociação ficava a cargo das mulheres. Exatamente pelo atrito que o uso coletivo forçado acabava gerando, o preparo dos alimentos – também tarefa feminina – continuou

separado por famílias; o que resultou em cozinhas com tantos fogões lado a lado, quantas fossem as famílias abrigadas num mesmo apartamento. Na realidade, as mulheres soviéticas não deixaram de desempenhar as funções da dona de casa, apenas deixaram de ter casa. Susan Buck-Morss observa com muita pertinência que esse “arranjo infernal” tinha, todavia, uma vantagem: “O espaço era desideologizado no sentido de que as contradições do sistema eram vividas ali sem nenhum verniz que as encobrisse”.¹³

Para remediar essa situação, que deveria ser provisória mas acabou se tornando definitiva para muita gente, a OSA (*Ob'edineniye Sovremennikh Arkhitektorov*, União dos Arquitetos Contemporâneos, fundada em 1925 por Moisey Ginzburg e Aleksandr Vesnin) propôs concursos públicos com o objetivo de encontrar soluções para o problema habitacional. O pivô da transição entre o antigo e o novo regime, no ambiente doméstico, foi justamente a cozinha. No bloco de apartamentos Narkomfin (Moscou, 1929), Ginzburg propôs um conjunto de moradias duplex, encadeadas e ligadas por um corredor central. Junto às unidades habitacionais havia cantina, ginásio de esportes, biblioteca e creche. A cozinha de cada unidade consistia num móvel compacto, que se pretendia eliminar assim que o morador se adaptasse ao uso da cantina comunitária. Segundo Ginzburg:

Não podemos forçar os ocupantes de uma construção específica a viver em coletividade, como tentamos fazer no passado, em geral com resultados negativos. Devemos oferecer a possibilidade de uma transição gradual e natural para o uso comunitário de certas áreas diferentes. Esse é o motivo pelo qual

tentamos manter cada unidade isolada da subsequente, é por isso que julgamos necessário projetar o espaço da cozinha como um elemento padrão de tamanho mínimo, que pudesse ser retirado do apartamento de modo a permitir a introdução do sistema de cantinas comunitárias a qualquer momento.¹⁴

A produção habitacional soviética tinha por horizonte reeducar as pessoas quanto ao uso do espaço doméstico e, particularmente, da cozinha. Esse processo desencadearia uma situação oportuna para o Estado, pois as moradias poderiam se tornar mínimas se diversão, preparo de alimentos e cuidado diurno das crianças estivessem inteiramente dissociados da família e do espaço doméstico. Mas tais planos grandiosos (masculinos, em sua maioria) nunca se efetivaram. A situação de relativa igualdade feminina, que Tarsila ainda testemunhara em 1933, reverteu-se num novo conservadorismo já no fim da mesma década, e as mulheres soviéticas continuaram “donas de casa sem casa”, esperando décadas a fio por um apartamento não compartilhado com outras famílias.

Sempre se pode alegar que uma proposta arquitetônica falhou ou não se realizou do modo planejado porque estaria, na expressão de Lúcio Costa, “paradoxalmente ainda à espera da sociedade à qual, logicamente, deverá pertencer”.¹⁵ Arquitetos como Moisey Ginzburg seriam então a vanguarda, enquanto a vida cotidiana apenas se arrastava morosamente em direção às possibilidades vislumbradas. Mas toda prefiguração como a proposta por Ginzburg tem o defeito essencial das utopias positivas (isto é, munidas de conteúdos concretos): elas invertem um estado de coisas vigente, sem gerar algo propriamente novo. Assim, a substituição da cozinha doméstica

pela cantina comunitária troca a tradicional dominação doméstica pela dominação da coletividade. A esfera da reprodução continua subjugada à lógica da produção e, ainda por cima, deve assemelhar-se a ela paulatinamente. Já a minicozinha em cada unidade, concessão de Ginzburg aos habitantes de espírito ainda pequeno-burguês, ecoa a experiência dos apartamentos comunitários com suas cozinhas compartilhadas e fogões separados. Na falta de adaptação às cantinas, os homens continuariam a ter sua comida ‘caseira’ e as mulheres continuariam a prepará-la em espaços inadequados.

Na cozinha racionalizada da Europa central

O desenvolvimento do espaço do trabalho de reprodução na Europa central está exatamente na contramão do percurso acima descrito. Enquanto os soviéticos tentavam retirá-lo da moradia e socializá-lo, descalçando-o de fato, os países capitalistas mais desenvolvidos tentavam introduzir a racionalização industrial no próprio espaço doméstico.

Essa racionalização inicia-se ainda no século XIX, com intuito já então dito ‘científico’. A norte-americana Catherine Esther Beecher (1800-1878), irmã da célebre autora de *A cabana do Pai Tomás*, é a primeira grande defensora dessa causa. Em 1841, ela publica o *Treatise on domestic economy*, no qual analisa detalhadamente tarefas como cozinhar, lavar, limpar, arrumar a casa ou cuidar do jardim, pleiteando que deveriam ser aperfeiçoadas da mesma maneira que quaisquer atividades profissionais especializadas e que as mulheres deveriam ser treinadas para exercê-las “profissionalmente”. Anos depois, Beecher

escreve *The American woman's home* (1869), onde apresenta, pela primeira vez, a cozinha nos moldes da linha de montagem, com bancadas de trabalho contínuas, à altura da cintura e providas de armários. Tal organização do trabalho de reprodução se difunde ao longo do século XIX em inúmeras publicações do mesmo gênero. Por um lado, elas se pautam no ideal vitoriano de uma ordem doméstica impecável (também no sentido moral) e, por outro lado, nos avanços técnicos do trabalho produtivo. Auge dessa tendência na Europa central é um livro intitulado *Die rationale Haushaltsführung* (a administração doméstica racional), de Irene M. Witte (1894-1976), uma das primeiras mulheres especialistas em “gerenciamento científico”, que ocupou cargos administrativos importantes e foi aluna e tradutora de Taylor e Gilbreth.

O livro de Witte também inspira o primeiro projeto sistematizado de cozinhas no âmbito do Movimento Moderno, realizado em 1928 pela arquiteta Margarete Schütte-Lihotzky a convite de Ernst May. A nova cozinha padrão é destinada aos programas de habitação social de Frankfurt, devendo atender em especial a mulheres empregadas em fábricas ou escritórios, para as quais o trabalho doméstico era sempre sobretrabalho. A meta de Schütte-Lihotzky é facilitar ao máximo as tarefas, partindo do método de Taylor e trazendo para o ambiente doméstico a otimização produtiva das fábricas. A aplicação do método consistiu em cronometrar e analisar cada movimento realizado na cozinha tradicional e, em seguida, reorganizar espaços e objetos de acordo com sequências lógicas que exigissem o mínimo de passos e gestos, diminuindo o tempo necessário a cada operação. Schütte-Lihotzky

redefine a articulação da cozinha com outros cômodos, sua geometria, dimensão, iluminação e ventilação, e redesenha utensílios e equipamentos, introduzindo gavetas para alimentos a granel, luminárias móveis, tábua de passar roupas retrátil etc. Além disso, todos os materiais da “cozinha de Frankfurt” – como ficou conhecida – são laváveis, duráveis e de fácil manutenção; as cores seguem princípios de higiene e composição plástica. Pode-se dizer, enfim, que a arquiteta mobilizou todos os recursos técnico-científicos então disponíveis para tornar o trabalho doméstico tão ‘produtivo’ quanto o fabril. Para viabilizar a execução, o projeto foi financiado pela Prefeitura de Frankfurt e amortizado por um acréscimo mínimo no valor dos aluguéis. Em 1930, cerca de dez mil cozinhas idênticas haviam sido instaladas nas habitações sociais do programa de Ernst May.

Por mais que a cozinha de Frankfurt tenha nascido da (boa) intenção de amenizar o trabalho da mulher, há limitações evidentes. Ela segrega definitivamente o trabalho doméstico das funções de lazer e socialização da moradia; o que também significa reiterar a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual. Conversar, ler ou ouvir rádio se tornam atividades reservadas à sala de estar e hermeticamente protegidas dos odores e calores da cozinha, cujos bem equipados 8 m² mal comportam duas pessoas. E a cozinha de Frankfurt é inteiramente desenhada para o corpo da mulher de estatura mediana daquela época, de modo que os homens estavam de antemão dispensados do trabalho doméstico e as mulheres canhotas, baixas, altas ou gordas não tinham possibilidade de ajustar o espaço a suas próprias

necessidades; isso sem mencionar eventuais ‘desvios’ de desejos ou hábitos domésticos. Improvisos, apropriações ou ações não planejadas de antemão são tão difíceis aqui quanto nas linhas de produção das grandes indústrias. Finalmente, a nova cozinha implica a perda do valor social e simbólico da cozinha tradicional; ela deixa de ser o centro da casa e se torna uma espécie de laboratório, inserindo definitivamente o ritmo e os preceitos da fábrica na esfera privada. Não que essa tendência tivesse sido ditada por Schütte-Lihotzky; na verdade, o projeto apenas confirma e concretiza tardiamente as mudanças em curso. No contexto urbano-industrial, a função da cozinha tradicional, assim como a da casa tradicional, não é mais do que reminiscência nostálgica.

Porém, essa reminiscência tem um papel ideológico crucial e, mais do que sua rigidez ou seus preconceitos, o que derrubou a cozinha de Frankfurt foi sua objetividade. Como já dito, a industrialização capitalista faz do espaço doméstico o lugar por excelência da compensação. Toda a frustração do trabalho deve se justificar pelas conquistas domésticas. Os sonhos de felicidade e realização das classes não proprietárias e não intelectualizadas se condensam nesse espaço e nas possibilidades de consumo que ele oferece. O esquema da cozinha de Frankfurt poderia se enquadrar nas perspectivas do governo socialista daquela cidade nos anos 1920, tendo por pano de fundo a ideia de uma sociedade em que o espaço privado se tornaria menos relevante. Mas esse mesmo esquema é totalmente inadequado ao incremento do consumo e ao sonho doméstico que começa a predominar na década de 1930 e chega ao apogeu nos anos 1950, especialmente nos EUA.

É impossível ter uma cozinha de Frankfurt e comprar uma lava-louças nova no Natal.

Na cozinha moderna sem modernização

Sempre que se considera que arquitetura, literatura ou artes modernas surgiram em contextos específicos de países europeus advém a questão: como falar do moderno numa sociedade de industrialização e urbanização incipientes e estruturada por uma dependência colonial, ainda por cima predominantemente portuguesa? Canclini afirma que na América Latina a ideia de modernidade chega por intermédio das elites, sem que exista o espaço modernizado. “Fomos colonizados pelas nações europeias mais atrasadas, submetidos à Contra-Reforma e a outros movimentos antimodernos”.¹⁶ Na interpretação de Canclini isso teria gerado, a partir do século XIX, as “ondas de modernização” responsáveis pela divulgação de ideais modernos, sempre segundo modelos estrangeiros e sempre destinados às elites.

A arquitetura moderna brasileira pode ser vista nessa perspectiva. Quando de suas primeiras manifestações, o problema do trabalho de reprodução, típico das sociedades industrializadas, tem por aqui proporções ainda modestas e está longe de afetar o público atendido pelos arquitetos (já que não havia programas habitacionais promovidos pelo Estado). Assim, a arquitetura moderna brasileira tende a ser moderna na aparência – ou, para dizê-lo de modo mais ameno, na expressão plástica – e conservadora nos chamados programas funcionais. O adjetivo ‘modernista’ lhe cabe melhor do que ‘moderna’.

As três primeiras casas projetadas por Warchavchik – a da Rua Santa Cruz (1928), a da Rua Itápolis (1929-1930), mencionada no início deste texto, e a da Rua Bahia (1929-1930) – sofrem da incongruência do moderno sem modernização. Uma consequência disso é a muito comentada dificuldade do arquiteto em construir com elementos aparentemente industrializados sem que já existisse cor-respondente indústria da construção civil no país, isto é, lidando com processos artesanais de produção. Mas a incongruência não se evidencia somente aí, como também nas articulações funcionais, especialmente naquilo que diz respeito ao trabalho de reprodução.

Carlos Lemos descreveu como esse trabalho era equacionado espacialmente nas casas da elite brasileira em fins do século XIX: cozinha, despensa e adega ficavam num porão ou subsolo, ligadas a uma copa no andar térreo.¹⁷ Esse padrão é, a um só tempo, congruente com a ‘casa grande’ do meio rural brasileiro e com a moradia urbana da alta burguesia europeia oitocentista, da qual Kopp diz:

A residência burguesa supunha a presença de empregados domésticos para os quais estavam previstos “quartos de empregados” [...]. Esse pessoal trabalhava na cozinha, eventualmente em uma copa e uma lavanderia, afastadas das peças principais da habitação: local de recepção, quartos de dormir, etc. As plantas dessas habitações eram concebidas de maneira a separar o mais radicalmente possível a zona de trabalho do pessoal de serviço da zona da vida dos proprietários ou locatários da habitação.¹⁸

As casas de Warchavchik mantêm a mesma estrutura: elas têm o núcleo de estocagem e preparo de alimentos isolado do conjunto principal da casa, com entrada independente

e acesso à sala de jantar através da copa. Também não há indícios de que o arquiteto tivesse dedicado qualquer esforço de reelaboração ou *design* a essas áreas. Em todo o material de divulgação da casa da Rua Itápolis as áreas de serviço não são sequer mencionadas, assim como não comparecem nos registros fotográficos (salvo que algo nos tenha escapado). Enfim, Warchavchik adota partidos tradicionalmente segregadores e deixa de lado a possibilidade de inovação na estrutura espacial do trabalho de reprodução; o que faz supor que também a estrutura social desse trabalho não seria afetada pelo ‘modo de vida moderno’ ali proposto.

Pode-se objetar que as casas de Warchavchik, em especial a da *Exposição da Casa Modernista*, ainda estariam inteiramente contidas no contexto institucional das artes plásticas, *a priori* distanciado da realidade social. Nesse sentido, representação e realidade – ou a celebração das mulheres pobres nos quadros e sua exploração na cozinha – não seriam propriamente contraditórias, já que pertenceriam a esferas axiológicas distintas. De fato, a exposição foi mais voltada ao mundo das artes do que ao mundo da vida. Oswald de Andrade a considerou um balanço do que se produzira no Brasil em termos de arte moderna desde a Semana de 1922. Além dos objetos do próprio Warchavchik, incluiu obras de “Tarsila do Amaral, Lasar Segall, Gomide, Di Cavalcanti, Cícero Dias, Anita Malfatti, Celso Antônio, Brecheret, Ester Bessel, Osvaldo Goeldi, Jenny Klabin Segall”, objetos de *design* nacional, como “almofadas de Regina Gomide Graz, um baixo-relevo e um projeto vitral de John Graz, o ‘vaso de feira’ de Patrícia Galvão”, e *design* internacional, como “um bronze

de Lipschitz, almofadas de Sonia Delaunay e Dominique, um tapete da 'Bauhaus' de Dessau, molduras de Pierre Legrain".¹⁹ Finalmente, o evento contou com um elaboradíssimo material de divulgação, com convites pessoais enviados pelo arquiteto, reportagens em jornais locais e uma reportagem no jornal cinematográfico Rossi Filme, produzida especialmente por ocasião da inauguração. Em 14 de abril de 1930, seis dias antes do encerramento, o jornal *Diário da Noite* de São Paulo noticiava "a visita de vinte mil pessoas à mais completa mostra da arte brasileira".²⁰

Contudo, um argumento se contrapõe a essa objeção. Por mais que a arquitetura ali tentasse reencontrar sua afinidade com as artes plásticas e reafinar as então chamadas artes decorativas, e por mais que se tratasse de uma espetacularização da domesticidade para o entretenimento de um público de elite, não se pode abstrair por completo sua relação com a vida cotidiana. Enquanto as configurações de quadros e esculturas ou mesmo de almofadas e tapetes podem comover, fazer pensar ou mesmo mobilizar o público, as configurações arquitetônicas incidem na vida direta e concretamente e – o que é mais importante – são interpretadas nesse registro. Assim, a casa da Rua Itápolis não se difundiu apenas como um modelo plástico, mas também, em certa medida, como um ideal de moradia. Flávio de Carvalho, por exemplo, diz que "a casa de Warchavchik representa para São Paulo uma mudança: ela é extranormal, em relação ao nosso ambiente construído"²¹, ou seja, ele a reconhece como parte desse ambiente. Dito de outro modo: a casa de Warchavchik não é tomada pelo público como nova

proposta de galeria, museu ou espaço de exposição, mas como nova proposta de moradia.

Reitera esse argumento o fato de as casas de Warchavchik terem figurado como modelos quando o problema da habitação das classes trabalhadoras começava a ser discutido com alguma sistematicidade pelos arquitetos brasileiros. Referimo-nos sobretudo ao *Primeiro Congresso de Habitação* realizado em São Paulo em 1931, no qual avaliaram-se tipos para a 'casa operária' ou 'casa popular', racionalização de materiais e sistemas construtivos, produção em larga escala, abrandamento dos códigos de obras e sanitário, expansão horizontal da cidade e incentivos fiscais para a criação de loteamentos na periferia. Warchavchik participa do congresso no papel de representante do CIAM e, como São Paulo dispunha de poucos exemplos de habitações modernas, expõe seus trabalhos já construídos e leva os congressistas para conhecerem a Casa da Rua Bahia, como demonstração das possibilidades de padronização de elementos construtivos.²² O distanciamento relativo dos problemas sociais, que se poderia atribuir ao contexto de uma exposição de artes, certamente desaparece nesse novo contexto.

Pouco depois da *Exposição da Casa Modernista* e do *Primeiro Congresso de Habitação*, Warchavchik projeta com Lúcio Costa a Vila Operária da Gambôa (1932), na cidade do Rio de Janeiro, um investimento privado para aluguel. A proposta mescla princípios do CIAM sobre Moradia Mínima (1929) com modelos locais de casas operárias, ao passo que seu contraponto são os cortiços.²³ A Vila tem 14 unidades: 12 casas de 30 m² com dois quartos, sala, banheiro

e cozinha, e dois quartos de 10 m² com banheiro, destinadas aos zeladores. As diferenças mais marcantes em relação às casas operárias de então são a incorporação do banheiro ao interior da unidade (em lugar do acesso pelo quintal) e o hall de circulação dos quartos (comumente ligados entre si). As unidades têm, ainda, pequenas varandas na entrada e nos fundos, funcionando essa última como extensão da cozinha. Contudo, continua não havendo preocupação específica com esse espaço ou preocupação mais ampla com a maneira de realizar o trabalho de reprodução. O projeto segue, em escala reduzida, a setorização da casa burguesa e todos os seus pressupostos.

Resta saber se essas primeiras realizações da arquitetura modernista brasileira, que obliteram a dominação no âmbito doméstico, em lugar de problematizá-la de alguma maneira, são representativas dos desenvolvimentos ulteriores. A julgar pelo modernismo brasileiro mais festejado na historiografia, parece-nos que a ausência de reflexão crítica sobre as relações sociais de reprodução são de fato uma marca característica, que aliás prevalece até hoje. Por outro lado, falta uma leitura do assunto “a contrapelo” – para usar a expressão de Benjamin – que considere pelo menos dois outros âmbitos de produção do espaço arquitetônico (não necessariamente nessa ordem): o de arquitetos menos célebres e talvez mais próximos de uma real discussão crítica da sociedade; e o da produção externa ao campo dos arquitetos e projetistas em geral, isto é, o da produção informal, que é tão repleta de alternativas espaciais quanto o é de alternativas de sobrevivência.

Silke Kapp • Ana Paula Baltazar

Out of conceived space: for another history of architecture. In: *The Proceedings of Spaces of History / Histories of Space: Emerging Approaches to the Study of the Built Environment*. Berkeley: University of California, Berkeley, 2010, s.p. (CD-Rom e online).

Escrevemos para um congresso na universidade de Berkley, mas o tema surgiu em função da colaboração do MOM com o grupo *História em Construção*, constituídos por moradores da Vila das Antenas. As premissas historiográficas aqui discutidas foram aplicadas, por exemplo, às pesquisas sobre o “Vernacular Metropolitano” e os “Loteadores Associativos”.

Por uma outra história da arquitetura

[2010]

Espaço percebido, concebido, vivido

A teoria de Lefebvre acerca do espaço como um produto social é baseada na ideia de um processo dialético de produção, que envolve três dimensões fundamentais. (1) O espaço é socialmente produzido como uma rede material de coisas e ações físicas, percebidas pelos sentidos e constitutivas de práticas espaciais. (2) O espaço também é produzido em construções mentais e codificado em representações conceituais. E (3) o espaço é produzido como um mundo vivido de experiências, que constituem espaços representacionais ou imaginários. Para Lefebvre, essas três dimensões perfazem uma unidade inseparável, ainda que contraditória: “a prática material *per se* não tem nenhuma existência numa perspectiva social [...] pensamento puro é pura ficção [...] e ‘experiência’ pura é, em última análise, puro misticismo”.¹

Entretanto, isso não significa que as três dimensões sejam simétricas ou mesmo estáveis. Toda sociedade produz seu próprio espaço de acordo com o seu modo de produção (geral), sua formação social (específica) e as

contradições assim implicadas. Lefebvre afirma que os âmbitos do vivido, concebido e percebido constituem um todo coerente em “circunstâncias favoráveis, quando uma linguagem comum, um consenso e um código podem se estabelecer”.² Mas o “neocapitalismo moderno”, como Lefebvre o chama, produziu um “espaço abstrato” em que prevalece a dimensão concebida.

A representação [conceitual] do espaço, a serviço do conhecimento e do poder, deixa apenas uma margem muito estreita para os espaços representacionais [da imaginação], que são limitados a trabalhos, imagens e memórias cujo conteúdo, seja sensorial, sensual ou sexual está tão deslocado que mal alcança força simbólica.³

Ao mesmo tempo, o espaço abstrato determina não apenas a reprodução biológica e a produção socioeconômica, mas sobretudo a reprodução das relações sociais de produção ou a manutenção da divisão de classes e de poder. O segredo da “sobrevivência do capitalismo” é a sua capacidade de “apagar distinções” mediante violência concreta, organizada por meio de representações do espaço.⁴

Da historiografia convencional da arquitetura

Podemos distinguir entre duas noções de arquitetura. A primeira é arquitetura como *todo espaço transformado pelo trabalho humano* e está relacionada à dimensão vivida da produção do espaço. A segunda é arquitetura como um campo profissional e acadêmico (no sentido de Bourdieu), especializado em produtos ‘concebidos’. Quando Lefebvre usa o termo *arquitetura*, quase sempre se refere a essa acepção.

O campo da arquitetura se originou na transição entre dois modos de produção: feudalismo e capitalismo (mercantil). Sua história e seus instrumentos correspondem à história do espaço abstrato. Como um campo, a arquitetura é “responsável por produzir aquelas partes do ambiente construído que as classes dominantes usam para justificar sua dominação sobre a ordem social”.⁵ Arquitetos são, portanto, especializados no desenho de objetos aparentemente significativos (monumentos) para adornar o espaço abstrato. Mesmo que os procedimentos profissionais de desenho estejam agora tão difundidos que determinam uma parte substancial da vida cotidiana, a base desses procedimentos ainda é o espaço extraordinário: o trabalho intelectual do arquiteto domina o trabalho manual do construtor e as ações dos usuários por meio de conceitos e códigos abstratos.

A historiografia convencional da arquitetura e quase toda a teoria da arquitetura são partes desse campo acadêmico e profissional, consolidando-o e distinguindo-o de concorrentes, tais como as engenharias ou o *design* industrial. A história da arquitetura se concentra em espaços extraordinários e é escrita para grupos dominantes, especialistas ou, no melhor dos casos, para *amateurs* (amantes leigos). Essencialmente, seu objetivo é recontar, explicar e interpretar os mesmos conceitos que os arquitetos usam nos seus desenhos. Alguns arquitetos até escrevem sobre o próprio trabalho, fornecendo aos historiadores a interpretação ‘correta’.

O pano de fundo teórico dessa historiografia convencional provém de uma tradição de língua alemã, que começa em Herder e suas noções de *Zeitgeist* ou

espírito do tempo e *Volksgeist* ou espírito de uma nação. Enquanto o *Zeitgeist* (*genius saeculi*) seria comum a uma época, atravessando o espaço, o *Volksgeist* (*genius loci*) seria comum a um lugar, atravessando o tempo. Hegel depois compreendeu o *Zeitgeist* como a consciência da humanidade em progressão histórica, de modo que cada período constituiria um estágio desse espírito.⁶ Mas mesmo autores não alinhados à matriz hegeliana de um progresso dialético, tais como o historiador da arte Jacob Burckhardt, mantiveram as noções de *Zeitgeist* e *Volksgeist*.

Na história da arquitetura, o *Volksgeist* ainda persiste em categorizações geopolíticas como ‘Arquitetura japonesa contemporânea’ ou ‘Arquitetura latino-americana’. O *Zeitgeist*, por outro lado, foi amplamente explorado por Giedion, Pevsner e outros historiadores dos movimentos modernos, que elegeram um pequeno grupo de edifícios como manifestações do espírito moderno.⁷ Christian Norberg-Schulz, ainda em 1974, reforçou a ideia de um “significado na arquitetura ocidental” que seria evolutivo e abrangente.⁸

Outra influência importante para a historiografia convencional da arquitetura foi o método, inaugurado por Leopold von Ranke, de investigação cuidadosa de documentos oficiais com o objetivo de “contar o que realmente aconteceu” no âmbito de Estados nacionais, indivíduos poderosos e eventos macropolíticos.⁹ Burckhardt, um discípulo de Ranke, embora se interessasse mais por arte e cultura do que por política, reforçou essa prioridade das celebridades com a tese de que no Renascimento italiano o homem (não a mulher, é claro) “se tornou um indivíduo espiritual e reconheceu a si mesmo como tal”.¹⁰

Vidas e obras de ‘grandes homens’ puderam ser consideradas representativas de seu respectivo tempo e lugar, como se dessem voz a todas as pessoas e como se expressassem o *Zeitgeist* ou o *Volksgeist*.

Na história da arquitetura isso significa a ênfase em edifícios monumentais de autoria claramente identificável, de preferência por fontes documentais. (A busca do termo ‘arquitetura’ no Google Books gera 194 resultados intitulados ‘vida e obra’ [em 2010].) Mas vale a pena perguntar por que uma edificação ou um plano concebidos por um indivíduo deveriam ser mais importantes na história da arquitetura do que criações coletivas ou anônimas como, por exemplo, a cidade. Por que a história da arquitetura é contada como uma história de monumentos? Eles não representam sobretudo os grupos dominantes?

Finalmente, há o pressuposto de que a arquitetura seja parte do “sistema moderno das artes”, ao lado de escultura, pintura, poesia, música e teatro.¹¹ Esse agrupamento nada tem de natural. Por que a arquitetura deve ser comparada à escrita de um romance, mas não ao cultivo de vinhedos ou a quaisquer outras atividades humanas? E por que uma edificação, um romance ou uma sinfonia expressariam o *Zeitgeist*?

Historia da arquitetura pela experiência vivida

Arquitetura compreendida como espaço transformado pelo trabalho humano concerne a qualquer pessoa. Portanto, qualquer pessoa deveria tomar parte em decisões sobre arquitetura à medida que afetassem sua vida cotidiana. Mas em sua maioria as pessoas experimentam mudanças no ambiente como especta-

dores passivos, não como transformadores ativos. O próprio Lefebvre questiona o “silêncio dos usuários” a respeito do espaço abstrato:

Por que eles se deixam manipular de maneira tão danosa aos seus espaços e à sua vida diária sem se engajarem numa revolta massiva? Por que o protesto é deixado aos grupos ‘iluminados’ e até às elites, que estão em larga medida eximidos dessas manipulações?¹²

A passividade dos usuários que Lefebvre tem em mente se refere particularmente à habitação de massa, situação em que a produção concebida e heterônoma do espaço é a regra. Em outros contextos, tais como as favelas brasileiras, as pessoas ainda negociam espaço, fazem acordos informais, transformam e constróem sem mediação de desenhos e conceitos. Mas essas práticas não são escolhas, elas decorrem da necessidade. Quando confrontadas com intervenções heterônomas, tendem a desaparecer, uma vez que as pessoas raramente estão conscientes de seu valor. Inversamente, uma consciência histórica desse valor seria um meio para resistir à manipulação espacial. Uma história focada na produção do espaço pela experiência vivida poderia capacitar as pessoas para resistirem a concepções impostas e para produzirem espaços cotidianos de uma maneira coletiva e crítica. A história convencional da arquitetura não provê nada disso.

Outra história da arquitetura também seria crucial para a educação dos arquitetos, na perspectiva de que eles viessem a contribuir para a produção emancipada ou emancipatória do espaço. Em vez reforçar sua auto-imagem como gênios destinados a expressar o espírito do tempo, uma história do espaço vivido poderia oferecer uma visão

crítica do próprio campo profissional e de seus preconceitos. E em vez de fazer das “representações do espaço a base para o estudo da vida”¹³, reduzindo a experiência vivida, ela poderia inspirar novas maneiras de entender e transformar o espaço.

Balizas para a outra história da arquitetura

A oposição à tradição historiográfica de Leopold von Ranke já está consolidada nas ciências sociais. Peter Burke sistematizou as principais características das diversas abordagens da nova história (*École des Annales*, *History from Below*, *Microstoria*, *Alltagsgeschichte*).¹⁴ Elas se ocupam de todas as atividades humanas, não apenas de política e de eventos extraordinários. Elas se concentram na estrutura social, em pessoas comuns e em movimentos coletivos, não em ‘grandes homens’ e suas motivações pessoais. Elas tendem a incluir todo tipo de fontes, não apenas documentos oficiais e monumentos. Finalmente, elas incluem a consciência dos inevitáveis preconceitos dos historiadores, em vez de pressuporem sua objetividade.

Nas ciências sociais essas abordagens surgiram porque, de uma forma ou de outra, a história social precisa corresponder à sociedade ‘real’. A história da arquitetura, pelo contrário, é auto-referida. Sua tarefa de legitimar o campo se cumpre pelos modelos convencionais, mesmo que esses mal se refiram ao espaço social. Eis porque as tentativas de ultrapassar velhos modelos ainda são bastante raras.¹⁵

Não poderemos analisar essas tentativas nem detalhar nosso próprio programa aqui. No entanto, as balizas para uma história da arquitetura como espaço vivido podem ser apresentadas resumidamente.

1. O foco está mais nos processos de produção do espaço do que nos produtos e na sua análise formal.

2. Compreender a relação entre objetos materiais e pessoas em ação importa mais do que constatar significados preconcebidos.

3. Entrevistas com construtores e usuários, a experiência vivida do historiador e os rastros do uso podem ser fontes primárias, enquanto desenhos e discursos arquitetônicos se tornam fontes secundárias.

4. Se a análise de um certo espaço o relaciona a um contexto mais amplo, esse contexto pode ser o espaço social, a economia política ou qualquer outro âmbito socialmente relevante, mas não a história da arquitetura extraordinária, seus conceitos ou instrumentos, tais como a perspectiva, a geometria, a tecnologia da informação.

5. Seu objetivo não é traduzir a experiência vivida em conceitos para aumentar o controle, mas empoderar pessoas para que tenham acesso a códigos conceituais que até agora lhes tem sido inacessíveis.

6. Ela não se dirige a especialistas, mas a um público amplo, sobretudo às pessoas diretamente envolvidas no objeto de estudo; ela pode ser produzida por qualquer um que esteja suficientemente engajado.

7. Sua apresentação pode ser escrita, mas palavras devem ser usadas para colocar a prática espacial em evidência, não para ocultá-la; outros media também podem ser usados.

8. Finalmente, tornar público esse tipo de história pode envolver meios convencionais como livros, artigos e aulas, mas o mais importante é prover acesso amplo a todos, idealmente por meios interativos que capacitem as pessoas a continuar o estudo historiográfico por elas mesmas.

MORADIA / AUTOPRODUÇÃO

Silke Kapp • Ana Paula Baltazar • Rita Velloso

Morar de Outras Maneiras: Pontos de Partida para uma Investição da Produção Habitacional. *Topos Revista de Arquitetura e Urbanismo*, v.4, 2006, p.34-42.

Escrevemos em 2004, como síntese das intenções de pesquisa do recém-criado Grupo MOM. O artigo retoma tópicos da discussão habitacional da década de 1970, da qual nos apropriamos com entusiasmo no primeiro momento e que depois aprofundamos e revimos em alguns aspectos. Na presente versão houve apenas uma atualização terminológica, substituindo *produção autônoma* por *autoprodução*, quando pertinente. A diferença entre os dois conceitos não estava nítida para nós em 2004, mas foi usada nos demais textos deste volume (cf. por exemplo, “A outra produção arquitetônica”).

O presente artigo se destina a explicitar as premissas teóricas do Grupo de Pesquisa MOM (Morar de outras Maneiras), sediado pelo Departamento de Projetos da EAUFG. Tais premissas foram discutidas ao longo do último ano, não apenas com os membros do grupo, como também com profissionais e estudiosos de arquitetura e de áreas afins. Agradecemos a todos eles, pois suas ponderações e críticas foram fundamentais para que se cristalizassem os argumentos expostos em seguida. Ainda assim, são apenas argumentos. Serão refinados ou refutados à medida que avançarem os projetos de pesquisa aos quais deram origem.

Antes de passar a eles, cabe esclarecer que a expressão ‘maneiras de morar’, se refere aqui tanto ao uso quanto às formas de produção da moradia, incluindo seus aspectos sociais, econômicos, políticos e técnicos. A nosso ver, tratar produção e uso em separado seria o mesmo que colocar a pesquisa de antemão e acriticamente a serviço daquelas formas específicas de produção para as quais essa separação é imprescindível.

Mediações históricas e sociais

Partimos da ideia de que tudo o que diz respeito à produção, ao uso e aos significados da moradia é fruto de processos histórico-sociais. Nada do que a ela se relaciona agora pode, sem mais, ser dito arcaico, natural, arquetípico, essencial – enfim, a-histórico. Os homens da caverna dormiam, mas não como nós; estima-se que dormiam pelo menos quatorze horas por dia e de modo intermitente. Os nômades se abrigam, mas o fazem sem construções permanentes em locais fixos. Os índios Maxacali têm certo senso de privacidade, mas relacionam-no à mata e não à casa, que para eles é lugar público. Há inúmeros exemplos de diferentes épocas, regiões e culturas para contradizer cada um dos pretensos sentidos universais da moradia.

Poder-se-ia objetar que dormir, comer ou buscar abrigo seriam, afinal, atos comuns a toda a humanidade, passíveis de alterações históricas apenas quanto às suas formas de manifestação, mas não em sua essência. Porém, cabe contrapor que não é possível separar tais supostas essências (sejam de ordem biológica ou de alguma ordem imaterial) daquilo em que se transformaram ao longo da história da sociedade. O filósofo crítico Theodor Adorno faz uma constatação incisiva nesse sentido: “A fome, entendida como categoria da natureza, pode ser saciada com gafanhotos e bolo de pernilongos. Para saciar a fome concreta dos civilizados é preciso que tenham algo para comer de que não sintam nojo, e no nojo e em seu contrário reflete-se toda a história.”¹ Até a fome e o nojo, de todos os sentimentos talvez os menos suscetíveis ao controle do intelecto, são histórica e socialmente

mediados. O que as pessoas reais sentem não é fome em geral, mas uma fome tão específica que certos alimentos lhe servem e outros não (e por vezes, essa distinção é mais determinante do que o medo da morte).

Analogamente, pessoas reais não sentem necessidade ancestral de abrigo, nem desejo genérico de moradia. Elas têm necessidades e desejos concretos, moldados pela sua situação social e histórica, tanto naquilo que uma pessoa quer, quanto naquilo que ela rechaça. Não existe “um modo intemporal de construir” que “tem milhares de anos de antiguidade e é hoje o mesmo de sempre”.² Não é verdade que “a casa sempre foi o indispensável e primeiro instrumento que [o homem] se forjou”³ ou que “todos os homens têm as mesmas necessidades”.⁴ Tampouco a moradia se rege por uma “dimensão existencial [que] não é determinada pelas condições sócio-econômicas” e cujos “significados transcendem a situação histórica”.⁵ O fato de os procedimentos mais triviais de sobrevivência social nas cidades brasileiras da atualidade exigirem o comprovante de residência talvez diga mais sobre a importância e as funções da moradia nesta sociedade do que o diz o conceito de *ser-no-mundo*. Morar não é uma operação abstrata; morar é sempre morar desta ou daquela maneira e numa sociedade, mesmo que se more deliberadamente afastado dela. Morar também não é uma operação primitiva, primordial; nada mais inglês e setecentista do que o modo como Robinson Crusoe organiza o espaço de sua ilha e seus afazeres cotidianos. Morar é, em suma, uma prática que se dá na história e no espaço sociais. E da mesma maneira que as moradias e suas características se produziram historicamente, elas podem se modificar ou desaparecer.

História de escombros

No entanto, a história da sociedade que produziu nossas maneiras de morar não segue a lógica da corrida de bastão e tampouco a lógica da seleção natural. Ver-se-á que, justamente por isso, as transformações críticas da produção do espaço habitacional existente são possíveis e necessárias.

Ambas as noções de história, a da corrida de bastão e a da seleção natural, embora tenham sido amplamente criticadas pela historiografia da arte, continuam predominando quando se trata de descrever o desenvolvimento técnico-científico moderno. Segundo o modelo da corrida de bastão, teríamos um esforço conjunto de sujeitos (ou 'gerações') que faz avançar, continuamente e sem conflitos, um objeto (ou 'a civilização'). Já o modelo da seleção natural inclui as noções de conflito, contradição e concorrência, mas supõe que produtos inadequados para a totalidade social seriam automaticamente eliminados por ela, de modo que sobreviveriam apenas aqueles que melhor se adaptam a cada contexto histórico-espacial. Esses dois modelos, em última análise, subjazem a todo pensamento conformista. Na sua forma mais ingênua, conformista é o pensamento crente no progresso e para o qual 'nunca estivemos tão bem'; quando menos ingênuo em relação às contradições sociais, conformista é o pensamento que credita à realidade presente o mérito da vitória sobre as possibilidades passadas, convencido de que as coisas são como são porque, no fim das contas, não poderiam ter sido melhores.

Ora, a história da sociedade é um processo repleto de incoerências e atrofias, que não foram eliminadas ao longo

do tempo. Enquanto conjunção das ações concretas dos indivíduos, ela não decorre de forma automática, nem lógica, nem coordenada. Os produtos (materiais e imateriais) de uma sociedade se perpetuam na mesma medida do poder dos grupos neles interessados (com frequência muito mais específicos do que as classes sociais). Produtos que interessam a grupos de pouco ou nenhum poder deixam de existir, independentemente de suas qualidades intrínsecas ou das virtudes que poderiam ter para a totalidade social. No máximo, favorece-os a inércia da tradição.

Por isso, a história da sociedade não é uma corrente que se move em direção a um estado cada vez mais aperfeiçoado. Ela é feita por vezes de modo catastrófico. Nas teses "Sobre o conceito da história", Walter Benjamin escreve:

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de se deter para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele dá as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso.⁶

A história, entendida como história de escombros em vez de história de avanços, acumula pelo menos tantos problemas quanto conhecimentos, tantos potenciais não

realizados quanto realizações, tantas possibilidades perdidas quanto possibilidades experimentadas. Se ela gerou algumas formas de moradia satisfatórias aos seus habitantes em determinados momentos e lugares, como se costuma creditar às moradias pré-modernas do passado ou do presente, ela também gerou muitas outras formas, que causam sofrimento e mal-estar e nem por isso foram, como se diz, 'superadas'. E, inversamente, boas experiências foram de fato suprimidas por motivos sociais, econômicos e políticos alheios ao problema da moradia enquanto tal, mas afinados com o problema da reprodução das relações sociais de produção. As maneiras de morar que sobreviveram e se estabeleceram na nossa sociedade não constituem o que ela poderia oferecer de melhor para a totalidade de seus membros; as moradias não são dessa ou daquela maneira por se tratar do que há de mais confortável, belo, imaginativo, prático, significativo ou fácil para seus habitantes, mas principalmente porque cabem a certo modo de produção e reprodução da sociedade, com seu regime de propriedade, suas relações de trabalho, seu ideário e seus mecanismos de aquiescência e controle.

O processo análogo à seleção 'natural', que costuma ser atribuído à sociedade como um todo, na realidade vale para os mecanismos do capital. Não obstante seus percalços, ruídos e eventuais erros de avaliação, o capital de fato seleciona, dentre as opções conhecidas e disponíveis, aquela de maior lucratividade. No contexto urbano, por exemplo, os espaços que oferecem maior sobrelucro de localização certamente serão ocupados primeiro, assim como um processo de construção civil menos produtivo

será abandonado em favor de um mais produtivo. Essa seleção, no entanto, é limitada pelo próprio objetivo da valorização do capital e pela exigência de manutenção das relações de produção. Um processo de construção pode ser, por exemplo, mais econômico quanto ao consumo de matéria-prima, mas ao acarretar retreinamento da mão de obra, novas formas de distribuição do produto ou novo maquinário, só será adotado se o custo dessas inovações adicionais não superar o sobrelucro auferido com a economia de matéria-prima. Isso significa que é perfeitamente possível que alternativas favoráveis de um ponto de vista social mais amplo (por exemplo, menor consumo de recursos naturais) mas desfavoráveis ao capital, no contexto dos processos adotados na produção capitalistas daquele momento histórico, sejam rechaçadas e acabem desaparecendo ou sobrevivendo apenas marginalmente.

Também é perfeitamente possível que, num momento histórico posterior, essas alternativas deixem de ser desfavoráveis ao capital, mas ainda assim não sejam recuperadas e adotadas. Mesmo se tomarmos a valorização como objetivo do processo de seleção operado pelo capital, cabe atentar para o fato acima mencionado: trata-se de uma seleção dentre as opções disponíveis e não dentre as opções possíveis. Especialmente no setor da construção e, mais ainda, na produção de moradias são raros os investimentos em pesquisa de inovação que ultrapassam aspectos parciais. Em geral, as investigações visam à simples 'otimização' de processos já consolidados e à correção de problemas deles resultantes; facilmente elas assumem o papel de, por assim dizer, otimizar o péssimo. Esse paradoxo é característico de toda a raciona-

lidade instrumental subjacente ao processo histórico de modernização da produção e o torna profundamente contraditório, não apenas em relação à sociedade em geral, como também em relação à própria lógica do capital.

Reprodução das relações sociais

Não há dúvida de que as nossas maneiras de morar são parte da formação econômico-social capitalista, seja positivamente (em acordo com ela) ou negativamente (como obstáculo, resistência ou exclusão). No entanto, sua inserção nesse modo de produção abrange mais do que fenômenos como mercado imobiliário, déficit habitacional e indústria da construção. Antes de mais nada, a produção do espaço habitacional se insere na produção do espaço em geral, e, como mostrou Henri Lefebvre, essa produção é essencial à “sobrevivência do capitalismo”.⁷

Lefebvre parte do raciocínio de que a persistência das relações sociais capitalistas não é auto-evidente. Não é óbvio que um modo de produção ao qual as crises são inerentes mantenha suas forças produtivas permanentemente subjugadas a relações de produção contraditórias. Marx já havia elucidado os mecanismos de crise do capital, demonstrando que recessão e desemprego constituem “o modo pelo qual o sistema funciona, não o modo pelo qual ele falha”,⁸ mas tinha convicção de que exatamente isso levaria a sociedade burguesa ao colapso. As forças produtivas (trabalho e conhecimento) avançariam a ponto de não mais poderem ser mantidas sob relações em que os frutos do trabalho são distribuídos de forma absurdamente desigual. No entanto, o colapso não ocorreu, embora as crises tenham se tornado cada vez mais turbulentas e os

expedientes de dominação cada vez mais coercitivos, e embora a própria divisão de classes tenha se modificado em muitos aspectos. A relativa atenuação das contradições internas, suficiente para evitar uma crise global, e o crescimento econômico (sem o qual não há capitalismo) persistiram por todo o século XX. Diante disso, Lefebvre põe em primeiro plano uma pergunta que Marx nunca desenvolveu em profundidade: como as relações capitalistas de produção se mantêm e se renovam? Ou, em suma, como se reproduzem? Trata-se de entender como as relações entre terra, trabalho e capital são sustentadas no interior mesmo de uma situação em constante movimento.

Muito esquematicamente, o argumento de Lefebvre para responder a essa pergunta é que o capitalismo sobrevive na medida em que é capaz de reorganizar, numa ordem espacial, os elementos da prática social que lhe são anteriores ou exteriores, e na medida em que é capaz de espacializar as novas relações sociais, isto é, produzir um espaço.

A reprodução (das relações de produção, não apenas dos meios de produção) não está localizada simplesmente na sociedade como um todo mas no espaço como um todo. O espaço, ocupado pelo neo-capitalismo, seccionado, reproduzido homogeneamente e ainda assim fragmentado, torna-se a sede do poder. As forças produtivas permitem àqueles que delas dispõem controlar o espaço e até a produzi-lo. Essa capacidade de produção se estende por todo o espaço da terra e para além dela. O espaço natural é destruído e transformado em produto social por um conjunto de técnicas, particularmente a física e a ciência da informação. Mas esse crescimento das forças produtivas continua a gerar contradições específicas que ele reproduz e agrava. Por um lado, ele destrói

a natureza e transforma o espaço material, mas, por outro lado, a propriedade privada (posse privada da terra e portanto do espaço natural) mantém o poder produtivo atado à ordem de eras passadas de produção agrária e 'natureza' rural.⁹

É importante acentuar, mais uma vez, que a produção do espaço que o capitalismo engendra, apesar de sua hegemonia, não tem a coerência de um sistema. Ela gera também múltiplas contradições (centro/periferia, formal/informal, urbano/não-urbano) e depende a todo momento de novas estratégias, intervenções, planejamentos e mecanismos de coerção.

Cabe então ver a produção da moradia nesse contexto mais amplo de reprodução das relações sociais. Como dito anteriormente, isso abrange questões como déficit habitacional, especulação imobiliário e indústria da construção, mas vai muito além delas. Poderíamos começar por apontar o fato de que a moradia fixa se tornou item obrigatório da existência urbana, mesmo quando sua aquisição e manutenção implicam endividamento insustentável do usuário e mesmo quando ela é desfuncional ao seu cotidiano. A habitação fixa é uma forma de controle da população no espaço (basta lembrar as dificuldades que a população itinerante causa aos recenseadores), legitimada pelos discursos em torno da necessidade ancestral da 'casa', que ao mesmo tempo obstruem críticas. Ora, se a relação afetiva e simbólica com uma moradia fixa fosse uma necessidade imutável do ser humano em geral, ela deveria valer como argumento contra a mobilidade urbana (mudança de um endereço fixo para outro endereço fixo), tanto quanto contra a itinerância (moradia móvel ou ausência de moradia). Outro aspecto a apontar

diz respeito à organização mesma do espaço doméstico: quando produzido formalmente para as faixas de renda médias e baixas, esse espaço se predetermina a partir de uma composição familiar padrão, de um elenco de ações que os seus membros supostamente devem realizar e de um repertório de mercadorias que devem consumir.

Na realidade, são inúmeros os vínculos entre reprodução das relações sociais e produção de moradia. A maior parte deles ainda carece de análises realmente contundentes. Assim, embora uma investigação acerca da produção habitacional não seja o mesmo que uma investigação sobre a produção do espaço em geral, ela ainda assim não pode se esquivar da tentativa de compreender de forma abrangente o papel da moradia na sociedade contemporânea. Para isso, terá de ultrapassar delimitações disciplinares, inclusive aquela que tradicionalmente mantém a Arquitetura apartada da Economia.

Contradições da produção capitalista de moradias

O fato de a nossa formação social ser capitalista em sua totalidade não significa que toda produção nela engendrada também o seja. Aliás, as incoerências mesmas dessa formação impedem isso. Capitalista é a produção que tem por finalidade a valorização de um capital, seja no ramo da fabricação de tijolos, armas, viagens turísticas ou jornais. Fundamentalmente, só há uma maneira de realizar essa valorização: troca-se um capital-dinheiro pelas mercadorias meios de produção e força de trabalho; com o trabalho transformam-se os meios de produção em novas mercadorias; trocam-se as novas mercadorias por capital-dinheiro. A diferença entre o capital introduzido

no processo e o capital retirado dele é a mais-valia, o lucro. Qualquer outra valorização de capital, na forma de juros, renda, tributos ou lucro comercial, é, em última análise, subtraída desse processo básico.

Já a produção que não tem por objetivo a valorização de capital não pode ser denominada capitalista. No âmbito da moradia, isso se aplica a todo tipo de autoprodução, formal ou informal, realizada por autoconstrução ou por autogestão com contratação da mão de obra ou por qualquer variação dessas modalidades. Além disso, a produção realizada pelo Estado é, em princípio, não-capitalista. Importa que o agente que investe na produção o faz para obter um valor de uso e não para obter um suporte de mais-valia.

Poderíamos chamar a produção não-capitalista de ‘não-comercial’ e a capitalista de ‘comercial’ ou ‘de mercado’, como se faz costumeiramente. Apenas essa nomenclatura tem o inconveniente de identificar forma de produção e forma de circulação. Enquanto a mercadoria produzida no processo de valorização de capital precisa ser comercializada para atingir seus objetivos, isto é, dar fim ao ciclo produtivo, realizar o lucro e iniciar um novo ciclo, o bem produzido por outros processos atinge seus objetivos com a obtenção do valor de uso sem que a comercialização seja necessária. Mas isso não impede que o objeto produzido seja comercializado como mercadoria em algum momento de sua vida útil. Mercado imobiliário e produção capitalista de imóveis não são a mesma coisa. Ainda que os imóveis produzidos para a valorização de capital sempre entrem no mercado imobiliário, inversamente, nem todos os imóveis que compõem

esse mercado foram produzidos para a valorização de capital. Há, por exemplo, um mercado imobiliário nas favelas, mas não há produção capitalista de imóveis.

Antes do século XIX e do surgimento das metrópoles industriais, a produção de moradias não era capitalista. Tratava-se, na verdade, de uma parte da economia doméstica: a moradia era construída pelos próprios moradores ou encomendada diretamente a artesãos e mestres de ofício. Mas mesmo na metrópole industrial a produção capitalista de moradias se institui apenas lentamente e para um público restrito. Até hoje, autoprodução continua responsável pela maior parte do provimento de moradias nas áreas urbanas da América Latina, sobretudo nas faixas mais pobres da população. Apenas esse fato já merece atenção, se confrontado com o desenvolvimento industrial e financeiro em outros setores da economia. A sua explicação a partir de noções como desigualdade social, distribuição de renda e baixos salários não é errada, mas também não atinge o cerne da questão: o fato de a produção capitalista de moradias para a totalidade da população ser inviabilizada pelas suas próprias contradições internas. Maior indício dessa inviabilidade é que apenas os países em que houve programas públicos amplos e de longa duração resolveram seus problemas habitacionais pela via formal. Os outros o fizeram invariavelmente de modo informal, como maior ou menor precariedade. Ambas, a produção formal sustentada pelo Estado e a produção informal, são em si mesmas não-capitalistas, embora indispensáveis ao capital.

As contradições inerentes a uma produção capitalista da mercadoria moradia para a totalidade da população

envolvem, de um lado, a chamada solvabilidade da demanda e, de outro, a formação de preço da terra urbana. Quanto à primeira questão, ela costuma ser entendida simplesmente como consequência do alto preço dos imóveis e dos baixos salários; quem ganha pouco não tem dinheiro para comprar uma casa. Mas cabe observar que se trata de um problema estrutural e não de um problema apenas circunstancial. A própria lógica que define o valor da força de trabalho gera a discrepância entre o preço da moradia e a capacidade de pagamento da população cujos rendimentos advém somente da venda dessa força de trabalho. Mesmo que os salários fossem ‘justos’ (pelo critério: valor da mercadoria ‘força de trabalho’ = valor de sua reprodução = custo de vida do trabalhador), a moradia, na modalidade que nos é familiar, continuaria inacessível. Isso porque o valor do trabalho por um tempo determinado corresponde ao valor de sua reprodução durante esse mesmo tempo – um mês, por exemplo. O salário mensal ‘justo’ inclui o custo mensal da moradia, mas não contém excedente de poupança. Em outras palavras, o trabalhador assalariado, não sendo paga antecipadamente por sua reprodução em algum momento futuro, não pode antecipar o pagamento de seu consumo futuro. Sob esse aspecto, a forma coerente de acesso à moradia seria o pagamento concomitante ao uso, como o aluguel ou de modo que o fim do pagamento coincidissem com o fim da vida útil daquele bem. No entanto, isso imobiliza o capital produtor de moradias, reduzindo sua lucratividade. Se esse capital passar a atuar como capital-financeiro, acrescentando juros ao preço da moradia, ultrapassa o custo de reprodução embutido no salário. O

problema só pode ser contornado por ações compensatórias do Estado, na forma de financiamentos para a habitação, poupança forçada ou aquisição de habitações para aluguel; o que, de um modo ou de outro, é uma solução externa à produção pelo capital. Nesse mesmo contexto interessa ainda notar que o problema da solvabilidade persistiria mesmo se o valor da moradia diminuísse drasticamente (em razão de uma nova tecnologia de construção, por exemplo). O salário continuaria incluindo o valor dessa moradia diluído ao longo de sua vida útil. O valor médio de reprodução da força de trabalho poderia cair, é verdade, mas o trabalho continuaria não sendo pago antecipadamente para a sua reprodução futura. Contra os defensores da industrialização *per se*, isso quer dizer que o problema da habitação não se resolve pela disponibilização de tecnologias de baixo custo ao capital de construção.

Quanto ao problema da formação de preço da terra, Ribeiro defende a seguinte tese:

[...] a terra é um bem não produzido que, portanto, não tem valor, mas adquire um preço. Ora, um bem não produzido não pode ter seu preço regulado pela lei da oferta, pois não há lei regulando a sua oferta. É a procura que suscita o preço da terra e não o encontro do mercado de 'produtores' e compradores de solo. É necessário esclarecer que não é a demanda final formada pelos consumidores orientados pelas suas preferências e levando em consideração as utilidades das várias porções de solo que fixa o preço da terra. Trata-se da demanda capitalista por solo. Em outras palavras, é necessário colocar como premissa de análise que os preços fundiários são formados a partir da hierarquia de preços gerada pelas várias demandas dos agentes capitalistas que

valorizam seus capitais através da utilização e da transformação do uso do solo urbano.¹⁰

Se essa tese for correta, a produção capitalista de moradias disputa o uso do solo com outros capitais. Aquele para o qual certa porção de solo implica maiores vantagens financeiras, pelas características do terreno em si ou pela obtenção de sobrelucros de localização, paga por ela o preço mais alto. Porém, para qualquer outra produção de mercadorias que não a construção de imóveis, o solo é condição de produção e não meio de produção. Uma vez adquirido, ele suporta muitos ciclos produtivos e gera sobrelucros de localização por um período longo. Já na produção de moradias, o solo é matéria-prima, consumida inteiramente a cada ciclo produtivo. Assim, num único ciclo, o preço da terra para as moradias deve superar o sobrelucro obtido por outras atividades econômicas em n ciclos. Não é difícil imaginar que, para o ramo da moradia popular, essa é uma condição praticamente impossível de satisfazer em qualquer região urbana provida de infraestrutura e com uma localização favorável às atividades cotidianas de seus moradores. Mais uma vez, a solução está nas formas não-capitalistas mencionadas anteriormente: ou há uma reserva de solo por parte do Estado, ou uma ocupação informal.

Em síntese isso significa que nossa formação econômico-social se sustenta por uma forma de produção de moradias que lhe é exterior. Quando informal, essa produção costuma ser excluída também das instituições técnicas, acadêmicas e jurídicas que protegem e promovem outras atividades econômicas. Por essa razão, os projetos de pesquisa do grupo MOM se destinam à produção não-

capitalista de moradias, e especialmente à produção autônoma. Isso não impede a utilização de quaisquer resultados em outras formas de produção, mas define claramente algumas prioridades.

Autoprodução de moradias

John Turner, depois de visitar “muitas favelas, conjuntos residenciais e outras formas de moradia urbana no Rio de Janeiro, Brasília, Salvador, Recife e Belém”, acompanhado por colegas arquitetos brasileiros, fez a seguinte observação: “Mostraram-me problemas – favelas, mocambos, alagados etc. – que considero soluções. E mostraram-me soluções – conjuntos de habitações de baixo custo – que eu chamo problemas.”¹¹ Isso foi em 1968, mas parece-nos que a maior parte de seus argumentos não perdeu em nada a validade.

Turner defende a constatação acima com o raciocínio de que os valores de uso da moradia variam de acordo com as situações sociais dos moradores. Enquanto nos conjuntos habitacionais e empreendimentos afins dá-se mais atenção às características do abrigo propriamente dito, tais como o conforto ambiental, ergonomia ou aparência, esses aspectos só têm valor de uso para os moradores no momento em que outras condições estão asseguradas, e mesmo então não costumam obedecer aos padrões imaginados pelos projetistas. Para aquele setor mais pobre da sociedade urbana, isto é, o setor cuja renda além de baixa é muito irregular, a localização da moradia importa mais do que qualquer outro aspecto. Apenas a proximidade imediata das oportunidades eventuais de trabalho, sem dispêndio de tempo e dinheiro na locomoção, viabilizam a sobrevivência dessas pessoas e por vezes

possibilitam que elas alcancem alguma melhoria em sua condição de vida. Para o morador de viaduto, que se sustenta fazendo carretos, uma pequena alteração na localização urbana significa o colapso do meio de vida. Mesmo que ele receba gratuitamente um lote em outra localização, não escolherá se mudar. Para a população de renda baixa mas relativamente fixa (mesmo que nunca se saiba por quanto tempo), a localização continua importante, mas ao lado dela busca-se também alguma segurança de posse e os valores de uso de equipamentos públicos ou comunitários. A propriedade de um lote ou a garantia de não ser expulso dele assegura certa estabilidade em situações difíceis, como perda do emprego ou doença, e possibilita melhorias paulatinas, sem endividamento e com alguma liberdade de ação, como ampliações de espaço da moradia ou acréscimo de um cômodo para aluguel ou comércio. Mesmo que esse morador tenha a opção de obter um financiamento a juros reduzidos para se mudar para uma moradia ‘acabada’, ‘arrumada’ e num local muito próximo, preferirá ficar com a que tem e melhorá-la ao longo do tempo. As qualidades físicas da unidade de moradia, convencionalmente priorizadas por arquitetos e planejadores, apenas começam a ter relevância quando o nível de renda aumenta substancialmente. Mas, ainda assim, a tendência é que o morador prefira decidir ele mesmo sobre essas qualidades (escolhendo ornamentos ou equipamentos, por exemplo) do que receber esses itens num imóvel padronizado e igual a dezenas de outros. Por isso, diz Turner, o problema habitacional não consiste num déficit de unidades de moradia de determinado padrão, mas num “déficit de localizações

adequadas, de acomodações de baixo aluguel, de terrenos, de equipamento comunitário e de serviços públicos”.¹²

Levar a sério essas considerações tem por consequência mudar inteiramente o enfoque convencional sobre a moradia popular. Não se trata somente de perceber que a ‘planta’ do apartamento de classe média não se adapta às necessidades de qualquer grupo social ou que reduzir as dimensões dos cômodos não faz de uma moradia de classe média uma moradia popular. Trata-se de perceber que, para a população socialmente mais vulnerável, a moradia não constitui primordialmente um abrigo, nem primordialmente uma unidade de consumo, mas é parte ativa da economia doméstica, unidade de produção, possibilidade de renda, apólice de seguro, poupança, garantia de inserção social e de acesso a trabalho, escola, saúde, comércio. Ou seja, ela supre boa parte das necessidades que o modo de produção hegemônico na nossa sociedade é incapaz de oferecer a todos os seus membros. Nesse sentido, a moradia popular autoproduzida está muito mais próxima da moradia tradicional, anterior à divisão espacial de trabalho e habitação, do que da moradia operária idealizada para a cidade industrial a partir do século XIX.

A prática de autoprodução de moradias se dá em etapas lentas e certamente menos econômicas nas técnicas e nos materiais consumidos do que poderia ser a construção em massa. Por outro lado, ela se faz sem os custos da institucionalização e do lucro dos diversos agentes não públicos envolvidos; “a casa feita por conta própria – mesmo quando o chefe de família procede como empreiteiro e não contribui com nenhuma parcela de sua própria mão-de-

obra – custa a metade do preço daquela construída pelo empreiteiro comercial contratado pelo organismo oficial.”¹³ De resto, o custo da moradia autoproduzida não se deixa equacionar em comparação simples com o custo de uma produção comercial. Cada uma de suas etapas obedece a determinações e oportunidades específicas e concretas, não genéricas e abstratas. Essas determinações envolvem de reuso de materiais e aquisição em promoções, até troca de favores e relações familiares e de solidariedade, passando pelas habilidades individuais das pessoas. Por isso, são inócuas as tentativas de demonstrar a ‘deseconomia’ dessa produção em favor de processos formais; comparar *n* horas de servente de pedreiro a dois fins de semana de ajuda do vizinho é, por assim dizer, misturar alhos com bugalhos. Daí o fato “simples porém raramente notado, de que o processo de construção de uma casa, em si mesmo já é um veículo de mudança social”.¹⁴ Há chances concretas de desenvolvimento das comunidades quando seus membros têm oportunidade de investir no espaço segundo suas próprias necessidades, possibilidades e preferências ao longo do tempo. O mais bem intencionado projeto de habitação popular que ofereça soluções fechadas ou tente controlar o processo, predefinindo ampliações e alternativas, representa um entrave a essas chances de desenvolvimento. Tais chances podem ser vistas num contexto mais amplo, como parte da possibilidade mesma de consolidação de uma economia popular, isto é, de um setor econômico regido pela reprodução do trabalho e não pela valorização de capital.¹⁵

Não obstante essas vantagens potenciais, a autoprodução enfrenta muitas dificuldades. Além da dificuldade

básica de escassez de recursos, elas dizem respeito ao enquadramento institucional e jurídico, ao conhecimento técnico e ao reconhecimento da experiência adquirida, à obtenção de informações e à organização entre os diversos agentes. Considerando essas dificuldades, interessam-nos pesquisas que auxiliem um desenvolvimento das formas existentes de autoprodução de moradias, para que seus usuários possam, individualmente ou em grupos:

- Obter e trocar informações livre e facilmente em todas as etapas de produção e uso;
- Estabelecer diretrizes e regras conjuntas para uso e ocupação de terrenos urbanos a partir de prospecções compreensíveis a todos;
- Projetar seus próprios espaços de moradia, se e quando a existência de um projeto for útil;
- Obter modelos, desenhos construtivos, listas de materiais, orçamentos e outros documentos úteis aos processos de decisão ou construção ou junto a quaisquer instituições;
- Aprovar projetos junto a órgãos públicos e obter financiamentos por procedimentos simples e acessíveis;
- Adquirir componentes construtivos a bons preços e reutilizar, reciclar, vender ou comprar componentes usados;
- Adquirir habilidades para a construção de moradias segundo técnicas convencionais ou alternativas;
- Executar moradias por meio de autoconstrução e sem necessidade de maquinário de grande porte ou dispendioso;
- Fazer projetos ou obras de alteração da moradia sempre que necessário.

Pesquisas voltadas a uma produção de moradias com essas características exigem uma multiplicidade de investigações combinada a uma multiplicidade de ações e experimentos, que abrangem desde o aspecto técnico-construtivo até o jurídico, passando por questões espaciais, urbanas e ambientais, por formas de gestão e capacitação, por tecnologias da informação, pela discussão de modelos econômicos, administrativos e políticos. Trata-se, portanto, de uma empreitada interdisciplinar e de longo prazo, que não se realiza no âmbito de um grupo de pesquisa, mas que pode ser iniciada e estruturada nesse âmbito.

Silke Kapp

A outra produção arquitetônica. In: *Estéticas do Deslocamento*. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estética, 2008, s.p (CD-Rom).

Escrito para um público de filósofos e artistas, o texto procura articular a ideia de autonomia na arte, tida por nobre, com a possibilidade de autonomia na autoprodução arquitetônica, tida por marginal.

A outra produção arquitetônica

[2008]

I

O presente texto pretende uma reflexão sobre a produção arquitetônica nas vilas, favelas e periferias de uma metrópole brasileira. Ele parte de uma pesquisa empírica em Belo Horizonte: um levantamento da autoprodução (que muitas vezes também é autoconstrução). Tal levantamento considerou não só os resultados formais e as características técnicas dessa arquitetura, mas sobretudo os processos de organização dos canteiros, de tomada de decisões, de distribuição do conhecimento e de articulação de meios e de poderes. Em outras palavras, trata-se de decifrar as forças produtivas e as relações de produção postas em jogo nessas circunstâncias.

O conjunto de tais circunstâncias é aqui chamado de ‘outra produção arquitetônica’. *Outra*, porque está à margem das instituições jurídicas, técnicas e econômicas da nossa sociedade, embora, paradoxalmente, também lhe seja imprescindível. *Produção arquitetônica*, porque proponho que nessa expressão, ou simplesmente no termo

arquitetura, se inclua todo espaço modificado pelo trabalho humano, seja ele projetado ou não, tenha ele características extraordinárias ou não. E é justamente nesse ponto que quero iniciar a abordagem crítica.

Chamar de arquitetura todo espaço modificado pelo trabalho humano não só contraria muitos teóricos da arquitetura, zelosos em reservar o termo a construções especiais, como também significa rechaçar uma distinção muito cara aos pensadores clássicos da teoria crítica, como Theodor Adorno, em cujo pensamento o presente texto se pauta em boa parte. Refiro-me à distinção entre arte autônoma e todas as demais atividades humanas de um modo ou de outro assemelhadas a processos ou produtos artísticos, desde artes e artesanatos tradicionais até a produção de massa da indústria cultural.

A razão pela qual penso que essa distinção não faz sentido na arquitetura é a seguinte: a peculiaridade da arte autônoma está numa conjunção de forças produtivas avançadas e relações de produção atípicas, que, ao menos em certa medida, põem essas forças produtivas em condições de determinarem-se a si mesmas em vez de serem determinadas heteronomamente. Na arquitetura, essa conjunção é interdita pela existência de um projeto concebido *a priori*. O projeto predefine o resultado do canteiro e, ao menos nas nossas circunstâncias, detém o monopólio da aplicação dos meios técnicos mais avançados, enquanto que os sujeitos do próprio canteiro são privados do conhecimento que lhes permitiria decidir sobre aquilo que fazem. Esse aspecto me parece chave para uma análise da autoprodução que vá além da constatação de suas precariedades sócio-econômicas. Por

isso, cabe desdobrá-lo um pouco mais (o que farei na segunda parte deste texto), para então (na terceira parte) retomar a discussão da ‘outra produção’.

II

Adorno entende a arte como “refúgio do comportamento mimético” e, ao mesmo tempo, como partícipe ativa da racionalidade enquanto “conjunto dos meios de dominação da natureza”.¹ Dessa dialética de mimesis e racionalidade resultam procedimentos experimentais, no sentido enfático do termo, isto é, não apenas casualidades caóticas ou acidentes incorporados propositalmente visando a efeitos inusitados, mas experimentos em que “o sujeito artístico pratica métodos cujo resultado objetivo não pode prever” ou faz coisas das quais não sabe o que são.² Adorno chega a comparar o sujeito artístico a um vedor (que procura água com uma forquilha), pois ele segue o caminho para o qual o objeto o “puxa pela mão”, como que executando a própria objetividade.³ Para isso mobiliza toda técnica de que dispõe. Nesse sentido, o processo artístico é oposto à consecução instrumental, pois em lugar de usar a técnica para impôr ao material formas e conteúdos predeterminados, põe a técnica a serviço de um processo singular. Há, nesse processo, um irreduzível componente de espontaneidade, combinado a um igualmente irreduzível esforço de construção, mas que, por isso mesmo, “exige soluções que as representações pelo ouvido ou pelo olho não têm presentes imediatamente e com precisão”.⁴ É absolutamente estranha a tal processo uma definição externa e *a priori* que lhe garanta esse ou aquele resultado. “De olhos vendados, a raciona-

lidade estética deve se lançar no processo de formação (*Gestaltung*), em lugar de dirigi-lo de fora.”⁵

Na prática, não é possível induzir ou programar um processo dessa espécie, muito menos organizá-lo à maneira da produção industrial. Mas ele tem certas condições de possibilidade objetivas. A principal delas é justamente a ausência de dominação nas relações de produção; o que significa, entre outras coisas, a livre disposição do sujeito produtor sobre seus meios de produção. Para que haja envolvimento concreto e aberto com um material, que por si só já é sempre historicamente pré-formado e deformado, é preciso que haja a possibilidade de livrá-lo dessas preformações e deformações. Caso contrário, recai-se na execução de uma rotina qualquer. Para Adorno, essa possibilidade de emancipação do material, e do próprio sujeito no trabalho com o material, ocorreu de forma exemplar e talvez única – ainda que apenas temporária – na revolução musical de Schönberg no início do século XX.

Heinz Steinert evidenciou o quanto essa ‘revolução’ dependeu de uma luta bastante prosaica pelo domínio dos meios de produção artísticos e do desvencilhamento do aparato institucional em que a produção musical estava inserida e que lhe prescrevia uma série de procedimentos.⁶ Depois de alguns escândalos nas apresentações públicas de suas composições – escândalos que na época ainda não eram almejados enquanto tais –, Schönberg tenta recuperar a autonomia, criando associações de músicos e amantes da música nova, que deveriam ajudar a financiar uma produção não submetida aos ditames do mercado. Além do fato de que ele não vivia de suas composições, mas do

que ganhava como professor e regente, procurou criar condições de produção relativamente livres, o que, no caso, incluía a colaboração de um pequeno grupo de músicos e a possibilidade de execução para um público. Dentro das limitações de qualquer maneira impostas pelo contexto social, o trabalho de Schönberg reuniu relações de produção autônomas com um domínio avançado do material e da técnica musicais.

Mais ainda do que na música, a possibilidade dessa relativa autonomia é evidente em atividades como pintura, escultura ou literatura. É claro que de qualquer maneira as condições favorecem o enredamento do produtor na imensa empresa de galerias, exposições, publicações, críticos, editores, bolsas, subvenções, prêmios etc. Mas o pintor que opera seu material pictórico e o escritor que se envolve com seu material linguístico ainda têm a possibilidade de adquirirem seus próprios pincéis e papéis.

Na arquitetura, pelo contrário, nada disso é possível. Não porque arquitetos raramente dispõem de recursos para construir o que querem, mas porque, desde o Renascimento, quando passaram à função exclusiva de desenhar projetos, deixaram de ser os sujeitos que se envolvem efetivamente com o material: quem faz isso, são os trabalhadores no canteiro. A divisão entre trabalho intelectual e manual que caracteriza o trabalho alienado, se instalou cedo na arquitetura.

Pelo lado do arquiteto isso significou um distanciamento cada vez maior do objeto real: o espaço construído. Os recursos técnicos aparentemente avançados de que a arquitetura moderna e contemporânea dispõe, como o cálculo estrutural ou as ferramentas de desenho, são, sem

exceção, instrumentos abstratos, muito mais eficazes no controle do que na real investigação de possibilidades espaciais. Ao mesmo tempo, a relação entre o sujeito artístico e seu objeto foi transferida – no sentido psicanalítico da transferência – aos instrumentos de desenho. Daí o fetiche do traço, do gesto, do *croquis*, como se entre a mão e o lápis ou entre a imaginação e o *software* de modelagem houvesse algo da substância da própria construção. Mas nessa relação não há objeto, apenas pseudo-objetos, isto é, representações das quais foi subtraída de antemão qualquer resistência às intenções do projetista. As resistências que ele experimenta são aquelas impostas de fora, como normas de mercado ou coisas semelhantes. Não existe nisso uma racionalidade estética que se lança “de olhos vendados no processo de formação” de um objeto, mas apenas um racionalismo – sem adjetivos – que dirige esse objeto de fora.

Pelo lado do construtor, que executa o trabalho material e que durante muito tempo – pelo menos até o século XIX – manteve o domínio de suas técnicas, isso significou restrições cada vez maiores ao avanço do conhecimento, à experimentação e à reflexão no fazer. Seu trabalho foi paulatinamente “idiotizado” (para usar a expressão de Gorz). E ainda quando o construtor mantém algum domínio de técnicas tradicionais, não dispõe dos recursos mais avançados que, ao menos em tese, poderiam ser mobilizados no processo de consecução de um espaço arquitetônico. Como diagnosticou Sérgio Ferro, a produção arquitetônica convencional – projetada, legitimada por instâncias públicas e profissionais e inserida no mercado formal – é produção manufatureira:

ela depende da habilidade de trabalhadores manuais, mas os põe sob um comando totalizador, atrofiando seu domínio do ofício e tornando impossível a produção independente.

Ferro observa também o quanto uma pressuposta afinidade das atividades humanas inseridas no “sistema moderno das artes” (Kristeller) fez esquecer essas diferenças cruciais, inclusive na teoria estética de Theodor Adorno.

Mesmo Adorno, que valorizou intensamente os conceitos fundamentais de material e de técnica em sua Teoria Estética, passa indiferentemente, em seu texto, da música à arquitetura e à pintura: sem questionar suas particularidades produtivas. E, no entanto, sua crítica do tratamento da orquestra por Wagner teria podido levá-lo a uma outra abordagem, em especial da arquitetura.⁷

Ferro se refere ao “Ensaio sobre Wagner”, em que Adorno constata, por exemplo, que a organização da orquestra de Wagner segue o princípio do “ocultamento da produção pela aparição [*Erscheinung*] do produto”.⁸ Não se ouvem os instrumentos individuais, mas sons cuja forma de produção – vários instrumentos em uníssono – se torna misteriosa mesmo a ouvidos instruídos. Esse aspecto pode ser entendido dialeticamente. Perde-se a eloquência da materialidade, o indício sonoro da mão, do sopro, da madeira ou do metal. Perdem-se também a individualidade das vozes e qualquer espontaneidade dos instrumentistas. Além disso, a duplicação dos sons tende ao supérfluo efeito pelo efeito. Porém, ao mesmo tempo, a produção se flexibiliza, pois se emancipa de restrições que a materialidade e as capacidades individuais lhe impõem. Figuras

sonoras que nenhum violinista poderia executar com exatidão soam corretamente no coro dos violinos “porque nele desaparecem as deficiências individuais” e os rastros do trabalho vivo são apagados em prol de uma totalidade comandada pelo regente.⁹

Tudo isso seria aplicável com ainda mais pertinência à produção arquitetônica. Que Adorno não o tenha feito provavelmente está menos relacionado à falta de perspicácia do que ao seu pouco interesse pelo tema – arquitetura de qualquer modo é produção de mercadorias num sentido muito mais imediato do que outras artes. Cabe acrescentar que o arquiteto com quem o próprio Schönberg teve maior afinidade e cujos textos Adorno também leu é Adolf Loos, o único dos modernos que combateu com veemência o fetiche de desenho e projeto. O argumento mais célebre e menos compreendido de Loos, que equipara o ornamento a um delito, tem por alvo exatamente esse fetiche. Loos se opõe à prática dos arquitetos da secessão vienense de inventar ornamentos no papel, sem a mínima relação com matéria, espaço e feitiço reais. No tom jocosos que lhe é próprio, Loos descreve como o canteiro é dominado pelo desenho.

E o mestre construtor recebeu um tutor. O mestre só sabia construir casas no estilo de seu tempo. Mas aquele que sabia construir em qualquer estilo passado, aquele desligado de seu tempo, o desarraigado, esse tornou-se o homem dominante: o arquiteto. [...] O mestre não podia se ocupar muito com os livros. O arquiteto tirava tudo deles. [...] Ele aprendeu a desenhar, e como não aprendia outra coisa, desenhava bem. O mestre não sabia fazer isso. [...] O arquiteto fez a arte da construção degenerar em arte gráfica. [...] O melhor desenhista pode ser mau arquiteto, o melhor

arquiteto pode ser mau desenhista. [...] É terrível quando um desenho de arquitetura, que pela forma da apresentação tem de ser reconhecido como obra de arte gráfica – e de fato há artistas gráficos entre os arquitetos – é executado em pedra, ferro e vidro. A marca do objeto construído é a entediante composição plana. [...] Não são mais as ferramentas que criam as formas, mas o lápis. Pelo tipo de relevo de uma construção, pelo modo da ornamentação, sabe-se se o arquiteto trabalhou com lápis número 1 ou número 5. E que arraso do gosto o compasso causou! [...] e pedreiros e canteiros suam para entalhar e raspar toda aquela bobagem gráfica.¹⁰

O alvo das críticas de Loos são os arquitetos europeus da segunda metade do século XIX, mas seus principais argumentos valem igualmente para a arquitetura do Renascimento, que sobrepõe à lógica da construção um repertório formal clássico recriado de ruínas e escritos, ou à arquitetura modernista brasileira, que subjugou o canteiro às formas ditas puras e ao cálculo estrutural abstrato, criando contra-sensos como a cúpula invertida do Congresso Nacional em Brasília. Loos tematiza essas contradições do ponto de vista de alguém criado no canteiro, no trabalho manual (seu pai era mestre de cantaria). Em algumas passagens, ele até parece intuir que toda a nova arquitetura gira em torno da sedimentação de quantidades cada vez maiores de trabalho, de mais-valia. Mas Loos não chega a discutir as relações de produção na arquitetura, nem o papel da tecnologia para as transformações dessas relações.

O que de fato fundamenta a situação criticada por Loos é a passagem do artesanato de cooperação simples (“um grupo de trabalhadores que tem praticamente o mesmo

nível, competências muito abertas e muito pouca hierarquia”¹¹) para a estrutura manufatureira de produção, que precisa do arquiteto ‘emancipado’ do canteiro enquanto instância centralizadora. Para as obras de exceção, os monumentos, esse processo tem início já no gótico tardio.

A iconografia da época registra-o por meio da mudança dos emblemas do arquiteto: no início, o compasso, o esquadro, o nível ou a régua são grandes como os de um contramestre; mais tarde, há apenas o compasso e o esquadro em tamanho reduzido, ferramentas do projeto, sem canteiro de obras. [...] É muito instrutivo acompanhar detalhadamente a passagem da geometria construtiva do grande compasso, arte inaugural dos construtores, tesouro e síntese de seus ‘segredos’ e competências, para a geometria formal do pequeno compasso, renda de curvas e contracurvas que se comunicam livremente no arabesco gratuito. Um serve para a construção que dita formas; o outro, para as formas às quais a construção deve se adaptar. Um parte do fazer para seu resultado; o outro antecipa o resultado obrigando o fazer.¹²

A dominação do canteiro pelo desenho, que a iconografia do arquiteto reflete, não chega a determinar decisivamente a construção comum ou ordinária até meados do século XIX. Apenas então se inicia uma produção em massa de espaços de trabalho e moradia também submetida a um regime manufatureiro e à separação entre o conceber e o executar. Os principais alvos das críticas de Loos são arquiteturas resultantes desse processo.

III

A partir desse delineamento da situação de produção da arquitetura dominante em nosso contexto social e de sua

contraposição à possibilidade de trabalho livre que poderia caracterizar as artes autônomas, retomemos a discussão da 'outra produção arquitetônica'. Ela é mais evidente e concentrada nas favelas, mas está presente também em outros espaços marginais aos interesses da chamada indústria da construção (que na realidade deveria se chamar manufatura da construção). Não se trata de romantizar tal produção, como se ela ainda fosse efetivamente livre. Pelo contrário, é evidente que ela se faz menos por opção do que por necessidade; que ela envolve valores de troca e certa lógica de mercado; que muitos de seus materiais, técnicas e padrões não representam alternativas às práticas formais vigentes, mas apenas as imitam; e que o ramo arquitetônico da indústria cultural, com seus automatismos perceptivos e comportamentais, alcança também essas áreas. Mas, por outro lado, há na favela um tipo de autonomia de indivíduos e pequenos grupos com relação ao espaço, que simplesmente inexistente na cidade formal. Tal autonomia, que nada mais é do que efeito da condição marginal ao sistema econômico, significa que a divisão entre trabalho intelectual e trabalho material predominante na produção formal do espaço não prevalece ali. As pessoas que concebem o espaço são as mesmas que o constroem e, em geral, também as que o usam. Trabalho intelectual de concepção e trabalho manual de execução não estão apartados. A produção não é dirigida pelo lado de fora.

Contrariando as expectativas que tínhamos quando iniciamos a investigação de campo a que me referi no início, essa produção não é nem sequer dirigida imediatamente pelas condições financeiras de aquisição de seus

meios. É claro que as pessoas comprem o que podem – e isso não é muito. Mas, uma vez adquiridos tais meios (a posse de um pedaço de terra e os materiais de construção convencionais ou improvisados), as equações financeiras parecem perder-se de vista. Das pessoas com quem tivemos contato, ninguém guarda registros do dinheiro gasto ou pensa em racionalizar a construção. Quando há planos ou projetos prévios, são apenas vagas indicações que se configurarão concretamente ao longo do processo. E os (auto)construtores não costumam hesitar em desfazer e refazer o que foi feito, reconfigurar o objeto intencionado ou, enfim, experimentar.

Nesse contexto, quero lembrar muito brevemente um experimento que fizemos com jovens moradores do Aglomerado da Serra e com estudantes do primeiro período do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMG. Tratava-se de montar um espaço em escala real a partir de uma espécie de jogo de armar, composto de tubos de pvc, conexões de madeira, tecidos e cordas. Além da limitação quantitativa dos meios e de uma definição bastante vaga de uso (um objeto que criasse espaço de sombra para acomodar os participantes), não havia regras ou imposições externas. Ainda assim, o grupo dos estudantes se pôs primeiro a inventariar todo o repertório de peças e a prefigurar e discutir soluções que levassem a um suposto aproveitamento máximo dos recursos. Já os jovens do Aglomerado simplesmente agiram, criando novas formas à medida que surgiam novas circunstâncias e à medida que dominavam, pela prática, as características concretas dos meios disponíveis.

Entendo que esse experimento indica duas formas de

ação que são, por sua vez, relacionadas a duas formas de produção no espaço. O que os estudantes de arquitetura reproduziram é o registro da produção formal, sempre heterônoma. Mesmo sendo eles próprios os executores, tentaram determinar, planejar e prever de antemão os resultados, garantindo que correspondessem a certas 'metas' (coisa que, diga-se de passagem, não aconteceu). O que os jovens do Aglomerado engendram foi um processo indeterminado, sem comando prévio, ou seja, não estruturado segundo as relações de produção convencionais nos canteiros. Nesse sentido, o processo se aproximou da situação de produção autônoma das artes.

Dos diversos exemplos que colhemos e que demonstram isso em maior ou menor grau, quero mencionar aqui apenas a casa de Francisco [pedreiro e morador do Aglomerado da Serra, que constrói de maneira tão peculiar que sua casa foi capa da revista de arquitetura *Field* em 2007]. Ela mostra uma autonomia de canteiro que já não ocorre na produção convencional, e isso é visível, quase que de imediato, no próprio resultado do processo. Contudo, não se trata de uma arquitetura-arte autônoma, porque falta-lhe um aspecto essencial, traduzido na ideia de 'forças produtivas avançadas'. Francisco e outros autoprodutores não dispõem de conhecimentos, materiais e instrumentos elaborados e refletidos. O que eles mobilizam em prol de uma situação particular são os recursos relativamente restritos de uma produção realizada em condições financeiras e técnicas muito difíceis. Ao mesmo tempo, se dispusessem de meios técnicos mais avançados, não operariam no registro em que operam, porque simplesmente esses meios mais

avanzados são inteiramente forjados para o canteiro heterônomo.

Não tenho a pretensão de indicar aqui qualquer solução para esse impasse. Quero apenas pontuar a unilateralidade da muito difundida opinião de que a autoprodução atual seria apenas e tão somente um mal a extirpar. Certamente cabe combater as condições precárias em que ela se realiza. Mas a forma de ação em si me parece estar mais próxima de uma possibilidade de emancipação da produção do espaço do que a melhor e mais sofisticada das arquiteturas projetadas. Então, talvez fosse mais pertinente imaginarmos alternativas técnicas para uma produção autônoma em lugar de tomar a própria heteronomia do canteiro como condição *sine qua non* de uma arquitetura avançada.

Silke Kapp

Quem tombará a favela? In: Rodrigo Duarte e Romero Freitas (org.). *Deslocamentos na arte*. Ouro Preto: Associação Brasileira de Estética, 2010, p.529-536.

O texto foi escrito para um congresso de Filosofia, envolvendo alguns conceitos pouco usados no campo arquitetônico. A questão central é a representação social da favela (no singular, como espaço-tipo) por agentes externo e pelos próprios moradores, em particular quando esses se apropriam do discurso dominante.

Quem tombará a favela?

[2010]

Aufhebung

Aufhebung é um termo clássico da dialética. Hegel via nele o espírito especulativo da linguagem porque abrange três significados aparentemente excludentes: anular ou negar, conservar ou preservar, e elevar ou integrar. O movimento dialético de superação de uma contradição anula seus termos iniciais, conserva-lhes determinados aspectos e, ao mesmo tempo, eleva-os a um outro estágio. Na versão em língua portuguesa da *Fenomenologia do Espírito*, Paulo Meneses escolheu traduzir *Aufhebung* por *suprassunção*, o que já se consolidou em parte da literatura filosófica brasileira.¹ Muitos outros autores preferem o termo *suspensão*, pois além de mais coloquial, guarda do original a ambiguidade de anular, paralisar e elevar.

Não tenho a intenção de contestar nenhuma dessas traduções, quero apenas sugerir que existe uma outra possibilidade na língua portuguesa para expressar uma relação dialética, especialmente uma dialética negativa no sentido de Theodor Adorno, isto é, dialética sem síntese.² Trata-se do verbo *tombar* ou dos substantivos correlatos, *tombo* e *tombamento*.

Tombar

Tombar significa cair ou fazer cair. Tombar significa também registrar na Torre do Tombo, o arquivo nacional

português criado no século XIV. Nesse último caso, equivale a uma forma de preservação, pois na Torre do Tombo guardam-se certidões e chancelarias, bulas e ordenações, diplomas e títulos de propriedade. Finalmente, derivado desse sentido antigo da preservação enquanto arquivamento, há um terceiro significado do termo tomba: a preservação enquanto estratégia de diferenciação de um bem cultural, que se aplica sobretudo a edificações e ambientes urbanos. Além de procurar garantir permanência por meio de um regime jurídico especial de propriedade, o tombamento costuma ter o efeito de elevar o chamado bem cultural à categoria de atração turística oficialmente reconhecida e veiculada como vitrine de uma localidade.

Muitas ações de tombamento têm, assim, o efeito paradoxal de anular justamente aquilo que pretendem preservar. O tombamento e a chamada revitalização do Pelourinho em Salvador fizeram de um local de moradia da população pobre uma mistura de museu e shopping center a céu aberto, que poderia estar em qualquer centro urbano ou até mesmo num parque da Disney. De modo análogo, o tombamento da cidade mineira de Tiradentes levou para a periferia muitos moradores antigos, cujas casas foram ocupadas por lojas, restaurantes, pousadas e refúgios de fim de semana. O lugar se presta a cenário de filmes de época e festivais de diversos tipos, mas os beneficiados por essas ações são antes os promotores externos do que os habitantes da cidade. O tombamento no sentido da patrimonialização é dialético, pois também “petrifica a cidade”; o que se chama revitalização é uma forma de morte.³

Tombar a favela I: erradicação

À primeira vista, os centros históricos patrimonializados e as favelas são os extremos opostos da cidade contemporânea. De um lado, turistas, reconhecidas obras de arte e uma imagem urbana que circula pelo mundo; do outro, regiões que até há poucos anos se tentava esconder ou apagar. Engels registra isso em relação a Londres já no século XIX.⁴ Em 1927, o *Plano de Extensão, Remodelação e Embelezamento da Cidade do Rio de Janeiro*⁵ inclui a remoção das favelas, enquanto, no mesmo ano, a revista *A Casa* sublinha que “o estrangeiro que nos visita não pode ter senão péssima impressão ao deparar, em pleno centro urbano, com infectos casebres, amontoados sobre os morros”.⁶ Setenta anos depois, em 1996, quando Michael Jackson filma cenas de um videoclip no Morro Dona Marta, as autoridades municipais protestam porque ele estaria denegrindo a imagem da cidade.⁷

A estratégia clássica em relação a essas ocupações informais de áreas urbanas é a erradicação, raramente acompanhada de uma política de reassentamento, muito menos de respeito ao intelecto, à vida cotidiana, às especialidades ou aos laços sociais dos moradores. Nos anos 1920, cogita-se, no máximo, a construção de “pequenas casas higienicas para abrigar a enorme massa popular que está sendo deslocada desses morros”.⁸ Mais tarde vem a remoção massiva para conjuntos habitacionais ou loteamentos distantes, como, por exemplo, pela atuação da CHISAM, órgão criado em 1968 no âmbito do BNH com a incumbência de erradicar *todas* as favelas do Rio de Janeiro até 1976 e que de fato chega a remover um terço de

seus moradores.⁹

Resistências à política de remoções surgem já na década de 1940, inicialmente com ações lideradas pela Igreja Católica (Fundação Leão XIII e Cruzada São Sebastião), depois com a mobilização de associações de moradores¹⁰ e o apoio da Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (Codesco). Mas, de qualquer forma, esse tipo de iniciativa foi antes exceção do que regra. Até as urbanizações de favelas realizadas pela Codesco na contramão do governo militar, ironicamente, utilizaram recursos destinados à remoção.¹¹

Mesmo assim é evidente que as políticas de remoção nunca anularam a favela da maneira que pretendiam ou declaravam pretender. Entre 1973 e 1987, a população favelada de São Paulo se multiplicou por dez.¹² Na realidade, essa população sempre foi indispensável para a sustentação da mesma estrutura político-econômica empenhada em sua remoção. O discurso da 'moradia digna' é certamente um argumento hipócrita a serviço do controle social, mas, para além disso, também revela suas próprias contradições: seja qual for o entendimento da dignidade em questão, é impossível que todos a tenham da mesma maneira sem que as condições estruturais que geram a sua falta sejam, elas mesmas, transformadas.

Tombar a favela II: integração

As políticas em relação às favelas se modificam a partir do início da década de 1980, quando a remoção é descartada em favor da urbanização e programas antes considerados alternativos se tornam centrais, inicialmente em nível municipal e mais tarde também em nível federal. Não

quero entrar nos meandros dessas políticas, mas apenas apontar algumas constatações feitas a partir das obras do Programa Vila Viva em Belo Horizonte (no Aglomerado da Serra e no Morro das Pedras), que acredito não serem exclusivas desse caso.

A nova abordagem tenta integrar áreas de favela aos sistemas técnico e jurídico formais, redistribuindo parte do excedente urbano. Mas justamente essa integração me parece problemática: ela neutraliza um potencial de emancipação e, mesmo de um ponto de vista pragmático ou utilitarista, não é necessariamente benéfica para a população.

Quanto à integração ao sistema jurídico ou, mais especificamente, ao regime de propriedade privada da terra, a situação é mais evidente: a regularização fundiária deve garantir o direito de permanência e posse, incluir a favela nos serviços municipais, facilitar o acesso ao crédito etc.¹³ Mas como não se trata de uma real reforma urbana (apenas do reconhecimento formal de um uso já consolidado), a regularização também inflaciona o mercado de terras, não só no local da intervenção como em outras favelas ou loteamentos periféricos. Boa parte da população passa a viver em condições mais precárias do que antes. Em Belo Horizonte, ainda hoje [2010] existem beneficiários do primeiro programas de regularização (o Profavela da década de 1980) que nunca foram ao cartório buscar seus títulos, porque não veem nenhum sentido *‘naquele papelzinho’*.

Quanto à integração da favela ao sistema técnico dominante, que é também um sistema político, cabe lembrar a constatação de Milton Santos: ao entrar em um

novo território, esse sistema invariavelmente rebaixa a uma posição de impotência os processos mais antigos ou menos sistematizados e as pessoas que os utilizam.¹⁴ A urbanização nos moldes da cidade formal, com regras generalistas, submissão a instâncias de regulação centralizadores, vias que privilegiam carros, imensas obras de terraplenagem, áreas exclusivamente habitacionais, parques cercados e até interditados a qualquer tipo de uso, pequenos apartamentos sem possibilidade de alteração ou ampliação, e até praças sem bancos, destinadas apenas ao chamado lazer ativo e nunca ao ócio ou à simples reunião não controlada das pessoas – tudo isso atropela as dinâmicas sócio-espaciais criadas e sedimentadas ali. A relativa autodeterminação dos moradores na produção do seu espaço cotidiano é anulada de uma maneira que pouco fica a dever às remoções. Não se trata apenas de elevar a favela a um patamar (tecnicamente) mais avançado, mas também de extinguir outras possibilidades de organização social. Ou seja, a integração é uma forma de dominação.

Parênteses: táticas *versus* estratégias

Esse embate entre um sistema técnico-político dominante e os processos mais antigos de lidar com a natureza e com as pessoas não é discutido publicamente com frequência, nem mesmo em instâncias ditas participativas, como os conselhos municipais. A publicidade em torno das urbanizações, sempre de dignificação, democratização e desenvolvimento, é veiculada de modo tão massivo e gera um capital político tão relevante que qualquer crítica se torna suspeita. Recentemente fui acusada, no Conselho Municipal de Belo Horizonte, de estar fazendo ‘apologia

do beco', ao defender as vias de pequena escala, com comércio e serviços locais, nas quais os pedestres predominam e os motoristas precisam pedir licença para passar.

Apesar dessas suspeitas de reacionarismo, cabe tentar ver a situação para além do mito do desenvolvimento e a partir da interação direta com as pessoas atingidas. Lembro outra constatação de Milton Santos: a aldeia global não é aldeia, porque "na aldeia, o testemunho das pessoas que veiculam o que aconteceu pode ser cotejado com o testemunho do vizinho"¹⁵; não o recebemos apenas pela mediação homogeneizadora das agências de notícias. Mas a tentativa de, por assim dizer, ouvir os vizinhos significa um embate entre táticas e estratégias, no sentido que Michel de Certeau dá a esses termos.

A estratégia, diz Certeau, é ação do forte, a razão instrumentalizada que opera no registro da previsibilidade e do domínio abstrato de tempo e espaço. Sua posição é exterior aos acontecimentos e seu conhecimento tende a abranger a totalidade. A tática, pelo contrário, é a ação do fraco, que tem por pressuposto a imprevisibilidade, se aproveita daquilo que as contingências oferecem e não produz discursos de legitimação. Ela é, enfim, uma espécie de procedimento estético: mobiliza o que pode por um evento singular e escapa à ordem do conceito.

Num ensaio de 1929 intitulado "*Die Angst des Ingenieurs*", o medo do engenheiro, Ernst Bloch estabelece um contraponto semelhante, comparando a cidade pré-capitalista do improvisado à cidade capitalista da ilusão de domínio absoluto da natureza. Para a primeira, seu exemplo é Nápoles, onde as pessoas ainda se aprazem com o rumo que as coisas tomam por si mesmas:

Nas montanhas acima de Nápoles estourou uma canalização. Bem ao lado há um par de trilhos inteiramente inúteis, rudimento de uma cremalheira falida. Mas então, numa natureza não irritada, surge algo de positivo da multiplicação dos dois negativos: há anos a água da canalização estourada escorre pelos trilhos, que a conduzem pela encosta e, lá embaixo, num bairro árido, as águas defeituosas chegam à rua formando uma ducha.¹⁶

Já as cidades técnicas como Nova Iorque, diz Bloch, estão cada vez mais ameaçadas pela natureza que combatem todo o tempo. E seus artifícios as tornam vulneráveis não apenas às forças naturais ou ao acaso, mas sobretudo à complexidade de suas próprias engrenagens. O engenheiro não é um pioneiro, não quer se arriscar, trabalha com uma natureza dominada por leis “analiticamente extraídas e racionalmente recombinadas” sem nenhuma “correspondência simpática entre as qualidades das coisas”.¹⁷

Esse ideal do controle absoluto, tematizado no engenheiro de Bloch e concretizado nos parques da Disney, também parece estar na origem da ansiedade em relação às áreas de favela – aquela ansiedade que inicialmente promove sua remoção e depois quer sua integração aos sistemas da cidade formal.

Tombar a favela III: embalsamento

Lícia Valladares explicita que os discursos – acadêmicos, políticos, midiáticos – sobre a favela são dominados por três dogmas: o de que ela seria essencialmente peculiar, distinta do resto da cidade; o de que seria o território dos pobres por excelência; e o de que haveria *a favela* e não *as favelas*, isto é, que as favelas seriam sempre semelhantes entre si e distintas do resto do mundo. Contra esses

dogmas, ela mostra que as favelas não coincidem com os setores censitários mais precários em equipamentos urbanos, propriedade formal da terra, escolaridade ou mesmo renda, e que há diferenças imensas entre uma favela e outra ou até dentro da mesma favela.¹⁸ Sua interpretação é que os dogmas persistem ainda assim porque são vantajosos para determinados grupos de atores sociais que intervêm nas favelas: os poderes públicos, as organizações não governamentais e as associações de moradores; “cada um desses grupos [tem] o seu próprio interesse em defender a especificidade da favela [e] fazer dela um universo homogêneo”. Podemos acrescentar que esses atores são justamente aqueles que transitam nas instâncias políticas dominadas pela lógica da estratégia. As próprias associações de moradores, na figura de suas lideranças, utilizam tais representações para fortalecer seus pleitos.

Nessa mesma tendência de homogeneização do imaginário me parece estar também um movimento mais recente de patrimonialização. A favela se tornou um emblema, uma marca, uma atração turística urbana que incorpora, ao mesmo tempo, as noções de violência e de solidariedade autêntica.

Hoje, como antes, a curiosidade pelas favelas é alimentada em grande parte pela percepção corrente que se tem delas como áreas concentradoras de pobreza, de miséria, à margem dos regulamentos da cidade formal, desprovidas de acesso a serviços básicos, o que se reflete nas construções e nas formas de apropriação do espaço, constituindo universos cultural e socialmente singulares, excepcionais, exóticos. A própria violência, hoje representada principalmente pelo tráfico de drogas, reforça as imagens desse quadro em que as favelas

aparecem como um mundo à parte, perigoso, misterioso e por isso mesmo fascinante.¹⁹

As favelas da zona sul do Rio de Janeiro começaram a oferecer visitas guiadas por ocasião da ECO-92 e hoje estão inseridas no circuito internacional dos *reality tours*. Bianca Freire-Medeiros investigou esses *tours* numa detalhada pesquisa de campo, constatando sua relativa variedade enquanto produtos turísticos: alguns com enfoque mais ecológico e de interação com ‘a comunidade’, outros mais voltados para a história do lugar, ainda outros mais sensacionalistas. Contudo, é fato que os passeios são quase sempre gerenciados por empresas ou Organizações Não-governamentais externas e que seus lucros não retornam para a própria favela. Até a Prefeitura do Rio de Janeiro já se apropriou desse novo produto, implantando em 2005 o Museu a Céu Aberto do Morro da Providência, que consiste num *tour* fisicamente ordenado por placas, marcos e pelo tombamento de algumas edificações.

[...] o museu corre justamente o risco de promover a favela, sua paisagem, arquitetura, objetos e moradores, não tanto como entidades complexas no presente, mas como significantes de eventos passados. O projeto prevê o “congelamento” de barracos de madeira, vielas e becos, o que na prática significará a desapropriação de algumas casas e a compra de parte de seu mobiliário para que o turista saiba como é uma “moradia típica da favela”.²⁰

Nesse caso, não houve participação nenhuma da população nas decisões. Muitos moradores parecem nem sequer compreender muito bem o que é o Museu a Céu Aberto. Além disso, a institucionalização lhes tirou a possibilidade

de mostrar aos turistas ou, de um modo mais geral, a quem vem de fora, o avesso do discurso do Governo – impossível denunciar algo que está ‘patrimonializado’. Em outras palavras, o tombamento no sentido do embalsamento cultural é uma terceira forma de dominação, ao lado da remoção e da integração.

Um discurso tático

Justo o slogan “Favela patrimônio da cidade” vem sendo utilizado também por associações de moradores com o intuito de combater a heteronomia das intervenções de urbanização e defender seu modo peculiar de negociação e produção do espaço. “Favela patrimônio da cidade” é o título de um manifesto apoiado por diversas favelas de Belo Horizonte e liderado pelos moradores da Vila das Antenas, no Aglomerado Morro das Pedras, na tentativa de resistir à execução dos projetos do Programa Vila Viva, em especial à abertura de vias que mais favorecem outras porções do tecido urbano do que a Vila propriamente dita. O pleito, a meu ver legítimo, é pelo direito de permanência das pessoas no local e por respeito às suas práticas cotidianas. Ainda que não descarte melhorias na área, o movimento reivindica a manutenção da favela como ela é, sem descaracterizá-la ou fragmentá-la e sem que a “favela vire bairro”.

Diante do que a patrimonialização tem significado para as porções formais das cidades, isto é, uma espécie de petrificação, parece contraditório que esses movimentos de resistência usem a noção de patrimônio. A questão é se haveria uma outra forma de discurso capaz de fazer frente à violência das intervenções estratégicas sem repetir seus

conceitos. Se a tática não produz discursos de legitimação, porque não precisa deles para agir, haveria um discurso tático-político?

Walter Benjamin constatou há muito tempo que a estetização do político deveria ser combatida com a politização da arte, que podemos compreender em analogia à politização do tático. Mas o que isso pode significar exatamente? O discurso que adquire voz política não é necessariamente alinhado à linguagem dominante? Há uma forma de dar voz à ação do fraco no fórum dos fortes?

Se houver, certamente não se trata de um discurso que tenha fundamentação e consistência lógica, porque a própria tática não as tem. Sua lógica é como que onírica (o que, aliás, Adorno também diz da lógica das obras de arte): as coisas se concatenam, têm certo nexos, mas tudo poderia ser diferente. Ao mesmo tempo, um discurso tático faz uso das contingências ou daquilo que está à mão. O fato de ele usar um conceito-slogan como 'patrimônio' não significa, de modo nenhum, sua adesão consistente a tudo o que esse conceito implica, nem mesmo significa uma crítica no sentido estrito do discernimento. Ela significa apenas obtenção de determinado efeito aqui e agora. Se o efeito desejado for outro, o argumento, o conceito, o slogan serão outros. Em suma, o discurso tático-político parece ter apenas duas opções: ou ele se cala, porque a ordem do conceito não é a sua, ou então ele usa os conceitos de outros discursos, sobretudo os estratégicos, numa operação de bricolagem. Ele é, enfim, sofista. E da mesma maneira que a tecno-ciência tenta extinguir a ação tática, a tarefa histórica da filosofia ocidental foi o combate desse discurso.

Silke Kapp • Ana Paula Baltazar

Metropolitan Vernacular: On the history of informal construction in a Brazilian City In: Robert Carvais, André Guillerme, Valérie Nègre e Joël Sakarovitch (org.). *Nuts & Bolts of Construction History. Culture, Technology and Society*. Paris: Picard, 2012, v.2, p. 3-10.

O trabalho, apresentado num congresso em Paris em 2012, decorreu da nossa colaboração com o grupo *História em Construção*, da Vila das Antenas e da tentativa de pensar história da arquitetura a partir do espaço cotidiano, vivido.

Vernacular metropolitano

[2012]

Um oxímoro

Arquitetura vernacular ou construção vernacular, em analogia com a língua vernacular, designa práticas tradicionais baseadas em conhecimento empírico e recursos locais, desenvolvidas ao longo de muito tempo por muitas pessoas. Tais práticas podem ter padrões e códigos, mas eles nunca são fixados ou formalizados, nem são transmitidos via educação formal. Construtores vernaculares ensinam uns aos outros e aprendem fazendo e, eventualmente, conversando sobre o que fazem. Uma vez que a produção é motivada por um valor de uso, não há divisão social do trabalho, isto é, não há hierárquica entre atividades materiais e intelectuais, embora haja divisão funcional do trabalho. Historicamente, práticas vernaculares de construção foram o esteio da produção de moradias em todas as partes do mundo até o século XX, e em muitos lugares isso ainda não mudou.

Por outro lado, o termo *metropolitano*, no contexto da construção, se refere a métodos considerados modernos e racionais, determinados principalmente por um mercado

global de recursos, técnicas e informação. Tais métodos construtivos são baseados em ciência e representações codificadas, legitimados por padrões técnicos e instituições, planejados e aprovados por profissionais. Sua eficiência é motivada pelo valor de troca, implicando que trabalho e meios de produção geralmente não provêm das mesmas pessoas e que há uma divisão hierárquica entre atividades intelectuais, trabalho material qualificado e trabalho material não qualificado. Historicamente, esses métodos foram concebidos contra as práticas vernaculares, para que não apenas edificações extraordinárias, mas também moradias e ambientes urbanos comuns pudessem se tornar mercadorias lucrativas.

Dito isso, a expressão *vernacular metropolitano* parece apenas um oxímoro. No entanto, é precisamente essa conjunção de práticas populares informais e métodos formais de construção que caracteriza imensas áreas urbanas de países ditos em desenvolvimento, incluindo Belo Horizonte, a região metropolitana de cinco milhões de habitantes onde realizamos nossas pesquisas. Assim como qualquer vernáculo, também o 'metropolitano' se baseia no aprendizado pela prática, na imitação e nos recursos que estiverem à mão. Todavia, as práticas imitadas e os recursos à mão não provêm da natureza, mas de um contexto urbano dominado por uma indústria heterônoma da construção. O vernacular metropolitano é como uma bricolagem de fragmentos de materiais industrializados e conhecimentos técnico-científicos.

Tais práticas de construção são mais conhecidas internacionalmente pelas imagens de favelas, isto é, de áreas ocupadas sem permissão legal, registro da terra e

infraestrutura urbana. Embora nós também nos concentremos nas favelas neste texto, cabe dizer que práticas similares prevalecem na maior parte das periferias brasileiras; estima-se que sejam responsáveis por 70% das moradias.¹ A diferença é que em favelas tanto as edificações quanto a infraestrutura urbana são autoproduzidas pelos moradores, enquanto em outras partes da cidade pelo menos o traçado de ruas e lotes é definido antes da construção.

Muitos habitantes urbanos autoproduzem suas casas e outros espaços cotidianos, porque o mesmo sistema econômico que usa a sua força de trabalho não dá conta de suas demandas. A provisão habitacional que as atenderia (para além da produção em massa de caixas para estocar pessoas) não é lucrativa o bastante para o capital privado, nem urgente o bastante para um Estado que raramente se viu ameaçado pelos pobres urbanos. O oxímoro ‘vernacular metropolitano’ expressa, portanto, uma contradição social real.

Por que essa história importa?

Numa visão desenvolvimentista da história, as práticas de construção abordadas aqui seriam interpretadas como mero atraso: a autoprodução persistiria apenas enquanto a modernização (indústria, burocracia, educação, mercados etc.) não estivesse completamente implementada. Nessa visão, a assimetria entre a demanda real e a oferta formal aparece como uma contingência a ser superada mais cedo ou mais tarde. Uma história da construção autoproduzida nada mais seria do que um registro interessante do último suspiro de uma tradição popular.

Mas o que houve de fato desde os anos 1960 foi um enorme aumento das práticas vernaculares metropolitanas, isto é, um aumento, em todo o mundo, de assentamentos urbanos espontâneos, autoprodução e economia informal. Mike Davis discutiu esse fenômeno, usando dados de várias fontes internacionais e concluindo que: “Há um consenso básico [...] de que a crise dos anos 1980 inverteu a posição estrutural relativa dos setores formal e informal, promovendo os expedientes de sobrevivência informal [*informal survivalism*] ao novo modo de vida predominante na maioria das cidades do terceiro mundo.”² A autoprodução do espaço nas metrópoles modernas não é apenas uma questão local, mas decorre da dinâmica político-econômica global. Assim como a informalidade em geral, ela não é um fenômeno marginal nem simples.

Por um lado, há uma quantidade sem precedentes de pessoas às quais faltam até as disposições básicas para acessar o mercado de trabalho globalizado (disciplina, autocontrole, prospecção) e que não têm escolha senão improvisar a própria subsistência, incluindo o abrigo. O sociólogo Jessé Souza coordenou um estudo contundente sobre essa classe social no Brasil, chamando-a provocativamente de *ralé estrutural*, porque a estrutura do capitalismo periférico é baseada na pobreza dessa classe.³

Por outro lado, a autoprodução também é comum numa classe trabalhadora que Souza denomina *batalhadores*.⁴ São pessoas que adquiriram aquelas disposições básicas e têm acesso ao nível inferior do mercado de trabalho formal ou a micro-empresendimentos próprios, mas não ao mercado formal de moradias. Assim como a

ralé estrutural, eles constituem uma força de trabalho ‘estruturalmente’ barata, cujos salários nunca incluíram os custos de uma moradia formal, embora tenham conseguido realizar alguma micro-acumulação. A auto-produção do espaço nas metrópoles brasileiras, portanto, abrange desde situações extremamente precárias até casas e bairros que ao longo do tempo se tornaram melhores do que conjuntos habitacionais e muitos outros imóveis formais.

Dadas essas diferenças, qualquer solução genérica seria um equívoco. Romantizar a autoprodução, como John Turner fez em certa medida nos anos 1970, abriu caminho para a redução de financiamentos públicos e responsabilidades do Estado.⁵ Louvar o espaço autoproduzido como “capital morto” que estaria apenas à espera de legalização para se desenvolver rumo a uma próspera economia urbana de milhões de pequenos capitalistas, como o fez Hernando de Soto,⁶ ignora por completo que a pobreza envolve muitos outros constrangimentos sociais além da falta de dinheiro e de propriedade legal.⁷ Mas, inversamente, requalificar espaços informais mediante programas públicos e procedimentos técnicos formais costuma ignorar o outro lado, isto é, os esforços, a engenhosidade e os recursos investidos pelos autoprodutores, cujo corolário é seu potencial para uma “autonomia coletiva”.⁸ Habitantes de favelas assumem muito mais responsabilidade por seus espaços cotidianos do que faz o consumidor médio de um imóvel formal. E quando estão construindo para seu próprio uso ou para os vizinhos (em cooperação livre ou contratados), não seguem ordens como os peões subordinados dos canteiros formais, mas

se engajam como indivíduos capazes de imaginar, discutir, decidir e agir. Por isso, as abordagens paternalistas são tão equivocadas quanto as abordagens eufemistas.

Nossa pesquisa sobre produção do espaço cotidiano, em curso desde 2004,⁹ reforçou a suposição de que qualquer abordagem coerente deve *partir do potencial dos autoprodutores para a autonomia coletiva*, utilizando recursos públicos e apoio técnico sempre que necessário, mas sem impôr padrões formais de urbanização e edificação. Com o devido acesso a informações, *expertise* e dinheiro, a longa história de autoconstrução e autogerenciamento poderia ir além dos padrões heterônomos e até além da produção heterônoma em geral, que tem tido consequências devastadoras nas cidades brasileiras nas últimas décadas.¹⁰

Infelizmente, isso é o exato oposto do que o órgão municipal responsável pela melhoria de favelas em Belo Horizonte (Urbel) tem feito desde 2005, quando começou seus grandes programas de urbanização. As intervenções, mesmo quando bem intencionadas, são determinadas mais por poder político, burocracia, padrões técnicos abstratos, pressões do mercado imobiliário formal, conveniência para as empresas construtoras e necessidades dos bairros (formais) adjacentes do que por qualidades e potenciais locais. E o fato de que tudo isso tenha acontecido sob a bandeira da participação popular não afeta a estrutura heterônoma. Como discutimos extensamente em outra ocasião,¹¹ a participação institucionalizada é bem mais efetiva para legitimar a heteronomia do que para empoderar os participantes.

Alguns grupos têm resistido às intervenções da Urbel, protestando contra remoções ou exigindo indenizações

mais altas. Entretanto, eles sempre permanecem numa posição defensiva. Não valorizam os espaços que produziram a ponto de serem capazes de enfrentar a heteronomia com visões coletivas próprias. Contar a história da autoprodução pode ser um elemento importante para encorajar a autonomia contra essa tendência. Mídia, autoridades públicas e muitos planejadores e arquitetos denigrem o espaço autoproduzido a partir de critérios abstratos, reforçando os preconceitos, a ponto de os próprios moradores das favelas os considerarem evidentes. Ouvimos muitas vezes que as pessoas querem se mudar, não em razão de suas condições de moradia, mas pelas desvantagens sociais. Ao mesmo tempo, ex-moradores de favelas que foram convencidos de que morar num prédio de apartamentos da Urbel seria melhor ou mais 'certo', agora querem retornar. Eles dizem que perderam privacidade e liberdade, que a convivência com os vizinhos se tornou mais difícil e que aumentou o poder do tráfico de drogas sobre os moradores.¹² Talvez fosse diferente se os autoprodutores estivessem cientes de sua história, a valorizassem e a contrapusessem à historiografia arquitetônica e urbana convencional.

Obviamente uma tal história não pode ser feita por acadêmicos de classe média, como nós somos. Temos trabalhado em parceria com um grupo de moradores da Vila das Antenas, que deu ao nosso projeto coletivo um nome bastante apropriado: *História em Construção*. Estamos tentando unir o conhecimento vivido e as interpretações desses moradores com fontes documentais, conhecimento técnico e interpretações mais amplas dos

processos sócio-espaciais. Mas o que relatamos aqui deve ser entendido como apenas uma versão dessa mistura; versão que, embora tenha passado por um processo dialético com sua contrapartida não-acadêmica, foi escrita a partir de uma perspectiva acadêmica e certamente não apresenta ‘toda’ a história. Também convém enfatizar que essa é uma história de processos e não de produtos passados, e que ela não tem nenhuma intenção de orientar *produtos* futuros. Qualquer tentativa de compreender melhor as necessidades das pessoas, apenas para então lhes oferecer mais mercadorias habitacionais predefinidas, contrariaria a nossa argumentação.

Origens

Belo Horizonte foi planejada e construída na última década do século XIX como a nova capital republicana do estado de Minas Gerais, em substituição a Ouro Preto e seu simbolismo monárquico. Dado que o plano urbano não previa áreas de moradia para os trabalhadores da construção da cidade, dois anos antes de sua inauguração em 1897, já havia três mil ocupantes informais. À medida que as partes do plano original foram realizadas, vendidas e ocupadas legalmente, essas favelas sofreram repetidas remoções, sendo sempre ‘empurradas’ para áreas sem infraestrutura e difíceis de ocupar. Alguns grupos foram removidos três vezes no decurso de vinte anos.¹³

A pesquisa de Berenice Guimarães permite dizer que essas primeiras construções informais ainda não constituíam um vernacular *metropolitano*. De fato, mal havia limites entre atividades formais e informais de construção, exceto por edifícios públicos e casas de funcionários (que

seguiram um modelo predefinido). A produção de outros espaços cotidianos partia de tradições populares e não era formalizada, nem organizada para uma economia capitalista. Era levada a cabo por pequenos grupos de trabalhadores mais ou menos qualificados, cuja hierarquia interna seguia uma lógica de mestre-aprendiz (os postos superiores podiam ser alcançados por aqueles que ocupavam os postos inferiores).

A persistência de tradições rurais de construção em Belo Horizonte também foi encorajada pela distinção entre zonas *urbana* e *suburbana* no plano original. Enquanto a zona urbana se definia por uma malha hipodâmica e um conjunto estrito de regras, a malha viária suburbana era mais adaptada ao relevo natural e os lotes suburbanos podiam ser ocupados livremente, inclusive por áreas de agricultura. Como muitas pessoas preferiram se instalar nessa parte da cidade, ela foi por muito tempo mais densamente povoada do que a zona urbana. Decerto havia diferença evidente entre moradores ricos e pobres, mas não entre moradores legais e ilegais.

Os procedimentos de construção que chamamos de vernacular metropolitano realmente se iniciaram no Brasil depois de 1930, com a política de industrialização em substituição às importações, promovida pelo presidente Vargas para enfrentar a crise econômica internacional. Associada a uma política agrária favorável à monocultura e aos latifúndios, ela obrigou muitos camponeses a deixarem suas terras, causando uma onda de migrações para as áreas urbanas. Ao mesmo tempo, essa política deu suporte a uma indústria formal da construção baseada no uso de cimento Portland e concreto

armado. Precisamente pelo fato de ainda depender das habilidades manuais dos trabalhadores, essa emergente indústria da construção teve que estabelecer um aparato de regulações técnicas, urbanas e profissionais a que autoconstrutores, mestres de obras ou artífices não tivessem acesso e que, antes de mais nada, tornasse ilegais as suas práticas tradicionais. Essa lógica se consolidou depois da Segunda Guerra Mundial, com a nova fase de industrialização impulsionada pelo capital internacional, na década de 1970, com o Banco Nacional da Habitação, e nas últimas décadas, com as políticas neoliberais.

Um aspecto inicial desse processo de interdições foi a proibição de construções de adobe e pau-a-pique nas áreas urbanas, supostamente em prol da saúde pública. Métodos estabelecidos de autoconstrução já não podiam ser usados, pelo menos em teoria. Na prática isso significou que os autoconstrutores passaram a temer mais uma restrição legal, para além da questão da propriedade da terra. Construções de concreto e alvenaria de tijolos cerâmicos também eram preferidas por aumentarem a segurança de posse. Ainda hoje o volume de concreto usado numa edificação é um critério determinante do valor da indenização nos casos de remoção.

Outro aspecto importante da formalização em prol da indústria da construção foi a mudança de relações de poder nos canteiros. Alvenaria e carpintaria tradicionais foram destituídas em favor de tecnologias modernas, com sua exigência quase mítica de cálculos abstratos e representações gráficas. Um trabalhador numa posição subordinada não poderia mais alcançar o topo da hierarquia, porque isso exigiria educação acadêmica dos

antigos mestres, ou então a difusão do conhecimento acadêmico dos ‘novos mestres’ (arquitetos e engenheiros); coisa pela qual esses não tinham nenhum interesse. O que de fato se difundiu entre os trabalhadores foi aquela atitude de competição e reserva de conhecimento que caracteriza qualquer organização muito hierarquizada.¹⁴

Em suma, a nova indústria da construção enfraqueceu e finalmente interrompeu dois circuitos não-acadêmicos de conhecimento compartilhado: o circuito popular de métodos de autoconstrução e o circuito profissional dos ofícios. O primeiro foi interditado por lei; o segundo, por novas tecnologias e novas relações de poder. Juntos, eles constituíram a precondição para o vernacular metropolitano e para as contradições que ele envolve, como apropriação informal e muitas vezes desinformada de um conhecimento formalizado.

Três estágios

Para descrever o processo histórico desse vernacular metropolitano podemos usar uma distinção analítica em três estágios, que *grosso modo* seguem uma ordem cronológica, mas não são mutuamente excludentes.

O primeiro ainda se define por práticas vernaculares rurais, apenas incrementadas por alguns ‘ingredientes urbanos’. Diversas narrativas exemplificam isso, mas nos limitamos aqui às lembranças de Dalila, uma moradora da Vila de Fátima há mais de 60 anos e uma das primeiras a chegar ali. Entrevistada em 2006, ela nos contou como eram feitas as primeiras construções de pau-a-pique nessa área. Tinham uma estrutura principal de nove “paus”, cortados na mata próxima, impermeabilizados com piche

e óleo de cozinha e depois cravados no solo e fixados com “areia preta”. Paus horizontais no topo e galhos entrelaçados nas áreas de paredes completavam a estrutura, amarrada com cipó de São João (*Pyrostegia venusta*) ou com embira (fibra extraída da casca de diferentes espécies de árvores). A estrutura era preenchida com uma mistura de argila, areia, terra de formigueiro e capim, e finalizada com uma argamassa de argila, sal e areias coloridas provenientes de três córregos da região. A cobertura era feita de folhas de piteira (*Furcraea foetida*), secas e defumadas. Acabamento e cobertura tinham que ser refeitos todo ano. Em razão do risco de incêndio das folhas, as pessoas começaram a coletar tambores de metal, para abri-los e usar as chapas como forro: “O fogo podia vir. As chapas ficavam quentes mas não queimavam.” A narrativa de Dalila inclui muitos outros detalhes, indicando quanto cuidado e quanta informação esses processos de construção envolviam. Quando lhe perguntamos como havia aprendido tudo isso, sua resposta foi, simplesmente, que “todo mundo sabia essas coisas... você sabe, somos do Serro” (município de Minas Gerais). De fato, os métodos de construção usados em cada favela variaram conforme a origem dos moradores.

O segundo estágio do vernacular metropolitano decorreu do escasseamento de materiais de construção naturais em relação ao número de novos moradores nas favelas. Os autoconstrutores aumentaram a proporção de ‘ingredientes urbanos’ nas suas práticas, usando descartes de construção, entulho e outros materiais encontrados em lixões e aterros. No Rio de Janeiro, onde em 1948 já havia 170 mil pessoas morando em favelas, essa prática

se difundiu cedo: “dizia-se, então, que os trabalhadores da construção civil utilizavam os refugos dos canteiros de obras para construir seus próprios barracos”.¹⁵ Em Belo Horizonte, além de muitos moradores de favelas trabalharem em canteiros formais e conseguirem material ali, algumas favelas eram usadas para o despejo de entulho. Um caminhoneiro que mora na Vila das Antenas desde os anos 1970 (entrevistado em 2011), disse que ele mesmo costumava depositar o entulho ali: “Quando chegava o caminhão, todo mundo corria para catar o que desse para aproveitar. Depois a gente ajeitava o resto para aterrar o buraco que tinha aqui”. Um dos materiais mais úteis para a construção informal era o madeiramento de fôrmas, proveniente do uso cada vez mais comum de concreto armado na construção formal. Se troncos e galhos foram matéria-prima das casas de pau-a-pique, as fôrmas descartadas fizeram chamadas ‘casas de lata’. Heloísa, também uma moradora da Vila das Antenas, nos mostrou como eram feitas: peças de madeira e pregos, cuidadosamente recuperados das fôrmas, eram usados numa estrutura do tipo gaiola (semelhante à estrutura das casas de pau-a-pique), vedada com uma colcha de retalhos de chapas metálicas provenientes de latas e tambores (fáceis de encontrar porque não havia indústria de reciclagem). Outros componentes comuns eram peças de carros, tais como as janelas, usadas com o mecanismo de abertura.

No entanto, a escassez de materiais naturais não foi a única razão para o abandono das práticas vernaculares tradicionais no meio metropolitano. Como muitos moradores de favelas trabalhavam em canteiros formais, seu

maior interesse era aprender as técnicas ali empregadas e os ‘segredos’ que definiam a hierarquia. A geração mais jovem, por exemplo o filho de Dalila, já não aprendeu as técnicas que antes “todo mundo sabia”. Pouco a pouco os elementos da construção formal foram incorporados ao vernacular metropolitano: primeiro tijolos cerâmicos, depois chapas de metal e de cimento-amianto para as coberturas e, finalmente, lajes e estruturas inteiras de concreto armado. Podemos então definir o terceiro estágio do vernacular metropolitano (como já dito, os estágios não se excluem) pelo uso de materiais ‘oficiais’ de construção, em contraste com o reuso de descartes. Para a indústria de material de construção isso significou um mercado consumidor relevante.

A aplicação desses materiais e técnicas, que é a prática predominante hoje, deve ser entendida no contexto da já mencionada interrupção da reprodução do conhecimento pela via mestre-aprendiz nos canteiros de obra. Antônio, um pedreiro aposentado que chegou em Belo Horizonte nos anos 1960 (entrevistado em 2007), conta que começou como peão, fazendo serviços pesados, e depois avançou à posição mais alta a que um trabalhador sem formação acadêmica tem acesso: mestre de obras (ainda subordinado ao engenheiro e sem poder assumir responsabilidade legal por nenhuma construção). Antônio é enfático ao atribuir seu progresso à própria “curiosidade”: “ninguém me ensinou”, “não podia perguntar para os colegas”, “eu só ficava olhando e depois tentava fazer por mim mesmo”. Assim, “só olhando”, Antônio até aprendeu a ler desenhos técnicos, o que é pouco comum e o distinguiu de outros pedreiros. Via de regra, os trabalhadores dos canteiros

formais estão familiarizadas com partes da execução das respectivas técnicas, mas não com seus códigos, sua base matemática e os princípios que otimizariam sua aplicação. Eles adquirem uma espécie de semi-conhecimento.

Estruturas de concreto armado são o exemplo mais evidente nesse sentido. Os construtores do vernacular metropolitano as imitam, as reconstroem segundo sua própria intuição, inventam novas soluções por tentativa e erro, mas suas concepções são realizadas apenas por analogia às estruturas formais. Isso impõe alguns limites estreitos. Os autoprodutores tendem a gastar mais dinheiro do que seria necessário e ficam sempre algo inseguros sobre o que estão fazendo, divididos entre sua intuição e os fragmentos de informações técnicas apanhados aqui e ali. Entrevistas e observações participantes feitas especificamente sobre esse tema, mostraram que intuição e valor simbólico costumam prevalecer. Vigora, por exemplo, a noção de que uma estrutura de concreto na favela não só precisa *ser* resistente como precisa *parecer* resistente, porque os moradores comprovaram muitas vezes que isso reduz o risco de ser designado pelos técnicos da Urbel para a remoção. Outra noção corrente é que vigas seriam “mais fortes” quanto mais repletas de vergalhões, ignorando que a armadura não funciona devidamente se não estiver completamente envolvida pelo concreto e travada nas extremidades ou que ela pode ser mais delgada no topo do que na base de uma viga. O resultado são estruturas mais frágeis e de custo mais alto.

Mas, ao mesmo tempo, muitos autoprodutores estão a par de materiais, técnicas e estilos recentes da indústria formal da construção. Encontramos vigotas prefabricadas

treliçadas e preenchimento de isopor, lajes nervuradas, varandas em balanço, fachadas pós-modernas etc. Ademais, erros técnicos às vezes provêm da imitação de vícios da própria construção formal. Umidade ascendente, por exemplo, é igualmente comum em construções formais e informais. Nessas últimas, as pessoas não têm outra opção que tolerar os defeitos, enquanto no setor formal eles levam a reformas, demolições e novos edifícios-mercadoria, de modo que, paradoxalmente, renovam a demanda solvável.

Em termos gerais, o vernacular metropolitano atual reflete a perda de uma cultura construtiva comum, isto é, de um conhecimento amplamente compartilhado sobre requerimentos e procedimentos básicos. A necessidade de impermeabilização para separar as fundações das paredes já não é óbvia como era para Dalila e seus contemporâneos. O passivo consumidor da mercadoria edificação, proveniente da classe média, assim como os fornecedores dessa mercadoria dificilmente irão contribuir para uma melhoria nesse sentido. Autoprodutores, por outro lado, poderiam ser os protagonistas de uma redescoberta e de um desenvolvimento da cultura construtiva compartilhada, se estivessem conscientes das circunstâncias sociais que definem suas práticas e se fossem capazes de criticar tais circunstâncias. A consciência histórica pode ser um passo para valorizar a autoprodução, de modo que seus atores possam confrontar intervenções vindas de cima para baixo, ultrapassar modelos dados e desenvolver práticas autônomas.

Silke Kapp • Margarete Maria de Araújo Silva (Leta)

Quem mora nas favelas? *E-metropolis: Revista eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 9, 2012, p. 28-35.

A origem deste texto foi a difusão midiática da noção de ‘nova classe média’ por volta de 2010. Discutimos o conceito de classe social numa perspectiva espacial e à luz dos estudos do sociólogo Jessé Souza sobre a ‘ralé estrutural’ brasileira.

Quem mora nas favelas?

[2012]

As representações da favela

Pelo menos desde os sofistas gregos sabemos que representações mentais e discursivas não são reflexos diretos dos ‘fatos do mundo’, mas que, pelo contrário, a realidade pode ser compreendida e interpretada de muitas maneiras. A razão dessa multiplicidade não está apenas na diversidade das opiniões individuais e nas suas mudanças ao longo do tempo. Mais importante é que as formas de ver a realidade são, elas mesmas, construções históricas e sociais, que filtram e moldam o que percebemos como ‘real’. Vemos na realidade o que fomos preparados para ver, e essa forma de ver determina nossas ações que, por sua vez, transformam a realidade.

Tal dialética entre o mundo e as ideias socialmente construídas a seu respeito também abrange, evidentemente, as representações que uma sociedade tem de sua própria estrutura de classes, de seus espaços urbanos e da relação entre uma coisa e outra. Lícia Valladares discute a favela carioca justamente nessa perspectiva.¹ Em lugar de tomá-la como ‘fato’, a socióloga investiga o processo

histórico-social de construção de suas representações, desde as origens até os efeitos e dogmas atuais. Tais trabalhos são valiosos, entre muitas razões, por evidenciarem que grande parte das pesquisas acadêmicas e das políticas públicas sobre os territórios das favelas opera a partir de 'pré-conceitos', isto é, conceitos não examinados nem refletidos criticamente. Assim, o imaginário dos chamados formadores de opinião (que, via de regra, pertencem às classes médias e, como o próprio nome diz, formam também as opiniões ou o imaginário da maior parte da população para além dessas classes) reproduz interesses de grupos socialmente dominantes, tendo ou não consciência disso. Elucidando a sua gênese, Valladares desmonta esses estereótipos que filtram e moldam a realidade que denominamos favela.

Embora a autora tenha o cuidado de limitar suas conclusões às favelas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – o espaço geográfico que define os temas de sua pesquisa documental e onde realizou décadas de pesquisas de campo –, arriscamo-nos a afirmar que elas são aplicáveis às representações sociais das favelas em muitas outras metrópoles brasileiras, cujas pesquisas e políticas públicas frequentemente tomaram o Rio de Janeiro por modelo. Além disso, as favelas cariocas têm estado em primeiro plano nos organismos internacionais pertinentes, de modo que representações geradas a partir delas se tornaram relevantes num território bem mais amplo.

São três os dogmas acerca da favela que, segundo Valladares, funcionam como pressupostos tácitos da enorme maioria das pesquisas, publicações e políticas.

O primeiro é o da especificidade: “Por sua história particular e seu modo de crescimento diferente dos demais bairros, a favela tem sido considerada, desde sempre, um espaço absolutamente específico e singular”.² Conforme a perspectiva, tal especificidade pode consistir na irregularidade do traçado urbano, na condição jurídica, na precariedade de equipamentos, na baixa qualidade da urbanização, na autenticidade estética e cultural, no caráter exótico, na trajetória de vida dos habitantes e assim por diante, partindo-se sempre da contraposição entre favela e não-favela como categorias básicas e significativas em si mesmas. Valladares contesta essa pressuposição de especificidade, evidenciando que qualquer uma das características tidas por específicas da favela pode ser encontrada em outros territórios, não denominados favelas.

Outro dogma é o da homogeneidade, isto é, a ideia de que o universo plural das favelas possa ser reduzido a uma categoria única, tornada arquetípica: *a favela*, no singular. Negam-se, com isso, inúmeras diferenças entre favelas distintas, assim como diferenças no interior de uma mesma favela, como se quaisquer conclusões acerca de certa porção desses territórios fossem naturalmente aplicáveis a quaisquer outras.

A combinação dos dois dogmas – especificidade e homogeneidade – significa que no imaginário de pesquisadores, políticos, administradores públicos, jornalistas etc. a diferença entre favela e não-favela é sempre maior e mais relevante do que diferenças entre uma favela e outra e, inversamente, que a semelhança entre duas favelas é sempre maior e mais relevante do que semelhanças entre

uma favela e uma não-favela. Em contraposição a essa percepção, Valladares, em co-autoria com Preteceille, retrabalha os dados do Censo de 1991, demonstrando que há enormes discrepâncias de renda, educação, acesso a serviços, implantação e ocupação entre favelas, ao passo que muitas delas se assemelham ao seu entorno urbano nesses mesmos aspectos.³ Numa análise do “nível das infraestruturas urbanas”, por exemplo, os autores concluem que é falsa a suposição de que as favelas seriam “o espaço predominante da moradia precária ou sem infraestrutura”, e que se caracterizariam homogeneamente nesse sentido.⁴

O último dogma, que é o que mais nos interessa aqui, é o da pobreza. Valladares questiona a representação das favelas como “o território urbano dos pobres” por excelência, regido por dinâmicas econômicas, leis e códigos próprios, distintos do restante da cidade.⁵ Assim representadas, as favelas não apenas atraem os estudiosos e as políticas públicas focados na pobreza urbana, como também são automaticamente associadas aos problemas sociais urbanos: “reafirma-se a pobreza engendrando a pobreza, e a pobreza engendrando problemas”.⁶ As pesquisas quantitativas e qualitativas de Valladares demonstram, pelo contrário, que já não cabe a vinculação naturalizada da favela com o pobre e da não-favela com o não-pobre.

Em média, as favelas correspondem às áreas mais pobres, porém não uniformemente. Não são, porém as únicas aglomerações do Rio de Janeiro com essas características. Nem reúnem a maioria dos pobres, nem os espaços mais carentes. E muito menos se pode dizer que nelas só moram pobres.

Elas também abrigam categorias populares modestas, mas não miseráveis, além de categorias médias, revelando uma estrutura social diversificada e, sem dúvida alguma, processos de mobilidade social consideráveis.⁷

Para Valladares, a visão fundada nos três dogmas delineados acima em nada contribui para “uma verdadeira renovação dos trabalhos realizados não apenas sobre as favelas, mas, também, sobre a pobreza, a segregação urbana e as consequências da urbanização”.⁸ Tal visão se coaduna com políticas públicas generalistas, concebidas de cima para baixo e sem nenhuma preocupação em potencializar qualidades ou superar deficiências específicas, seja em relação ao sítio natural, ao espaço construído, à população ou à inserção na cidade. Além disso, associações e organizações não governamentais também têm se beneficiado da visão dogmática e redutora, uma vez que ela lhes fornece a ‘bandeira’ que, em meio a tantas carências sociais concorrentes, facilita o engajamento e a conquista de recursos.

Toda essa argumentação de Valladares é pertinente, contundente e necessária para que haja algum avanço nas pesquisas e ações públicas sobre as favelas. A crítica das representações sociais naturalizadas, pela qual a autora vem pleiteando há mais de uma década é, de fato, essencial.

O abecedário das classes

No entanto, subjaz a essa discussão dos dogmas uma outra representação, tão decisiva e tão pouco questionada quanto a ‘da favela’, à qual também Valladares adere sem críticas. Trata-se da representação da estrutura de classes sociais no Brasil centrada no aspecto econômico, mensu-

rável pela renda, eventualmente associada à educação e sempre refletida no consumo. Definem-se, assim, as chamadas classes A, B, C, D, E, tais como aparecem nas metodologias da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e são utilizadas em todo tipo de publicações, sobretudo na grande mídia. (Para uma indicação do eufemismo dessa matriz economicista, basta ver o título de uma publicação recente da FGV: *A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres*⁹.)

Valladares não utiliza esses termos (classes A, B, C, D, E) mas sua constatação da presença de “categorias médias” nas favelas cariocas também deriva de dados predominantemente econômicos. No supramencionado estudo quantitativo, essa chave de leitura fica mais evidente. Preteicelle e Valladares baseiam sua análise do pertencimento de classe dos moradores da favela nos dados sobre renda e anos de estudo, retirados dos questionários do IBGE. Entre outras coisas, concluem que “as variáveis renda e educação não deixam transparecer a especificidade das favelas”, e que existe uma relativa variedade de classes dentro das próprias favelas, incluindo as categorias médias.¹⁰

É essa a conclusão que ecoa nos trabalhos subsequentes de Valladares¹¹: o uso massivo de cartões de crédito, a oferta de serviços por profissionais liberais, o consumo de eletrodomésticos modernos, o acesso às tecnologias digitais e o turismo nas favelas cariocas (em particular, na favela da Rocinha) – tudo isso atestaria “o poder de compra da população local, mostrando ali a existência de um grande mercado, a importância do mundo dos negócios e sua inserção no mercado de consumo brasileiro e inter-

nacional”.¹² Eis porque a autora pode supor, como citado acima, “processos de mobilidade social consideráveis”.

Problemático nessa ideia da “mobilidade social considerável” é a relação direta que se estabelece entre mobilidade e consumo. Por um lado, o aumento do consumo não significa necessariamente uma mudança na posição de classe de um indivíduo ou grupo, já que pode se tratar simplesmente de um aumento de consumo que perpassa todas as classes de modo mais ou menos simétrico. (Eis de fato o argumento neoliberal: se o nível de consumo dos pobres aumenta, qual é o problema de a riqueza dos ricos também aumentar?) Por outro lado – e esse é, sem dúvida, o aspecto mais importante – o nexos direto entre consumo e mobilidade social põe o critério dos recursos econômicos como principal definidor da estrutura de classes, deixando em segundo plano recursos (ou capitais, no sentido de Bourdieu) culturais, sociais e políticos. Mas se, na ordem do crescimento econômico brasileiro recente, os pobres são bem vindos como mão de obra (de preferência qualificada nos moldes do capitalismo flexível), como consumidores (inclusive de serviços de educação, como os muitos cursos universitários) e até mesmo como produtores de cultura popular (do Carnaval a programas de TV), não são bem vindos como agentes políticos de peso, como transformadores da cultura dominante ou como partícipes das prestigiosas redes de pertencimento pessoal.

Pelo contrário, o poder político das classes mais pobres é hoje menor do que em décadas anteriores, porque a participação popular tornada compulsória em todas as instâncias de planejamento e gestão institucionalizou o

engajamento a ponto de anulá-lo. Na prática, a vulnerabilidade dessas classes não se modificou substancialmente. Para aqueles que só ascendem socialmente no papel de trabalhadores e consumidores, a próxima crise econômica pode significar a perda de todas as supostas conquistas e até uma situação ainda mais frágil do que antes, já que a adesão aos diversos sistemas de consumo (do sistema sanitário ao de telefonia móvel, do sistema de ensino ao de crédito) tende a fazer desaparecer conhecimentos que outrora propiciavam uma certa (relativa, modesta, a nunca ser superestimada) autonomia. Assim, também a popularização dos cartões de crédito não significa necessariamente a conquista de mais recursos e mais liberdades individuais. Pelo contrário, ela pode ser entendida como “a grande alavanca moderna para extração de riqueza pelo capital financeiro do resto da população”.¹³ Ivan Illich se indignou muitas vezes com a identificação entre o desenvolvimento e a criação dessas novas dependências, isto é, a anulação política. A verdadeira miséria não é a falta de dinheiro, mas a falta de dinheiro numa situação em que não se pode fazer nada sem dinheiro.¹⁴ Essa impotência, de caráter cultural, combinada à “pobreza política”¹⁵, perpetua a condição de classes dominadas na estrutura social. Por tudo isso, o abecedário das classes mais oculta do que evidencia desigualdades estruturais.

Uma leitura a contrapelo dos dados quantitativos

Tais desigualdades estruturais foram melhor analisadas nas pesquisas coordenadas pelo também sociólogo Jessé Souza, em especial nos livros *A Ralé Brasileira: Quem é e*

como vive (2009) e *Os Batalhadores Brasileiros: Nova classe média ou nova classe trabalhadora?* (2010). Eles não estão focados nos espaços das favelas – e, aliás, dão até menos importância à dimensão espacial da estrutura social do que, na nossa opinião, lhe seria devida. Mas, ainda assim, considerar a discussão ali desenvolvida nos parece essencial a uma análise de quem são os moradores das favelas e em que medida eles têm experimentado uma mobilidade social rumo à classe média.

O primeiro ponto fundamental é se afastar de uma definição econômica das classes sociais. Não é a renda que define o pertencimento a uma classe, como pensam o senso comum e as concepções “científicas” baseadas nos preconceitos do senso comum. Ao contrário, a renda é mero efeito de fatores não econômicos – ainda que condicionados por uma condição socioeconômica particular – aprendidos em tenra idade. O que é sempre escondido e nunca percebido nessa questão é o fato de que as classes sociais se produzem e se reproduzem, antes de tudo, “afetivamente” por herança familiar.¹⁶

Jessé Souza entende o pertencimento de classe numa matriz muito semelhante à de Pierre Bourdieu, baseada não (apenas) na disponibilidade de recursos econômicos, mas num conjunto mais complexo de recursos (capitais) e disposições incorporadas (*habitus*) que se reforçam e se mantêm mutuamente. O acesso a esses recursos e disposições se dá, antes de mais nada, pelo contexto afetivo e disciplinar em que o indivíduo se forma e que o leva a perceber como naturais e universais certos comportamentos e valores que, na realidade, são aprendidos no processo de socialização. As crianças das classes média e alta tendem a adquirir capacidade de concentração, sensibilidade, pensamento prospectivo, autocontrole,

persistência ou responsabilidade pessoal “de modo invisível, cada dia um pouquinho [...], não apenas como uma violência de fora para dentro, mas também como ‘atos de amor cotidianos’”.¹⁷ Isso significa que há uma “identificação afetiva” desses indivíduos com aquelas mesmas características que definem o sucesso, isto é, a perpetuação de uma posição social privilegiada. A constituição de um *habitus* dessa espécie é, ao mesmo tempo, efeito do acesso (pelos pais ou equivalentes) a capitais diversos e condição indispensável à continuidade desse acesso (pela geração seguinte). Assim, não há classe dominante que seja dominante apenas em razão da sua renda, nem tampouco o indivíduo que enriquece repentinamente consegue assumir uma posição dominante duradoura; o clássico ganhador de loteria que logo volta a ser pobre é caricatura dessa condição. O que define as relações de dominação e subordinação é, em vez disso, o conjunto de capitais de diferentes tipos (econômico, cultural e social) que sustentam um ao outro e são, até certo ponto, intercambiáveis. Em suma, o simples aumento da renda não deveria ser chamado de mobilidade social porque não move o indivíduo de sua posição de dominado.

As pesquisas empíricas de Souza têm um caráter essencialmente qualitativo, mas dá-lhes suporte uma reconstrução da classificação socioeconômica a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD, 2006), elaborada por José Alcides Figueiredo Santos. Suas categorias fundam-se na organização social do trabalho e na mensuração da desigualdade, não pelos resultados que um indivíduo obtém,

mas pelos fatores determinantes desses resultados, isto é, pelo “tecido de relações sociais e [pelos] vínculos das pessoas com o sistema social de produção e distribuição”.¹⁸

Os efeitos das relações de classe na vida dos indivíduos são sintetizados por proposições específicas que consideram que aquilo que a pessoa tem [ativos produtivos] determina o que a pessoa obtém [bem estar material] e condiciona o que ela necessita fazer para conseguir o que obtém [oportunidades, dilemas, opções].¹⁹

O resultado dessa abordagem é a identificação de um “conjunto de posições de classe destituídas” que totaliza mais de 40% dos indivíduos no Brasil e integra trabalhadores elementares e empregados domésticos, autônomos precários, produtores agrícolas precários, trabalhadores de subsistência e trabalhadores excedentes.²⁰ Essa porcentagem expressiva costuma desaparecer nas categorizações convencionais, pois elas deixam de considerar as relações de propriedade e emprego que determinam o acesso diferenciado aos recursos sociais e às oportunidades, isto é, a “distribuição desigual de poderes e direitos sobre os recursos produtivos relevantes”.²¹

Falta-lhes:

[o] reconhecimento de que as instituições econômicas estão incorporadas nas práticas sociais e culturais e vice-versa. Na sociedade estabelecem-se desigualdades duráveis, que se mantêm de uma interação social para outra, persistem nas trajetórias dentro de e entre domínios institucionais, nas histórias organizacionais e no tempo de vida das pessoas. A desigualdade durável entre categorias resulta do controle desigual sobre recursos que produzem valores. Os membros de categorias privilegiadas asseguram o controle de recursos

produtores de valor e alocam a maior parte do valor produzido para si.²²

Desigualdades duráveis são duráveis justamente pela perpetuação do controle dos recursos produtores de valor, e não pela persistência de determinado padrão de consumo. Inversamente, a mobilidade social significaria um novo acesso ao controle daqueles recursos, e não um novo acesso a serviços e bens de consumo.

A Ralé Brasileira e *Os Batalhadores Brasileiros* mostram em detalhes como determinadas disposições e interdições de acesso a estruturas de poder não se modificam com o aumento da renda, mas, pelo contrário, configuram desvantagens sistematicamente perpetuadas. Houve, sim, alguma mobilidade social recente, mas ela tem se restringido, via de regra, à transição entre 'ralé' e 'batalhadores'. Para compreendê-la, é preciso compreender a existência dessa 'ralé', que está virtualmente ausente da consciência coletiva no Brasil e não é percebida como classe nem mesmo no debate intelectual, já que ela inexistia nos países capitalistas centrais em cuja estrutura social tal debate se pauta comumente. Em contraposição a essa cegueira, Souza enfatiza o caráter estrutural da 'ralé', isto é, o fato de que ela não constitui simplesmente um punhado de indivíduos contingencialmente precarizados.

O processo de modernização brasileiro constitui não apenas as novas classes sociais modernas que se apropriam diferencialmente dos capitais cultural e econômico. Ele constitui também uma classe inteira de indivíduos, não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, esse é o aspecto fundamental, das precondi-

ções sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação. É essa classe social que designamos [...] de “ralé” estrutural.²³

Já os ‘batalhadores’ constituem, para Souza:

[...] uma classe social nova e moderna, produto das transformações recentes do capitalismo mundial, que se situa entre a ‘ralé’ e as classes média e alta. Ela é uma classe incluída no sistema econômico, como produtora de bens e serviços valorizados, ou como consumidora crescente de bens duráveis e serviços que antes eram privilégio das classes média e alta.²⁴

Caracteriza os batalhadores o fato de pertencerem a um capitalismo pós-fordista, flexibilizado, globalizado, com muito menos segurança não só do que a classe média, mas também do que a classe trabalhadora tradicional das social-democracias. No Brasil, essa classe surge a partir da ‘ralé’ e constitui o que tem sido amplamente intitulado ‘nova classe média’. No entanto, um membro da ‘ralé’ que encontra motivação, disciplina, autoconfiança (frequentemente no contexto do pentecostalismo) e alguma oportunidade econômica, conseguindo sair da situação de absoluta miséria, ainda assim continua longe das posições de relativo controle e segurança que efetivamente caracterizam a classe média nas sociedades capitalistas.

As histórias de vida dos ‘batalhadores’ demonstram a fragilidade da posição de classe que passam a ocupar, a sujeição às circunstâncias externas sobre as quais não têm nenhum poder e as enormes chances de retorno à condição de ralé. São histórias de dificuldades de acesso às instituições que deveriam ser públicas, de superexploração do trabalho, de financiamentos caríssimos, de jornadas duplas e triplas, de infinitos percalços, reveses e recomeços. “Um traço comum na trajetória dos batalha-

dores, mesmo dos empreendedores, são os ‘altos e baixos’ da vida, a incerteza, a instabilidade, a fé no incerto e a insistência no instável.”²⁵ Souza relata a história de uma associação de costureiras em Juazeiro do Norte que havia conseguido um financiamento para as suas máquinas, teve sua dívida aumentada com o Plano Real, perdeu as máquinas e acabou ficando com uma dívida e a ‘ficha suja’, conseguindo se reerguer apenas às custas de contatos pessoais e de um empréstimo tomado pela presidente da associação como pessoa física.²⁶ Eventuais infortúnios de um indivíduo típico da tradicional classe média – a perda do emprego, um acidente etc. – não fazem desmoronar imediatamente toda a estrutura do seu cotidiano, porque existe uma rede social e institucional que o sustenta. Para um “batalhador” não vale a mesma coisa: o filho que cursava a faculdade particular é obrigado a interromper seus estudos, o ponto comercial conquistado a duras penas precisa ser repassado rapidamente, a inadimplência nos crediários ‘suja’ seu nome na praça. Sua batalha é como a de Sísifo – a pedra que deixa de ser empurrada morro acima não estaciona, mas volta sempre ao ponto mais baixo.

As favelas, a ralé e os batalhadores

Quais são os efeitos da estrutura de classes na produção do espaço e, inversamente, quais são os efeitos da produção do espaço na estrutura de classes? E qual é o papel das favelas nessas relações? Responder a isso significa articular a discussão do primeiro item deste texto, sobre as representações da favela, com a discussão do segundo e do terceiro itens, sobre a representação

convencional da estrutura de classes no Brasil e a sua abordagem crítica, proposta por Souza. Em outras palavras, trata-se de compreender desigualdades e privilégios a partir de um raciocínio que não somente registra quem ocupa os territórios das favelas, mas também quem produz esses territórios e quem produz as condições de sua produção.

O espaço é um dos mais importantes “recursos produtores de valor” que classes e grupos privilegiados precisam controlar para manterem seus privilégios. Não que ele gere valor no sentido clássico do valor-trabalho; a terra não é um bem produzido. Mas o espaço gera valor nas formas econômicas de renda da terra, renda fundiária e sobrelucro de localização, na forma socioespacial de poder estratégico (inclusive de polícia) e em inúmeras formas simbólicas. Para além dos agentes imediatos, é a totalidade social a produtora das representações e ações que reservam a uma parcela da população determinados papéis e lhe interdita, por violência econômica, moral ou mesmo física, o acesso a determinados espaços. Favelas e outras áreas ambiental, jurídica ou socialmente frágeis, tais como os loteamentos periféricos ou conjuntos habitacionais, não surgiram porque seus moradores tenham se retirado deliberadamente da cidade formal e bem provida de infraestrutura urbana; eles surgiram e continuam surgindo por processos de “desposseção”²⁷, renovados a cada novo ciclo político, sendo o último deles paradoxalmente caracterizado pela participação popular. As pessoas que ocupam essas áreas, sejam elas denominadas favelas ou não, sofrem desvantagens “sistemáticas e relevantes”, decorrentes também de sua

situação espacial, ainda que tenham conseguido mitigar parte dessas desvantagens ao longo do tempo.

Como já dito, consideramos os questionamentos de Lícia Valladares imprescindíveis para um futuro mais frutífero do debate sobre as favelas e para as ações que eventualmente decorrem daí. Nenhuma abordagem seriamente engajada em compreender e melhorar a produção das cidades pode aderir acriticamente aos dogmas da especificidade, da homogeneidade e da pobreza, que Valladares questiona com propriedade e aos quais contrapõe dados qualitativos e quantitativos importantes. Ela está certa em combater o dogma de que os pobres estariam concentrados nas favelas, pois fora delas a pobreza é igualmente expressiva. No entanto, também não se deve ignorar que a própria forma de leitura dos dados quantitativos parte de determinadas hipóteses. A hipótese da classe média nas favelas deriva da percepção de uma enorme pujança econômica em parte delas. Mas essa pujança de fato é indício de uma nova classe média? Nós contrapomos a essa interpretação a hipótese de que as favelas continuam sendo o território daquelas classes sociais que Souza denomina 'ralé estrutural' e 'batalhadores'.

Esse nosso argumento se compõe, portanto, de dois aspectos. O primeiro, não especificamente espacial, é a proposição enunciada por Souza, de que o aumento relativo do poder aquisitivo das populações mais pobres, dentro ou fora das favelas, não constitui uma nova classe média, mas uma nova classe trabalhadora (os batalhadores). O segundo, especificamente espacial, é que as favelas mais antigas e consolidadas, situadas em áreas

urbanas relativamente centrais, ocupam uma posição peculiar na constituição dessa nova classe trabalhadora. A pujança econômica em favelas como a da Rocinha se deve em grande parte à sua localização e articulação urbanas, aumentando ali a probabilidade da ascensão à classe de 'batalhadores'. Ao mesmo tempo, o fato de não se tratar de uma mobilidade que propicie os recursos culturais e sociais da classe média torna essa população muito mais sujeita a novos processos de despossessão do que os moradores de bairros vizinhos.

Tome-se, por exemplo, a caracterização das favelas centrais como mercados aquecidos e repletos de oportunidades, que leva Valladares a perguntar se "é possível considerar pobre um empresário local?" como se fosse óbvia a resposta negativa.²⁸ Mas é possível, sim, considerar pobre alguém que pelas categorias ocupacionais convencionais seria definido como empresário local. Ainda que nas favelas mais consolidadas e melhor localizadas haja uma classe média exógena que ali instala seus negócios, a maior parte dos ditos empresários são indivíduos sem capital próprio nem acesso a crédito barato; por mais empenhados que sejam, trabalham sempre numa condição de vulnerabilidade. Para que voltem à estaca zero ou quase isso, basta uma pequena turbulência externa, tal como a recente instalação das chamadas Unidades de Polícia Pacificadora nas favelas cariocas. Há indícios fortes de que, reduzindo o tráfico, elas também tenham reduzido drasticamente o volume de dinheiro em circulação e a economia informal nas favelas da zona sul, causando inadimplência de locatários, fechamento de estabelecimentos comerciais etc. e

obrigando muitos moradores a migrar para periferias da zona oeste. Isso significaria que os moradores continuam submetidos a processos de destituição e despossessão contra os quais a classe média seria capaz de se proteger em alguma medida, porque seu capital social – suas redes de pertencimento e influência – está, em última análise, vinculado às mesmas instituições que dão poder à ação policial.

Que importância teria o fato de o debate acadêmico adotar uma ou outra visão? Lícia Valladares mostra com muita contundência o quanto podem ser perniciosas as representações que grupos sociais privilegiados constroem sobre determinados grupos sociais destituídos. Mas a própria ideia de uma nova classe média na favela tem todos os atributos para entrar na história dos dogmas. Em primeiro lugar, ela é um eufemismo, que parece dispensar de medidas políticas compensatórias e redistributivas no meio urbano. Em segundo lugar, ela vem num momento em que a pressão imobiliária é imensa – em razão do mesmo crescimento econômico que gerou essa nova classe trabalhadora – e a urbanização é facilitada pela identificação da população favelada com uma classe média, mesmo que resulte em remoção. Em terceiro lugar, essa identificação também favorece a distribuição das unidades habitacionais padronizadas, produzidas aos milhares depois da abertura de capitais das maiores empresas construtoras brasileiras atuantes no segmento popular e depois do Programa Minha Casa Minha Vida. Por fim, uma identificação com a classe média parece tornar obsoleta e antiquada a mobilização popular por direitos, sejam trabalhistas, sejam urbanos.

Da mesma maneira que os moradores das favelas cariocas do início do século XX foram descobertos pelos intelectuais “através do olhar de Euclides da Cunha sobre os sertões”, e assim tidos por imorais, debochados, promíscuos, indolentes e ladrões²⁹, as populações da ‘nova favela’ podem se tornar a imagem dos vencedores do capitalismo flexível ou da globalização, quando na verdade são apenas a classe que sustenta esse capitalismo e suporta todo tipo de instabilidade, precariedade e sacrifício dele decorrentes.

Nosso argumento não tem a intenção de ‘condenar’ os moradores das favelas à posição de destituídos, mas de compreender mais criticamente sua condição socio-espacial estrutural. Para Souza, a questão crucial refere-se à cooptação dos batalhadores: se serão seduzidos pelas representações sociais das classes dominantes ou se continuarão sensíveis às necessidades da ralé estrutural.

Se o imaginário social mais amplo é perpassado pelo tema do “empreendedorismo” e pelo mote “seja empresário de si mesmo”, esse canto da sereia, abraçado com gosto e sofreguidão por frações significativas das classes média e alta, não parece ter o mesmo apelo no que estamos chamando de nova classe trabalhadora. Sua proximidade de fato com os setores mais destituídos na estrutura de classes brasileira tornam-na mais sensível à necessidade de ajuda do Estado e de políticas compensatórias.³⁰

Uma especificação desse raciocínio para o foco das favelas significaria perguntar pela relação dos batalhadores com os espaços urbanos autoproduzidos. Os técnicos dos campos das Engenharias, da Arquitetura, do Urbanismo, do Planejamento e da “classe de serviço dos níveis elevados

da estrutura ocupacional”³¹ tendem a projetar sua própria perspectiva de classe (média) sobre esses espaços, sitiando-os de procedimentos heterônomos e fazendo dos seus antigos (auto)produtores meros usuários, beneficiários ou consumidores. Seu argumento de legitimação é que disso resultará uma inclusão das favelas na cidade denominada formal e uma inclusão de sua população nas camadas médias. Mas pode se tratar apenas da criação de novas dependências: na melhor das hipóteses, o processo enquadraria a nova classe trabalhadora em novas relações compulsórias de consumo sem lhe dar nenhum poder político; na pior das hipóteses, a tornaria ainda mais vulnerável porque interdita possibilidades que os espaços autoproduzidos ainda oferecem e porque a submete a uma disputa direta por espaço com classes sociais efetivamente muito melhor providas de capitais. Se a nova classe trabalhadora aderirá, sem mais, a essas representações dominantes e ao seu discurso de legitimação das grandes obras de urbanização de favelas, ou se conseguirá engendrar alguma mobilização no sentido oposto não deixa de depender também do grau de debate crítico em torno dessas questões. Representações dominantes são dominantes porque os dominados também as acatam e dificilmente conseguem se desvencilhar delas a partir, apenas, da própria posição de classe.

Silke Kapp • Rebekah Campos • Pedro Magalhães • Tiago Lourenço

Loteadores associativos: uma contextualização. *E-metropolis: Revista eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 5, 2014, p. 26-35.

As ocupações organizadas se multiplicaram na RMBH depois de 2009 e do chamado ‘efeito Dandara’. Os loteadores associativos são, por assim dizer, os avós desse tipo de organização, ainda que negligenciados nas discussões acadêmicas sobre moradia e cidade. Grande parte dos dados em que se baseou este artigo foi levantada por Rebekah Campos, para a monografia de conclusão de curso *O outro loteador popular: os loteamentos populares associativos sob a participação e a liderança do Padre Piggi Bernareggi* (2013).

Loteadores associativos

[2014]

O loteador e seu negócio

O loteador se tornou uma espécie de personagem da literatura especializada sobre a urbanização das cidades brasileira e suas mazelas. Formalmente, ele equivale ao incorporador: pessoa física ou jurídica, com ou sem fins lucrativos, individual ou coletivo, atuante em qualquer faixa de renda. Mas no senso comum (popular e acadêmico) o loteador figura como pequeno capitalista fundiário que produz lotes na periferia para vendê-los a trabalhadores pobres com lucros exorbitantes, sendo assim responsável direto pela expansão da cidade precária. Tanto é que o termo *loteador* raramente comparece quando se trata de imóveis caros – o agente aí se chama *empreendedor*.

Nos anos 1970 e 1980, a produção de loteamentos peri-urbanos populares por loteadores privados foi objeto de pesquisas nas regiões metropolitanas de São Paulo¹, Rio de Janeiro² e Belo Horizonte³. Essas pesquisas mostram como funcionava o negócio imobiliário dos loteamentos até aquele período e a visão que dele tinham os moradores e os próprios loteadores.

Tomem-se, por exemplo, os loteadores do Rio de Janeiro entrevistados por Filippina Chinelli. Havia iniciado suas atividades na década de 1950, quando existiam poucas restrições e exigências legais. Compravam glebas baratas, abriam ruas e demarcavam lotes, dispensando a infraestrutura urbana. O pagamento pelas famílias se fazia em inúmeras prestações, sem entrada, fiadores, garantias e formalidades, mas a um preço alto em vista dos poucos dispêndios de produção. Um dos entrevistados explicita essa lógica sem constrangimento: “Eu, como comerciante que sou, tenho uma função específica, que é comprar barato e vender caro”.⁴

Em outras palavras, a (baixa) solvabilidade da demanda e a (alta) taxa de lucro esperada determinam o (baixíssimo) custo de produção e a (má) qualidade do produto. Mas os loteadores viam a si mesmos como promotores de justiça social, em contraposição a um Estado incompetente para suprir a demanda habitacional. E os moradores dos loteamentos tendiam a pensar de modo semelhante: consideravam mais fácil a negociação direta com o loteador do que o trato com instituições abstratas como bancos e órgãos públicos. Chinelli também indica que o incremento das exigências legais ao longo da década de 1970 vinha impelindo os loteadores a operar irregular ou clandestinamente, quando não abandonavam o ramo.⁵ Como resume um deles, “não adianta [a lei] exigir obras de infraestrutura que o povo não pode pagar”.⁶ Conivência e corrupção das instâncias de aprovação e fiscalização fazem parte desse contexto de loteamento da periferia.

Embora as pesquisas citadas tenham tido o cuidado de evidenciar as contradições de tal processo e não demonizar

a figura do loteador *per se*, elas forneceram elementos para que esse agente e seu negócio se tornassem, como já dito, uma espécie de senso comum da literatura especializada, com alusões a operações ‘especulativas’, ‘inescrupulosas’ ou até ‘selvagens’. Essa perspectiva não é falsa, porque de fato existem inúmeros loteamentos populares produzidos por loteadores privados, mas ela é incompleta. Na expansão periférica do espaço de moradia dos pobres há outros agentes loteadores que comparecem com muito menos frequência na discussão acadêmica. Um deles é o Estado, outro são movimentos sociais e associações populares.⁷

Iniciamos a pesquisa a esse respeito quase por acaso. Num pequeno protesto contra a polarização das discussões sobre a habitação entre o Programa Minha Casa Minha Vida e as intervenções em favelas, decidimos retomar a investigação empírica da periferia loteada, que ainda é a forma mais comum de moradia popular. Esperávamos encontrar na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) loteamentos feitos pelos clássicos loteadores privados. Mas no trabalho de campo constatamos que vários dos loteamentos iniciados entre 1980 e 2000 foram produzidos por associações. Percebemos também que esses loteadores associativos – como sugerimos denominá-los – tiveram pelo menos duas peculiaridades: a busca do valor de uso da moradia e da cidade, em vez de lucro ou renda fundiária; e experiências de gestão independentes do capital privado e do Estado.

A tentativa de reconstituir a história desses loteadores associativos ainda está em curso, mas os documentos, depoimentos e observações reunidos até agora nos permitem apresentar o tema e contextualizá-lo para uma

discussão mais ampla.⁸ Com esse objetivo, o presente texto procura delinear o cenário econômico e político em que os loteadores associativos surgiram e os procedimentos que usaram, além de tentar apontar por que sua história foi quase ignorada, embora contenha elementos que interessam à discussão de políticas urbanas e habitacionais com o objetivo da autonomia coletiva.

O cenário dos loteadores associativos

A produção de loteamentos populares na RMBH da 1970 é descrita por Heloísa Costa como “fruto de uma ação claramente orquestrada por parte de uma fração específica do capital imobiliário”, que alcança “dimensões alarmantes”: na RMBH há 80 mil lotes sem infraestrutura ou quaisquer facilidades urbanas produzidos por loteadores privados entre 1975 e 1979.⁹ A autora também constata a retração desse ramo na década de 1980, em razão da inflação, do preço da terra, da queda do poder aquisitivo e das legislações mais rígidas.¹⁰ Sua conclusão é de que a acelerada expansão urbana periférica da década de 1970 é sucedida por uma fase de ocupação e adensamento das áreas já loteadas.

Sem excluir tal adensamento, compreendemos que os loteadores associativos começam a se organizar justamente nesse período de retração econômica. Se para os agentes do capital imobiliário o ramo dos loteamentos se torna inviável porque pouco lucrativo, o mesmo não vale para as associações. Com uma equação sem lucro, chegam a realizar empreendimentos em que a pequena capacidade de poupança dos associados cobre os custos de aquisição de um gleba, contratação de projetos e serviços de topografia,

e abertura de ruas. Mesmo assumindo tais custos, os associados pagam contribuições mensais muito inferiores às prestações em loteamentos privados com localização e infraestrutura equivalentes.¹¹ Portanto, as décadas que os economistas costumam chamar de ‘perdidas’ ofereceram brechas para uma produção não capitalista do espaço urbano que chegou a incluir projetos cooperativistas, tentativas de geração de renda, preservação ambiental e outros ideais para além da simples reprodução da força de trabalho assalariada.

O surgimento dos loteadores associativos é condicionado pelas políticas habitacionais da década de 1980, que são poucas, eventuais e até oportunistas. O Banco Nacional da Habitação (BNH), que na década de 1960 ainda destinava recursos a famílias com renda mensal inferior a três salários mínimos, depois disso passa a favorecer mutuários de renda mais alta, mesmo para as unidades produzidas pelas Cohabs, isto é, pelas companhias habitacionais criadas para suprir o chamado “mercado popular”.¹²

Como medida compensatória e para não abandonar por completo seus objetivos sociais, o BNH lança a partir de 1975 os programas ‘alternativos’, baseados no apoio à autoconstrução e à ajuda mútua mediante financiamento ou doação de material de construção e de lotes urbanizados. Nenhum desses programas tem peso quantitativo¹³, mas eles cumprem importantes funções ideológicas. Por um lado, se alinham com diretrizes então preconizadas pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano do Desenvolvimento, funcionando como paliativos para abrandar o potencial de revolta que a precariedade habitacional implica. Por outro lado, são relativamente bem-vistos

por grupos engajados, incluindo os próprios movimentos sociais. Alguns vislumbram na autoajuda assistida a possibilidade de emancipação popular.

À ambivalência desses programas entre expediente conservador e semente emancipatória corresponde a polêmica acerca de qualquer autoconstrução em sociedades capitalistas, que foi mais acirrada nos anos 1970, mas nunca desapareceu por completo. O arquiteto britânico John Turner introduz o tema no debate e na agenda dos organismos internacionais a partir de seu trabalho nas *barriadas* peruanas nos anos 1960, mostrando que as necessidades cotidianas costumam ser mais bem supridas por espaços criados pela população pobre do que por expedientes do Estado.¹⁴ Mas Turner não submete essas constatações empíricas a nenhuma análise econômico-política mais ampla. Seus argumentos acabam legitimando desde reduções dos investimentos públicos em habitação até apologias da pequena propriedade privada.

Análises mais sistemáticas acerca da autoconstrução são apresentadas por teóricos brasileiros. O principal argumento contrário se baseia na composição dos salários numa economia capitalista: em tese, eles deveriam cobrir a totalidade dos custos de reprodução da força de trabalho; mas a autoconstrução reduz os custos de reprodução justamente por subtrair deles a parcela correspondente à moradia. Os trabalhadores que constroem suas casas nas horas 'vagas' beneficiam o capital, que passa a poder empregá-los por salários mais baixos, e ainda beneficiam o Estado, que pode ignorar o problema habitacional.¹⁵ Já a réplica a esse raciocínio parte da

constatação de que o capitalismo no Brasil nunca operou com salários que correspondessem ao custo real de reprodução dos trabalhadores e sempre manteve um enorme contingente de desempregados, de modo que a autoconstrução se tornou uma necessidade, não uma opção.¹⁶ Além disso, apoiá-la técnica e economicamente pode representar um avanço porque o trabalho nela realizado tende a ser menos alienado do que o trabalho diretamente subordinado ao capital: o autoconstrutor é mentor do processo e proprietário do produto de seu trabalho. Finalmente, há a perspectiva de que a autoconstrução organizada na forma de mutirão autogestionário gere uma coesão entre os participantes e aumente seu poder político coletivo.¹⁷ Essas são, *grosso modo*, as posições acerca da autoconstrução que se configuram em meados da década de 1980.

No mesmo período, o fim do regime militar e a incorporação do BNH à Caixa Econômica Federal criam “um vácuo com relação às políticas habitacionais”.¹⁸ A responsabilidade pela habitação e pelo desenvolvimento urbano é empurrada entre ministérios e secretarias federais por mais de uma década, com enormes incongruências e dificuldades operacionais, o que tem dois efeitos importantes para a nossa questão: a transferência de parte da responsabilidade pela habitação popular a estados e municípios e a criação de novos programas alternativos, também pautados na autoconstrução e na ajuda mútua, mas livres do aparato institucional do BNH.

O mais relevante deles é o Programa Nacional de Mutirões Habitacionais da Secretaria Especial de Ações

Comunitárias (SEAC).¹⁹ Ele se caracteriza por conveniar sempre três entidades: a própria SEAC; uma prefeitura ou um órgão da administração estadual; e uma associação popular.²⁰ Essa inclusão formal dos beneficiários no convênio e no processo de decisão pode ser considerada positiva, pois reflete o fortalecimento dos movimentos sociais a partir da abertura política. Mas não se deve esquecer que ela também é uma saída para os entraves administrativos dos governos. Os empreendimentos são realizados conforme a capacidade de organização e articulação política das associações, não segundo um plano nacional, uma lógica urbana e uma escala racional de urgências.

Em suma, o cenário em meados da década de 1980 apresenta: déficit habitacional cada vez maior; conjuntura econômica desfavorável aos loteadores privados e à produção habitacional pelo capital; desarticulação dos órgãos públicos responsáveis por programas habitacionais e urbanos; organismos internacionais que apoiam a auto-ajuda; e um clima de mobilização, renovação política e confiança na capacidade organizacional da população, que também legitima aplicações incongruentes dos recursos públicos.

A gênese de um loteador associativo

A Associação dos Moradores de Aluguel da Grande Belo Horizonte (Amabel), que aqui tomamos como exemplo de loteador associativo, é fundada nesse contexto. Segundo relatos do padre Pier Luigi Bernareggi, pivô do movimento, a ideia nasce da necessidade de reassentar famílias removidas em razão de obras viárias.²¹

A ideia foi: vamos criar uma associação de luta pela moradia de baixa renda, vamos batalhar, que nós não temos terra aqui. Só se pode construir se tiver terreno. Então vamos trabalhar. Então nós colocamos um encontro grande com o prefeito. Nós chamamos o prefeito, o presidente da câmara dos vereadores e tal e tal. E o [prefeito Sérgio] Ferrara foi muito simpático à ideia, pegou o secretário de ação comunitária dele e jogou em cima dessa problemática. De fato foi um choque. Em três anos [1986 a 1988] construimos 20 mil moradias em Belo Horizonte, de baixa renda, de zero a três salários mínimos – coisa que nunca aconteceu nessa cidade.²²

Outras fontes narram o episódio de modo semelhante: a ação iniciada na paróquia do Padre Piggi consegue reunir 800 famílias em poucos meses e depois se expande a outros bairros, chegando a mais de três mil famílias em sete núcleos, que formalizam a associação em 1986.²³ No entanto, o que Padre Piggi relata como uma negociação direta e quase pessoal da Amabel com o prefeito Ferrara tem um pano de fundo político mais amplo. Filiado ao PMDB, Ferrara é o primeiro prefeito eleito de Belo Horizonte depois de 1964. Na campanha eleitoral, havia prometido moradia e até distribuído certificados de inscrição à casa própria. Logo que é empossado, cria o Programa Municipal de Habitação Popular, que inclui a doação de lotes urbanizados e de materiais de construção e cuja responsabilidade é da Secretaria Municipal de Ação Comunitária (SMAC), o equivalente local da SEAC. “Dá-se início, então, a uma experiência possivelmente exemplar em termos de desorganização e vulnerabilidade às oscilações do jogo político”.²⁴ Em 1986, diversos grupos já vinham pressionando para que o Programa começasse a funcionar de fato. É então que se

estabelece um acordo entre a Prefeitura e as associações.

Os termos desse acordo são nebulosos, porque cada agente os relembra a seu modo. Segundo a presidente da Amabel, a associação deveria indicar as áreas, definir o parcelamento e organizar a autoconstrução das casas, ficando a cargo da Prefeitura a desapropriação e a regularização documental. Mas, formalmente, o Programa previa que o registro final dos lotes fosse feito pelas famílias e que essas pagassem à associação contribuições mensais de um décimo do salário mínimo durante cinco anos. Com esse dinheiro, a associação deveria construir equipamentos públicos.²⁵

O primeiro empreendimento da Amabel é o Jardim Felicidade. As lideranças relatam que a própria associação teria levantado recursos da SEAC e da Fundação AVSI (uma organização não governamental italiana), contratado topógrafos e projetistas, organizado a autoconstrução das casas-embrião e ocupado metade da área (cerca de mil lotes). Em 1988, ela transfere a responsabilidade pela ocupação do restante para a recém-fundada Sociedade Comunitária dos Moradores do Jardim Felicidade. Um dos motivos dessa ‘retirada’ da Amabel são desentendimentos e corrupção interna da associação, mas a data também coincide com a interrupção do Programa Municipal de Habitação Popular, por um embate do governo municipal com o recém-eleito governo estadual de Newton Cardoso. O Programa, que deu origem a outros oito loteamentos além do Jardim Felicidade, passa a ser alvo de críticas ferrenhas, seja em razão da precariedade urbana dos espaços resultantes, seja pelo clientelismo a que dá margem. Ainda assim, a política de

Ferrara continua sendo lembrada positivamente por lideranças daquela época. Os agentes que entrevistamos estão convencidos de que “o governo” deveria disponibilizar lotes, material e assessoria técnica, como fez esse prefeito, em vez de condicionar os benefícios à participação burocrática em núcleos e conselhos e a produtos arquitetônicos predefinidos.

Em 1989, com a substituição da administração do PMDB de Ferrara pelo PSDB de Pimenta da Veiga e Eduardo Azeredo, as associações de sem casa perdem o apoio da Prefeitura de Belo Horizonte e começam a agir de maneira bem menos organizada do que na fase anterior. A ‘conquista’ da terra se torna tarefa mais importante do que a organização do processo de ocupação. Um exemplo dessa fase é o loteamento Novo Aarão Reis, iniciado em 1992. Numa ação conjunta, a Amabel, a Federação das Associações de Moradores de Belo Horizonte (Famobh) e a União dos Trabalhadores de Periferia (UTP), organizam a ocupação em terras públicas estaduais para tentar forçar a regularização. Sem plano urbano, abertura de vias ou recursos externos, os moradores simplesmente entram na área, capinam e montam suas barracas de lona. O governo do estado se vê forçado a tomar providências e aciona a Cohab, que então passa a coordenar os projetos urbanos, a distribuição dos lotes e a construção de parte das casas. E, dada essa constelação, a Prefeitura acaba assumindo a execução das obras de infraestrutura.²⁶ Mas importa acentuar que os prefeitos Pimenta da Veiga e Eduardo Azeredo rechaçam a ‘distribuição de lotes’ praticada pela prefeitura anterior e se recusam a implantar qualquer política habitacional

para substituí-la, com o argumento de que isso atrairia mais migrantes pobres.²⁷

Se essa postura significou uma mudança para as associações, o que transforma mais profundamente sua situação é a eleição da Frente BH Popular, encabeçada pelo prefeito Patrus Ananias, em 1993.²⁸ O vácuo institucional das políticas habitacionais e de desenvolvimento urbano em Belo Horizonte é preenchido por uma administração mais democrática e progressista que todas as anteriores. O Fundo Municipal de Habitação Popular, existente desde 1955, recebe nova regulamentação em 1993, determinando a criação do Conselho Municipal de Habitação e designando a Urbel como executora de políticas propostas e aprovadas pelo Conselho. Esse último, com participação de movimentos populares e de outros segmentos da sociedade civil, é regulamentado em 1994 e, no mesmo ano, aprova a Política Municipal de Habitação. Mônica Bedê, que faz uma análise detalhada desse processo, descreve a formulação da nova política:

A Política Municipal de Habitação é concebida num contexto muito marcado pela mobilização social em torno de uma sucessão de eventos políticos como o processo constituinte, o projeto de lei de iniciativa popular criando um sistema nacional de habitação, o impeachment do Presidente Collor de Melo e, localmente, pela elaboração da Lei Orgânica Municipal, que faz da Câmara Municipal de Belo Horizonte, então composta por uma expressiva bancada de partidos de esquerda, o espaço central do debate sobre a questão urbana no início da década de 90. Fruto desse contexto, a Política Municipal de Habitação nasce na segunda geração de administrações municipais progressistas que se sucedem após a Constituição Federal de 1988 e sua concepção se referencia,

principalmente, no ideário do movimento da reforma urbana e no “modo petista de governar”, bíblia dos militantes do Partido dos Trabalhadores que se lançam na aventura da administração pública naquele período.²⁹

Não é objetivo deste texto a discussão da gestão da Frente BH Popular entre 1993 e 1996 ou de suas consequências nos anos seguintes. Importa que a estruturação da nova política habitacional, ao mesmo tempo que inclui institucionalmente uma parte significativa dos movimentos populares de luta pela moradia, inviabiliza a atuação de outra parte desses movimentos, seja por sua aliança anterior com a prefeitura do PMDB, por sua relação com a igreja católica ou por sua insistência no modelo de lotes e casas individuais em empreendimentos de milhares de unidades.³⁰

As lideranças desses movimentos consideraram inútil procurar terrenos em Belo Horizonte, em razão do preço, das restrições legais e, principalmente, da falta de apoio político: “Ele [o prefeito Patrus Ananias] nos deu a advertência de não ousar comprar nada dentro de Belo Horizonte, porque seríamos expulsos com ordem judicial. Então, diante disso, abandonamos a ideia de construir dentro de Belo Horizonte e fomos caçar aí afora.”³¹ Começa então a fase mais importante da história dos loteadores associativos, que migram para municípios vizinhos e passam a operar de forma independente, sem apoio ou cogestão de órgãos públicos municipais, estaduais ou federais.

A prática dos loteadores associativos

O bairro Metropolitano no município de Ribeirão da Neves é, salvo engano, o maior empreendimento de

loteadores associativos na RMBH.³² Nele se cristalizam práticas sem a participação de governos e outras instituições. A iniciativa parte de uma nova associação, a Central Metropolitana dos Sem Casa (CemCasa), fundada em 1993 pelo Padre Piggi, que então já havia se desligado da Amabel, e por lideranças leigas de pastorais arquidiocesanas. A estratégia intencionada é comprar glebas rurais e loteá-las, em vez de esperar ou forçar doações do Estado. O relativo sucesso dos loteamentos de fases anteriores atrai milhares de famílias que esperam obter a casa própria mais rapidamente por essa via do que pela recém-criada política habitacional de Belo Horizonte.

Em 1995 surge a primeira possibilidade de um grande empreendimento desse tipo: a aquisição da Fazenda Dom Orione no município de Betim. A CemCasa consegue uma negociação com a Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais (CDI-MG), proprietária do terreno, e seis mil famílias iniciam o pagamento das prestações (30% do salário mínimo). Com apoio do arquiteto José Carlos Laender e do engenheiro Eduardo Antunes, a CemCasa produz os projetos técnicos e chega a encaminhá-los à prefeitura de Betim, embora saiba que as chances de aprovação são quase nulas.

Depois de cinco meses e metade do valor quitado, a CDI autoriza o início da ocupação. As famílias começam a limpar o terreno para a demarcação pelos topógrafos e a entrada dos tratores: “Todo sábado e domingo ia lá 50 ônibus cheios de gente. Aquilo ali parecia um formigueiro”.³³ No entanto, a prefeitura interdita o empreendimento com a alegação de crime ambiental.³⁴ Em poucos dias, as lideranças da CemCasa se veem obrigadas a retirar seus

equipamentos e a solicitar a devolução da quantia já paga à CDI para ressarcir os associados; “fiquei um ano inteiro aqui na porta, na igreja, toda quinta-feira de manhã, de madrugada até de noitão, devolvendo dinheiro pra essa gente toda e ouvindo... Só Deus sabe o que eu ouvi, o que eu tive que acatar”.³⁵

Muitas famílias se desligam da CemCasa depois desse episódio. Para recuperar sua confiança, fortalecer o movimento diante da oposição crescente do poder público e reunir famílias suficientes para um novo grande empreendimento, a CemCasa se associa à Amabel e à Federação das Associações de Vilas, Favelas e Conjuntos (Favifaco), que também havia participado do programa de Ferrara alguns anos antes. Além de resultar nessa congregação de associações, o fracasso do loteamento na Fazenda Dom Orione parece ter tido um efeito de abertura entre as lideranças: elas passam a procurar compartilhar com as famílias a responsabilidade pelas decisões – bem ou mal sucedidas.

Em 1996 as três associações em conjunto conseguem negociar a Fazenda Castro no município de Ribeirão das Neves, depois que o local é inspecionado e aprovado pelos associados. Inicia-se o pagamento de prestações no valor de 20% do salário mínimo para cada família durante um ano, mais tarde acrescido de uma taxa de 10% do salário mínimo destinada aos serviços técnicos. O projeto urbano fica novamente a cargo do arquiteto José Carlos Laender, contratado pelos participantes (“muitas vezes saí de lá com bolos de notas de cinco”³⁶). No processo de elaboração desse projeto, as famílias são melhor informadas acerca de possibilidades e condicionantes técnicos do que parece ter

ocorrido em empreendimentos anteriores; as lendárias reuniões de quatro mil pessoas indicam um processo participativo, ainda que não coletivo.³⁷ O plano resultante, com 3580 lotes de 200 metros quadrados em dez hectares, configura um padrão de urbanização relativamente generoso, respeitando o relevo e os caminhos d'água, e incluindo áreas verdes e áreas para equipamentos públicos.

Os associados realizam parte das obras de infraestrutura do bairro Metropolitano em mutirão durante o ano seguinte. Limpam o terreno, abrem ruas, fazem contenções de encostas, cavam poços artesianos, constroem uma caixa d'água. Também contratam alguns serviços, como a retroescavadeira. Essa só pode trabalhar durante à noite porque a prefeitura de Ribeirão das Neves, a par dos planos, fiscaliza o local com frequência. Quando, em 1997, as famílias começam a construção das casas e muitas se instalam ali em barracas de lona para economizar o aluguel, a prefeitura faz uma última tentativa de impedir a ocupação: espalha folhetos anunciando multas diárias de mil reais para quem construir. “Para nós foi uma piada. Todo mundo continuou a construir e eles não puderam fazer nada porque eram três mil famílias. Muita? Como é que você vai cobrar mil reais por dia dessa gente? Aí, ficou por isso mesmo.”³⁸

Nessa fase de ocupação, o loteamento é dividido em três setores, cada um sob responsabilidade de uma das três associações. Mas essas se encarregam, sobretudo, da distribuição de lotes, enquanto a construção das casas se faz individualmente, com cada família concebendo o seu próprio espaço sem um padrão e, pelas informações que

obtivemos até agora, sem ajuda dos vizinhos, compartilhamento de compras de material e coisas semelhantes. As famílias entendem sua coesão como temporária e instrumental, sem a idealização do mutirão que foi alimentada no Brasil a partir do modelo uruguaio. Nesse sentido, elas corroboram a crítica feita por Francisco de Oliveira a respeito do caráter ilusório das “comunidades” e da “identidade” que se cria em torno dos mutirões: “Quando essa ilusão desaparece, assim que a casa foi enfim conseguida, desaparece a coesão, desaparece a identidade com aquele projeto.”³⁹

No bairro Metropolitano, o arquiteto e parte das lideranças previam espaços para cooperativas de consumo, um centro social, hortas comunitárias e outras possibilidades de sustentação econômica. No entanto, isso “não vingou não”.⁴⁰ As obras coletivas que conseguiram realizar são de uma igreja e uma escola. À diferença dos “movimentos sociais clássico” que lutam por bens imateriais e não negociáveis (igualdade racial, paz, meio ambiente etc.)⁴¹, os loteadores associativos não almejavam uma transformação social, mas sua integração na sociedade existente.

Mesmo os atores que hoje consideram o bairro Metropolitano uma “cidade pioneira, autogerida e auto-financiada”⁴², admitem que a prioridade absoluta das famílias sempre foi a casa própria. De certa maneira, eles reproduziram o que os loteadores privados vinham praticando nas décadas anteriores, apenas com a consciência de que, coletivamente, poderiam escapar de parte da costeira exploração econômica. A coesão entre os associados constituiu um meio para esse fim, não um fim em si mesmo.

Nos anos seguintes à ocupação, as associações procuram obter a aprovação do loteamento junto à prefeitura de Ribeirão das Neves, que de fato a concede em 1998, mas sem regularizar as escrituras. A água chegou ao bairro também em 1998; as obras de saneamento, apenas em 2008. A provisão desses serviços para os loteamentos associativos foi mais demorada do que para os loteamentos privados no mesmo município, ou seja, houve maior convivência do poder público com esses últimos.

Hoje existe um projeto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para melhorar a infraestrutura, calçar ruas, definir parques nas áreas não ocupadas e regularizar juridicamente as propriedades. Mas a regularização enfrenta dois problemas maiores. Um deles é que cada lote cadastral (400 m²) corresponde a dois lotes reais (200 m²) e os moradores não querem escrituras conjuntas com um vizinho. Além disso, a ocupação de áreas não edificáveis e “falcattruas” das lideranças (venda dupla de lotes, favorecimento nos sorteios e malversação do dinheiro pago pelas famílias) dificultam a regularização.⁴³ Várias lideranças abandonaram o processo porque estavam envolvidas nos abusos ou porque queriam combatê-los.

Não se pode dizer que o processo do bairro Metropolitano tenha sido exemplar. À primeira vista, nem mesmo a sua configuração física difere da de loteamentos privados, com cada família construindo no seu pequeno lote e à sua maneira. O bairro não propicia imagens de uma coletividade coesa (como em alguns empreendimentos cooperativos), nem imagens de ordem

padronizada (como nos conjuntos habitacionais de gestão pública). Porém, apesar de todos esses problemas, o espaço urbano desse loteamento popular associativo é de melhor qualidade do que o de loteamentos populares privados, pelo simples fato de não ter sido condicionado pela utilização máxima da área disponível. As áreas preservadas da ocupação ao longo do tempo, bem como o arruamento e os espaços destinados a equipamentos públicos, permitiriam transformá-lo num ambiente urbano satisfatório com investimento relativamente baixo. Note-se que essa possibilidade não tem nenhuma relação com o aparato legal. O bairro Metropolitano foi feito sem aprovação da prefeitura, assim como a maioria dos loteamentos populares privados. O que gera sua relativa qualidade urbana é sua lógica de produção e a diferença dessa lógica em relação à dos loteadores privados. A prioridade do valor de uso se expressa no resultado urbano. Nesse sentido, bem como no que diz respeito ao desenvolvimento socioeconômico dos moradores, interessaria a sua comparação, hoje, com loteamentos privados e empreendimentos da Prefeitura de Belo Horizonte implantados no mesmo período.

O esquecimento dos loteadores associativos

Loteadores e loteamentos associativos surgem na RMBH num momento em que o Estado e os organismos internacionais preconizam os 'programas alternativos' e são favoráveis a que as associações assumam a responsabilidade pelos resultados e, assim, os legitimem. Mais tarde, com a abertura política, a Constituição Brasileira de 1988 e a eleição da Frente BH popular, Belo Horizonte institui pela

primeira vez uma política habitacional com alguma consistência e sistematicidade, que teve continuidade nos anos seguintes com as prefeituras de Célio de Castro e Fernando Pimentel. A administração municipal deixa de ter interesse por esses loteadores, cuja ação contradiz o ideal de um Estado provedor de habitação e regente do desenvolvimento urbano, no qual movimentos populares assumem o papel da chamada 'sociedade civil organizada'. Os loteadores associativos figuram nesse novo contexto como urbanizadores irresponsáveis, predatórios, que se recusam a abrir mão da casa e do lote individuais, criam periferias à maneira dos loteadores privados, dão margem à corrupção interna e assim por diante.

A imensa maioria das pesquisas sobre a RMBH, seu processo de expansão periférica e sua carência habitacional foi realizada em universidades de Belo Horizonte e durante os últimos vinte anos, isto é, sob o pano de fundo da gestão municipal da Frente BH Popular e das gestões seguintes, nas quais diversos pesquisadores se engajaram diretamente. Assim, o pouco interesse por iniciativas de produção habitacional anteriores ou concomitantes mas independentes também se reproduziu nos temas de pesquisa e discussão. Tanto a 'distribuição de lotes' pelo prefeito Sérgio Ferrara quanto os loteamentos associativos da década seguinte tenderam a ser rechaçados *a priori*, em vez de submetidos a análises realmente críticas.

Mas a institucionalização dos movimentos populares em instâncias políticas ditas participativas também significou sua conformação ao Estado⁴⁴, assim como a provisão habitacional por programas públicos significou a inclusão do capital de construção e da respectiva lógica

monetária. Em contrapartida, o ideal da autogestão, que fazia parte da política habitacional de Belo Horizonte na sua melhor fase, foi inteiramente abandonado na década seguinte, porque sempre se enquadrou mal no aparato burocrático, nos procedimentos de controle e nos expedientes administrativos. Outros dispositivos potencialmente democráticos, como o Orçamento Participativo em geral e o Orçamento Participativo da Habitação em particular, não geraram os resultados prometidos. A produção de novas unidades habitacionais foi baixa em vista da demanda e os seus tipos arquitetônicos nunca foram escolha dos beneficiários. E, por fim, o desenvolvimento mais recente das políticas habitacionais tem criado periferias que em precariedade urbana não ficam nada a dever aos loteamentos populares.

Por essas razões e também pelo fato de elas terem motivado novas ocupações organizadas à revelia das prefeituras da RMBH (Dandara, Camilo Torres, Eliana Silva, Emanuel Guarani Kaiowá, Rosa Leão etc.) entendemos que a experiência dos loteadores associativos merece pesquisas e discussões aprofundadas. Talvez tais pesquisas possam contribuir para uma compreensão melhor e menos idealizada de processos que favoreçam a autonomia da população e, assim, superem sua participação em programas e decisões que não determinam por si mesmos. Como já argumentamos em outras ocasiões, a relativa independência dos produtores informais é a sua vantagem, não o seu problema. Problema é a falta de acesso à terra e a recursos financeiros, técnicos e jurídicos.

CIDADE / ALIENAÇÃO

Silke Kapp • Ana Paula Baltazar

Uma cidade não é um parque. *Jornal Estado de Minas*. Belo Horizonte, 04/06/2005.

O título parafraseia um famoso artigo de Christopher Alexander, “A city is not a tree” (1966), que criticava a hierarquização do espaço urbano e pleiteava por uma organização em rede, em vez da organização ‘em árvore’. Nossa polêmica análoga se dirigiu ao chavão de que as cidades deveriam ser administradas como empresas ou shopping centers. Por se tratar de um artigo curto de um jornal de notícias, não há notas de rodapé e referências. Retomamos aqui nosso título de trabalho, do qual, sintomaticamente, a palavra *temático* foi suprimida pela edição do jornal.

Uma cidade não é um parque temático

[2005]

Quando Walt Disney abriu seu primeiro parque temático, a Disneylândia de Anaheim, Califórnia, teve o cuidado de instalar, atrás das inocentes fachadas-cenário, espaços de onde podia monitorar o público sem ser visto. Seu objetivo era controlar os acontecimentos com eficácia cada vez maior e suprimir quaisquer possibilidades de ação autônoma, tanto do público quanto dos funcionários. Os visitantes deveriam comprar e comer, os funcionários deveriam entretê-los e manter a ordem, mas tudo segundo um bem planejado roteiro. Comportamentos atípicos seriam repreendidos, eventualmente com a expulsão do visitante ou a demissão do funcionário.

Contrariando as expectativas dos críticos, Walt Disney teve sucesso com essa estratégia. Parece que o público adulto submetido à sua vigilância discreta mas onipresente recebe exatamente o que os anúncios de inúmeros produtos prometem: “conforto e segurança”, isto é, a certeza de que todo evento, mesmo aquele subjetivamente experimentado como surpresa, é objetivamente controlado pela administração. Diante disso, as pessoas

se submetem à tutela e restringem sua autonomia de pensamento e ação à escolha dos *souvenirs*. A comodidade é, afinal, a forma mais eficiente de dominação.

Mas na mesma época da abertura do primeiro parque Disney, por volta de 1955, também houve ações na contra-mão desse espaço espetacular, autoritário e de público passivo. Um exemplo são os *playgrounds* de Amsterdam, projetados pelo arquiteto Aldo van Eyck a partir de sugestões da própria população e em resposta à ocupação das ruas pelos carros e a escassez de locais para brincar. Esses espaços, que nas décadas de 50 e 60 estiveram sempre abarrotados de crianças e mudaram a paisagem da cidade, eram instalados de modo mais ou menos temporário em interstícios urbanos, como os lotes vagos. À diferença da Disney, não incluíam brinquedos prefigurados quanto ao uso, movimento ou significado. Não havia foguetes, casinhas, ornamentos florais, montanhas-russas ou escorregadores. Tratava-se apenas de superfícies de texturas variadas, tanques de areia, blocos e muretas de diferentes tamanhos, estruturas tubulares simples, ao quais as próprias crianças davam os usos e significados que quisessem. E quem se movimentava também eram as crianças e não os brinquedos. Contudo, as instalações de Van Eyck nada tinham de fotogênicas; para uma apreensão passiva e apenas visual, elas pareciam até sem graça.

Outro exemplo contrário ao espaço-espetáculo são os textos e ações dos chamados situacionistas. Eles defenderam que a cidade deveria possibilitar a cada indivíduo ou grupo a construção de suas próprias situações, sem impedimentos de ordem espacial e sem o predomínio da visualidade, que leva à aceitação a-crítica dos espetáculos

impostos. Nesse aspecto, os situacionistas vão mais longe do que Van Eyck, porque visam ao desaparecimento da divisão entre espectadores/usuários, de um lado, e arquitetos, artistas ou administradores, de outro: todos que o quiserem constróem situações, e tais situações são vividas pelos próprios construtores. A ideia de engajamento de muitos agentes em situações específicas, relacionadas a contextos também específicos, opõe-se diretamente aos princípios abstratos do planejamento “de cima para baixo” que prevaleceu no urbanismo moderno.

No entanto, o balanço histórico dessas experiências opostas é mais ou menos o seguinte: os mais de 700 *playgrounds* de Van Eyck não ficaram famosos, mas foram demolidos para dar lugar a novos edifícios ou reformados com brinquedos figurativos que ficam vazios a maior parte do tempo; o situacionismo não conseguiu modificar radicalmente os procedimentos urbanísticos, embora tenha se tornado fetiche dos arquitetos; já o império Disney prosperou. Desnecessário discutir qual foi a concepção vencedora.

Hoje há até quem pense que as cidades reais deveriam ser administradas à maneira dos parques ou *shoppings*, onde tudo é ‘limpo’ e ‘funciona’. (O que equivale a algo como trocar bebês por bonecos, porque nunca cheiram mal, nem ficam doentes.) Mas a Disney está longe de ser uma cidade real, porque cidades são espaços públicos e políticos, antes de serem aglomerados de construções e pessoas. Se nelas prevalecer a tão almejada democracia, diferentes grupos devem poder se engajar em seus interesses e opiniões, sem que os conflitos estejam eliminados *a priori* e os desfechos decididos de antemão. A exclusão

metódica do mais tênue indício de negatividade (a ponto de até Baby Consuelo e Pepeu serem *Barrados na Disneylândia*) jamais fará uma cidade.

Se, a despeito do desenvolvimento dos últimos 50 anos, ainda queremos liberdade de pensamento e ação, cabe defender enfaticamente as práticas sócio-espaciais con-
dizentes com isso. Vigilância e controle não o são. Também não o é a ideia de ilegitimidade atribuída a transformações urbanas não decorrentes de programas centralizados. Na cidade real, o planejamento sempre foi apenas um dentre os diversos agentes de produção do espaço, e nem sempre o melhor sucedido.

O uso temporário e espontâneo de terrenos públicos ou privados, por exemplo, é parte essencial da cultura urbana há séculos. O mercado itinerante, o circo, a quermesse ou o parque de diversões tradicional se instalavam em áreas vagas, trazendo uma infra-estrutura pronta e transformando um local antes pouco frequentado em foco de interesse, numa interação entre a cidade e seus habitantes condizente com o princípio de democracia na produção do espaço. Se essas formas mais antigas de mobilização tendem a se extinguir (os circos agora preferem os estacionamento de shoppings com infra-estrutura e público garantidos), como proporcionar novas possibilidades de tal mobilização ocorrer? E como avançar do evento predefinido e controlado ao evento realmente participativo? Como superar a observação passiva e estimular à criação coletiva de situações?

O projeto *Lotes Vagos: ação coletiva de ocupação urbana experimental*, coordenado pela arquiteta Louise Marie Ganz, aponta nessa direção. Trata-se de um projeto

cultural que cria a oportunidade de promover o uso público temporário de lotes vagos, sem empecilhos legais ou ameaças à propriedade privada. Por ora, a iniciativa abrange cinco ocupações experimentais, organizadas e executadas por cinco grupos diferentes, ao longo dos próximos meses. Apenas o fato de esses grupos operarem com total autonomia no projeto, engendrando suas ações conforme as especificidades dos lugares escolhidos, já nos parece um avanço em relação às formas tradicionais de gestão desse tipo de empreitada. A questão agora será, por um lado, conseguir que ela ultrapasse suas dimensões iniciais – de preferência até que não haja mais lotes ocioso nesta cidade. Por outro lado, seria ideal que, mesmo com uma abrangência muito maior, se preservasse a autonomia dos grupos e comunidades dispostos a propor, organizar e manter os usos temporários de terrenos agora ociosos.

Uma das cinco ocupações propostas, na qual estamos diretamente envolvidas, é denominada *Projetando o espaço com o corpo / Mapeando a cidade com o corpo*. Ela consiste no uso temporário do mirante Belvedere na Serra do Curral, auxiliado por estruturas leves, moduladas e encaixáveis, sem finalidade específica, a serem montadas e modificadas pelo público continuamente da forma que lhe parecer mais conveniente, seja para experienciar a vista da cidade, seja para quaisquer outras atividades de lazer ou educação. Com o jogo de montar, os usuários-construtores poderão escolher que parte do terreno ocuparão e de que maneira, poderão testar espaços fechados e abertos, configurando seu formato, suas conexões, seus níveis, e poderão adequar os espaços ao seu corpo, à reunião de certo número de

pessoas, à maior ou menor privacidade, às vistas que os interessam. Ao mesmo tempo, as pessoas que visitarão o local serão solicitadas a deixar algum registro da memória de sua passagem. Tal registro será a base de um mapa de Belo Horizonte em constante desenvolvimento na internet. A partir do uso da estrutura, crianças e adultos serão ainda convidadas a uma aula de geografia sobre a cidade, esperando-se que eles criem seus espaços de observação e nos contem a história da Belo Horizonte que elas experienciam. O resultado será incluído no mapa-site dinâmico, inaugurando assim o mapeamento psicogeográfico de Belo Horizonte, isto é, uma representação da cidade para além da cartografia convencional, que registra elementos físicos, mas não dá conta do espaço enquanto prática social.

Silke Kapp • Ana Paula Baltazar

Predeterminação democratizada: o paradoxo dos tutoriais. *Letras* (Belo Horizonte), v.4, n.32, 2009, p.4.

Escrevemos, sem formalidades acadêmicas, para um número do magazine *Letras* que tinha os tutoriais por tema. Pano de fundo do nosso argumento era o recém-lançado Programa Minha Casa Minha Vida.

Predeterminação democratizada

[2009]

O filósofo Ivan Illich publica, em 1971, um livro intitulado *Deschooling Society* ou, na versão em português, *Sociedade sem Escolas*. Seu pleito é o fim do ensino tutelado, que apenas treina as pessoas para a inserção funcional no mundo do trabalho. Illich propõe substituir a instituição escola pelo que chama de “redes de aprendizado” (*learning webs*), nas quais pessoas de interesses semelhantes se uniriam de modo informal, e o incremento de habilidades e conhecimentos se daria a qualquer momento, em meio a experiências cotidianas e segundo escolhas dos próprios indivíduos.

Dois anos depois Illich escreve um novo livro que complementa essa ideia: *Tools for Conviviality*, traduzido para o português sob o título *Convivialidade*. O estranho termo é usado para qualificar instrumentos que favorecem autonomia e cooperação, em lugar de dependência e dominação, ou, nas palavras de Illich, instrumentos que “servem a indivíduos politicamente interrelacionados, mais do que a empresários”. “Convivial” é o contrário de “automatizado”, minando a ideia de que ações sejam

tanto mais avançadas quanto menos envolverem habilidades individuais e relações interpessoais. Instrumentos conviviais se opõem a instrumentos de manipulação, isto é, a quaisquer aparatos que façam das pessoas meras peças de uma engrenagem, seja ela concreta como a máquina na linha de montagem, seja abstrata como a burocracia administrativa. Por exemplo, o telefone (que Illich considera, evidentemente, na versão fixa e analógica da época): ele exige uma estrutura institucional para funcionar, mas seu uso não é compulsório nem exclusivo ou excludente; seus propósitos não estão prescritos; o fato de alguns lhe imprimirem determinado sentido não impede que outros lhe imprimam outro; e aprende-se em alguns minutos como operá-lo.

Há uma interpretação corrente de que Illich teria sido uma espécie de profeta da revolução digital, e que o computador pessoal e a internet realizariam a promessa dos instrumentos conviviais, democratizando o acesso à informação e efetivando a criação de redes de aprendizado. Mas parece-nos que sua crítica continua pertinente justamente em relação a esses novos aparatos, porque corresponde a seu potencial emancipatório um potencial inédito de controle. Ainda cabe perguntar quais dos nossos instrumentos são feitos para criar dependência e quais deles de fato incrementam o poder de decisão e ação de indivíduos e grupos primários. Também cabe perguntar em que medida a aparente liberdade na rede é correlata a uma (falta de) liberdade fora dela.

O tutorial é um caso exemplar dessa dialética dos instrumentos mais recentes, isto é, da dialética de tutela e aprendizado livre ou de automatização e convivialidade.

Por um lado, o tutorial costuma ser cômodo, fácil, direto e amigável, conduzindo rapidamente a determinado objetivo. À diferença dos antigos manuais técnicos, ele não contém informações supérfluas, nem linguagens cifradas. E havendo acesso a uma grande variedade de tutoriais, é provável que cada indivíduo encontre algo que atenda a suas necessidades em determinado momento. Opera-se uma democratização do saber-fazer, que abrange desde o uso de softwares até a jardinagem e coisas semelhantes. Por outro lado, os tutoriais suprimem tudo o que ultrapassa o objetivo específico a que se destinam, incluindo informações sobre os meandros do funcionamento de seu objeto. Eles pressupõem que o usuário siga as instruções passo a passo, sem interpretar, criticar, discutir ou criar nada. O aprendizado que oferecem é automatizado: pode-se treinar muitos indivíduos para a repetição de determinado procedimento sem demandar qualquer relação interpessoal. Em suma, tutoriais também são ótimos instrumentos de manipulação para ensinar a operar outros instrumentos de manipulação.

Talvez essa dialética possa ser resumida na constatação de que é impossível se perder num tutorial. Perder-se significa confusão, tempo desperdiçado, ineficiência. Mas também significa descobrir e inventar novidades, abrir caminhos, imaginar e discutir situações inéditas. Em tese, a própria internet poderia chegar a adquirir a eficiência direta e sem derivas do tutorial. Uma ferramenta onipresente como o Google, que indexa continuamente todos os conteúdos da rede e define a ordem dos resultados de qualquer busca, poderia ser usada como mecanismo de controle. Basta lembrar que, para computadores instalados

na China, o Google restringe os resultados de ‘Praça da Paz Celestial’ a um site oficial do governo. Isso não era exatamente o que Illich tinha em mente.

Uma comparação do tutorial com a *Encyclopédie* que Diderot e d’Alambert organizaram no século XVIII ajuda a evidenciar esse aspecto. Seu objetivo era disponibilizar todo o conhecimento existente, reunindo-o num *Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, isto é, num dicionário criticamente estruturado de ciências, artes e ofícios. Ao menos potencialmente, qualquer pessoa teria acesso a qualquer matéria, ultrapassando as interdições sustentadas pela igreja (cujos protestos fizeram história) e pelas corporações de ofício (cujos protestos são bem menos conhecidos). É pressuposto dessa enciclopédia que seus leitores sejam capazes de compreender o funcionamento das coisas inventadas até então e, além disso, que sejam capazes de criar nexos entre diferentes tópicos e áreas. Trata-se de abrir as ‘caixas pretas’ cuidadosamente guardadas pelos diversos grupos sociais e tornar qualquer tema passível de exame crítico.

Essa ideia de abertura, não apenas do uso mas do funcionamento dos instrumentos, é paulatinamente suprimida na sociedade industrial. As máquinas concretas e abstratas contra as quais Illich argumenta não são compreendidas nem muito menos definidas por quem as opera (como emblematicamente evidenciado por Kafka e Chaplin). E os instrumentos mais recentes, embora mais democráticos no uso, até reforçam essa tendência. Seu funcionamento é um mistério destinado a especialistas e por vezes guardado a sete chaves, como os algoritmos do Google. Aliás, a universalização do termo ‘usuário’ indica a

mesma coisa: usuário é quem usa – somente. A lógica do tutorial é, portanto, a democratização do acesso a caminhos predeterminados ou, inversamente, a predefinição democratizada. Embora muitos dos nossos instrumentos atuais pudessem ser mobilizados na direção oposta, por ora, o deslumbramento diante da simples ampliação do acesso, seja lá a que for, tem eclipsado as críticas.

Veja-se, por exemplo, o Orçamento Participativo. Quando a Prefeitura de Belo Horizonte o implantou em 1992, qualquer grupo de cidadãos podia apresentar propostas e havia uma discussão real de prioridades. Depois das primeiras experiências e da suposta falta de coerência entre os pleitos, criou-se o chamado Plano Global Específico (PGE), no qual a participação dos moradores se resume, fundamentalmente, à legitimação das decisões por um grupo de lideranças locais. Hoje, propostas de vilas e favelas só podem ser apresentadas se forem parte de um PGE e só podem ser contempladas na ordem de prioridades ali definida. Em teoria qualquer cidadão é convidado a participar, mas na prática todos os caminhos estão traçados e a participação se torna um expediente de cooptação.

De modo análogo, as discussões em torno da produção habitacional já estiveram focadas em temas como participação, autogestão, compartilhamento de decisões, flexibilidade das unidades, sustentabilidade, demandas individuais, ajuda mútua, função social da propriedade ou melhoria do estoque existente. No entanto, tudo isso parece ter sido atropelado por um pacote habitacional eufemisticamente denominado Minha Casa Minha Vida.

Para famílias com renda de até três salários mínimos, ele promete construir 400 mil moradias, sem nenhuma proposta em relação à questão urbana e ditando tipos e áreas (casas e apartamentos de 35 m² e 42 m², respectivamente), divisão de cômodos (sala, cozinha, banheiro, dois quartos) e até projetos padronizados. O déficit habitacional nessa faixa de renda é 15 vezes maior, mas ainda assim predomina o entusiasmo pela 'conquista' e o entendimento de que criticar o pacote pode retardar a democratização do acesso à moradia.

Illich observa que instrumentos de manipulação tendem a obscurecer a distinção entre as coisas que devemos ou queremos receber prontas e aqueles que podemos fazer por nós mesmos. Os tutoriais têm a paradoxal característica de nos ensinar a fazer por nós mesmos coisas prontas, isto é, coisas definidas de antemão. Como coadjuvantes em processos colaborativos entre indivíduos autônomos, podem até incrementar autonomia e colaboração. Em contextos fundamentalmente heterônomos, apenas reforçam a submissão.

Silke Kapp

Casa alheia, vida alheia: uma crítica da heteronomia. *Virus*, v. 5, 2011, s.p. (online)

Trata-se de uma crítica do Programa Minha Casa Minha Vida, criado em 2009, que atropelou de uma vez por todas a lenta construção de políticas habitacionais com algum grau de autonomia dos beneficiários. A crítica se refere às premissas fundamentais desse programa, não às suas determinações superficiais.

Casa alheia, vida alheia

[2011]

Não existe aprendizado para a liberdade sem liberdade. Eis o que Kant, numa nota de rodapé escrita no período da Revolução Francesa, diz a seus contemporâneos insistentes em afirmar que ‘o povo’ não poderia ser livre porque não teria maturidade suficiente para isso.

De acordo com semelhante pressuposto a liberdade nunca terá lugar, pois não se pode amadurecer para essa liberdade sem antes ter sido posto em liberdade (é necessário ser livre para poder se servir convenientemente das próprias forças na liberdade). As primeiras tentativas serão, decerto, grosseiras, tendo comumente por consequência um estado mais incômodo e perigoso do que quando se estava sob as ordens – mas também sob os cuidados – de um outro. Nunca, porém, se amadurece para a razão a não ser por tentativas *próprias*, que exigem que se esteja livre para fazê-las.¹

Mais do que à simples dominação na forma da tirania, o pressuposto combatido por Kant na passagem acima subjaz à tutela e ao paternalismo: assim como as crianças, ‘o povo’ deveria ser protegido de si mesmo porque tenderia a agir, não segundo uma vontade refletida e bem informada, mas para satisfazer paixões e desejos imediatos, de modo que

controle e coerção seriam exercidos para o seu próprio bem. Correlato desse pressuposto é a representação de um modelo da ação ‘correta’ ou ‘adequada’ que deveria ser obedecido universalmente e que, portanto, constitui também um modelo de sociedade.

Evidentemente, a motivação para o paternalismo pode ser sincera ou apenas hipócrita. No primeiro caso, imagina-se que alguma liberdade real possa se seguir ao período da tutela. No segundo, predomina o raciocínio de que, antes de ser liberado de amarras religiosas, políticas ou econômicas diretas, ‘o povo’ deve incorporar o padrão heterônomo de ação, para que depois não faça mais do que reproduzir a heteronomia, perpetuando sua própria subserviência e os privilégios alheios. Enquanto a motivação sincera – mais comum entre representantes da centro-esquerda, incluindo técnicos e gestores públicos engajados – toma por modelo um estado de coisas que solucionaria ao menos parte dos problemas sociais atuais, a motivação hipócrita – mais comum entre os representantes dos diversos capitais – toma por modelo a ordem das coisas tais como são; o que, considerando a situação de miséria material e absoluta “pobreza política”² de inúmeros membros desta sociedade, é de fato uma hipocrisia.

Importa contudo notar que essas duas motivações, distintas por princípio, não se excluem mutuamente. Pelo contrário, combinam-se tanto melhor quanto maiores as contradições sociais e quanto mais difícil a manutenção das mesmas estruturas sem mudanças pontuais que lhes amenizem as tensões. Essas mudanças, por vezes contrárias a interesses privados singulares, costumam ser

estruturalmente úteis e até imprescindíveis. Assim, o pressuposto da tutela pode combinar discursos de liberdade e democracia com ações concretas paternalistas e, ao mesmo tempo, funcionais para a reprodução ampliada dos capitais.

Poder-se-ia objetar que liberdade individual e democracia, de fato, não são a mesma coisa, nem estão necessariamente relacionadas entre si. A tutela exercida por um fórum democrático sobre um sujeito individual seria, sim, legítima. Isaiah Berlin acentuou essa diferença:

A conexão entre democracia e liberdade individual é bem mais tênue do que pareceu a muitos advogados de ambas. O desejo de ser governado por mim mesmo, ou de participar em alguma medida no processo pelo qual minha vida será controlada pode ser tão profundo quanto o desejo por uma área livre para agir, e talvez seja historicamente mais antigo. Mas ele não é um desejo pela mesma coisa.³

Berlin identifica “o desejo por uma área livre para agir” com a concepção da liberdade como não-interferência, também chamada de *liberdade negativa*. Segundo essa concepção, um indivíduo ou um grupo são tanto mais livres quanto maior a área na qual podem agir pela sua própria vontade, ao passo que o tolhimento da liberdade provém de obstáculos e coerções criados por outras pessoas (à diferença das limitações impostas pela natureza ou por incapacidade pessoal). Já o desejo por democracia deriva de uma concepção de *liberdade positiva* ou de autogoverno, que se expressa na metáfora do sujeito ‘senhor de si mesmo’. Tolher a liberdade, nesse sentido, significa a determinação do sujeito por alguma instância sobre a qual ele não tem controle, seja a sua

própria natureza interna (irracional), um governo do qual ele não participa ou leis com as quais, enquanto ser humano racional, não pode se identificar.

Justamente essa última concepção parece permitir a inferência, mencionada acima, de que a tutela poderia ser legítima em alguns casos. Impedir um sujeito de agir por impulso, preconceito ou ignorância, por exemplo, seria o mesmo que preservar sua liberdade. Um governo que prevenisse a população de atos irracionais estaria resguardando a liberdade dessa população. Mas o próprio Berlin rejeita veementemente a transformação da liberdade positiva em paternalismo ou a transição, “fatal” mas “quase imperceptível”, da metáfora do domínio da razão sobre os impulsos ao domínio de um sujeito sobre outro sujeito ou ao domínio da porção supostamente mais racional da sociedade sobre a porção supostamente menos racional. Lembrando outra passagem de Kant em que o paternalismo é definido como “o maior despotismo que se possa imaginar”, Berlin diz:

O paternalismo é despótico não por ser mais opressivo do que a tirania nua, bruta e não-esclarecida, tampouco apenas por ignorar a razão transcendental incorporada em mim, mas porque é um insulto à minha concepção de mim mesmo como um ser humano, determinado a fazer minha própria vida de acordo com meus próprios propósitos (não necessariamente racionais ou benevolentes) e, sobretudo, intitulado a ser reconhecido como tal pelos outros.⁴

E Berlin acrescenta que ser mal governado por alguém que me reconhece como um igual (e portanto também como um rival) é preferível a ser “bem tratado” ou tratado com tolerância por alguém que se julga superior a mim e não

me reconhece por aquilo que desejo ser por mim mesmo. Em outras palavras, o ideal da liberdade positiva que subjaz à ideia de democracia também não justifica a tutela porque a tutela nega, justamente, o sujeito autônomo que seria portador dessa liberdade e elemento fundante de uma democracia real.

Começo lembrando esses argumentos porque eles me parecem muitíssimo pertinentes no nosso contexto neoliberal, em que vocábulos como democracia, autonomia e participação têm sido cada vez mais encaixilhados numa matriz essencialmente conservadora. O regime toyotista das empresas privadas é a maior evidência nesse sentido: os trabalhadores têm maior ‘participação’ e ‘autonomia’ na gestão de seu trabalho, desde que incorporem a heteronomia a ponto de eles mesmos garantirem a eficiência de sua exploração.⁵ No âmbito do Estado e dos órgãos internacionais de apoio ao desenvolvimento, a autonomia foi identificada à propriedade privada e à possibilidade de crédito no mercado financeiro, nos moldes propostos por Hernando de Soto ou, numa perspectiva um pouco diferente, por Muhammad Yunus.⁶ Já a participação se tornou, em grande medida, expediente de coleta de informações e cooptação sistemática para impor intervenções que, do contrário, não seriam admitidas pelos afetados sem resistência.⁷ E nos ‘lugares do habitar’, pelo menos no Brasil, tem prevalecido a pseudoparticipação justificada com uma “mistificação profissional das atividades cotidianas”.⁸ Cada vez mais o discurso especialista se sobrepõe às decisões a que os próprios habitantes teriam direito, com a justificativa de que lhes faltaria conhecimento, informação, maturidade ou organização.

Ora, esse é justamente o pressuposto da tutela, seja bem intencionada ou apenas com o interesse de manutenção do *status quo* (como já dito, as duas premissas não são incompatíveis). E aí cabe também o argumento kantiano de que a privação da liberdade de fazer “tentativas próprias” equivale à privação da liberdade *per se*. Inversamente, liberdade é sempre também liberdade para tentativas próprias com a real possibilidade de gerar “um estado mais incômodo e perigoso do que quando se estava sob as ordens [...] de um outro”.⁹ Nada justifica a heteronomia. Nenhuma antecipação de produtos (fins) ou processos (meios) feita por poucos e destinada a muitos pode intitular-se democrática, mesmo que provenha das mais sinceras intenções de melhorar a situação da parcela econômica e politicamente mais pobre da população.

Autonomia no espaço cotidiano

À heteronomia ou imposição de uma lei por outro (*heteros*) se opõe a autonomia ou a lei própria. Autonomia inclui tanto o direito quanto a capacidade de dar a si mesmo sua própria norma.¹⁰ A capacidade é algo como a lucidez e a coerência para refletir, criar e rever formas de conduta e interação, em lugar de apenas reproduzi-las de instâncias externas. Já o direito de se autogovernar equivale ao reconhecimento da autonomia por essas mesmas instâncias externas. A distinção importa porque a capacidade de autodeterminação não implica necessariamente o seu reconhecimento, nem tampouco o direito implica necessariamente a capacidade. Qualquer autonomia concreta é parte de um processo histórico em

que o direito de autogovernar-se e a capacidade para isso se desenvolvem de modo assíncrono. Segundo o argumento kantiano de que *não existe aprendizado para a liberdade sem liberdade*, o direito de autonomia deve preceder a capacidade. A autonomia seria a liberdade amadurecida. Situações em que há a capacidade de autonomia sem o respectivo direito resultam, via de regra, da supressão de uma liberdade anteriormente existente. (É lugar-comum nos totalitarismos que a rebelião costuma ser incitada por quem já foi livre ou pelo contato com sujeitos livres.)

Outro aspecto decisivo é que a autonomia consiste numa capacidade e num direito não meramente individuais, mas sobretudo *coletivos*. O sentido mais propriamente político da autonomia surge na concepção de grupos autônomos, isto é, grupos que estabelecem entre os seus membros determinadas normas de conduta (não necessariamente formais ou escritas). A interdependência fundamental entre autonomia individual e coletiva foi discutida detalhadamente por Marcelo Lopes de Souza a partir dos trabalhos do filósofo grego Cornelius Castoriadis, tendo por horizonte uma transformação do “modelo civilizatório capitalista” e tendo por foco o planejamento e a gestão urbanos.¹¹

A autonomia coletiva refere-se [...] às instituições e condições materiais (o que inclui o acesso a informação suficiente e confiável) que, em conjunto, devem garantir igualdade de chances de participação em processos decisórios relevantes no que toca aos negócios da coletividade. A autonomia individual depende, de sua parte, tanto de circunstâncias estritamente individuais e psicológicas quanto, também, de fatores políticos e materiais, em que os processos de sociali-

zação fazem emergir, constantemente, indivíduos lúcidos, dotados de auto-estima e infensos a tutelas políticas. É óbvio, portanto, que, mais que interdependentes, autonomia individual e coletiva são como os dois lados de uma mesma moeda: diferentes mas inseparáveis.¹²

Se reflexão e discussão são os fundamentos do *nomos* que faz a autonomia, a discussão é uma espécie de reflexão coletiva, assim como a reflexão é uma espécie de discussão individual. Não existe autonomia coletiva sem que todos os membros da coletividade tenham a possibilidade de participar diretamente da discussão e da tomada de decisões acerca de uma lei, uma finalidade ou um processo comuns. O que Castoriadis formula como o projeto de uma “sociedade autônoma” inclui, portanto, formas de democracia direta que se contrapõem diretamente tanto à democracia representativa quanto, obviamente, a outras formas mais explícitas de hierarquização e concentração de poder.¹³

Uma sociedade assim constituída não obedeceria a nenhum modelo predeterminado, pois está em sua própria lógica refletir-se, discutir-se e transformar-se continuamente. Não cabe, portanto, especular sobre os conteúdos de sua constituição ou sobre como ela seria exatamente. Apenas é evidente que ela romperia com o “modelo civilizatório capitalista”, já que esse modelo depende da concentração de poder econômico e político. Souza ressalta, no entanto, que não se trata de esperar pela revolução e descartar como inexistentes ou irrelevantes quaisquer “pequenos ganhos de autonomia”.¹⁴ Mesmo sem o rompimento, certos *graus de autonomia* podem ser alcançados, ainda que permaneçam limitados

e insuficientes e tendam a ocorrer em margens, nichos, periferias.

Os termos *margens, nichos, periferias* não são inteiramente metafóricos, pois parte importante desses pequenos ganhos de autonomia diz respeito à produção do espaço e, mais especificamente, à produção do espaço cotidiano. Como já definimos em outros trabalhos, espaço cotidiano é o espaço não especializado ou que não demanda organização para uma atividade especializada e tampouco demanda organização por especialistas. O exemplo mais evidente disso é o espaço doméstico, mas o mesmo critério se aplica à maioria dos espaços coletivos e públicos, sobretudo nas áreas urbanas predominantemente habitacionais.¹⁵ A autonomia na produção desses espaços cotidianos seria um ponto de partida para uma sociedade autônoma de fato. Não é por acaso que a entidade territorial da comuna e sua oposição à tutela feudal estão na origem do que hoje chamamos vagamente de cidadania, assim como na origem da velha ideia do comunismo. “A base da democracia é a comuna, uma entidade menor e onde tudo começa.”¹⁶

A relação entre emancipação social e autonomia na produção do espaço cotidiano entrou na discussão internacional depois do segundo pós-guerra, isto é, depois que arquitetura modernista, urbanismo corbusiano e planejamento regulatório haviam se concretizado na Europa e nos EUA, particularmente com o provimento habitacional de massa. Mais do que qualquer outra produção, a habitação evidenciou as mazelas cotidianas da aparente eficiência técnica e administrativa das operações em grande escala, típicas tanto da indústria fordista quanto do Estado de bem-estar social.

Diversos arquitetos e urbanistas fizeram críticas a essa produção, por exemplo, Yona Friedman, Reyner Banham, John Turner, Lucius Burckhardt, N. J. Habraken e Collin Ward.¹⁷ E também não arquitetos se manifestaram criticamente, tais como a escritora Jane Jacobs, ativista contra a destruição do tecido urbano tradicional, o economista E. F. Schumacher, crítico da “propensão ao gigantismo”, e o filósofo e teólogo Ivan Illich, que atrela a emancipação social diretamente ao “grau em que a sociedade protege o poder dos indivíduos e das comunidades para escolherem seus próprios estilos de vida por meio de renovações efetivas em pequena escala”.¹⁸

É também nesse período que o sociólogo e filósofo Henri Lefebvre amplia sua crítica da vida cotidiana para uma abordagem enfaticamente espacial, escrevendo em poucos anos *Le Droit à la ville* (1968), *Du rural à l'urbain* (1970), *La Révolution urbaine* (1970), *La survie du capitalisme. La reproduction des rapports de production* (1973) e *La production de l'espace* (1974).

Lefebvre evidencia que a produção do espaço é decisiva para a “reprodução das relações de produção” capitalistas. A cada nova geração a sociedade organizada pelo e para o capital perpetua as suas estruturas fundamentais – com todos os movimentos de crescimento e inovação imprescindíveis a essas estruturas – porque transforma o espaço sistematicamente segundo as prioridades desse modo de produção. Isso vale para a grande escala territorial, a começar pela constituição dos Estados Nacionais e das infraestruturas de comunicação e transportes globais, se estende à escala intermediária das grandes aglomerações urbanas e dos latifúndios do agronegócio, e abrange até a

escala menor das vizinhanças e dos ambientes domésticos. Mesmo os lugares em que as interferências centralizadoras dos grandes capitais ou do Estado não existem ou tardam a chegar – como favelas, certas áreas rurais ou cidades mais antigas – se definem pela exclusão. Para Lefebvre, a principal contradição na produção desse espaço abstrato é sua disparidade de escalas.

Onde então a principal contradição será encontrada? Entre a capacidade de conceber e tratar o espaço numa escala global (ou mundial), por um lado, e sua fragmentação por uma multiplicidade de procedimentos ou processos, todos fragmentários em si mesmos, por outro lado. [...] [A fragmentação] é reforçada não apenas por subdivisões administrativas, não apenas pela especialização científica e técnica, mas também – de fato, mais do que qualquer outra coisa – pela venda do espaço no varejo (em lotes).¹⁹

A contradição entre homogeneização do espaço e fragmentação ou fratura desse espaço equivale à contradição – e à interdependência – entre relações de produção e forças produtivas.²⁰ Essa conjunção ao mesmo tempo contraditória e mutuamente dependente entre homogeneidade e fragmento está no extremo oposto da ideia de autonomia coletiva. A produção do espaço determinada por instâncias de poder político, econômico e técnico muito abrangentes é, evidentemente, heterônoma, porque tais instâncias são inacessíveis à maior parte da população. A produção do espaço determinada por decisões individuais isoladas continua heterônoma, porque uma decisão individual crítica ou subversiva não tem qualquer respaldo que possa sustentá-la. Lefebvre dá um exemplo concreto dessas relações:

Proprietários de carros particulares têm um espaço à sua disposição que lhes custa muito pouco pessoalmente, embora a sociedade, coletivamente, pague um preço muito alto pela sua manutenção. Esse arranjo leva o número de carros (e proprietários de carros) a aumentar, o que convém aos fabricantes de carros e os favorece no seu constante esforço de expandir esse espaço. O consumo produtivo de espaço – que é produtivo, sobretudo, de mais-valia – recebe muito subsídio e imensos recursos do governo. [...] Já “áreas verdes” – árvores, praças que sejam algo mais do que cruzamentos, parques urbanos – obviamente dão prazer à comunidade como um todo, mas quem paga por esse prazer? Como e de quem as taxas podem ser recolhidas? Como esses espaços não servem a ninguém em particular [...], eles tendem a ser extintos.²¹

A contradição está no fato de que esse desenvolvimento (a extinção de espaços públicos não destinados a carros) atende aos interesses privados fragmentados e aos interesses ‘sistêmicos’, mas acaba tornando a vida coletiva pior. Contudo, o proprietário de um carro que decidisse, isoladamente, abandonar o seu uso não faria nenhuma diferença. O que poderia, sim, fazer diferença seria o estabelecimento de discussões e negociações num nível coletivo, isto é, processos de construção política que ensaiassem a democracia direta numa escala espacial em que há possibilidades concretas de ação.

Avanços e retrocessos

A produção do espaço cotidiano com algum grau de autonomia vem sendo exercitada nas cidades brasileiras continuamente. Vilas, favelas e outras modalidades de ocupação do território sem o aval prévio de instâncias formais de planejamento e gestão existem desde o século

XIX e antes disso (apenas não havia então as instâncias formais às quais poderiam ser contrapostas). As inegáveis precariedades dos espaços assim gerados não provêm prioritariamente da incompetência mas da pobreza material e política de seus autores, já que eles constituem a mesma força de trabalho de cuja exploração a cidade formal sempre dependeu. Por outro lado, as igualmente inegáveis qualidades desses espaços provêm sobretudo do fato de conterem, como já constatava Lefebvre, “uma vida social muito mais intensa do que as porções burguesas das cidades”.²²

Não obstante a pobreza, essas áreas [as favelas] às vezes ordenam seu espaço tão efetivamente – casas, muros, espaços públicos – a ponto de provocar uma nervosa admiração. Aqui se encontra um grau notável de apropriação. A arquitetura e o planejamento espontâneos [...] provaram ser bem superiores à organização do espaço por especialistas que efetivamente traduzem a ordem social em realidade territorial com ou sem ordens diretas de autoridades políticas e econômicas.²³

É provável que Lefebvre veja a favela numa perspectiva mais romântica do que lhe cabe (o que, de resto, é uma característica comum a muitos dos supracitados teóricos atuantes na década de 1970). Seu grau de autonomia é, de fato, muito tênue. Certamente não se trata do pleno direito de autogoverno, porque, em princípio, as ocupações em questão ferem a lei e sempre correram o risco da remoção. E também a capacidade de autogoverno é limitada em grande medida pelas necessidades imediatas que a pobreza impõe e pelas heteronomias a cuja submissão ela obriga.

Ainda assim, está nesses territórios marginais a origem dos ativismos e movimentos sociais urbanos de

oposição à produção do espaço abstrato. Deles provém o engajamento pelos elementos efetivamente democráticos incorporados à Constituição Federal de 1988, ao Estatuto da Cidade e a diversas outras legislações, e até ensaiados em alguns programas e empreendimentos autogestionários. Em 2001, Marcelo Souza sintetiza o legado desses ativismos e movimentos: “a conscientização e a conquista de direitos sociais [...], a politização das cidades [...] e a criação de uma margem de manobra para a humanização do urbano”.²⁴ Com todas as críticas e ressalvas que o autor apresenta, trata-se de uma perspectiva de avanço. Tivemos um período em que a produção do espaço urbano parecia caminhar para uma maior autonomia.

Já os desenvolvimentos mais recentes indicam o oposto. Entre eles estão: os Planos Diretores municipais, com sua utilização mais retórica do que efetiva dos instrumentos do Estatuto da Cidade²⁵; a abertura de capitais de grandes empresas de incorporação e construção que, entre outras coisas, possibilitou a constituição de expressivos estoques de terra; e, em especial, o *Programa de Aceleração do Crescimento* (PAC) e o *Programa Minha Casa Minha Vida* (PMCMV).

Tome-se por exemplo esse último, o PMCMV, lançado em abril de 2009 como medida de mitigação da crise econômica. Ele promove empreendimentos habitacionais financiados com recursos públicos, mas propostos, planejados e executados por empresas privadas à revelia de toda a estrutura instituída a duras penas para uma – ainda que relativa – democratização do espaço.

O pacote foi elaborado pela Casa Civil e pelo Ministério da Fazenda, em diálogo direto com os setores imobiliários e da

construção, desconsiderando diversos avanços institucionais na área de desenvolvimento urbano bem como a interlocução com o restante da sociedade civil. O Ministério das Cidades [...] foi posto de lado na concepção do programa, o Plano Nacional de Habitação foi ignorado em sua quase totalidade, o Estatuto da Cidade não foi tomado como um elemento definidor dos investimentos, o Conselho das Cidades sequer foi consultado, o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), bem como seu Conselho, foram dispensados. O decreto do pacote ainda define um comitê de acompanhamento formado exclusivamente por integrantes do governo.²⁶

A crítica acima, formulada logo depois do lançamento do PMCMV, elenca uma série de outras deficiências que não foram revertidas substancialmente nos ajustes posteriores do Programa e que têm tido efeitos concretos nas cidades (como pudemos constatar empiricamente na Região Metropolitana de Belo Horizonte²⁷). O PMCMV reforça a ideologia da casa própria e a mercantilização da habitação; subsidia o lucro das empresas e não as famílias; não fomenta nenhuma melhoria quanto à sustentabilidade ambiental e social dos processos e produtos da construção habitacional; tende a piorar as condições nos canteiros de obras, aumentando a exploração dos trabalhadores; enfraquece as administrações municipais e as leva a alterações incoerentes na legislação urbana que têm por consequência uma periferação ainda mais acentuada; não favorece a função social da propriedade porque ignora a vacância imobiliária e pressiona o preço da terra; não contribui em nada para a isonomia entre campo e cidade; e enfraquece os movimentos sociais urbanos porque, além de promover “um contexto de apaziguamento das lutas sociais e de conformismo em relação às estruturas do sistema”, reserva a

quase totalidade dos recursos a empreendimentos geridos por empresas privadas, enquanto os recursos para empreendimentos autogestionários são mínimos.²⁸ Em suma, o PMCMV é uma espécie de versão neoliberal de todos os erros cometidos no período do Banco Nacional de Habitação (BNH) e tantas vezes criticados.

As constatações acerca do PMCMV têm correlatos nas intervenções em favelas via PAC, nas quais não me deterei aqui. Fato é que a onda de produção heterônoma do espaço cotidiano financiada com recursos públicos esfacelou processos de aprendizado iniciados num período de pouquíssimas políticas habitacionais, quando movimentos sociais e grupos organizados estavam, como diria Kant, livres para fazerem suas próprias tentativas. Em vez de uma evolução dessas tentativas, temos agora uma quase exclusividade dos processos heterônomos e, como resultado, novas periferias piores do que as da geração BNH, mercadorias imobiliárias de pífia qualidade espacial e construtiva e intervenções urbanísticas em favelas cujos benefícios para os moradores são, no mínimo, questionáveis.

Chama a atenção, particularmente, que o tipo urbanístico-arquitetônico do *conjunto habitacional* tenha conquistado um monopólio radical nesse contexto de massiva produção heterônoma do espaço cotidiano. Ivan Illich denomina “monopólio radical”, não a exclusividade de uma marca ou empresa, mas a situação em que um produto adquire tal domínio sobre o imaginário social que passa a ser visto como única possibilidade de satisfazer determinada necessidade, excluindo da competição quaisquer outros produtos e processos.²⁹ Para ficar no exemplo dos carros: quando esses são vistos

como a forma de transporte individual por excelência, eliminando ou restringindo substancialmente pedestres, bicicletas, animais etc. e conformando o espaço à sua maneira, então tem-se um monopólio radical. O conjunto habitacional ou popular, de preferência vertical e com 500 unidades (limite superior de um empreendimento do PMCMV), se tornou a resposta automática ao 'déficit habitacional' na quase totalidade das discussões, seja nas empresas, nas instâncias públicas, entre os agentes financeiros ou mesmo em fóruns participativos. (Na Wikipedia em língua portuguesa os termos *habitação social* e *conjunto habitacional* estão reunidos num mesmo verbete...).

O conjunto habitacional é a essência do que Lefebvre chama de espaço abstrato. Sua escala o torna necessariamente periférico e segredo no tecido urbano, quando não inteiramente isolado; seus espaços domésticos se restringem idealmente às atividades elementares para a reprodução da força de trabalho; seus espaços públicos são vias de circulação, quando muito, guarnecidas por um ou outro equipamento público cujo uso também é predefinido; atividades comerciais estão excluídas por definição; usos e transformações do espaço implementados por iniciativa dos moradores compõem como transgressões. O problema, portanto, não é apenas o conjunto habitacional como forma arquitetônica monótona, rígida e desinteressante, que exige um desenho urbano devastador da paisagem e do substrato natural.

O problema é o conjunto habitacional e seus assemelhados enquanto categoria econômico-política. As únicas 'vantagens' desse tipo de produto espacial são a otimização

do ciclo produtivo do capital de construção em particular e a liberação do espaço urbano para operações produtivas e especulativas dos capitais em geral. Ou, fazendo o raciocínio inverso, mesmo se a produção heterônoma gerasse moradias de qualidade (agradáveis, ambientalmente sustentáveis, bem articuladas a transportes e equipamentos públicos etc.), o real direito à cidade não estaria dado. Direito à cidade não significa simplesmente acesso aos produtos e recursos que a cidade, tal como ela é, tem a oferecer, mas o direito de decidir o que a cidade será. Nos termos de David Harvey:

O direito à cidade é muito mais do que a liberdade individual de acesso aos recursos urbanos: ele é o direito de mudar a nós mesmos mudando a cidade. Ele é, além disso, um direito comum mais do que um direito individual, pois essa transformação inevitavelmente depende do exercício de um poder coletivo de remodelar o processo de urbanização.³⁰

Em suma

A legitimação da nova onda de produção heterônoma do espaço cotidiano é a suposta eficiência da iniciativa privada em contraposição à gestão pública e à autogestão. A iniciativa privada atenderia a mais pessoas em menos tempo e dinheiro e com resultados mais previsíveis.

Quanto à gestão pública, é digno de nota que se restrinjam as possibilidades de ação do Estado justo no momento em que ele começa a ser permeado por processos participativos. Quanto à autogestão, o argumento de sua ineficiência ignora inteiramente suas finalidades. De fato não é difícil demonstrar que processos impostos de cima para baixo levam menos tempo do que

processos coletivos de discussão, negociação, decisão e ação. É evidente também que os agentes de um processo autogestionário ou – para usar um termo que prefiro por ser mais abrangente e estar menos institucionalizado – os agentes de uma produção autônoma, quando realmente livres de constrangimentos diretos, fazem coisas não previstas. Mas as virtudes da produção autônoma são esses processos coletivos e os resultados socioespaciais novos e diversificados que podem gerar continuamente.

Não se trata, portanto, de usar a figura institucional da autogestão como instrumento para multiplicar exatamente os mesmos produtos preconizados na produção heterônoma. Trata-se, pelo contrário, de buscar a autonomia individual e coletiva como fim em si mesma, que, ademais, torna possíveis alternativas na organização do trabalho (cooperativismo, ajuda mútua, frentes de trabalho remuneradas), na execução material (tecnologias construtivas não hegemônicas) e nos produtos espaciais (ocupação e eventual recuperação de edificações ociosas, construção de novas unidades pulverizadas no tecido urbano, edificações flexíveis e mutáveis, espaços públicos e coletivos sem uso predeterminado, formas novas de articulação entre o rural e o urbano, por exemplo).

Uma última observação: não entrei aqui na velha discussão acerca do papel que ‘o arquiteto’ teria numa produção não heterônoma do espaço, mesmo porque fiz isso em outras ocasiões.³¹ Mas cabe lembrar que as possibilidades de atuação desses profissionais não estão limitadas por natureza ao desenho de produtos acabados que obedecem a todo tipo de heteronomia e ainda são

apresentados como se fossem tecnicamente incontornáveis. Criatividade, conhecimento técnico, visão espacial e outras virtudes arquitetônicas podem se tornar muito mais úteis socialmente e satisfatórias pessoalmente se estiverem, elas mesmas, livres.

Silke Kapp • Ana Paula Baltazar

The paradox of participation: a case study on urban planning in favelas and a plea for autonomy. *Bulletin of Latin American Research*, v. 31, 2012, p.160-173.

Sintetizamos neste texto os resultados alguns anos de pesquisas empíricas, discussões e reflexões acerca do procedimento de planejamento em favelas utilizado pela Urbel, concluindo que sua forma de participação não é apenas limitada, mas antagônica à autonomia na produção do espaço.

O paradoxo da participação

[2012]

A Urbel é o órgão municipal de Belo Horizonte responsável pela melhoria da estrutura urbana em favelas e ocupações similares. Desde 2005, esse órgão vem implementando o Programa Vila Viva. Embora as intervenções desse programa sejam suficientemente controvertidas para incitarem protestos massivos, elas envolvem um método de planejamento participativo: o chamado Plano Global Específico (PGE). A Urbel descreve o método do PGE, usado desde 1995, como “um estudo detalhado da realidade de vilas e favelas de Belo Horizonte, com participação direta da comunidade”.¹

O que houve de errado nesse processo participativo? Temos a hipótese de que o método do PGE não equivale simplesmente a um mau uso da participação, mas mostra como a participação pode contradizer a autonomia. Autonomia é a habilidade de indivíduos e, sobretudo, coletividades estabelecerem seus próprios meios de ação e interação por normas autodeterminadas. Em contrapartida, a ideia de participação indica que se permite que pessoas tenham parte na tomada de decisões, sem que possam modificar as respectivas normas.

Na seção seguinte, revisamos a ideia da participação no planejamento urbano. A seção subsequente delinea o pano de fundo institucional e político do PGE no Brasil e em Belo Horizonte, enquanto a quarta seção descreve os procedimentos do PGE em detalhes. A seção final discute esses procedimentos *vis-à-vis* o contexto sócio-político, considerando em que medida os resultados decorrem da estrutura desse método institucionalizado de planejamento participativo.

Participação e autonomia no planejamento urbano

De acordo com a já clássica “escada da participação dos cidadãos” de Arnstein, a ideia de ‘fazer parte’ pode indicar coisas muito diversas.² Nos degraus mais baixos estão Manipulação e Terapia, que significam o uso de discursos participativos como “veículo de relações públicas pelos detentores do poder”, para que as pessoas se submetam a um processo dado.³ Os três degraus seguintes, Informação, Consulta e Apaziguamento, “avançam para níveis de simbolismo [*tokenism*] que permitem aos desprovidos ouvir e ter voz, mas ainda não lhes permitem nenhum poder de decisão”.⁴ O poder compartilhado começa no sexto degrau ou na Parceria, onde as regras fundamentais de um processo de planejamento são estabelecidas por negociação entre detentores de poder e demais cidadãos, e “não estão sujeitos a mudanças unilaterais”.⁵ Finalmente, Delegação de Poder e Controle Cidadão, os últimos dois degraus, implicam um processo de decisão determinado pela maioria dos cidadãos ou até mesmo situações em que “moradores podem gerir um programa ou uma instituição, são inteiramente responsáveis pela política e por aspectos

gerenciais, e estão aptos a negociar as condições nas quais *outsiders* podem interferir ali”.⁶

Arnstein estabeleceu essa tipologia no final dos anos 1960, motivada pelo fato de que a ideia de participação vinha sendo usada para todo o tipo de propósito político. Isso parece não ter mudado até hoje. Mesmo autores com abordagens críticas ainda usam parâmetros divergentes para definir o limite inferior ou superior da participação rumo à manipulação ou à autonomia,⁷ enquanto não parece haver nenhum acordo sobre o que constituiria uma participação plena. Não tentaremos definir o que participação ‘realmente’ significa, nem equilibrá-la no fio da navalha da autenticidade. Mais importante é seu papel prático e político. Participação sempre envolve pelo menos duas facções em competição: uma entidade responsável pelo processo e indivíduos ou outras entidades convidadas a participar. Essas facções podem consistir, por exemplo, em órgãos públicos e cidadãos, empresas e seus empregados, equipes de planejamento e beneficiários do plano. A entidade responsável pelo processo define seus propósitos, balizas, limites, códigos, burocracias e técnicas, geralmente de acordo com um protocolo mais geral. Para as entidades ou os indivíduos participantes, as normas do processo são heterônomas. É importante considerar que a heteronomia não está no conteúdo específico de uma ou outra decisão, mas na lógica ou estrutura em que as decisões são tomadas. Nesse sentido, planejamento heterônomo significa processos cujas estruturas não são modificadas por nenhum grupo particular de participantes.

Se os participantes desafiassem as normas dadas, a entidade normativa poderia interromper o processo e

encontrar participantes mais propensos a aceitá-las como são; todavia, a entidade também poderia ser suficientemente independente e estar disposta a abrir suas normas à discussão. Nesse caso, se uma reformulação fosse levada a cabo, os participantes poderiam estabelecer novas balizas, redistribuindo responsabilidades, mudando códigos e até criando uma nova entidade. Em vez de chamar um tal processo de *participação*, adjetivada como ‘plena’ ou ‘genuína’, propomos chamá-lo de *autonomia*, porque ele teria normas autodeterminadas. Portanto, planejamento autônomo significa processos cujas estruturas são definidas no contexto e pelas pessoas envolvidas.

O que acabamos de descrever como uma opção lógica para uma entidade normativa que tenha sido desafiada – abrir as normas à discussão e à mudança real – seria, na prática, uma pequena revolução. A participação pode ser concebida como um estágio intermediário entre o planejamento autoritário e o planejamento autônomo, mas não sem um salto qualitativo. Não há transição suave. Nosso argumento é que a construção de consensos e o planejamento comunicativo ou colaborativo são, frequentemente, meios para evitar esse salto, mais do que passos rumo à autonomia. Nesse sentido, a metáfora sugerida pela escada de Arnstein é enganosa, embora ainda se possa perguntar se de fato vale a pena defender a autonomia. Insistimos nisso porque a autonomia está bem mais próxima do direito à cidade do que a heteronomia; como afirma Harvey:

O direito à cidade é muito mais do que a liberdade individual de acesso aos recursos urbanos: ele é o direito de mudar a nós mesmos mudando a cidade. Ele é, ademais, um direito comum, mais do que um direito individual, uma vez que essa transformação inevitavelmente depende do exercício coletivo do poder para reconfigurar o processo de urbanização. A liberdade para fazer e refazer nossas cidades e a nós mesmos é, quero argumentar, um dos mais preciosos e por ora mais negligenciados dos nossos direitos humanos.⁸

O planejamento urbano moderno não tem afinidade com a autonomia coletiva. A obliteração de qualquer dimensão social, política e econômica é uma de suas principais características, mas também uma de suas principais incoerências.⁹ Como “desenho arquitetônico num prancheta maior”¹⁰, o planejamento urbano moderno herdou objetivos e procedimentos da arquitetura tal como praticada desde o Renascimento. Planejadores supõem que sua tarefa seria “um exercício de planejamento físico e de desenho de assentamentos humanos”,¹¹ exibindo configurações espaciais acabadas, exatamente como nos projetos de uma edificação. De fato, o planejamento projetivo (*blueprint planning*), exemplificado pelo urbanismo modernista de Le Corbusier, pressupõe que o ambiente físico possa determinar a vida social, que essa determinação deva seguir os conceitos normativos do planejador e que deva ser implementada por um Estado fortemente regulador. Essa interpretação exclui a possibilidade de tomada de decisões por qualquer pessoa que não o especialista.

Entre as reações a esse tipo de planejamento está a reivindicação por participação cidadã para além das instituições da democracia representativa, começando

pela assertiva de que planejamento sempre implica valores e interesses em competição, e não pode ser levado a cabo apenas por um órgão público (menos ainda por um único arquiteto), mas deve incluir diversos atores e vozes. Mas como isso pode ser feito? O planejamento advocatício (*advocacy planning*) enfoca a desigualdade social e propõe que cada planejador atue como advogado de um grupo vulnerável específico.¹² As abordagens de planejamento comunicativo e colaborativo, pelo contrário, são baseadas na teoria da ação comunicativa de Habermas,¹³ presumindo que seja possível alcançar consensos por meio de argumentos, se os planejadores forem capazes de superar as distorções usuais e criar condições para a comunicação. Mas, ainda que uma ética do discurso seja parte substancial, de uma sociedade mais justa, inversamente, uma tal sociedade não se alcança apenas por consenso e persuasão; “certo grau de autonomia individual e coletiva é um pre-requisito para a ação comunicativa”.¹⁴

Os debates sobre participação e autonomia são especialmente relevantes para o âmbito em que os limites entre planejamento e desenho tendem a perder a nitidez: o âmbito micro-local de vizinhanças, onde qualidades próximas são mais importantes do que estruturas abrangentes, onde espaços podem ser “intensa e diretamente experienciados na vida cotidiana”,¹⁵ onde moradores podem se comunicar pessoalmente, e onde participação direta ou autonomia são mais factíveis. Arquitetos e planejadores críticos da determinação heterônoma do espaço micro-local se engajaram no debate habitacional desde o final dos anos 1960. O mais radical entre eles, John F. C. Turner, defendeu a

“autonomia no ambiente construído”: autogestão dos assuntos locais, liberdade para famílias e pequenos grupos construírem o que quiserem, economia e simplicidade de instrumentos e, finalmente, a ideia de que o ambiente construído deve ser planejado mas não desenhado, mesmo no âmbito micro-local.¹⁶

A distinção de Turner entre desenho e planejamento significa a diferença entre uma prescrição e um limite. “O planejamento é uma função essencialmente legislativa, definidora de limites, e deve deixar de ser confundido com o desenho, que está relacionado à configuração de linhas de ação”.¹⁷ Essa afirmação significa nada menos do que reverter a lógica do planejamento projetivo: em vez de extrapolar o desenho até a ordem de grandeza de uma cidade inteira, as características do planejamento (como definidor de limites que abre possibilidades de ação) deveriam ser aplicadas à (escala da) habitação.

Turner foi acusado de romantizar a pobreza e contribuir para a redução dos investimentos públicos em comunidades pobres.¹⁸ Como lhe falta uma crítica consistente da estrutura mais ampla que determina a produção social do espaço, a abordagem autonomista de Turner foi facilmente convertida num discurso da nova direita, equiparando autonomia com o “espírito empreendedor” do capitalismo de mercado.¹⁹ Para esclarecer essa diferença, cabe enfatizar novamente que autonomia deve ser concebida, não apenas como um atributo individual (como quer o pensamento neoliberal), mas também como atributo coletivo. Se a autonomia individual é “a capacidade de determinados indivíduos fazerem escolhas em liberdade”, autonomia coletiva é “o

auto-governo consciente e explicitamente livre de determinada sociedade”.²⁰

Mudando estruturas institucionais

O salto para a autonomia no planejamento urbano ainda não aconteceu no Brasil, embora as premissas do planejamento urbano convencional, heterônomo, tenham sido seriamente questionadas durante as últimas três décadas. Nesse processo, que é parte da redemocratização do país, partidos de esquerda, acadêmicos e movimentos sociais urbanos tiveram papéis decisivos. Tentando transformar as relações de poder na produção do espaço e combatendo uma longa tradição de segregação sócio-espacial (na qual toda a industrialização brasileira se baseou), eles desenvolveram a concepção de ‘reforma urbana’, submetida como emenda popular à Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988). Em 1991 os movimentos sociais também submeteram ao Congresso um projeto de lei propondo um fundo e um sistema nacionais de habitação social. Demorou mais de uma década, mas ambos foram relativamente bem sucedidos no final: o Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001) foi aprovado para complementar o sumário artigo constitucional sobre a política urbana e criou-se o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (Lei Federal 11.124/2005).

Mas a luta bem sucedida por uma legislação mais avançada não significa mudança no espaço urbano cotidiano. Um obstáculo está no fato de que os mesmos movimentos que constituem uma força crucial no nível federal se dispersam quando se trata da política local. Outros obstáculos incluem as infinitas possibilidades de

burocratizar e procrastinar medidas concretas, a redução de investimentos públicos em políticas sociais e a fragmentação de programas sociais que a ‘municipalização’ implica. E, por fim, há a identificação conceitual equivocada da participação popular na democracia representativa com a participação popular na democracia direta (mais conhecida como autonomia).

O método de planejamento urbano examinado aqui, o PGE, também enfrenta tais obstáculos. Ele se opõe ao planejamento autoritário por princípio, mas, como veremos, mantém muitas de suas características. O fato de procedimentos se originarem numa constelação nova e mais democrática não garante que eles sejam, em si mesmos, novos e democráticos. Mudanças na estrutura (política) do planejamento não impedem que seu desenvolvimento (técnico e social) siga padrões anteriores. As intervenções em favelas baseadas no método do PGE são, em alguma medida, resultados concretos do questionamento da heteronomia. No entanto, eles permanecem flagrantemente heterônomos e, como tais, são contestados por muito moradores. No dia-a-dia do planejamento, a heteronomia persistiu como um mau hábito.

A história das favelas em Belo Horizonte é tão conturbada quanto em outras capitais brasileiras, com uma séria de ocupações, remoções e novas ocupações. Mas houve duas tentativas precoces de melhorar as favelas que merecem menção: no nível federal, o Programa de Desenvolvimento de Comunidades (Prodecom), vigente entre 1979 e 1983; e no nível municipal, o Programa de Regularização de Favelas (Profavela), criado em meados dos anos 1980.

O Prodecom organizou pesquisas, implantou serviços públicos e, valorizando práticas de auto-ajuda na construção, criou arranjos participativos, frentes de trabalho comunitárias e transferências de recursos para associações de moradores. O problema é que o programa ignorou quaisquer demandas não sustentadas por movimentos sociais organizados²¹ e não avançou nas questões legais.²²

O Profavela, por outro lado, tentou dar conta dessas questões e corresponder à crescente mobilização popular, provendo instrumentos legais para transformar ocupantes em proprietários e designando favelas como “setores especiais” com parâmetros urbanos específicos (Lei Municipal 3.995/1985). Para implementar o Profavela, um decreto converteu uma empresa de mineração público-privada – que tinha alguma experiência na remoção e no reassentamento de favelas em razão da atividade mineradora – na Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte ou Urbel. Mas faltava ao novo programa o reconhecimento, presente no Prodecom, da auto-organização comunitária e das demandas micro-locais.²³ As comunidades enquanto tais não foram empoderadas, porque o Profavela equiparou o direito à moradia e o direito à propriedade privada, desconsiderando formas de propriedade coletiva. Além disso, muito ‘beneficiários’ não viram benefício real numa formalização da propriedade que ignorasse as demandas de melhorias físicas.²⁴ Planejadores também questionaram os escassos resultados do Profavela, estimado em apenas cinco por cento da população-alvo²⁵ e alcançado com a premissa da complacência com a “tipicidade da ocupação local”²⁵: “[era] uma forma de você colocar sob um discurso organizado uma intervenção que

era [...] de consolidação do existente, só que muitas vezes não deveria ser consolidado porque os padrões eram muito ruins [...] tinha lotes com 10 m² [...] voltados para vias cuja largura é de 60 cm".²⁶

O cenário político de Belo Horizonte mudou em 1993, com a eleição da Frente BH Popular, uma coalisão de partidos de esquerda encabeçada pelo prefeito Patrus Ananias e com forte apoio de movimentos sociais. Foi a primeira administração a tentar melhorar sistematicamente as condições habitacionais e urbanas. Ainda em 1993, criou o Sistema Municipal de Habitação, compreendendo um fundo de habitação, a Urbel como órgão executor e um Conselho Municipal de Habitação como fórum participativo e deliberativo. A lei que finalmente instituiu esse conselho²⁷ não manteve as proporções que os movimentos sociais almejavam; em vez da maioria, a representação popular obteve seis dos vinte assentos, enquanto o governo ficou com doze, incluindo a presidência. Mas, de qualquer modo, o Conselho de Habitação conseguiu formular uma política habitacional que recomenda a participação popular em todas as etapas de todos os programas, bem como a prioridade das demandas coletivas, o limite de renda familiar até cinco salários mínimos e o uso preferencial de áreas já urbanizadas. Os programas propriamente ditos foram estruturados em duas linhas: uma para a produção de novas unidades habitacionais e outra para a melhoria de assentamentos existentes.

A nova política habitacional estabeleceu diferentes formas de gestão que implicam diferentes formas de participação: *gestão pública*, em que planejamento e execução ficam a cargo da Urbel, enquanto a participação é

apenas simbólica; *co-gestão*, concebida para um programa (interrompido logo depois) em que autoconstrutores recebiam material e assistência técnica da Urbel; e *autogestão*, uma ideia discutida e experimentada desde o início dos anos 1980, especialmente em São Paulo. Ela significava que recursos públicos seriam transferidos para as associações de futuros moradores, que os gerenciariam, contratariam assistência técnica e empresas construtoras, decidiriam sobre os planos e, na maioria dos casos, também trabalhariam nos canteiros. Na escada de Arnstein, tal autogestão equivaleria à Parceria ou à Delegação de Poder, pelo menos em teoria. Na prática, a autogestão sempre enfrentou resistências por parte da administração pública de Belo Horizonte.²⁸ Ela foi prevista na política municipal de habitação, mas foi aplicada apenas a programas de produção de novas unidades. O Plano Diretor de 1996 também incluiu a autogestão como diretriz, mas a restringiu a cooperativas supervisionadas por uma assistência técnica profissional.²⁹ A autogestão para a melhoria de assentamentos existentes nunca foi seriamente debatida em Belo Horizonte.

Paralelamente ao desenvolvimento da nova política nos anos 1990, a Urbel, junto com organizações não-governamentais internacionais, iniciou o chamado Programa Alvorada. Para lidar com os problemas legais e urbanos das favelas, esse programa reestruturou a abordagem essencialmente técnica da Urbel e enfatizou a necessidade de os habitantes definirem futuras intervenções e tomarem parte na sua implantação como sujeitos e agentes.³⁰ Isso levou a uma nova abordagem,

reunindo melhorias legais, ambientais e socioeconômicas, e à elaboração de “planos estruturais integrados” para quatorze favelas (implantados em quatro casos). O método formulado nesse processo foi, por assim dizer, o proto-PGE.

Sua transformação na primeira versão do PGE em 1995 decorreu de uma outra inovação da Frente BH Popular: o Orçamento Participativo (OP), no qual obras públicas eram propostas, negociadas e votadas pela população em assembleias abertas. Mas muitas demandas provenientes de favelas nas primeiras edições do OP se revelaram como problemas sistêmicos mais abrangentes, de modo que intervenções pontuais seriam apenas paliativos de curto prazo. Isso levou os mentores do Programa Alvorada a defender a elaboração do plano estrutural integrado como um prerequisite para demandas apresentadas no OP. No melhor dos casos, o plano seria implementado de uma vez; nos outros, ele orientaria as intervenções graduais.³¹ Quando esse pleito foi por fim aprovado, o método do PGE foi formalizado enquanto tal para que a elaboração dos planos pudesse se tornar objeto de licitação pública.

A formalização ampliou o escopo do método do PGE e reforçou certos aspectos tecnocráticos. Na verdade, esses nunca haviam sido totalmente superados, mesmo no Programa Alvorada. Apesar do foco original no engajamento popular, os planos ainda eram fortemente baseados em diagnósticos técnicos e na prescrição de soluções, tanto que a contribuição das organizações não-governamentais consistiu sobretudo no fornecimento de alta tecnologia para a cartografia computadorizada. Mas à diferença do Programa Alvorada, o PGE introduziu uma descontinui-

dade entre o planejamento e a execução. Uma comunidade deveria, primeiro, obter os recursos para o seu PGE no OP e, apenas depois de passar por todo o processo de planejamento, essa comunidade estaria apta a solicitar recursos para as diversas partes da intervenção, uma de cada vez, seguindo as prioridades estabelecidas no plano. Isso tornou o processo muito mais rígido e colidiu com a realidade dinâmica das favelas.

Procedimentos do PGE

O PGE foi legalmente instituído como uma condição para intervenções em favelas desde 2000, refletindo diretamente o método usado pela Urbel desde 1995. A lei define que ele deve incluir: levantamento de dados, diagnóstico e proposta, um cronograma de implantação, estimativas de custo e diretrizes para o parcelamento, o uso e a ocupação do solo.³²

A possibilidade de autogestão não é mencionada nessa lei. Seu pressuposto é a gestão pública com os tipos de participação que Arnstein chamaria de Informação, Consulta e Apaziguamento. Para isso, forma-se um grupo de referência. Seus membros podem ser representantes da associação de moradores, de outros grupos comunitários e também de grupos organizados das áreas de influência. De acordo com a lei, o grupo de referência deve acompanhar todos os passos do desenvolvimento do PGE, monitorando a alocação de recursos, mediando entre a comunidade e a administração pública, trabalhando como agente multiplicador dentro da comunidade e informando a prefeitura pública de qualquer trabalho de construção ou atividade em desacordo com o PGE (o que

de fato significa denunciar os vizinhos). Os membros do grupo de referência “não farão jus a remuneração” por tudo isso; sua recompensa é que “suas funções serão consideradas serviço público relevante”.³³

Um PGE é normalmente desenvolvido por uma organização privada de arquitetos, planejadores urbanos, engenheiros, assistentes sociais e, às vezes, geógrafos, juristas e estatísticos, selecionada pela Urbel mediante licitação pública. A comunidade não pode contratar ou despedir a equipe de planejamento, mas é apresentada a ela pelos técnicos da Urbel na primeira assembleia, que também serve para explicar o papel do grupo de referência e definir os seus membros (em alguns poucos casos a comunidade pede um prazo maior para discutir essa definição).

De acordo com um documento interno usado pela Urbel desde 1995, a primeira tarefa da equipe de planejamento é atualizar a base cartográfica da Urbel por meio de um levantamento de campo que inclui informações básicas sobre cada família. Paralelamente, a equipe e o grupo de referência devem começar a mobilizar a comunidade. Segue-se o levantamento de dados para o diagnóstico. A Urbel e a equipe de planejamento, auxiliados por um estatístico ou demógrafo, fazem uma pesquisa por amostragem, semelhante a um censo, mas compreendendo também dados sobre o conhecimento que os moradores têm de organizações assistenciais, associações comunitárias e lideranças, bem como sobre sua avaliação geral das condições de moradia e vizinhança.

Isso é detalhado em três passos de diagnóstico: o físico-ambiental, o jurídico-legal e o socioeconômico e

organizativo. O primeiro consiste sobretudo em pesquisa técnica de campo, começando pela base cartográfica atualizada e compreendendo características geológicas, saneamento e aspectos urbanos. O segundo envolve uma pesquisa muito morosa de registros fundiários. O último cruza dados entre o censo nacional, a contagem de domicílios e a pesquisa por amostragem. A equipe de planejamento deve ainda realizar pelo menos treze entrevistas individuais (com cinco líderes comunitários, um representante da juventude, quatro moradores antigos, três representantes de grupos engajados na comunidade), perguntando sobre a história do assentamento, instituições culturais, ONGs, facções internas, relações de poder, movimentos políticos organizados, canais de participação, engajamento nos processos do OP e necessidades e demandas gerais. Tais dados devem ser discutidos com o grupo de referência, sistematizados em “diagnósticos parciais” sobre cada um dos três aspectos acima e, finalmente, sintetizados num “diagnóstico integrado”, que constitui o segundo produto do PGE e deve ser aprovado numa assembleia comunitária.

O produto final de um PGE, a chamada “proposta”, apresenta soluções para os problemas diagnosticados ou, pelo menos, diretrizes para lidar com eles. Isso geralmente inclui a gestão de risco geológico, melhorias de saneamento e malha viária, parâmetros de densidade urbana, novos equipamentos públicos, remoção de moradias para criar espaço para tudo isso e definição e alocação de novos prédios de apartamentos. Tais soluções e diretrizes, junto com a estimativa de custo e a definição de prioridades para as futuras demandas no OP, são discutidos com o grupo

de referência e, de novo, aprovados numa assembleia comunitária.

Depois de terminado o PGE, a comunidade deve se mobilizar para obter recursos para cada uma das partes da intervenção via OP. Se for bem sucedida, construtoras são selecionadas por licitação pública. Elas são responsáveis pelos projetos executivos, sem nenhuma participação da comunidade. A Urbel, por sua vez, é responsável pela fiscalização do trabalho das construtoras e por assegurar, com trabalho social e práticas de mediação, que a comunidade não resistirá à intervenção. Usualmente, a Urbel instala um escritório no local e contrata terceiros para assumir essas funções.

Em 2001, um ano depois da regulamentação do PGE, havia 11 planos prontos à espera de recursos, 43 planos em desenvolvimento e 17 planos esperando para serem contratados com o orçamento municipal de 2002.³⁴ Dez anos depois, apenas 54 planos haviam sido terminados. Não há estatísticas sistemáticas quanto às intervenções realizadas. De acordo com o website da Urbel, o programa Vila Viva está sendo implantado em sete diferentes favelas [em 2012]. O intervalo entre planejamento e implementação (parcial) tem sido de pelo menos cinco anos.

Em 2005 a Urbel conseguiu outros recursos para executar o PGE do Aglomerado da Serra, uma grande favela no sul da cidade, rodeada por bairros nobres. Nesse momento, introduziu-se o nome *Vila Viva* para designar o programa responsável pela intervenção propriamente dita. Em 2008 a administração de Lula criou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), alocando um

montante significativo de recursos para a infraestrutura social e urbana, e tornando mais fácil obter recursos também para a implementação dos PGEs, isto é, para o programa Vila Viva. Mas esses recursos financeiros são captados pelo município e não estão atrelados a nenhuma espécie de autogestão ou participação comunitária.

Um passo ou um obstáculo?

Os modestos resultados quantitativos do PGE não devem ser usados como argumento contra esse método, porque quantidade não é nossa principal questão. O que importa são melhorias no ambiente urbano e nas condições de moradia que façam sentido para os supostos beneficiários, isto é, que eles percebam como melhorias qualitativas na sua vida cotidiana e nas suas perspectivas de futuro. O *Manifesto Vila Morta*, bem como petições do Ministério Público contra a Urbel indicam que esse não é sempre o caso. Pesquisas qualitativas recentes acerca das intervenções do Vila Viva face às práticas cotidianas nas favelas demonstram a mesma coisa.³⁵ Uma explicação detalhada dos conflitos levaria longe demais, mas cabe mencionar que os moradores reclamam sobretudo da perda de qualidades das quais provavelmente nem tinham consciência antes.

Para ilustrar isso brevemente, tomamos alguns extratos de entrevistas conduzidas por Izabel Melo no Aglomerado da Serra.³⁶ Sobre a nova malha viária, por exemplo, os moradores dizem que ficou mais fácil atravessar a favela de carro, mas não chegar a lugares dentro da favela a pé, porque muitos atalhos foram fechados. *Aqui antes tinha uma escadinha que chegava ali ó.*

*Era meio ruim, mas a gente chegava rapidinho.*³⁷

Na comparação com a área (re)urbanizada, eles dizem que na favela: *cada um tem o seu céu em cima; eles [os vizinhos] moram na minha janela; eu tinha duas varandas e uma vista linda da cidade; tinha quintal com cachorro, galinha, tinha minhas plantas medicinais; tinha laje e eu pretendia construir para minha filha ter o canto dela*. Sobre os novos apartamentos, os moradores dizem que: *não dá para mim trabalhar, eu não tenho espaço; agora só tô com um passarinho; onde estende roupa?; a gente é obrigado a ficar aqui, até eu juntar outro dinheiro; não vejo a hora de mudar daqui, as contas são muito altas, eu enjoei*.³⁸ Um menino que vinha de uma visita ao primo num dos novos apartamentos resumiu a diferença:

Não pode correr dentro de casa. Batê o pé. O Prefeito falou. [...] Aqui não pode dar festa, fazer barulho, som ligado até de noite. No morro pode fazer o que quiser. Ninguém reclama, todo mundo faz. E são os mesmos vizinhos que estão aqui e lá! Acho que é porque aqui é apartamento, e tem lei. Lá não, a gente combina com o vizinho o que quer.³⁹

Melhorar a vida cotidiana e as oportunidades é improvável se as pessoas não podem decidir por si mesmas que qualidades importam, considerando a dimensão individual tanto quanto a coletiva. O prerequisite para uma tal decisão é a autonomia, não apenas como liberdade de escolha entre opções dadas, mas como possibilidade de criar tais opções coletivamente e recriá-las ao longo do tempo. O menino citado acima chama isso de “combinar com o vizinho o que quer”, em contraposição às “leis” e ao “prefeito” dizendo que crianças não devem correr dentro dos apartamentos. Embora isso soe engraçado, capta bem

a ideia de uma instância externa definindo aspectos da vida cotidiana que não afetam ninguém para além dos 'vizinhos'. Portanto, não se trata de os especialistas compreenderem melhor as necessidades das pessoas. Cidadãos não são primariamente consumidores, tampouco estão interessados em consumir uma nova mercadoria espacial a cada vez que suas experiências e suas opiniões mudam. Acentuando mais uma vez a assertiva de Harvey, o ponto é o nosso direito humano de "fazer e refazer nossas cidades e a nós mesmos".^{4º}

Isso nos leva de volta à pergunta se, no contexto do PGE, a participação é um passo em direção à autonomia ou se está essencialmente atrelada à heteronomia. Como já dito, a autogestão para a melhoria de favelas nunca foi seriamente debatida em Belo Horizonte. A participação prevista no método do PGE não dá à comunidade nenhum poder para tomar decisões diretamente; no melhor dos casos lhe dá um pouco de influência sobre o resultado. A questão é, portanto, se práticas como a informação, a consulta e o apaziguamento favorecem o salto qualitativo em direção à parceria, à delegação de poder e, por fim, ao controle cidadão, ou se eles impedem esse salto. Dito de outro modo, a questão é se as práticas participativas num processo de PGE tornam indivíduos e instituições mais abertos e mais preparados para mudanças futuras na distribuição de poder.

Um aspecto crítico nesse sentido é que o método do PGE obedece à sequência convencional do planejamento, com levantamento de dados, diagnóstico e propostas, que engata bem na sequência igualmente convencional de planejamento, construção e uso, como se o ambiente

urbano fosse um produto acabado e não um processo em curso e em constante mutação, feito por pessoas capazes de agir segundo suas próprias escolhas. Embora essa contradição entre processos (urbanos) e produtos (planejados) não seja exclusiva das favelas, ela certamente é mais violenta em contextos onde as pessoas estão acostumadas a contar com suas próprias iniciativas. Mesmo intervenções concebidas como ‘estruturais’ – em contraposição às pontuais – não paralisam a dinâmica de produção do espaços nas favelas; tanto é que as áreas (re)urbanizadas precisam ser fechadas e vigiadas para que não sejam ‘favelizadas’ novamente, isto é, usadas pelos moradores para propósitos não estabelecidos nos planos. A nosso ver, a única maneira de superar esse trabalho de Sísifo (os técnicos da Urbel o chamam de ‘enxugar gelo’) é um plano no sentido de John Turner, como um dispositivo que põe limites para abrir possibilidades de ações contínuas e não predefinidas. Mais do que “obrigar os atores a seguir linhas de procedimentos”, o plano deve pôr “os limites para aquilo que os atores possam fazer por sua própria iniciativa e do seu próprio modo”.⁴¹ O processo interminável de intervenção pública e entropia só pode ser superado no âmbito do espaço micro-local pelo engajamento dos moradores. Mas por que eles se engajariam em algo que não podem definir e redefinir coletivamente ao longo do tempo? Essa abertura é tolhida pela sequência prescrita de levantamento, diagnóstico, proposta, construção e uso.

Precisamente essa sequência estrutura todo o arranjo participativo do PGE e, inversamente, esse arranjo reforça a sequência convencional. Para começar, há a vinculação

do PGE ao OP, como um prerequisite para qualquer demanda. Embora a discussão da inutilidade de intervenções pontuais tenha sido bem pertinente em princípio, ela não levou a uma revisão crítica exaustiva dos procedimentos de planejamento, nem da sequência planejar-construir-usar. Planejadores, administradores e mesmo líderes comunitários persistiram na visão de uma favela que, pouco a pouco, se aproximaria da situação idealizada num plano, até ficar 'pronta'. Ninguém parece ter feito a pergunta fundamental sobre como o planejamento poderia fazer sentido em combinação com as formalidades da administração pública, um orçamento limitado e um meio urbano em constante mutação, produzido por pessoas ativas. Assim, o problema é percebido como se estivesse na alocação de recursos públicos, não nos fundamentos do PGE. Ao mesmo tempo, a bem intencionada vinculação das demandas a um plano prévio obstrui o próprio OP como um canal de engajamento espontâneo de comunidades auto-organizadas.

Planejadores que trabalharam com o método do PGE percebem as consequências mas não necessariamente as causas da contradição entre a dinâmica urbana das favelas e a lógica do planejar-construir-usar.⁴² Eles tendem a ver o principal problema no intervalo entre o PGE e a intervenção real: "a comunidade perde toda a memória do processo [participativo]".⁴³ Mas essa 'perda de memória' indica que os moradores foram convencidos a aprovar propostas que entenderam como um empreendimento externo, não como parte de suas próprias práticas. Mesmo se um plano fosse desenvolvido e implementado direta-

mente, em curto prazo, essas práticas persistiriam depois da intervenção, a não ser que as pessoas fossem forçadas a abandonar toda especificidade de seu modo de produzir espaço. Nesse sentido, o problema não é a descontinuidade, mas a própria sequência.

Um segundo ponto crítico, relacionado ao primeiro, é o fato de categorias e conceitos usados no processo de planejamento serem inteiramente baseados na perspectiva técnica, não no conhecimento e na experiência dos moradores. Isso pode acontecer num processo que se pretende participativo pela divisão da participação em duas instâncias: um grupo de referência, que precisa receber treinamento para compreender a linguagem técnica, e uma assembleia que deve confiar no grupo de referência. À primeira vista o arranjo pode parecer indispensável, porque planejadores não estão acostumados a processos participativos e não sabem lidar com a situação de outro modo. Mas a questão crucial é que, com o tempo, a própria existência do grupo de referência se torna uma licença para prosseguir com as mesmas categorias, sem nunca questioná-las. Juntamente com a sequência convencional do planejamento, isso torna o processo quase inacessível a um membro 'ordinário' da comunidade.

O problema começa na fase de mapeamento e levantamento de dados: o tipo de informação coletado num PGE segue as necessidades dos planejadores e da prefeitura, consistindo num fornecimento unilateral de informação, não numa troca ou num diálogo. Ademais, há a incongruência entre a dinâmica urbana e o levantamento de dados como etapa à parte. Os planejadores reclamam que o levantamento toma tempo

demaís e é relativamente inútil, porque quando o plano está concluído a situação já mudou completamente. Palhares observa que “a rigidez do planejamento convencional já é um problema na cidade formal, quanto mais nas favelas”.⁴⁴ Mesmo que a equipe de planejamento tente cumprir a exigência da Urbel, atualizando ainda a menor das mudanças, mapeamento e diagnósticos estão sempre correndo atrás da realidade urbana. Os planejadores sugerem que o levantamento deveria ser menos detalhado, mas não questionam a lógica na qual ele se funda.

Poder-se-ia objetar que o levantamento de dados é apenas a primeira etapa do processo e nem mesmo a mais importante. Contudo, a sequência convencional implica que essa primeira etapa leve diretamente à segunda (o diagnóstico), que por sua vez leva à terceira (a proposta) quase como um corolário lógico. Assim como os planejadores coletam e organizam informações de acordo com categorias técnicas, eles as medem a partir de padrões dados. Esses padrões não equivalem aos aplicados à cidade formal (há alguma reminiscência da discussão sobre a “tipicidade”), mas ainda assim são fixos. O que não lhes corresponde é diagnosticado como deficiência, independentemente do juízo dos moradores; e o que esses percebem como problemas tende a ser desconsiderado se não contrariar os parâmetros técnicos. A mesma coisa se dá com relação à proposta, determinada em grande medida pelas concepções prévias dos planejadores. Uma vez que uma situação foi estruturada segundo certas categorias, o processo de planejamento dificilmente se livra delas.

Diz-se que um problema bem enunciado já seria metade

da solução. De fato, se quisermos melhorar um máquina, curar uma doença ou mitigar a mudança climática, há a necessidade de traduzir o objeto em categorias inteligíveis para nós. Elas nos ajudam a entender o que está acontecendo e a elaborar maneiras de interferir. Isso funciona porque máquinas, vírus e a camada de ozônio não têm a capacidade de definir como governar a si mesmos. Não são capazes de autonomia. A mesma lógica não se aplica a pessoas, a não ser que se vise apenas à manipulação. Por isso não é necessário nem desejável que melhorias nas favelas comecem pela sua tradução em conceitos familiares aos especialistas, mas não aos moradores. Além disso, dado que esses conceitos provêm de uma tradição de planejamento urbano para a cidade formal, eles obscurecem o próprio contexto que deveriam elucidar. Os conceitos podem parecer claros (para nós), mas é provável que muitas vezes sejam apenas uma maneira rígida de eliminar o que não é familiar, uma ausência de novas ideias que faz perder muitos potenciais e características importantes. Em vez disso, deveríamos considerar o fato óbvio de que os moradores têm as mesmas capacidades intelectuais e criativas que outros seres humanos e que eles conhecem sua situação muito melhor do que qualquer grupo externo. Nesse sentido, um processo de planejamento com o objetivo de aumentar a autonomia coletiva se ocuparia primeiro das especificidades de um lugar e daquilo que o planejamento pode significar em cada contexto, em vez de começar pelo intento de enquadrar a vida em códigos técnicos. O que mais importa é que o conhecimento técnico se coloque à serviço do que de fato está ali.

Mas há um terceiro ponto crítico para além da sequência

convencional do planejamento, das categorias técnicas e do fato de ambos estruturarem o tipo de participação usado no PGE e, inversamente, serem reforçados e legitimados por esse tipo de participação. Trata-se do desenvolvimento político dos indivíduos, grupos e instituições envolvidos. No processo do PGE, é muito limitado o interesse em alcançar uma comunicação real e em trazer conflitos à tona para discuti-los.

Talvez isso ocorra em parte por razões econômicas. Quanto ao grupo de referência, “recursos financeiros para pagar aos líderes uma razoável retribuição por seus prolongados esforços”⁴⁵ não apenas não existem, como são proibidos por lei. Quanto à equipe de planejamento, ela não ganha mais por promover extensas discussões, nem ganha menos por operar com uma participação ‘não genuína’. Os procedimentos padrão da Urbel especificam a quantidade mas não a qualidade das reuniões com o grupo de referência e das assembleias comunitárias. Na prática são necessárias apenas atas resumidas, listas de assinaturas e algumas fotografias para provar que a participação atendeu ao padrão.

Mas uma certa (falta de) cultura política também contribui para que se evitem comunicação e conflito. Mais do que pelo debate, o processo participativo no PGE se caracteriza pelo que Forester chama de “construção prematura de consenso”.⁴⁶ O próprio termo ‘comunidade’ (que nós também usamos, por falta de outro tão facilmente compreendido nesse contexto) expressa o pressuposto de uma vizinhança de interesse comum, quando na verdade cada área abarcada por um PGE é composta de diferentes grupos, com diferentes estruturas,

interesses e modos de negociação. Os planejadores tendem a negligenciar essa diversidade, apresentando a si mesmos como “tecnocratas informados” e “mediadores neutros”. Eles agem ideologicamente, no seguinte sentido:

Se planejadores adotarem papéis que ignoram o mundo político, eles irão deturpar seriamente os problemas públicos e as oportunidades. Desviarão a atenção tanto das relações de poder quanto, mais importante, das maneiras pelas quais os cidadãos afetados podem agir para mudar tais relações de poder. Ideologias são distorções poderosas não porque não sejam claras. Antes, elas são tão claras, tão transparentes, que efetivamente deturpam a realidade social e político ao obscurecerem alternativas, encobrirem responsabilidades, encorajam passividade e fatalismo, e justificam a perpetuação de sofrimento desnecessário.⁴⁷

Quando se realizam as assembleias comunitárias, que deveriam ser um fórum político significativo, tanto a equipe de planejamento quanto o grupo de referência (para não falar nos técnicos da Urbel) tendem a direcionar as pessoas à aprovação dos produtos do PGE, um após o outro, sem encorajá-las a realmente discutir o processo ou tais produtos. Cada produto é apresentado à comunidade de uma maneira que o faz parecer tão óbvio e lógico, que é difícil protestar. Sendo concebido principalmente na perspectiva dos planejadores, de tradução da favela para os códigos da cidade formal, o diagnóstico e a proposta reforçam os preconceitos contra a favela, e tornam mais difícil para os moradores valorizar as qualidades do espaço que produziram até aquele momento. É improvável que prevejam as implicações, na vida cotidiana, da perda dessas qualidades.

O grupo de referência pode tentar fazer isso, mas como ele trabalha gratuitamente, seus membros são quase sempre líderes comunitários ou pessoas que têm tempo para participar, tais como aposentados e outros que não trabalham. Para os líderes, preocupados em preservar sua influência na comunidade e fora dela (alguns têm acesso direto ao prefeito e a outras autoridades), há mais ganho político e menos risco num encontro aparentemente amistoso do que num debate ferrenho. E para os membros 'ordinários' do grupo de referência, as relações de poder em jogo são dúbias ou invisíveis. Para citar apenas um exemplo, um homem idoso, membro do grupo de referência do PGE do Morro das Pedras, declarou numa audiência pública não saber "o que significa BGE [sic]"; mais tarde, ele disse que não entendeu o que era tudo aquilo e que "só queria ajudar a comunidade".⁴⁸

Em termos mais gerais, a participação que depende de um grupo especial, convidado a se juntar a um canal privilegiado, tende a desmobilizar a comunidade como um todo, sobretudo quando esse grupo tem apenas funções representativas.⁴⁹ Seria diferente se ele tivesse poder de decisão e se esse poder lhe tivesse sido delegado pela comunidade: o grupo seria apoiado e monitorado coletivamente, trabalhando com a premissa de que cada membro seria um porta-voz de opiniões e decisões previamente discutidas com os outros moradores. Mas um grupo que é apenas uma 'referência' tende a travar o engajamento de outras pessoas e a favorecer a passividade.

Poder-se-ia argumentar que tudo isso não é uma participação genuína e que, portanto, não é uma evidência

contra tal participação. O contra-argumento seria que não há maneira de prescrever 'engajamento sincero' ou 'participação honesta' como política pública. Na prática, a maioria dos planejadores e mediadores não tem as habilidades e a consciência política que seria necessária para seguir o conselho de Forester e promover uma comunicação melhor.⁵⁰ Mas se as tivessem, a qualidade do processo ainda assim dependeria da boa vontade e do caráter de cada indivíduo singular, em vez de depender de uma estrutura coletivamente definida e sustentada.

A esquia de conflitos segue uma dinâmica política que ainda ocorre em muitas situações relacionadas a demandas sociais na democracia brasileira: uma discussão inicial muito participativa é mais e mais restringida quando se chega às ações concretas e, por fim, desemboca em práticas bastante convencionais. Isso ocorreu na Constituinte, quando a emenda popular pela reforma urbana foi gradualmente suprimida e a maioria de suas demandas adiada para regulamentações posteriores; aconteceu quando o Estatuto da Cidade foi aprovado treze anos depois, em teoria provendo os instrumentos para democratizar as cidades, que na prática tinham que ser novamente regulamentados (no nível municipal); aconteceu em Belo Horizonte, quando a representação popular do Conselho de Habitação foi reduzida e quando a possibilidade de autogestão em favelas desapareceu da agenda. Tudo isso é reforçado por uma atenção exagerada a formalidades e pela crença de que mudanças na legislação já significam mudanças na vida das pessoas.

Por outro lado, o próprio fato de que reivindicações de movimentos populares estejam incorporadas em novas

leis e políticas parece dar aos atores envolvidos a certeza de que todo o contexto e as ações engendradas como seu resultado, já sejam democráticos e participativos. Mas na verdade a participação no nível nacional ou mesmo municipal, que influenciou revisões e criações de leis e políticas, ainda não significa que os planos e as intervenções resultantes não sejam impostos de cima para baixo e percebidos como tais. O planejamento continua essencialmente heterônomo enquanto as condições locais e micro-locais forem determinadas por regras *a priori*, mesmo que tais regras sejam aceitas pelos participantes. Democracia não emana de cima.

Silke Kapp

Alienação via mobilidade. *Oculum Ensaios*, v.15, p. 30-41, 2012.

Trata-se de uma reflexão não derivada diretamente de pesquisas empíricas, mas escrita no contexto do desenvolvimento do PDDI-RMBH, do qual o Grupo MOM participou (cf. "Direito ao espaço cotidiano"). É uma crítica da naturalização da ideia de mobilidade como um bem em si mesma.

Alienação via mobilidade

[2012]

Mobilidade como liberdade

A mobilidade é habitualmente considerada um bem, seja como possibilidade de deslocamentos cotidianos numa mesma região (mobilidade urbana) ou deslocamentos sazonais para além dela (mobilidade geográfica em geral), seja como possibilidade de mudança de domicílio (mobilidade residencial). Assim, prevalece um eufemismo em relação aos dispositivos que ampliem qualquer uma dessas possibilidades, não importando se o deslocamento é livre, induzido ou compulsório. O fato de se criarem mais dispositivos para que mais pessoas se desloquem mais vezes e para mais longe parece, erroneamente, equivaler a um aumento de liberdade, independência e autonomia de ação.

É claro que ninguém com um ideário minimamente democrático seria, por princípio, contrário à liberdade de ir e vir. O problema é que essa noção se reveste facilmente de hipocrisia. O dispositivo de ampliação da mobilidade, que, numa fase inicial, parecia de fato livre, torna-se compulsório com facilidade. A mobilidade de alguém que passa cinco horas diárias no transporte público entre moradia

e trabalho não significa nenhuma liberdade, tampouco o são as mudanças provocadas por remoção, pressão imobiliária, desestruturação do contexto local, perseguição política, pobreza, clima, falta de oportunidades. Até mesmo o turismo - termo esse que sempre carrega consigo a conotação de férias e tempo livre - tem sido praticado menos por opção do que por falta de opção, sobretudo no setor do chamado turismo de negócios. Os funcionários dos *global players* não circulam pelo mundo como abastados do século XVIII em *Grand Tour*, nem como *globetrotters*, mas como agentes de articulação entre mercados, empresas e instituições cujos destinos representam apenas pontos indiferentes de um mesmo empreendimento.

Uma questão óbvia nisso tudo é a relação direta entre o incremento de mobilidade e o consumo cada vez maior de recursos naturais (energia, matérias primas e espaço, sobretudo). Mas o raciocínio que vê no impacto ambiental da mobilidade o seu principal aspecto negativo costuma desembocar em tentativas de diminuir esse impacto sem questionar os deslocamentos enquanto tais e sem questionar seus efeitos políticos. Os prejuízos de uma mobilidade compulsória estão longe de se restringir à questão ambiental. Melhor do que substituir o automóvel particular pelo transporte coletivo ou pelo transporte não motorizado seria reduzir drasticamente a necessidade de longos deslocamentos diários de milhões de pessoas. Melhor do que criar novos loteamentos, conjuntos e condomínios ditos sustentáveis seria interromper os mecanismos que obrigam à mobilidade residencial e que a fazem equivaler à mobilidade social, seja no sentido ascendente ou descendente. Em suma, contrariando a já

automatizada associação entre liberdade e movimento, caberia discutir como justamente a mobilidade pode significar uma forma de interdição e desestruturação da liberdade, em especial daquela liberdade que se manifesta como autonomia coletiva na produção do espaço.

Autonomia no espaço

Autonomia é a possibilidade e a capacidade de indivíduos e grupos darem a si mesmos suas próprias normas. Portanto, autonomia não é o mesmo que arbitrariedade individual ou ausência de regras, mas, pelo contrário, contém a ideia do *nomos*, da norma. Contudo, essa norma não é imposta por uma instância externa (como nas situações de heteronomia), mas sim definida por aqueles que a ela estarão submetidos. Também por essa razão, a noção de autonomia é muito mais significativa quando entendida coletivamente, como um conjunto de acordos entre um grupo igualitário de pessoas, não hierárquico.

O que isso quer dizer em termos espaciais? Como foi extensamente discutido por Lefebvre, o poder sobre a produção do espaço equivale ao poder sobre a sociedade em geral ou, inversamente, não há poder na sociedade que não seja também poder sobre a produção social do espaço.¹ Não é difícil verificar isso nas cidades brasileiras, cujo desenvolvimento tem sido sempre mais pautado por interesses econômico-políticos do que pelos interesses e necessidades cotidianas da população em geral. Esta costuma estar submetida a uma produção heterônoma do meio urbano e até doméstico, da mesma maneira como está submetida a heteronomias nas esferas econômica, cultural e política. Na realidade, tais esferas são insepará-

veis entre si e inseparáveis da dimensão espacial.

Em contrapartida, a autonomia no espaço – a possibilidade de determinação do espaço por aqueles que o usam ou habitam – significaria necessariamente uma rearticulação de poder em favor da escala local e microlocal. Como ressoa no velho termo *comunismo*, a liberdade começa na comuna ou na pequena unidade sócio-espacial. Não há dúvida de que é impossível resolver todos os problemas de uma sociedade complexa, a partir, somente, de pequenas unidades espaciais autônomas justapostas. Mas, por outro lado, uma democracia representativa em que legislam sobre o espaço apenas instâncias espacialmente muito abrangentes (de prefeituras a organizações supranacionais) leva, invariavelmente, à alienação do espaço cotidiano. Por mais bem intencionados que sejam os mecanismos da chamada participação popular, é impossível que haja autonomia coletiva em estruturas nas quais um único “representante” se põe no lugar de milhares de indivíduos ou pequenos grupos que, no interior dessas estruturas, nem sequer conseguem se fazer ouvir. Uma transformação social com sentido emancipatório deve incluir a autonomia na produção do espaço, a começar pela escala mais imediatamente concernente à vida cotidiana.

Embora a ideologia da propriedade privada e do enraizamento primordial no território (que é o ponto em que Heidegger e o nacional-socialismo convergem) torne suspeita qualquer discussão da chamada territorialidade, ainda assim, cabe lembrar que seres humanos são *res extensa*, têm corpos e vivem espacialmente, não apenas num sentido metafórico. Mantê-los sempre em movimento

equivale à dominação – tanto quanto mantê-los cativos. Nos dois casos, o poder sobre o tempo é correlato do poder sobre o espaço. Uma sociedade de indivíduos que se movem continuamente em espaços determinados, de forma heterônoma, nunca é emancipada, da mesma maneira que o turista – em sua modalidade nova ou antiga – não é autônomo, mas, pelo contrário, obrigado a se submeter a regras alheias. Sua experiência da heteronomia também pode ser valiosa, desde que aconteça por opção, como forma de conhecimento. Para haver essa opção, deverá haver alternativa, isto é, a possibilidade de um engajamento efetivo e de longo prazo num determinado território, com decisões sobre sua configuração, seu compartilhamento, o uso de seus recursos naturais e sua forma de absorver necessidades e eventos humanos.

Tempo e espaço vividos

Numa investigação intitulada “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”, o historiador E. P. Thompson descreve o processo social de mudanças e conflitos que levou à separação analítica das dimensões de tempo e espaço, assim como ao domínio do tempo quantificado do relógio sobre o tempo vivido ou natural. Para ele, tempo vivido é aquele definido pelos ciclos naturais, pelo corpo com suas paixões e seu tédio, pela ação e pelo evento; ele é o tempo que as crianças compreendem antes de serem disciplinadas pela escola. Suas medidas são imprecisas aos olhos modernos: Thompson menciona expressões como ‘uma Ave Maria’, ‘um torrar de milho’, uma ‘mijada’ (*a pissing while*).²

Perceber esse tempo é perceber seus conteúdos. Na verdade, *ele não existe sem seus conteúdos*. Não faz sentido dizer que o tempo vivido ‘passa’ ou que pode ser usado ou poupado. Da mesma maneira como não se deixa apartar dos acontecimentos, o tempo vivido não se deixa apartar dos espaços desses acontecimentos. O dia, o intervalo variável entre a aurora e o crepúsculo, é o tempo de um movimento (dos corpos celestes) no espaço. Inversamente, a jornada, o caminho que se consegue percorrer a pé num dia, é usada como medida de distância. Thompson menciona um relato do dramaturgo J. M. Synge³ sobre sua vida nas Ilhas de Aran, no qual deixa evidente a inseparabilidade de tempo e espaço vividos: as pessoas ali mediam o tempo pela sombra do marco da porta no chão da cozinha; em dias de vento sul, quando essa porta ficava fechada, desaparecia a medida de tempo.

Thompson também remete à diferença que Lefebvre traça entre ‘tempo cíclico’ e ‘tempo linear’, para indicar a contraposição acima discutida. Mais importante, no entanto, parece ser o uso que o último autor faz da expressão ‘espaço vivido’. Ao ampliar a compreensão dos processos sociais de uma perspectiva histórica para uma perspectiva também espacial, Lefebvre evidencia como os imperativos do capitalismo colonizam o espaço pelo menos tanto quanto colonizam o tempo, moldando a vida cotidiana das modernas sociedades industriais.⁴ Nessas sociedades, assim como o tempo é fragmentado e depois reunido segundo a estrutura funcional abstrata do relógio, o espaço é fragmentado e reordenado abstratamente.

Ora, a mobilidade moderna nada mais é do que a articulação entre essas duas dimensões de tempo e

espaço, ambas tornadas abstratas. Em outras palavras, a mobilidade moderna é a articulação entre um tempo não vivido e um espaço não vivido. O primeiro fenômeno a incidir substancialmente nas duas dimensões talvez tenha sido o desenvolvimento do transporte ferroviário no século XIX: com ele, o tempo e o espaço da viagem se tornam independentes dos acontecimentos dentro e fora dos trens; qualquer evento que altere o destino ou a duração do percurso nada mais é do que um transtorno.

Uma das sátiras mais conhecidas dessa diferença entre mobilidade abstrata e mobilidade vivida é o longa-metragem *Mon Oncle* (Meu Tio), realizado por Jaques Tati em 1956-1957. Ali se contrapõem a abastada casa modernista no novo e bem planejado subúrbio (moradia do sobrinho Gerard) e o cortiço cheio de improvisos no antigo e decadente distrito de Saint-Maur-des-Fossés (moradia de seu tio). A essas duas moradias correspondem duas condições de movimento cotidiano: o moderno, sempre orquestrado por espaços e equipamentos predeterminados; e o antigo, que traz a lembrança de alguma espontaneidade de ação. Notável a respeito desse filme, além da caricatura da arquitetura e do urbanismo modernistas, é o fato de ele ter sido um sucesso de público e crítica. Muitos parecem ter-se identificado com as contradições em cena.⁵ O filme *Play Time*, que Tati conclui dez anos mais tarde, passa-se numa gigantesca cidade cenográfica de concreto e vidro (Tativille), sem o contraponto de um espaço pré-moderno. Coincidência ou não, foi um fracasso.

Outras mobilidades

O movimento é parte essencial de quase todas as utopias urbanas do século XX, a começar por projetos como *La Citta Nuova* (1912–1914) do futurista Antonio Sant’Elia, ou a *Ville Contemporaine* (1922) de Le Corbusier. Mas enquanto esses são exemplos de configurações que mais promovem do que criticam a mobilidade abstrata, tida por inerente ao funcionamento da sociedade industrial, as décadas de 1950 e 1970 produziram alternativas mais incisivas para uma recuperação ou reinvenção do que se poderia denominar mobilidade vivida. Isso vale particularmente para as concepções herdadas ou criadas pela Internacional Situacionista, tais como o urbanismo unitário, a psicogeografia e a deriva. Ao contrário dos exemplos acima citados, não se trata aqui da determinação de uma ou outra forma física que a cidade deveria ter depois de ‘pronta’ e pela qual os habitantes poderão então circular. O conceito de urbanismo unitário rompe, antes de mais nada, com essa abordagem que os ingleses chamam de *blueprint planning* e da qual modelos como o de Sant’Elia e Le Corbusier também são reféns.⁶ Em vez disso, o urbanismo unitário almeja outra prática de produção do espaço urbano, que “induz à transformação permanente, a um movimento acelerado de abandono e de reconstrução da cidade no tempo e, ocasionalmente, também no espaço”.⁷

Na concepção de seus autores, esse urbanismo crítico poderia e deveria ser aplicado a cidades e sociedades existentes (na década de 1950), em vez de definir de antemão uma forma da cidade futura. Um exercício nesse sentido seria a deriva: “uma técnica de passagem rápida por

ambiências variadas”, realizada por pequenos grupos de pessoas, geralmente durante “o intervalo de tempo compreendido entre dois períodos de sono”, numa extensão que poderia variar da vizinhança até a grande cidade, dependendo dos objetivos e das motivações conscientes ou inconscientes dos participantes.⁸ Por um lado, a deriva é a negação determinada da funcionalidade usual do movimento e, por outro, a tentativa de recuperação de uma experiência subjetiva, não mecânica e não rotineira desse movimento. “Uma ou várias pessoas que se dediquem à deriva estão rejeitando, por um período mais ou menos longo, os motivos de se deslocar e agir que costumam ter com os amigos, no trabalho e no lazer, para entregar-se às solicitações do terreno e das pessoas que nele venham a encontrar”.⁹

Mas o conceito da deriva não é apenas “absolutamente oposto às tradicionais noções de viagem e passeio”.¹⁰ Sua crítica vai além dos deslocamentos cotidianos usuais. A deriva e a própria ideia do urbanismo unitário são também críticas às formas de habitação urbana e à contraposição espacial de movimento e repouso prescrita no zoneamento da Carta de Atenas mediante a separação das funções de habitação, trabalho, lazer e circulação (daí também o termo “unitário”). O urbanismo unitário deveria significar um espaço urbano mutável, experimentado, apropriado e refeito continuamente, que possibilitaria uma síntese de autonomia (pelo menos individual) e movimento.

Velha Babilônia

Constant Nieuwenhuys procurou traduzir isso num modelo espacial “que abandona o conceito de ‘assentamento’ e

em vez disso enfatiza a mobilidade, a liberdade de tempo e espaço"¹¹: a *Nova Babilônia*, cujos desenhos iniciou em 1956. A empreitada tem algo de paradoxal, pois não deveria haver modelo de uma cidade produzida continuamente por todos os seus "vivenciadores"¹². O próprio Constant tenta fugir desse paradoxo, afirmando que não se trata de um projeto de urbanismo, de uma estrutura arquitetônica ou de uma obra de arte, mas da "tentativa de materializar a teoria de um urbanismo unitário".¹³

No entanto, justamente esse tipo de tentativa reduz o potencial da crítica que lhe dá origem. Em lugar de fomentar a compreensão da realidade e eventualmente transformá-la pela conjunção de múltiplos raciocínios e ações, a crítica tornada 'construtiva' e traduzida em proposta concreta tende a ser apenas uma imagem invertida do real, cuja recepção se limita a uma avaliação de viabilidade com os parâmetros da sociedade tal como ela é. Marx e Engels já combatiam o socialismo utópico pela mesma razão.

De fato, a concepção de Constant segue em muitos aspectos a lógica da sociedade que pretende superar. Sua ideia de substituição da moradia fixa por "uma espécie de hotel residencial [...] que permite uma mudança frequente de domicílio"¹⁴ está bem próxima do cotidiano dos *frequent travelers* atuais, no qual, aliás, transporte e moradia se confundem. E a concepção de Constant acerca da abolição do trabalho não criativo e da "reativação da gigantesca potência criativa [das massas]", que resultaria numa "organização constantemente variada do meio ambiente", tornaria o movimento tão incessante quanto ele é de fato no produtivismo real.

Adorno alertou há mais de 60 anos para essa armadilha da identificação da sociedade emancipada com “um comportamento humano formado a partir do modelo da produção como fim em si mesma” ou “a ideia da atividade sem peias, da criação ininterrupta, da insaciabilidade de boca cheia, da liberdade como empresa a todo vapor”; em vez disso, “talvez a verdadeira sociedade se farte do desenvolvimento e deixe, por pura liberdade, possibilidades sem utilizar”; a utopia deveria incluir a hipótese de não se fazer nada – “*Rien faire comme une bête*”.¹⁵

Assim, certo caráter reacionário da Nova Babilônia não advém apenas do fato de que o modelo físico ou desenhado “acaba congelando, restringindo e aprisionando o próprio discurso que pregava a mobilidade, a liberdade total e a criação da cidade pelos seus habitantes”.¹⁶ Igualmente questionável é esse discurso mesmo ou o urbanismo que faz da mobilidade um ideal. Yona Friedman, que também formula concepções de arquitetura móvel e cidade espacial na mesma época (com megaestruturas desmontáveis e adaptáveis aos desejos de seus ocupantes), critica Constant por essa hipóstase da mobilidade, considerando que seria melhor oferecê-la a quem quiser do que impor mobilidade sem-fim a todos.¹⁷

Maquiavel por Debord

Essa distinção entre mobilidade livre e mobilidade compulsória torna-se mais contundente em *A Sociedade do Espetáculo* (1967), principal obra teórico-política de Guy Debord, redigida já numa fase de questionamento do urbanismo unitário. O texto como um todo é uma análise

do capitalismo industrial e das novas formas de alienação num estado de bem-estar social ainda não abalado pelas crises econômicas da década de 1970, mas já plenamente estruturado para o consumo de massa. Tema central de Debord é, como o próprio nome diz, o *espetáculo* ou “uma relação social entre pessoas mediatizada por imagens”.¹⁸ Mas ele não quer simplesmente demonizar meios de comunicação, entretenimentos triviais, anúncios e propagandas ou, enfim, o mundo de representações de uma indústria cultural que existiria, por assim dizer, ao lado do mundo real. Sua premissa é que a sociedade do espetáculo transforma em representação tudo o que já foi ou poderia ser diretamente vivido, inclusive tempo e espaço cotidianos. Por isso, o ensaio inclui capítulos especificamente dedicados ao “tempo espetacular” e à “ordenação do território” (*L'aménagement du territoire*).

O capítulo sobre o território descreve a produção de um espaço globalizado, homogêneo, fragmentado, pasteurizado, no qual desaparecem paulatinamente as características que outrora fizeram das cidades lugares potenciais de emancipação. Tal capítulo é precedido por uma citação de *O Príncipe* de Maquiavel:

Quem se torna senhor de uma cidade habituada a viver livre, e não a destrói, será destruído por ela, porque ela sempre invocará, na rebelião, o nome de sua liberdade e de sua antiga ordem, as quais nem o passar do tempo nem os benefícios jamais farão esquecer. Não importa o que se fizer ou as precauções que se tomarem, se não se expulsarem e se dispersarem os habitantes, eles não esquecerão aquele nome e aquela ordem [...].¹⁹

Maquiavel faz a recomendação acima para quem pretende dominar “cidades ou principados que, antes de serem ocupados, viviam sob suas próprias leis”, isto é, cidades que tinham *autonomia* ou normas próprias, em contraposição a cidades “habitadas a viver sob o governo de um príncipe”.²⁰ Para Maquiavel, destruir uma cidade livre significa tanto o desmantelamento de suas estruturas políticas, quanto a alteração radical de suas estruturas físico-espaciais. Nos *Discursos*, ele explicita esse último aspecto: o conquistador “deve destruir as velhas cidades e construir cidades novas, e transferir os habitantes de um lugar a outro; em suma, não deixar coisa nenhuma intacta”.²¹

As cidades que Maquiavel tem em mente não são comparáveis às nossas metrópoles e nem mesmos às metrópoles do tempo de *A Sociedade do Espetáculo*. Quando *O Príncipe* e os *Discursos* foram escritos, na década de 1510, Florença contava em torno de 50 mil habitantes, o que equivale, hoje, a um terço de Copacabana, metade da favela da Rocinha ou duas vezes a cidade de Parati.²² Transposta para termos atuais, a reestruturação de uma cidade na escala de Maquiavel corresponderia à reestruturação de um bairro ou de uma favela consolidada. Mas, de um modo ou de outro, continua verdade que forçar a chamada mobilidade residencial implica desfazer redes sociais que, para além das relações afetivas, significam força política. *Alienar* é tornar estrangeiro e impotente. Inversamente, a autonomia da cidade depende da consciência dos cidadãos em relação ao espaço que ocupam e produzem, e essa consciência é historicamente construída. Assim, as duas

teses de Debord sobre “A ordenação do território” que sucedem a citação de Maquiavel são uma crítica àquela ruptura de barreiras regionais que hoje chamamos de globalização. Debord a toma em analogia com o desmantelamento da cidade livre:

A produção capitalista unificou o espaço, que não é mais limitado pelas sociedades exteriores. Esta unificação é, ao mesmo tempo, um processo extensivo e intensivo de banalização. A acumulação das mercadorias produzidas em série para o espaço abstrato do mercado, do mesmo modo que quebrou todas as barreiras regionais, legais, e todas as restrições corporativas da Idade Média que mantinham a qualidade da produção artesanal, também dissolveu a autonomia e a qualidade dos lugares.²³

Assim como os habitantes de uma cidade destruída e reconstruída por um conquistador, os habitantes do espaço global produzido pelo capital são tornados estrangeiros e impotentes, porque se desfaz a “autonomia e a qualidade dos lugares” com os quais esses habitantes poderiam se identificar e pelos quais poderiam se engajar diretamente. Debord escreve essa crítica no contexto da suburbanização das cidades europeias, particularmente sob a impressão da construção do *Grand Ensemble* de Sarcelles.²⁴ Para ele, é central a ideia de que a dominação eficaz e duradoura pressupõe a alienação do espaço da vida cotidiana – talvez ainda mais do que a alienação do trabalho. Enquanto o espaço produzido autonomamente e com qualidades locais específicas tende a potencializar a consciência histórica e política dos cidadãos, um espaço sobre o qual a população não tem poder de decisão e ação possibilita o espetáculo, isto é, a substituição da realidade

vivida por representações heterônomas. Assim, o que Debord chama de sociedade do espetáculo depende da atomização espacial dos indivíduos e de sua posterior reunião sob arranjos controlados, seja na fábrica, no supermercado, no clube ou no centro cultural.

Nesse sentido, a mobilidade residencial (o deslocamento dos locais de moradia da população) e a mobilidade urbana cotidiana (os longos percursos da moradia até os locais de trabalho, estudo, lazer, comércio) estão intrinsecamente relacionadas entre si. Ambas as formas de mobilidade se tornaram formas de dominação. Cabe lembrar que, na mesma década de 1960 em que Debord escreve a *Sociedade do Espetáculo*, diversos movimentos práticos e teóricos em favor das vizinhanças se insurgiram contra o desmantelamento do espaço cotidiano, como exemplificam as pesquisas sociológicas de Young e Willmot e o engajamento de Jane Jacobs.²⁵ Mas tais movimentos não foram capazes de detê-lo. A recriação artificial de vizinhanças pretensamente orgânicas não foi, de um modo geral, bem sucedida, talvez porque aos espaços faltasse história e aos habitantes, consciência histórica.

Mas há uma ambiguidade na argumentação de Debord, quanto à já mencionada diferença entre a mobilidade livre e a mobilidade compulsória e alienante. A queda de barreiras não pertence apenas ao ideário das macroinstituições do “mundo administrado” (Horkheimer) e da pretensa liberdade de mercado, mas, ao menos em teoria, equivale também à liberdade humana. Não por acaso ela é evocada nos nomes da *Internacional Comunista* ou da própria *Internacional Situacionista*, cofundada por Debord.

Além de reserva de mercado, barreiras também costumam significar tirania de poderes políticos locais, restrições da liberdade de indivíduos e grupos dissidentes e assim por diante. A Internacional Comunista queria ser tão internacional quanto o capital e suas instituições, sob a premissa de que uma sociedade emancipada não teria barreiras espaciais. Por isso, assim como a relação entre mobilidade e liberdade não é necessariamente positiva, também não é necessariamente negativa. Há aí uma dialética na qual nossas reflexões sobre o urbano deveriam se aprofundar com muito mais contundência do que tem acontecido nas apologias do movimento ou do não-movimento.

Silke Kapp

Direito ao espaço cotidiano. Moradia e autonomia no plano de uma metrópole. *Cadernos Metrópole* (PUCSP), v. 14, 2012, p.463-485.

O direito à cidade era tema do número dos *Cadernos Metrópole* para o qual o texto foi escrito. À luz desse tema, ele retoma parte das premissas e propostas do MOM no PDDI-RMBH (Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte). O PDDI foi contratado pela SEDRU (Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana) junto à UFMG em 2009, sob a coordenação de Roberto Luis de Melo Monte-Mór, Jupira Mendonça e Heloísa Costa. Participaram da pesquisa para o Plano no Grupo MOM: Ana Paula Baltazar, Ana Paula Maciel, Lígia Milagres, Priscilla Nogueira, Tamiris Nascimento, Rodrigo Marcandier, Fernando Soares e Luiz Felipe Quintão.

Direito ao espaço cotidiano

[2012]

A proposição de Henri Lefebvre de um direito à cidade tem sido amplamente utilizada em meios acadêmicos e extra-acadêmicos, com tendência a uma certa banalização. O presente artigo retoma alguns aspectos dessa proposição aqui considerados fundamentais, para então discutir sua relação com a ordem jurídico-urbanística inaugurada pelo Estatuto da Cidade, particularmente no que diz respeito aos princípios de participação e autonomia. A terceira parte explora uma possibilidade de ampliação concreta da autonomia coletiva na escala microlocal, partindo dos estudos da temática habitacional elaborados para o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI-RMBH). Ainda com base nesses estudos, a quarta parte sintetiza os entraves à autonomia nas instituições existentes, e a última parte expõe a proposta de uma Tipologia de espaços cotidianos para estruturar articulações que a favoreçam.

Imaginar a cidade

Há uma entrevista do psicólogo social Erich Fromm à rede de televisão norte-americana ABC no ano de 1958 em que,

a certa altura, ele se diz a favor do socialismo desde que o termo não fosse identificado com o regime então em vigor na União Soviética, mas com “uma sociedade na qual o objetivo da produção não é o lucro, mas o uso, na qual o cidadão individual participa de modo responsável no seu trabalho e em toda a organização social, e na qual ele não é um meio empregado pelo capital”.¹ O jornalista Mike Wallace, reproduzindo o discurso típico da grande mídia ocidental, retruca que o trabalhador que não fosse empregado do capital se tornaria empregado do Estado e estaria numa situação ainda pior. E Fromm, como que solicitando ao interlocutor e ao público a ultrapassagem do raciocínio polarizado entre uma ou outra forma de dominação social, responde: “Temos sido incrivelmente imaginativos em tudo o que diz respeito à técnica e à ciência. Mas quando se trata de mudanças nos arranjos sociais, tem nos faltado totalmente a imaginação”.²

Uma tal imaginação para mudanças nos arranjos sociais também me parece imprescindível à concepção de direito à cidade formulada por Henri Lefebvre. Como sugere Harvey, a gênese dessa concepção pouco antes dos eventos de maio de 1968 provavelmente deva mais ao ativismo nas ruas e vizinhanças de Paris do que à tradição intelectual em que ela (também) se apóia.³ O pleito de Lefebvre não é simplesmente um pleito pela satisfação de necessidades definidas ou induzidas na cidade e na sociedade, tais como são. Pelo contrário, trata-se de “prospectar as novas necessidades, sabendo que tais necessidades são descobertas no decorrer de sua emergência e que elas se revelam no decorrer da prospecção”.⁴ O direito à cidade é o direito de imaginar e realizar a cidade, contínua e

concomitantemente. Lefebvre associa esse processo aos procedimentos artísticos e propõe “pôr a arte ao serviço do urbano” para abrir uma “práxis e poiesis em escala social”.⁵

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à *obra* (à atividade participante) e o direito à *apropriação* (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade.⁶

A expressão lefebvriana tem estado na pauta das discussões nacionais e internacionais, acadêmicas e extra-acadêmicas, especialmente entre grupos que intencionam uma ou outra forma de resistências à globalização de modelo neoliberal e à governança corporativa das cidades que ela tende a promover. Além de inúmeras publicações e da *Carta Mundial pelo Direito à Cidade*, são exemplos nesse sentido conferências como *Rights to the City: Citizenship, Democracy and Cities in a Global Age* (Toronto, 1998) e *Rights to the City* (Roma, 2002), diversos eventos no Fórum Social Mundial, movimentos como o *Right to the City Alliance* (EUA) e o *Recht auf Stadt-Netzwerk* (Alemanha), e legislações como a Lei de Desenvolvimento Territorial na Colômbia e o Estatuto da Cidade no Brasil.

Nesse contexto de difusão relativamente ampla, o significado da expressão “direito à cidade” se tornou objeto de disputa. Diversos autores têm protestado contra sua banalização como simples análogo ou somatório do acesso ampliado a serviços e equipamentos de habitação, saúde, educação, transporte e lazer. Mitchell discutiu em profundidade o que significaria habitação e apropriação da cidade no sentido lefebvriano, muito além da acomodo-

dação de cada família numa unidade habitacional de determinado padrão.⁷ Harvey vem tentando resgatar o caráter emancipatório do direito à cidade, enfatizando que se trata “do exercício de um poder coletivo de dar uma nova forma ao processo de urbanização”.⁸ Souza argumenta que sua “trivialização e corrupção” tende a tornar essa expressão inútil para quaisquer propósitos críticos.⁹ Merrifield retoma as possibilidades de transformação criativa hoje, explorando um artigo tardio em que o próprio Lefebvre abandona a ideia do direito à cidade (“entrega-a ao inimigo”¹⁰) por considerá-la ultrapassada “quando a cidade se perde numa metamorfose planetária”.¹¹ E principalmente Purcell se opôs, já há alguns anos, a leituras superficiais, “escavando” as proposições de Lefebvre até as últimas consequências:

[...] o direito à cidade de Lefebvre é um argumento para mudar profundamente tanto as relações sociais do capitalismo quanto as estruturas vigentes de cidadania democrático-liberal. Seu direito à cidade não é uma sugestão de reforma, nem visa a uma resistência fragmentada, tática, passo-a-passo. Sua ideia é em vez disso uma convocação para uma reestruturação radical de relações sociais, políticas e econômicas na cidade e para além dela.¹²

Segundo Purcell, a diferença entre o direito à cidade intencionado por Lefebvre e as ideias que têm sido veiculadas em seu nome equivale à diferença entre uma democratização parcial das decisões hoje tomadas na esfera do Estado e uma democratização radical de todas as decisões que afetam a produção do espaço urbano, isto é, também daquelas hoje tomadas na esfera do capital. Isso significaria nada menos do que uma rearticulação

mundial de escalas de governança, com a substituição da atual hegemonia do Estado-nação por uma hegemonia das cidades governadas diretamente por seus habitantes. Os resultados disso são inteiramente abertos, imprevisíveis, porque não se limitariam à redistribuição socialmente mais justa das possibilidades disponíveis, nem estacionariam diante dos entraves operacionais determinados pelas instituições existentes. Elas mobilizariam aquele tipo de imaginação solicitado por Erich Fromm, mas nada garante que levariam a um estado de coisas que, nas perspectivas que a cidade e a sociedade atual oferecem, fosse considerado ideal.

Reformar a cidade

No Brasil, a resposta à chamada crise urbana centrou-se por décadas na ideia da reforma urbana; e reforma, como se sabe, não é revolução, pois ocorre dentro de estruturas e instituições sociais existentes. Inaugurada formalmente com o Seminário de Habitação e Reforma Urbana de 1963,¹³ a mobilização por essa ideia se tornou mais expressiva com a elaboração da Emenda Popular da Reforma Urbana,¹⁴ parcialmente acatada nos Artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988. A regulamentação desses artigos pelo Estatuto da Cidade, que pode ser considerada uma conquista dos movimentos e entidades reunidos no Fórum Nacional da Reforma Urbana, permite afirmar que “o Brasil incorporou formalmente a noção de ‘direito à cidade’ em [seu] sistema legal”.¹⁵ O processo possibilitou a criação de uma ordem jurídico-urbanística na qual as chamadas funções sociais da propriedade e da cidade são declaradas prioritárias, bem como a criação de um Ministério das Cidades

para articular políticas habitacionais e urbanas, um Sistema Nacional e um Fundo Nacional de Habitação, e inúmeros órgãos e conselhos estaduais e municipais para detalhá-las e pô-las em prática.

Na perspectiva de transformação radical, aberta e imprevisível que Lefebvre levanta, a incorporação do direito à cidade num sistema legal existente seria contraditória. Há de se convir então que o direito à cidade institucionalizado no Brasil não tem caráter revolucionário. Declaradamente, a “bandeira de luta” da reforma urbana desde os anos 1980 visa, sobretudo, a amenizar a dicotomia entre cidade legal e clandestina, cidade moderna e precária, cidade rica e pobre.¹⁶ A questão é se esse enquadramento mais limitado constituirá um dos muitos expedientes de neutralização das energias críticas nessa sociedade ou se ele pode avançar paulatinamente rumo a mais espaços de democracia direta. No primeiro caso, caberia aplicar-lhe o argumento de Tushnet, de que o engajamento por leis, planos e instrumentos jurídicos tende a ser inútil porque, no melhor dos casos, resulta em documentos de conteúdo escorregadio e de uma linguagem que permite apropriações por agendas opostas, ao ponto de simplesmente legitimar o *status quo*.¹⁷ No segundo caso, caberia o contra-argumento de Mitchell, de que pressões populares podem, sim, levar o Estado de Direito a proteger os socialmente mais fracos e a fortalecer agendas emancipatórias.¹⁸

Erminia Maricato, que foi responsável pela defesa da Emenda perante a Comissão de Sistematização da Constituinte e teve importantes atuações na Prefeitura de São Paulo e no Ministério das Cidades, assumiu recentemente

a alternativa mais pessimista. Ela diagnostica que o ciclo de mobilização no Brasil se encerrou sem alcançar “uma mudança de rota no rumo que orientou a construção das cidades”.¹⁹ A disputa dos capitais por localização e pelo valor de uso complexo das cidades, a indústria imobiliária e as operações especulativas continuam muito mais determinantes na produção do espaço urbano do que qualquer participação popular nas decisões do Estado ou qualquer função social da propriedade. Muito se fez em termos institucionais, abriram-se alguns canais novos, houve um aprimoramento politicamente correto dos discursos (inclusive das frentes mais conservadoras) e um aporte significativo de meios, mas as cidades estão piorando e os supostos avanços dificilmente chegam aos meandros do cotidiano, seja da própria população, seja da administração pública ou do trabalho técnico. Enquanto isso, “o ideário da ‘reforma urbana’ que tem o ‘direito à cidade’ ou a justiça urbana como questão central [...] parece ter se evaporado”.²⁰

Cardoso e Silveira chegam a conclusões semelhantes, se bem que não tão categóricas, acerca dos Planos Diretores elaborados a partir do Estatuto da Cidade: intenções e objetivos relevantes estão em toda parte, mas há poucas medidas e estratégias concretas para sua realização.²¹ Poder-se-ia acrescentar que esse efeito estava quase pré-programado no Estatuto porque, paradoxalmente, a mesma legislação federal que estabelece a função social da propriedade torna sua aplicação inteiramente dependente das instâncias legislativas e executivas municipais (e dos agentes privados capazes de influenciá-las localmente), dando-lhes poder suficiente

para procrastinar tal aplicação por mais algumas décadas. Soma-se a isso a incoerência de programas federais mais recentes, cujos recursos podem atropelar o mais bem intencionado planejamento municipal, como vem ocorrendo em muitos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida ou do Programa de Aceleração do Crescimento.

Por outro lado, assumindo a alternativa menos pessimista, pode-se considerar que a formalização de direitos que o Estatuto oferece, com todas as suas limitações, também protege e fortalece interesses tradicionalmente obliterados nas legislações urbanas brasileiras; ou, indo um pouco mais longe, que “a reforma da ordem legal é uma das principais condições para transformar a natureza do processo de desenvolvimento urbano”.²² Uma condição, no entanto, não significa realização. Mesmo a possibilidade de reformar a cidade – sem revolucioná-la por ora – dependerá da mobilização continuada e crítica da imaginação coletiva para criar suas formas concretas.

Nesse sentido, uma fragilidade fundamental do Estatuto é o papel acessório que nele se atribui à participação popular. Não que ela não seja mencionada inúmeras vezes. Mas as menções têm justamente aquele caráter vago criticado por Tushnet. Como Souza analisa com muita contundência, “a maneira como o Estatuto a esta se refere é, quase sempre, indefinida – admitindo-se uma interpretação que privilegie, a depender da Prefeitura, um processo deliberativo ou meramente consultivo – ou então a tônica é claramente consultiva”.²³ Discutimos em outra ocasião²⁴ que a participação institucionalizada,

orquestrada por técnicos e administradores públicos para satisfazer exigências formais, não é apenas insuficiente, mas pernicioso. Ela não constitui um “degrau” numa “escada da participação”²⁵ cujo topo seria a autogestão ou a autonomia coletiva dos habitantes da cidade²⁶, mas burocratiza, frustra e arrefece o engajamento. Isso vale muito particularmente para o contexto de intervenções em áreas habitadas pela população política e economicamente mais pobre, isto é, naquelas porções da cidade para as quais a ideia da reforma urbana e o próprio Estatuto foram formulados. Nesse âmbito, técnicos e administradores tendem a tomar a participação como uma tarefa entre outras, a ser realizada pelo ‘pessoal do social’ (os assistentes sociais que compõem as equipes de órgãos públicos e empresas privadas) sem influência decisiva sobre os processos e produtos de intervenções urbanísticas ou construções novas.

Ora, a participação não é apenas uma entre outras ideias relacionadas ao direito à cidade. Ela é seu cerne. Talvez a escolha do termo seja infeliz, porque participação, independentemente do adjetivo que a qualifique (plena, verdadeira, genuína, etc.), sempre sugere uma outra instância, não composta pelos próprios ‘participantes’, que determina e coordena o processo. Isso vale mais ainda para a sua especificação como participação popular, pois se há o popular, deve haver o não popular.

Qualquer interpretação do significado político da palavra “povo” tem de partir do fato singular de, nas línguas europeias modernas, ela designar sempre também os pobres, os deserdados, os excluídos. Uma mesma palavra nomeia, assim,

tanto o sujeito político constitutivo [da democracia] como a classe que de fato, senão de direito, está excluída da política.²⁷

Ampliar e concretizar o direito à cidade para além das legislações exige criar possibilidades, não apenas de maior participação popular, mas de autonomia sócio-espacial, isto é, possibilidades para que diferentes coletividades adquiram o direito e a capacidade de definir a produção do espaço, em contraposição à heteronomia ou à definição dessa produção por instâncias alheias. O dilema nesse raciocínio – ao qual volto em seguida – é a escala de abrangência de tais ‘coletividades’.

Direito à cidade e espaço cotidiano

As concepções delineadas acima constituíram algumas das balizas de uma abordagem da temática habitacional elaborada sob coordenação da autora no contexto dos estudos para o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI-RMBH), aprovado em 2011.²⁸ Não obstante suas especificidades, as contradições dessa situação são aplicáveis a muitas outras. Como um plano que está inserido em estruturas institucionais relativamente convencionais, inclusive no que diz respeito à participação, poderia abrir caminho para uma produção do espaço com maior autonomia?

Habitar a cidade, no sentido enfático do “direito à obra [...] e à apropriação”,²⁹ significa poder determinar como se quer habitar, incluindo as características de espaços privados e públicos, as relações entre uns e outros, com o meio natural, com a vizinhança imediata e mediata, com as centralidades e redes urbanas mais abrangentes e assim por diante. As políticas públicas de habitação no

Brasil estão longe dessa compreensão ampla. Quando são destinadas à produção de novos espaços de moradia, via de regra, partem da premissa de grande conjuntos de uso exclusivamente habitacional, com unidades-padrão para famílias-padrão e espaços coletivos e públicos tratados, senão como sobra entre edificações, como circulação ou equipamento de uso predefinido e monitorado.

Tomem-se por exemplo as recomendações do Ministério das Cidades para a elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS), que sugerem que os municípios comecem por “conhecer [quantitativamente] o conjunto das necessidades habitacionais e dimensionar os recursos necessários”.³⁰ Esse dimensionamento de recursos deve ser feito por faixas de renda, com base no custo praticado por unidade habitacional convencional (“vertical e horizontal”) e no valor médio da terra no respectivo setor urbano.³¹ Ainda que se trate apenas de uma estimativa e que o processo possa, em teoria, incluir a concepção de novos parâmetros urbanísticos e tipos arquitetônicos, a quantificação ocorre num momento em que, do ponto de vista operacional, é improvável que uma prefeitura consiga elaborar e orçar alternativas concretas para espaços específicos ou novas organizações da produção por associações, cooperativas e outras entidades comunitárias. A tendência é que sejam reproduzidos processos e rotinas já consolidados e que elas acabem sendo mantidas mais tarde. Existem exceções como os empreendimentos autogestionários, mas quantitativamente são pouco expressivas.

Já políticas e programas destinados à melhoria de assentamentos existentes tendem a reproduzir procedi-

mentos de urbanização da cidade formal, também heterônomos. A população é convidada a participar de processos cuja estrutura está prefixada e nos quais suas informações e opiniões têm pouco ou nenhum peso diante de ditames técnicos, econômicos e burocráticos. Embora seja preferível a processos sem nenhuma participação, essa modalidade de “participação restrita ou instrumental”³² satisfaz o princípio de gestão democrática apenas formalmente e, como já indicado, até dificulta avanços para a autonomia. O direito à moradia entendido nesses termos contradiz o direito à cidade em vez de ampliá-lo.

Para tentar fugir a tais entendimentos naturalizados, a abordagem da temática habitacional do PDDI-RMBH se deu com foco no que denominamos espaço cotidiano. O conceito foi introduzido em analogia à vida cotidiana: se essa última é “aquilo que ‘resta’ quando se subtraem todas as atividades distintas, superiores, especializadas, estruturadas”,³³ espaço cotidiano seria o que resta quando se subtraem espaços ‘distintos, superiores, especializados, estruturados’, como monumentos e redes e equipamentos urbanos de amplo alcance. Define-o o fato de não demandar organização para funções especializadas, tampouco organização por especialistas. Mas o cotidiano não é como uma “planície” contraposta aos “picos” dos momentos criativos; ele é o “solo fértil” no qual surgem avanços criativos e no qual eles são reincorporados.³⁴

O espaço cotidiano seria, assim, a menor escala de um exercício concreto do direito à cidade entendido como direito coletivo de transformá-la. A autonomia na sua produção implica que grupos locais e microlocais

determinem seus processos e desenvolvam-nos ao longo do tempo. Essa possibilidade está focada em relações de vizinhança, na negociação e ação numa coletividade territorial, na capacidade de solucionar diretamente e sem complexos mecanismos burocráticos os fatores de desconforto de ambientes privados, coletivos ou públicos, nas oportunidades de transformar rotinas ou levar a cabo empreendimentos criativos, na perspectiva de definir serviços ou equipamentos disponíveis.

O dilema dessa proposição é, como já indicado acima, a abrangência de uma tal ‘menor escala’ e sua articulação com as demais. Assim como as atividades especializadas não são da ordem da vida cotidiana, mesmo que muita gente se envolva com elas diariamente, um grande equipamento urbano não é um espaço cotidiano segundo essa definição, mesmo que muitos o frequentem todos os dias. Só cabem no espaço cotidiano assim definido porções urbanas cuja influência seja relativamente limitada. No entanto, como determinar esse limite? E como evitar o paroquialismo? Como fugir do fechamento dessas porções urbanas sobre si mesmas que, no pior dos casos, resulta em guetos com autoritarismos locais e sem nenhuma articulação política mais ampla? O já citado Purcell formulou críticas contundentes nesse sentido, batizando de *local trap* a crença de que a escala local teria uma virtude inerente e seria sempre e necessariamente mais propícia à justiça social (ou sócio-espacial) do que a grande escala.

A armadilha local [*local trap*] na literatura sobre a democracia urbana está na pressuposição de que a restituição da autoridade produzirá maior democracia. Assume-se que quanto mais localizadas as instituições de governo, mais democráti-

cas serão. Mais especificamente, o pressuposto é que quanto mais autonomia a população local tiver sobre sua área urbana, mais democráticas e justas serão as decisões sobre aquele espaço.³⁵

O principal argumento contra a hipóstase da escala local é que ela abre mão de outras articulações, sem nem mesmo examiná-las, e assim abre mão também da constituição democrática de coletividades amplas, organizadas, por exemplo, em redes e não em ilhas territoriais. Tudo isso acaba por favorecer as agendas às quais o “localismo” pretende se contrapor, já que em escala regional, nacional ou global deixa de lhes fazer qualquer oposição. Experiências de produção relativamente autônoma de habitações e vizinhanças nas décadas de 1960 e 1970 abriram caminho para a redução de investimentos públicos nas comunidades pobres. Tome-se, por exemplo, os programas de auto-ajuda do Banco Mundial incitados por John F. C. Turner, que Mike Davis critica: “elogiar a práxis dos pobres tornou-se uma cortina de fumaça para revogar compromissos estatais históricos de reduzir a pobreza e o déficit habitacional”.³⁶ Seria importante, no entanto, compreender até que ponto as tentativas de incremento da autonomia na escala microlocal engendradas por Turner e outros se fragilizaram por falta de uma discussão mais abrangente da economia política da produção social do espaço. Como nota Cardoso, Turner pressupõe um processo evolutivo de integração social concomitante ao desenvolvimento econômico dos países “atrasados”, deixando de lado as desigualdades estruturais que marcam esse desenvolvimento e que não serão eliminadas pelo simples crescimento.³⁷ Na mesma linha

dos advogados da nova direita, os engajados nessa autonomia restrita tenderam a identificá-la com “empreendedorismo”.³⁸

Por outro lado, assim como não cabe uma hipóstase da escala local ou microlocal, não cabe seu oposto. O espaço cotidiano e particularmente a habitação não constituem, em si mesmos, um equipamento ou serviço que possa ser determinado a partir de um planejamento em escala metropolitana. Mesmo que ele fosse plenamente participativo, não poderia contemplar as características específicas que definem qualidades e mazelas de cada pequena porção do território. Então, é preciso admitir a impossibilidade de que se faça jus a todas as nuances da escala microlocal em discussões de tal abrangência, em vez de ceder à “propensão ao gigantismo”³⁹ estimulada por uma aparente eficiência técnica e administrativa. Além de anular qualidades microlocais e possibilidades de ação dos habitantes ao longo do tempo, ela favorece as interferências sistêmicas de instâncias “superiores” no cotidiano – essa “mistificação profissional das atividades cotidianas”⁴⁰ por administradores, sanitaristas, urbanistas, arquitetos e afins – que certamente não garante maior justiça social e, ainda por cima, perpetua a dominação social na forma da tutela.

No processo de discussão da temática da habitação no PDDI-RMBH, entendemos que uma saída possível para esse dilema seria um planejamento metropolitano que, em vez de projetar esse ou aquele modo de vida, garantisse alguns limites à interferência das operações de grande escala nas menores porções urbanas e, ao mesmo

tempo, oferecesse condições favoráveis para que essas porções se articulassem entre si e com escalas mais abrangentes. Qualquer espaço cotidiano numa metrópole sofre, com maior ou menor intensidade, impactos metropolitanos produzidos por fenômenos como dinâmica imobiliária, investimentos públicos, grandes empreendimentos produtivos, condições ambientais ou estrutura de transporte e mobilidade. O planejamento deveria ajudar a criar uma relação de forças mais equilibrada entre essas escalas, removendo obstáculos a uma maior autonomia microlocal, examinando como instâncias de governança mais abrangentes podem apoiar ações nessa escala e ampliando as possibilidades de constituição de redes entre espaços cotidianos microlocais.

A abordagem então se desdobrou em duas partes, cujos resultados estão sintetizados nos dois próximos itens deste texto. A primeira parte consistiu num exame de como o espaço cotidiano comparece nas estruturas institucionais existentes, incluindo marcos regulatórios, programas públicos habitacionais e práticas das prefeituras municipais. Seu objetivo foi evidenciar em que medida cada uma dessas instâncias promove ou interdita as possibilidades de autonomia, considerando mecanismos participativos, estrutura de gestão, incentivos a associações e cooperativas de habitação e de construção, e o caráter mais ou menos determinista das legislações quanto às formas urbanas e edificadas. Disso resultou um diagnóstico que, embora se refira a dados colhidos na RMBH,⁴¹ pode ser lido como uma análise qualitativa mais geral dos efeitos que a nova ordem jurídico-urbanística baseada na noção de direito à cidade gerou até agora. A

segunda parte consistiu numa tentativa de estruturar, mediante uma tipologia de espaços cotidianos, as articulações futuras entre porções distintas e por vezes dispersas no território, mas que têm características semelhantes quanto à inserção metropolitana e à resposta aos impactos dela decorrentes.

Estruturas instituídas e autonomia no espaço cotidiano

Uma característica que perpassa todas as instâncias de regulação, planejamento e gestão habitacional que examinamos nos estudos para o PDDI-RMBH é o fato de mencionarem e até enfatizarem a participação popular e a função social da cidade e da propriedade, mas não levarem esses princípios às últimas consequências, nem reverterem rotinas provenientes da tradição de produção heterônoma pública e privada.

A análise comparativa dos Planos Diretores de 22 dos 34 municípios da RMBH mostrou que a maioria foi elaborada ou revisada após a aprovação do Estatuto da Cidade (2001) e adere aos seus princípios e instrumentos. No entanto, talvez pelo fato de terem sido elaborados em grande parte por terceiros e com participação social reduzida (ao menos os registros a esse respeito são escassos e surpreendentemente semelhantes entre si), os Planos Diretores trazem pouca articulação entre tais princípios e as especificidades locais. Muitos destacam o incentivo a formas alternativas de construção, à criação de cooperativas, associações e sindicatos habitacionais autogestionários e à capacitação de iniciativas coletivas por meio de assessoria técnica, sem explicitar como isso seria

implementado. Já as parcerias com o setor privado para a implementação de programas habitacionais são estimulados mediante operações urbanas consorciadas e flexibilização de parâmetros de uso e ocupação do solo. Alternativas de menor porte, mais pulverizadas do que os grandes empreendimentos privados, quase não compõem senão abstratamente. Com relação à regularização jurídica de assentamentos consolidados, há uma tendência de reconhecimento do direito individual de propriedade plena, desconsiderando a titulação coletiva no caso de regularização por usucapião em imóveis privados, bem como a Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia e a Concessão de Direito Real de Uso, previstas no Estatuto da Cidade.

Depois dos Planos Diretores, os Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS) seriam o instrumento mais importante para que os municípios construíssem suas políticas habitacionais. No período dos estudos para o PDDI-RMBH (2009-2010), esses planos não estavam concluídos em nenhum município da RM. Em contrapartida, quase todos os Planos de Regularização Fundiária Sustentável (PRFS), que deveriam se basear nos respectivos PLHIS, haviam sido elaborados em função de uma mudança na alocação de recursos federais que estabeleceu a exigência do PRFS para acesso ao Programa de Aceleração do Crescimento.⁴²

Os Planos de Regularização da RMBH resultantes dessa antecipação seguem as fórmulas de regularização consolidadas em Belo Horizonte, a partir dos princípios da função social da propriedade e do direito da população de permanecer nas áreas ocupadas. Remoções são

recomendadas apenas em casos de risco ou quando há necessidade de desadensamento e implantação de infraestrutura. Em tese, famílias removidas devem ser reassentadas em áreas próximas, embora se saiba que isso nem sempre é possível e que a própria noção ‘necessidade’ de remoção também dê margem a ações autoritárias. Os PRFS propõem ‘cardápios’ de instrumentos do Estatuto da Cidade, para que o corpo técnico-administrativo (não a população) discuta mais tarde as opções mais viáveis para cada assentamento: delimitação e regulamentação de ZEIS, transferência de título pela aplicação da Concessão de Direito Real de Uso, doação e Usucapião, além de aprovação e registro de áreas reparceladas e legalização individual por emissão onerosa de título.

No entanto, a enunciação genérica desses instrumentos nos PFRS e nos Planos Diretores, sem regulamentação por outras leis municipais, torna rara sua execução. As entrevistas nas prefeituras apontaram questões concretas nesse sentido. Quando perguntamos quais dos instrumentos do Estatuto da Cidade presentes nos respectivos Planos Diretores têm sido utilizados de fato, as respostas foram quase sempre evasivas. Muitos técnicos municipais estão convencidos de que quaisquer instrumentos que atacam o direito de propriedade privada são inviáveis na prática. Assim, o Direito de Superfície e a Outorga Onerosa são considerados aplicáveis, mas medidas como o IPTU progressivo e outras que alterariam a lógica de especulação, gentrificação, vacância e irregularidade são descartadas. Segundo os técnicos, gerariam conflitos políticos e

econômicos que as administrações não estão dispostas a enfrentar. Ao mesmo tempo, faltam experiências próximas que inspirem ações mais incisivas e aumentem a confiança na aplicabilidade de instrumentos jurídicos menos conservadores. Para vencer tais dificuldades e possibilitar uma execução justa dos planos seria necessário um processo de conscientização que incluísse a população interessada. Sua própria avaliação dos benefícios e prejuízos de cada instrumento do Estatuto da Cidade e as reivindicações feitas a partir disso seriam cruciais para modificar as práticas políticas e administrativas.

Outra questão evidenciada nas entrevistas foi o descompasso entre programas federais, com suas agendas e pré-requisitos, e os problemas enfrentados pelas prefeituras no dia a dia. Em muitas delas não existe nenhum órgão especificamente responsável pelas políticas habitacionais e urbanas (a RMBH inclui 14 municípios com menos de 20 mil habitantes e 14 municípios – não os mesmos – com menos de 100 hab/km²). As secretarias de assistência social, meio ambiente, obras e planejamento urbano dividem as atribuições para possibilitar algum acesso a programas federais e atender a demandas pontuais da população. Esse atendimento se dá muitas vezes pela solução imediata de casos de risco ou precariedade habitacional sem o acionamento de programas específicos e de uma maneira que até reforça situações irregulares. Em muitos municípios, os técnicos da prefeitura só vão a campo quando solicitado pelo setor de obras ou planejamento ou pela vizinhança. Essas situações podem ser vistas como uma maneira assisten-

cialista de enfrentar os problemas urbanos, mas, por outro lado, indicam que os planos e os programas federais, cuja estrutura é fundamentalmente a mesma para municípios de quaisquer tamanhos, não correspondem à realidade administrativa e financeira dos municípios menores. Ainda que o estabelecimento de prazos para a elaboração dos diversos planos municipais tenha decorrido da “necessidade de que [o Estatuto da Cidade] não se transformasse imediatamente em “lei que não pega” antes mesmo de ser experimentado”⁴⁵, os prazos acabam transformando os planos em meros instrumentos de acesso a recursos. Em vez de “leis que não pegam”, acumulam-se planos que não refletem a realidade urbana, não têm reflexo nessa realidade e constituem apenas expedientes burocráticos sem nenhuma possibilidade de inovações locais e microlocais a partir de uma participação ampla.

Outro imenso entrave a transformações nesse sentido são os normativos da Caixa Econômica Federal. Não apenas inúmeras famílias se engajam em programas participativos e depois são reprovadas na análise de crédito, como também os normativos induzem à uniformização das soluções técnicas e espaciais. Dado que a Caixa toma os imóveis financiados por garantia, seus agentes privilegiam os processos e produtos que estão habituados a financiar e fiscalizar, vale dizer, aqueles usuais em empreendimentos com fins lucrativos. Como nos tempos do Banco Nacional de Habitação, não se estruturou “qualquer ação significativa para apoiar, do ponto de vista técnico, financeiro, urbano e administrativo, a produção de moradia ou urbanização por

processos alternativos, que incorporassem o esforço próprio e capacidade organizativa das comunidades”.⁴⁴ A atual política nacional inclui processos participativos na elaboração dos planos urbanos e habitacionais e propõe programas de autogestão, mas faltam arranjos institucionais mais adequados a essa e outras formas alternativas de gestão. Tais arranjos são mencionados, mas, na prática, os recursos continuam geridos pela Caixa, agente operador de todos os programas com recurso da União e agente financeiro da grande maioria.

Quanto ao Programa Minha Casa Minha Vida, ele promove empreendimentos habitacionais financiados com recursos públicos, mas propostos, planejados e executados por empresas privadas, à revelia de toda a ordem jurídica instituída a duras penas para uma – ainda que relativa – democratização. Dado que as rotinas de produção das empresas são mais lucrativas quando repetidas em grande escala, empreendedores e construtores têm pressionado as prefeituras para acatar empreendimentos de prédios de apartamentos com 500 unidades (limite máximo do Programa). Esse pressuposto é conflitante com a estrutura do espaço urbano de muitos municípios, onde lotes vagos providos de infraestrutura estão pulverizados e a verticalização contrasta agressivamente com as construções existentes e com os hábitos da população. As prefeituras se veem diante de um impasse, pois as propostas lhes chegam como que em pacotes fechados e os técnicos desconhecem arranjos produtivos que envolvam as comunidades e viabilizem empreendimentos menores. Resta-lhes a implantação em novas áreas, mesmo quando a malha urbana existente

comportaria moradias em número suficiente.

À medida que aumenta essa 'sinergia' entre capital privado e programas públicos, a ideia da autogestão dos empreendimentos pelos futuros moradores tem sido deixada de lado. Muitas prefeituras parecem conhecer apenas os mutirões geridos pelo poder público, nos quais a participação da população nada mais visa do que a reduzir custos. Belo Horizonte é o único município da RMBH onde houve empreendimentos autogestionários na década de 1990 e, mais tarde, pelo Programa de Crédito Solidário, mas não há previsão concreta de continuidade dessa prática. Ela tem esbarrado num alto nível de burocratização e controle, e é considerada de difícil execução pela Secretaria Municipal de Habitação, embora seus resultados sociais sejam assumidamente mais positivos do que os da gestão pública. Assim, a previsão de que o PMCMV enfraqueceria os movimentos sociais urbanos se confirma na RMBH.⁴⁵ Assim como os recursos do Programa de Aceleração do Crescimento destinados às favelas, o PMCMV tem gerado uma onda de produção heterônoma, que não potencializa, mas esfacela os processos de aprendizado para a autonomia iniciados anteriormente, num período de pouquíssimas políticas habitacionais.

Em suma, a análise no âmbito municipal mostrou que ainda são escassos os instrumentos para promover a autonomia ou, pelo menos, ampliar uma participação mais efetiva. Há uma retórica de democratização, enquanto legislações e rotinas frequentemente impedem que decisões sejam de fato tomadas pelos habitantes. Com as devidas ressalvas, isso vale também para a

infinidade de agentes públicos e privados envolvidos na questão habitacional, de organismos internacionais a movimentos sociais, de empresas a entidades do terceiro setor e universidades. Seja qual for o foco de uma entidade, o engajamento no tema da habitação traz ganhos peculiares, tais como o acesso a recursos, a melhoria da imagem corporativa ou o incremento de capital político. No entanto, constatamos de modo geral a predominância de uma abordagem convencional. A meta da regularização fundiária é central, sem que se questione, por exemplo, o título de propriedade individual em contraposição à possibilidade de propriedade coletiva. Ao lado da regularização, promove-se a produção de unidades habitacionais novas nos moldes dos clássicos conjuntos habitacionais horizontais ou verticalizados, tendo por pressuposto a gestão ou execução dos empreendimentos pelo capital privado. Até mesmo a porção mais consolidada dos movimentos sociais pela moradia está afinada com essa abordagem. Na contramão, encontramos os movimentos sociais mais frágeis, a própria sociedade civil não organizada, bem como algumas instituições de pesquisa, que tentam abordagens mais abertas e mais condizentes com o direito à cidade como direito de transformar a cidade. O desafio seria conseguir articular entre esses extremos, introduzindo perspectivas de maior abertura nas instâncias que hoje tendem a promover uma massificação de soluções convencionais.

Tipologia de espaços cotidianos

Como já mencionado, um segundo desdobramento da abordagem da temática habitacional nos estudos para o

PDDI-RMBH consistiu numa tipologia de espaços cotidianos, isto é, numa ferramenta conceitual para descrever diferentes situações típicas de moradia e ambiente urbano na RMBH. Seu objetivo é estruturar as articulações futuras, tanto no planejamento metropolitano e municipal, como em novas formas de planejamento pela população e na relação entre as diferentes escalas que isso implica.

Uma tipologia é uma maneira de descrever um conjunto de fenômenos organizando-os de acordo com suas características.⁴⁶ A escolha dessas características ou variáveis define a tipologia, isto é, a lógica de articulação entre os tipos, que não é hierárquica, mas pode ter diferentes níveis de generalidade ou especificidade. Dada a diversidade dos espaços cotidianos da RMBH, uma tipologia que refletisse cada um de seus meandros seria inútil, porque teria a mesma complexidade. Inversamente, uma tipologia ordenada por alguns critérios universalmente aplicados a quaisquer espaços também significaria reduzir a realidade. Por essa razão, procuramos extrair as variáveis mais decisivas a partir de dados do Censo, das análises, entrevistas e oficinas, de bases cartográficas e aerofotogramétricas disponíveis e de pesquisas acadêmicas existentes acerca dos espaços em questão (sobretudo estudos de caso). Cristalizou-se por fim um aspecto elementar, que se reflete nas formas visíveis dos espaços cotidianos da RMBH, tanto quanto em seus processos de transformação e suas potencialidades: o próprio grau de autonomia ou heteronomia da população no que diz respeito às decisões sobre espaço urbano, incluindo o impacto das dinâmicas metro-

politanas nesses espaços. A partir disso definimos quatro grandes grupos, a cada um dos quais corresponde um critério primário de diferenciação, que leva aos Tipos propriamente ditos, elencados no Quadro I.

Quadro I - Tipos de espaços cotidianos da RMBH

Fonte: PDDI-RMBH, Produto 6, 2010

Conjuntos	Parcelamentos	Aglomerados	Moradias rurais
... são situações em que as decisões mais relevantes sobre a moradia e seu ambiente imediato são tomadas...			
...por uma instância única (planejador, empreendedor) num momento determinado	...em parte por uma instância única num momento determinado e em parte por muitos indivíduos ao longo do tempo	...por muitos indivíduos ao longo do tempo	...por uma instância única ao longo do tempo
Seu principal aspecto de diferenciação é...			
...a faixa de renda dos moradores	...o tamanho das parcelas (lotes)	...o grau de consolidação	...a relação entre trabalho e moradia
Essa diferenciação dá origem aos tipos:			
1 Conjunto de interesse social	4 Parcelamento de lotes pequenos (<300m ²)	7 Aglomerado frágil	10 Unidade agrária familiar
2 Conjunto popular	5 Parcelamento de lotes médios (360m ² a 1000m ²)	8 Aglomerado consolidado	11 Unidade agrária empregadora
3 Conjunto de classe média a alta	6 Parcelamento de lotes grandes (>1000m ²)	9 Aglomerado histórico	12 Unidade rural não produtiva

O grupo denominado Conjuntos abrange as situações em que um planejamento centralizado define arruamento, parcelamento, equipamentos e edificações numa única operação ou em operações conjugadas. O empreendimento assim planejado e construído define, por si só, um ambiente urbano, uma vizinhança específica ou, enfim, um certo espaço cotidiano. Portanto, trata-se de um espaço que não resulta de um processo histórico ou orgânico de produção, mas de deliberações feitas principalmente no momento do planejamento com o pressuposto de que, uma vez construído, o empreendimento estará “pronto” e não precisará ser modificado. Os empreendimentos desse grupo, encontrados na RMBH, são sempre: grandes (alguns com 5 mil habitantes ou mais), por isso mesmo implantados em áreas periféricas (que podem se tornar centrais em razão de um processo posterior); destinados a um público numa faixa de renda específica, nunca a um público heterogêneo; promovidos pelo poder público ou pelo capital privado (nunca pelos futuros moradores); formalmente homogêneos e até monótonos; com espaços públicos e coletivos predeterminados (funcionalistas); e regularizados juridicamente ou com irregularidades de solução relativamente simples. Tudo isso vale para os três tipos incluídos no grupo dos Conjuntos: Conjunto de interesse social, Conjunto popular e Conjunto de classe média a alta.

Tais tipos se diferenciam entre si primariamente pela faixa de renda do público ao qual se destinam ou pelo qual são ocupados ao longo do tempo. Assim, por exemplo, uma característica decisiva para todos os espaços cotidianos, a sua localização na metrópole, tem consequências muito

distintas para Conjuntos de interesse social e Conjuntos de classe média a alta. Os primeiros, quando implantados em periferias sem articulação urbana tendem a degradar rapidamente não apenas pela falta de acesso a oportunidades de trabalho e renda (que afeta igualmente áreas periféricas de outros tipos), mas também pelo fato de que o espaço definido restringe ao extremo as possibilidades de criação de trabalho e renda por iniciativa dos próprios moradores. O desenvolvimento socioeconômico só se dá por iniciativa externa, que, via de regra, precisa ser realizada ou estimulada pelo poder público, ou então pela própria expansão da malha urbana, mas que implica também uma ameaça de expulsão da população mais pobre. Já nos Conjuntos de classe média a alta a questão da localização urbana se apresenta de modo inverso. Eles frequentemente abrem novas frentes de expansão, inclusive externas ao perímetro urbano previsto nos Planos Diretores dos municípios, em áreas rurais ou áreas de preservação ambiental, mas tendem a criar sua articulação urbana com a própria implantação, além de gerar também novos Aglomerados frágeis em suas proximidades, já que raramente preveem moradias ou serviços para os trabalhadores dos quais dependem.

O grupo denominado Parcelamentos, o mais comum na malha urbana da RMBH, abrange as situações em que a estrutura urbana e as parcelas com suas respectivas edificações são decididas por instâncias diferentes e em tempos diferentes. A estrutura urbana é fruto de um planejamento realizado por técnicos e encomendado pelo poder público, por um loteador privado ou até pelos próprios (futuros) moradores. Já a parcela é uma porção

da terra urbana sobre a qual os proprietários ou usuários dispõem, dentro das limitações postas pela legislação – mais ou menos efetiva – ou pela vizinhança. O critério primário de diferenciação no grupo dos Parcelamentos é o tamanho das parcelas – lotes grandes, médios ou pequenos – que também define muito de sua inserção na dinâmica urbana (como comentado adiante). Não foi adotada a distinção primária de parcelamentos regulares e irregulares porque entre a situação de plena regularidade e a de total irregularidade os matizes são inúmeros. Também não foi utilizada a distinção primária por bairros populares, médios, de alto padrão e de luxo, como o faz a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (IPEAD) no monitoramento do mercado imobiliário formal de Belo Horizonte. Como essa classificação se baseia na renda média dos chefes de família, não registra o grau de heterogeneidade na renda da população residente, que é o principal indício de integração ou segregação socioespacial. Cabe observar ainda que estão incluídos no tipo Parcelamento de lotes pequenos aqueles iniciados pela própria população, tais como as ocupações por movimentos sociais organizados. Essas iniciativas têm reproduzido a lógica dos parcelamentos formais, sempre na perspectiva de regularização posterior: as decisões são tomadas num único momento e segundo um plano geral, que define lotes individuais de propriedade privada.

Uma característica decisiva dos diferentes tipos de Parcelamentos é como são afetados pela dinâmica urbana (sobretudo imobiliária) e, inversamente, afetam essa dinâmica. Dado que as edificações nas parcelas estão a

cargo de inúmeras iniciativas e decisões individuais, que se fazem ao longo do tempo, há certa inércia em relação a novas ações planejadas pelo poder público e em relação à própria produção capitalista do espaço em grande escala. É mais difícil alterar parâmetros urbanísticos, arruamentos ou espaços públicos em áreas parceladas do que em áreas de expansão, pois as alterações na estrutura urbana implicam acordos com muitos proprietários. Já a ocupação das parcelas tem, pelo contrário, relativa flexibilidade, especialmente quando se trata de parcelas de dimensões médias (entre 360m² e 1000m²). Elas possibilitam mudanças de usuários e usos, alteração e substituição das edificações, adensamento, verticalização e até alterações subdivisão ou remembramento de lotes. Assim, as parcelas absorvem, acomodam e amortecem mudanças condicionadas por dinâmicas urbanas mais amplas (o que se reflete em preços de venda e aluguel, grau de ocupação ou vacância, construção de barracos de fundos, novas instalações comerciais, reformas ou degradação nas unidades, etc.), enquanto a estrutura urbana tende a permanecer a mesma, até um ponto de colapso.

Já o grupo denominado Aglomerados abrange situações em que a estrutura urbana tem um grau de flexibilidade mais próximo ao de suas parcelas (em muitos casos não formalizadas como lotes). Isso inclui as cidades históricas, tanto quanto as ocupações mais recentes que não tiveram planejamento técnico prévio. A fluidez espacial e as possibilidades de negociação são maiores do que nos tipos do grupo parcelamentos: pedaços do terreno de um vizinho são usados como passagem, ventilação ou depósito, e eventualmente comprados ou

alugados; o lote privado tem seus limites rigorosamente definidos apenas com a ação externa de regularização. Assim, os aglomerados de todos os tipos se caracterizam, não tanto pela ausência total de planejamento, mas por planejamentos contínuos, mais ou menos fragmentados ou coletivos. Um dos maiores atrativos das cidades históricas está justamente na diversidade de seus espaço urbanos, nas surpresas e peculiaridades que proporcionam: em lugar de malhas geométricas regulares e cursos d'água retificados, tem-se traçados surgidos em função do relevo e dos percursos; em lugar de um espaço público indiferente aos usos de seus lotes, tem-se espaços públicos que reagem a esses usos.

As vilas e favelas da RMBH apresentam, em muitos casos, qualidades semelhantes. A grande diferença entre os apreciados núcleos históricos e as depreciadas ocupações informais é a disponibilidade de tempo, recursos e conhecimento na constituição de sua estrutura urbana. Núcleos históricos, mesmo quando surgidos com características de urbanidade moderna, isto é, como centros de produção, distribuição e reprodução da atividade mineradora,⁴⁷ puderam dispor de grande parte dos conhecimentos e recursos disponíveis no período de seu desenvolvimento e tiveram um ritmo de crescimento mais compatível com decisões, negociações e ajustes feitos ao longo do tempo. Na RMBH do século XX, pelo contrário, esse desenvolvimento paulatino e aberto ficou reservado aos pobres e exposto a toda espécie de cataclismas, enquanto os recursos para a urbanização se concentraram em instâncias que operam via planejamento técnico centralizado, tais como o poder público e o grande capital privado.

Ações e programas públicos para a melhoria de aglomerados consolidados e a consolidação ou eliminação de aglomerados frágeis têm sido reunidos sob a bandeira da regularização fundiária, que também abrange loteamentos irregulares e conjuntos degradados. A escolha dessa bandeira tem a vantagem de retirar as ações de um contexto ideológico assistencialista. Não se trata de ‘ajudar os pobres’, mas de tentar remediar um processo histórico de supressão dos direitos de grande parte da população. No entanto, a noção de regularização também dá margem a um entendimento por vezes formalista e burocratizado dos problemas reais. Irregularidade, como situação jurídica, não é o problema mais importante, nem é exclusividade dos pobres. Mais importante é sua conjunção com a precariedade, a falta de infraestrutura, o risco e a vulnerabilidade social. Cabe perguntar então se, no século XXI, daremos continuidade a esse padrão ou se há outros procedimentos possíveis, para além de um processo técnico convencional. Isso significaria proteger os contextos microlocais do ‘atropelamento’ pela dinâmica urbana mais abrangente e, ao mesmo tempo, seria o oposto da preservação inerte do patrimônio histórico, que desemboca facilmente em congelamento e supressão dos processos múltiplos de desenvolvimento microlocal. Em lugar de congelar a cidade histórica e “tecnificar” a favela, talvez haja maneiras para que diversidade e imprevisibilidade existam sem precariedade.

A relativa dispersão espacial das Moradias Rurais, o último dos quatro grandes grupos da tipologia em questão, faz com que as decisões de um indivíduo ou uma família

acerca do espaço cotidiano pouco ou nada afetem seus vizinhos: são situações em que uma instância única (a família ou um grupo pequeno) produz o espaço ao longo do tempo. A forma como se dá essa produção está diretamente vinculada à própria relação entre a moradia e o trabalho rural, mais do que ao tamanho da unidade rural em que a moradia está implantada. Embora os dados que obtivemos nas prefeituras e em trabalhos acadêmicos acerca das moradias rurais sejam muito mais escassos do que os dados acerca das moradias urbanas, é possível afirmar que muitos municípios da RMBH preservam tradições rurais. Há zonas urbanas com características de cidades pequenas, interioranas, onde os habitantes zelam, eles mesmos, pela qualidade do espaço cotidiano e organizam-se coletivamente com mais facilidade do que nos grandes centros. Contudo, a questão da moradia rural vai muito além de uma preservação de tradições antigas, romantizadas em hotéis-fazenda. Trata-se, na verdade, de possibilitar a criação de novas relações entre campo e cidade na RMBH, como, aliás, já vem ocorrendo em alguns municípios. Projetos de assentamento e acampamentos, assim como os projetos 'rururbanos' das Brigadas Populares, apontam interações entre o rural e urbano de caráter emancipatório. Como constata Silva, é patente a intenção de um "retorno ao campo" de parte da população que em décadas passadas foi forçada a migrar para os centros urbanos.⁴⁸ Evidentemente, essa população, que passou pela experiência urbana, não se restringirá a reproduzir antigas tradições rurais, mas poderá constituir novos modos de vida e, portanto, também novas formas de moradia. Ao mesmo tempo, há na RMBH grandes

propriedades improdutivas passíveis de desapropriação, além de inúmeros parcelamentos vagos e imensas reservas de terra de empresas mineradoras que devem ser incluídas no planejamento.

Uma observação final

Nos estudos para o PDDI, baseamos na tipologia acima resumida as ações da “Política metropolitana integrada de direito ao espaço cotidiano: moradia e ambiente urbano”, que constituiu o produto final do trabalho da equipe. Entre outras coisas, essa proposta de política incluiu: um acordo metropolitano de regulamentação de instrumentos urbanísticos, que poderiam ser estruturados conforme os tipos em questão; um programa de apoio à gestão dos espaços cotidianos, também estruturado a partir deles; e um conjunto de interfaces digitais abertas a toda a população para aumentar a disponibilidade e a troca de informações. A tipologia deveria facilitar a cooperação entre prefeituras e, sobretudo, a organização coletiva dos habitantes, já que lugares de mesmo tipo tendem a compartilhar problemas, interesses e possibilidades de ação.

De qualquer modo, considero que a compreensão ampliada (não restrita aos técnicos) das relações entre os diferentes espaços cotidianos e deles com operações e dinâmicas metropolitanas mais amplas seria essencial à possibilidade de maior autonomia coletiva dos habitantes da cidade numa articulação metropolitana congruente e politicamente expressiva. Em pesquisas de campo nas vilas, favelas e periferias de Belo Horizonte, realizadas mais recentemente com a mesma equipe, vem se tornando

cada vez mais evidente que boa parte da população ignora como aqueles espaços se constituem, os direitos que – com todas as limitações – a legislação atual lhes confere, bem como a existência de muitos outros grupos em situações espaciais semelhantes. A construção de canais de compartilhamento entre esses grupos a partir de uma estrutura capaz de criar conexões pertinentes – a tipologia é uma proposta nesse sentido, mas haverá outras – pode criar uma base comum de informações acerca do território e uma base comum de acesso a essas informações no território, favorecendo tanto as atuações das prefeituras, quanto as atuações de associações de moradores e entidades afins, inclusive para discutir com elas (as prefeituras) e em outros fóruns quais serão os rumos da cidades. Grupos locais poderiam decidir diretamente sobre a utilização dos espaços públicos, as intervenções de melhoria numa vizinhança, os padrões urbanísticos etc., na pequena escala, e poderiam se inserir em processos mais abrangentes tendo maior conhecimento e clareza na defesa de seus interesses. Mesmo que (ainda) não haja nenhuma revolução, poderíamos alcançar ganhos rumo a um direito mais concreto à cidade e romper a inércia de uma tradição que, por ora, não incorporou esse direito nas suas práticas e rotinas, embora muitos de seus agentes o tenham incorporado em suas intenções.

Notas

Arquitetura livre, projeto contínuo

- 1 Burke, 2003.
- 2 Ferro, 1976.
- 3 Instruções em Drijver e Niemeijer, 2001.
- 4 Arantes, 2002.

Arquitetura como exercício crítico

- 1 Lefebvre, 1976 [1973].
- 2 Bourdieu, 2007.
- 3 Stevens, 2003.
- 4 Documentário de Peter Cohen, *Undergångens Arkitektur*, Suécia, 1989; no Brasil intitulado *Arquitetura da Destruição*.
- 5 Adorno, 1997 [1953], p.456. No original: "Wir mögen nicht wissen, was der Mensch und was die rechte Gestaltung der menschlichen Dinge sei, aber was er nicht sein soll und welche Gestaltung der menschlichen Dinge falsch ist, das wissen wir, und einzig in diesem bestimmten und konkreten Wissen ist uns das Andere, Positive, offen."
- 6 Horkheimer, 1968, p.21.
- 7 Marx, 1981 [1843-44] p.385.
- 8 Lefebvre, 1976 [1973]; Lefebvre, 1991 [1974].
- 9 Bernard Tschumi. Preleção na Bartlett School of Architecture, UCL, 28 de novembro de 2002.
- 10 Asymptote. 2000 Venice Biennale U.S. Pavilion, 2008. www.asymptote.net.
- 11 Alberto Pérez-Gómez and Louise Pelletier, Preleções na Escola de Arquitetura, UFMG, 5 a 7 de agosto de 2007.
- 12 Wigglesworth, 1999, p.116-119; Till, 2001, p.20-24.
- 13 Ferro, 2006.
- 14 Ferro, 2006, p.193-194.
- 15 Baltazar e Kapp, 2007.
- 16 Ferraz 2004, s.p.
- 17 Este argumento é desenvolvido em detalhes por Baltazar (2008).
- 18 Apresentação do trabalho de Lygia Clark pela Fundació Antoni

Tàpies, 1997.

19 Borja-Villel, 1997, p.15.

20 Jones, 1992.

21 Jones, 1992, p.XXXV.

22 Jones, 1991, p.162.

23 Flusser, 1999.

24 Gorz, 1996, p.12.

25 Illich, 1975 [1973].

26 Illich, 1975 [1973], p.34.

27 Illich, 1975 [1973], p.35.

28 Illich, 1975 [1973], p.38.

29 Illich, 1975 [1973], p.48.

30 Illich, 1975 [1973], p.34.

31 Adorno e Horkheimer, 1985 [1944].

32 Lote de Ideias foi concebido por um grupo de artistas e arquitetos, incluindo o Grupo MOM como parte do projeto *Lotes Vagos: ação coletiva de ocupação urbana experimental*, concebido pelos arquitetos Louise Ganz e Breno da Silva, em 2005.

Arquiteto sempre tem conceito...

1 *Produção e Uso da Moradia*, projeto de pesquisa do Grupo MOM financiado pelo CNPq e pela Fapemig.

2 Kapp, 2005.

3 Em 1960, a população brasileira era de aproximadamente 70 milhões de pessoas e havia sete cursos de Arquitetura no país (dois em São Paulo e os demais em Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Rio de Janeiro). Em 2005, a população era de 184 milhões e havia 166 cursos de Arquitetura. *Grosso modo*, passamos de um curso para dez milhões de pessoas a um curso para 1,1 milhão de pessoas; um crescimento de cerca de dez vezes. Chega-se a um dado muito semelhante por outra via. Em 1980, Minas Gerais, por exemplo, tinha uma população de cerca de 13,4 milhões de residentes e um único curso de Arquitetura que formava 80 profissionais por ano; isso significava um arquiteto novo para cada grupo de 167.500 cidadãos. Hoje [2009], a população é de 20 milhões e há 21 cursos de Arquitetura que formam cerca de 1200 profissionais por ano; o que significa um arquiteto novo para cada grupo de 16.666 cidadãos. (Dados disponíveis nos websites do IBGE e do MEC.)

- 4 Macedo, 2009.
- 5 Samuel, 2008.
- 6 Ferro, 2006, p.67.
- 7 Veblen, 1983, p.37.
- 8 Veblen, 1983, p.37-38.
- 9 Bourdieu, 2007, p.350.
- 10 Bourdieu, 2007, p.355.
- 11 Marx, 2004, p.57.
- 12 Bourdieu, 2007, p.355-356.
- 13 Bourdieu, 2007, p.355.
- 14 Cf. Baird e Jencks, 1969; Jencks, Bunt, Broadbent, 1980; Jencks, 1985.
- 15 Bourdieu, 2007, p.357.
- 16 Bourdieu, 2007, p.360.
- 17 *Favela patrimônio da cidade* é um manifesto de parte da população de favelas de Belo Horizonte, principalmente o movimento dos moradores da Vila das Antenas no Aglomerado Morro das Pedras, em resposta à tentativa de execução das intervenções estruturantes da URBEL (Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte) a partir dos Planos Globais Específicos, que prevêm diversas remoções, alargamento e criação de vias. Esses mesmos moradores já haviam proposto em 2008 o manifesto *Vila Morta*, parodiando o Programa Municipal *Vila Viva* e criticando a falta de respeito com as práticas sócio-culturais cotidianas de negociação e produção do espaço nas comunidades. Tal crítica evoluiu para o manifesto *Favela patrimônio da cidade*, que reivindica preservar a favela com seus becos, sem fragmentá-la com vias para carros (que a maioria de sua população não tem). O movimento não descarta melhorias, mas se opõe à descaracterização das favelas para dar lugar ao trânsito, e à quantidade de remoções propostas. Atualmente [2009] o movimento está se organizando para difundir o patrimônio favela para os demais moradores da cidade (do asfalto) no intuito de mostrar que podem conviver sem que a favela se torne igual a um bairro formal qualquer.
- 18 Le Corbusier, 1981, p.89.
- 19 Boudon, 1969.
- 20 Ribeiro, 1997.
- 21 Ferro, 2006, p.68.
- 22 Gorz, p.232.
- 23 Gorz, 1996, p.231.

- 24 Stevens, 2003, p.90.
- 25 Stevens, 2003, p.104.
- 26 Bourdieu, 2005.
- 27 Banham, 1999, p.296.
- 28 Eisenman, 1999; cf. Balmond, 1997.
- 29 Lawson, 2006, p.221–222.
- 30 Stevens, 2003, p.95.
- 31 Bernis, 2008.

Arquitetos nas favelas

- 1 Castle, 2011, p.5.
- 2 Lopes, Kapp e Baltazar, 2010; Cap. “O paradoxo da participação”.
- 3 Cap. “O paradoxo da participação”.
- 4 Trecho de entrevista concedida por uma moradora da Vila das Antenas (Morro das Pedras) ao Grupo MOM em maio de 2012, no contexto da rede de pesquisa Finep *Morar TS*.
- 5 Bourdieu, 2007.
- 6 Cap. “Arquitetura como exercício crítico”.
- 7 Livingston, 2004.
- 8 Illich, 1968.
- 9 “Reforma de banheiro é ‘paga’ com duas mil embalagens de leite”. *Jornal o Fluminense*, Maio de 2012.
- 10 *Architecture for Humanity*, 2012.
- 11 *Favela Painting: The Project*. www.favelapainting.com/favela-painting. Acesso 05/06/2012. Cf. McGetrick, 2008.
- 12 Taylor, 1971.
- 13 Baltazar e Kapp, 2006 e 2010.
- 14 Illich, 1975 [1973], p.34.

Moradia e contradições do projeto moderno

- 1 Alberti, 1996, VI, 2.
- 2 Benjamin, 1977.
- 3 Stevens, 2003, p.17.
- 4 Pawley, 2000, p.222.
- 5 Loos, 1997, p.199.
- 6 Loos, 1997, p.200.
- 7 Loos, 1997, p.201–203.

8 Friedman, 1980, p.13.

9 Maricato, 1982.

Síndrome do estojo

1 Benjamin, 1982, p.292.

2 Benjamin, 1982, p.292.

3 Loos, 1997.

4 Loos, 1997, p.200.

5 Friedman, 2002.

6 Kapp, 2002a e 2002b.

7 Habraken, 1972; Bosma, Hoogstraten e Vos, 2004.

8 Hughes e Sadler, 2000.

9 Turner, 1976.

Na cozinha dos modernos

1 Micheli, 2003.

2 Moura, 2001, p.35; cf. Luxemburg, 1976.

3 Isso vale também para a expressão reprodução ampliada, muito utilizada como sinônimo do aumento dos bens disponíveis à massa de consumidores. Em rigor, reprodução simples é aquela em que o novo ciclo terá produtividade igual ao primeiro, enquanto reprodução ampliada é aquela em que o novo ciclo incorpora em suas condições de partida resultados acumulados anteriormente, tornando-se mais produtivo do que o primeiro. Ou seja, reprodução ampliada significa essencialmente produção ampliada, e não vida melhor, ainda que ela possa ter por efeito colateral o aumento do consumo individual.

4 Singer, 2003, p.13.

5 Todd, 2000, p.135.

6 Mill, 1909, s.p.

7 Marx, 2004, p.525.

8 Marx, 2004, p.452.

9 Marx, 2004, p.452-453.

10 Robertson, 1891, s. p.

11 Richter, 1891, s.p.

12 Amaral, 1975, p.380.

13 Buck-Morss, 2002, p.199.

14 Apud Frampton, 1997, p.209.

- 15 Costa, 1995, p.108.
- 16 Canclini, 2003, p.67.
- 17 Cf. Lemos, 1978.
- 18 Kopp, 1990, p.52.
- 19 Ferraz, 1965, p.32.
- 20 Ferraz, 1965, p.85 e 93.
- 21 Carvalho, 1930, s.p.
- 22 Ferraz, 1965, p.114.
- 23 Os cortiços das cidades brasileiras de fins do século XIX e início do século XX se assemelhavam muito aos “apartamentos comunitários” da URSS pós-revolucionária, bem como a outras adaptações de moradias burguesas pelas classes trabalhadoras recorrentes nas grandes cidades europeias. São sobrados convertidos por divisões e subdivisões dos cômodos, com latrina de uso comum. Na sala costumava-se colocar fogões coletivos, mas também houve esforços por improvisar cozinhas privativas – o chamado “cortiço pátio”. Suas unidades de 3m x 6m eram divididas em três cômodos: sala junto à entrada pelo pátio, quarto no centro e um cômodo com fogão nos fundos. Latrina e tanque com água corrente continuavam de uso coletivo (cf. Bonduki, 2002, p.22-25).

Por uma outra história da arquitetura

- 1 Schmid, 2008, p.41.
- 2 Lefebvre, 1991 [1974], p.40.
- 3 Lefebvre, 1991 [1974], p.50.
- 4 Lefebvre, 1991 [1974], p.49.
- 5 Stevens, 2003.
- 6 Hegel, 1848.
- 7 Giedion, 1967; Pevsner, 1936; Tournikiotis, 1999.
- 8 Norberg-Schulz, 1974.
- 9 Ranke, 1885.
- 10 Burkhardt, 1860.
- 11 Kristeller, 1952.
- 12 Lefebvre, 1991 [1974], p.51.
- 13 Lefebvre, 1991 [1974], p.230.
- 14 Burke, 1992.
- 15 Apenas alguns exemplos: Favre-Bulle (2009) escreve um interessante mas muito breve ensaio sobre os métodos historiográficos na

arquitetura; Borden e Rendell (2000) enfocam a falta de reflexão sobre a fundamentação teórica e a discussão interdisciplinar na historiografia da arquitetura; Sonne (1999) sistematiza as perspectivas históricas usadas por arquitetos para conceber e justificar seus próprios trabalhos; Arnold e co-autores (2006) oferecem um espectro mais amplo de questões, ainda mais relacionadas ao futuro acadêmico do que ao futuro social da disciplina. Também há alguns exemplos de pesquisadores que aparentemente adotam características da 'nova história', tais como a *Oral History of Architecture* (história oral da arquitetura) de John Peter (1994), que infelizmente nada mais é do que entrevistas com “os maiores arquitetos do século XX”.

Morar de outras maneiras

- 1 Adorno, 1997 [1946], p.392.
- 2 Alexander, 1981, p.21.
- 3 Le Corbusier, 1981, p. 5.
- 4 Le Corbusier, 1981, p.89.
- 5 Norberg-Schulz, 1980, p.6.
- 6 Benjamin, 1987, p.227.
- 7 Lefebvre, 1976 [1973].
- 8 Heilbroner, 1996, p.156.
- 9 Lefebvre, 1976 [1973], p.84.
- 10 Ribeiro, 1997, p.40.
- 11 Turner, 1968, p.17.
- 12 Turner, 1968, p.18.
- 13 Turner, 1968, p.18.
- 14 Turner, 1968, p.19.
- 15 Ver, por exemplo, os trabalho de José Luis Corragio.

A outra produção arquitetônica

- 1 Adorno, 1990 [1970], p.86
- 2 Adorno, 1990 [1970], p.174.
- 3 Adorno, 1990 [1970], p.175.
- 4 Adorno, 1990 [1970], p.43. cf. p.287.
- 5 Adorno, 1990 [1970], p.175.
- 6 Steinert, 2003.
- 7 Ferro, 2006, p.241.

- 8 Adorno, 1986 [1938], p.82.
- 9 Adorno, 1986 [1938], p.77.
- 10 Loos, 1997, p.93-96.
- 11 Ferro, 2006, p.230.
- 12 Ferro, 2006, p.331.

Quem tombará a favela?

- I Hegel, 1992.
- 2 Adorno, 1990 [1966], p.158-161.
- 3 Jeudy, 2005.
- 4 Engels, 1952 [1845], especialmente o capítulo “Die grossen Städte”.
- 5 O plano, de autoria do urbanista francês Alfred Agache, é mais conhecido como Plano Agache.
- 6 “As Favellas vão desaparecer”. Editorial de *A Casa*, 1927, n.44, p.17.
- 7 Freire-Medeiros, 2006.
- 8 “As Favellas vão desaparecer”. Editorial de *A Casa*, 1927, n.44, p.17.
- 9 Trata-se da Coordenadoria da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio - CHISAM, que removeu 62 favelas ou 176 mil pessoas. Observe-se que a Lei Federal no 4.389 de 21 de agosto de 1964 inclui entre seus objetivos a “construção de conjuntos habitacionais destinados à eliminação de favelas”.
- 10 Essas associações foram apoiadas, a partir de 1953, pelo Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiências (SERFHA). Em 1963, cria-se a Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG), que em 1968 já contava com 100 favelas e se mobilizou contra as ações da CHISAM. A partir dessa mobilização, muitos de seus líderes foram presos ou desapareceram e a Federação se desfez (Blanco Jr., 2006, p.26-28).
- 11 Trata-se da Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (CODESCO), criada em 1968 por iniciativa do jornalista Silvio Ferraz, que utilizou recursos da United States Agency for International Development (USAID).
- 12 Blanco Jr., 2006, p.35.
- 13 Nas políticas públicas dos municípios brasileiros, existem duas tradições diversas nesse sentido, ambas provenientes da década de 1980. A primeira, inaugurada pelo programa PROFAVELA de Belo Horizonte, preconiza a propriedade privada plena. A segunda, inaugurada pelo programa PREZEIS de Recife, preconiza o direito

de moradia, recorrendo a formas de propriedade coletiva das áreas regularizadas.

14 Santos, 2008, p.25-26.

15 Santos, 2008, p.40.

16 Bloch, 1985, p.350.

17 Bloch, 1985, p.355.

18 Valladares, 2004, p.128.

19 Grynspan e Pandolfi, 2007, p.87.

20 Freire-Medeiros, 2006, p.54.

Vernacular metropolitano

1 MCidades, 2009, p.163.

2 Davis, 2004, p.24; cf. Davis, 2006.

3 Souza, 2009.

4 Souza, 2010

5 Davis, 2006; cf. Turner, 1976.

6 De Soto, 2001.

7 Fernandes, 2002; Souza, 2009.

8 Souza, 2010.

9 O Grupo MOM foi criado em 2004. Desde 2005 temos coletado sistematicamente dados de canteiros em favelas e outros assentamentos informais por meio de observação participante e entrevistas. Isso foi complementado por um projeto de pesquisa sobre o papel dos construtores na autoprodução formal da classe média baixa, coordenado por Priscilla Nogueira, e por um projeto sobre o conhecimento e as práticas relacionadas às estruturas de concreto armado em favelas, coordenado por Pedro Arthur Magalhães (cujos dados usamos na parte final deste artigo).

10 Maricato, 2011.

11 Cap. "O paradoxo da participação".

12 Entrevistas com moradores, 2010; Melo, 2009.

13 Guimarães, 1991.

14 Farah, 1996; Ferro, 2006; Ribeiro, 2008.

15 Valladares, 2005, p.83.

Quem mora nas favelas?

1 Valladares, 2004, 2005; Preteceille e Valadares, 2000.

- 2** Valladares, 2005, p.149.
- 3** Preteceille e Valadares, 2000.
- 4** Preteceille e Valadares, 2000, p.380. A partir de uma tipologia de setores censitários, considerando a porcentagem de domicílios atendida por saneamento básico e algumas características dos próprios domicílios, os autores mostram que 27% dos setores censitários em favelas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro pertencem aos três tipos melhor urbanizados, enquanto que 74% dos setores censitários que se enquadram nos três piores tipos não são favelas (para obter essas porcentagens, somamos os dados relativos aos tipos URB 1 a URB 3 e URB 4 a URB 6, apresentados em Preteceille e Valladares 2000, p. 384, Quadro 3).
- 5** Valladares, 2005, p.151.
- 6** Valladares, 2005, p.151.
- 7** Valladares, 2004, 132.
- 8** Valladares, 2005, p.162.
- 9** Neri, 2010.
- 10** Preteicelle e Valladares, 2000, p.377.
- 11** Valladares, 2004, 2005.
- 12** Valladares, 2004, p.123.
- 13** Harvey, 2011, p.198.
- 14** Illich, 1975 [1973].
- 15** Demo, 2006.
- 16** Souza, 2009, p.404.
- 17** Souza, 2009, p.405.
- 18** Santos, 2009, p.463.
- 19** Santos, 2009, p. 464; cf. 2005, p.28.
- 20** Santos, 2009, p.467-468.
- 21** Santos, 2011, p.27.
- 22** Santos, 2009, p. 464.
- 23** Souza, 2009, p. 21.
- 24** Souza, 2010, p.26.
- 25** Souza, 2010, p.109.
- 26** Souza, 2010, p.209.
- 27** Harvey, 2011.
- 28** Valladares, 2005, p.156.
- 29** Valladares, 2010, p.30 e 35.
- 30** Souza, 2010, p.327.
- 31** Santos, 2004, p. 54.

Loteadores associativos

1 Bonduki e Rolnik, 1982.

2 Chinelli, 1980.

3 Costa, 1983.

4 Chinelli, 1980, p.56.

5 De fato, pesquisas posteriores confirmaram a progressiva ilegalidade e clandestinidade, que à época da pesquisa de Chinelli estava começando a se delinear. Ver: Ribeiro e Lago, 1992; Costa, 1994.

6 Chinelli, 1980, p.54.

7 Evidentemente, a expansão periférica se produziu também por ocupações 'espontâneas', isto é, favelas, que não são objeto deste estudo. Lago argumenta que a distinção entre favelas e loteamentos se tornou nebulosa, porque já não cabem as contraposições que antes os diferenciavam, tais como legal *versus* ilegal ou traçado ordenado *versus* desordenado (Lago, 2003). Aqui mantivemos a tipologia adotada em outras ocasiões: no tipo parcelamento (que inclui loteamentos), as decisões sobre configuração urbana e delimitação de parcelas são tomadas num momento determinado e por um único agente (que pode ser coletivo); no tipo aglomerado (que inclui favelas) essas mesmas decisões são tomadas ao longo do tempo e por muitos agentes (Kapp, 2012).

8 A pesquisa que resultou nos dados aqui apresentados está sendo desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa MOM (Morar de Outras Maneiras) da Escola de Arquitetura da UFMG, ao qual pertencem os autores. Cabe destacar o Trabalho de Conclusão de Curso de Rebekah Campos, que aprofunda, no âmbito dessa temática, a história dos loteamentos associativos liderados ou apoiados pelo Padre Pier Luigi Bernareggi. Ver: Campos, 2013.

9 Costa, 1994, p.62.

10 Costa, 1994, p.67.

11 Os valores que nos foram informados por lideranças de associações e outros envolvidos são cerca de cinco vezes menores: enquanto loteadores privados cobravam prestações em torno de um salário mínimo, os associados pagavam 20% desse valor. Não temos fontes documentais para verificar essa informação, mas mesmo que haja distorções e exageros, é plausível que a discrepância tenha sido expressiva. Ela ficou marcada na memória dos informantes porque foi motivo de indignação na época.

- 12** Azevedo, 1988.
- 13** Os programas alternativos – Programa de Erradicação da Sub-habitação (Promorar), Programa de Autoconstrução (João-de-Barro), Financiamento para Construção, Ampliação e Melhoria da Habitação (Ficam) e Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (Profilurb) – corresponderam, em conjunto, a 5,9% das unidades financiadas pelo BNH (Azevedo, 1988, p. 117).
- 14** Turner, 1976.
- 15** Oliveira, 1972 e 2006; Singer, 1974; Maricato, 1982.
- 16** Ferro, 2006 (b); Azevedo e Andrade, 2011 [1982].
- 17** Bonduki, 1987; Lopes, 2006.
- 18** Cardoso, 2003.
- 19** Azevedo, 1996.
- 20** Sousa, 2002.
- 21** Parece ter havido pelo menos dois antecedentes: a ocupação no bairro Mariano de Abreu, organizada pela União dos Trabalhadores de Periferia e pela Pastoral de Favelas (então coordenada pelo Padre Piggi) em 1985; e o movimento pelo loteamento da região do Taquaril, iniciado em 1984. Mas em nenhum dos dois casos existe uma gestão do próprio processo de loteamento pelas respectivas associações.
- 22** Bernareggi, 2013, entrevista.
- 23** Fundação AVSI, 2007; URBEL, 2001.
- 24** Guimarães, 1990, p.5.
- 25** Guimarães, 1990, p.6.
- 26** Oliveira, 2013, entrevista.
- 27** Guimarães, 1990; Bedê, 2005.
- 28** Patrus é filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), mas a Frente BH Popular compõe-se, além do PT, dos partidos Socialista Brasileiro (PSB), Comunista do Brasil (PC do B), Comunista Brasileiro (PCB) e Verde (PV).
- 29** Bedê, 2005, p.78.
- 30** A produção habitacional preconizada na nova constelação política, incluindo parte dos movimentos sociais e a assessoria técnica da Usina (de São Paulo), era mais próxima do exemplo uruguaio, seguindo os princípios do cooperativismo para mutirões autogestivos de edifícios multifamiliares ou unifamiliares construídos coletivamente. O limite que perdurou por muito tempo na política habitacional de Belo Horizonte era de cerca 300 unidades por

empreendimento, para que se pudesse inserir os novos conjuntos na malha urbana existente.

31 Bernareggi, 2013, entrevista.

32 O empreendimento foi objeto da já referida pesquisa de Elieth Amélia de Sousa, o que é uma exceção ao 'esquecimento' dos loteadores associativos na academia. Note-se, no entanto, que tal pesquisa não foi realizada nas áreas de Arquitetura, Urbanismo ou Planejamento Urbano, mas nas Ciências Sociais.

33 Bernareggi, 2012, entrevista.

34 Segundo o padre, a prefeita "mandou invadir a sua fazenda dos sem-casa pelos sem-terra. Seis famílias armadas até os dentes botaram as suas barracas dentro da fazenda e mandaram o recado 'Quem entra aqui nós vamos matar!'" (Bernareggi, 2012, entrevista). De fato, a fazenda Dom Orione se tornou um assentamento de Reforma Agrária em 1997, abrigando 39 famílias filiadas à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG) (Mazzeto Silva, 2008).

35 Bernareggi, 2012, entrevista.

36 Laender, 2013, entrevista.

37 Entendemos como participativos os processos de projeto em que o comando fica a cargo de uma instância (no caso, o arquiteto) e as demais instâncias 'participam' desse processo com informações ou mesmo interferências nas decisões. Em contrapartida, um processo coletivo implica que todos os participantes estão em igualdade de condições para definir a estrutura do processo, mesmo não dispondo de conhecimentos técnicos.

38 Bernareggi, 2013, entrevista.

39 Oliveira, 2006, p.73.

40 Oliveira, 2013, entrevista.

41 Sousa, 2002, p.15.

42 Laender, 2013, entrevista.

43 Souza, 2013, entrevista.

44 O processo de conformação e submissão dos movimentos ao Estado e sua consequente desmobilização, foi analisado no contexto do Conselho Municipal de Habitação de Belo Horizonte por Maria Clara Bois (2013).

Casa alheia, vida alheia

1 Kant, 1922 [1793], p.220. (Grifo de Kant). Trecho citado com tradução da autora, utilizando partes da tradução de Artur Morão: Kant, 2008, p.214. “Nach einer solchen Voraussetzung aber wird die Freiheit nie eintreten; denn man kann zu dieser nicht reifen, wenn man nicht zuvor in Freiheit gesetzt worden ist (man muß frei sein um sich seiner Kräfte in Freiheit zweckmäßig bedienen zu können). Die ersten Versuche werden freilich roh, gemeinglich auch mit einem beschwerlicheren und gefährlicheren Zustande verbunden sein, als da man noch unter den Befehlen, aber auch der Vorsorge anderer stand; allein man reift für die Vernunft nie anders als durch eigene Versuche (welche machen zu dürfen man frei sei muß).”

2 Demo, 2006.

3 Berlin, 1969 [1958].

4 Berlin, 1969 [1958], p.157.

5 Bernardo, 2004.

6 De Soto, 2001; Yunus, 1999.

7 Cooke e Kothari, 2001.

8 Turner, 1976, p.26.

9 Kant, 1922 [1793], p.220.

10 Kapp, 2004.

11 Lopes de Souza, 2010 [2001].

12 Souza, 2010 [2001], p.174.

13 Ver: Lopes de Souza, 2010 [2001].

14 Lopes de Souza, 2010 [2001], p.177.

15 Ver: Kapp et al, 2009; Milagres, Kapp, Baltazar, 2010.

16 Demo, 2006, p.49.

17 Friedman, 1958; Friedman, 1971; Hughes e Sadler, 1969; Turner, 1969; Turner, 1972; Habraken, 1972; Ward, 1976.

18 Illich, 1975 [1973]; Jacobs, 2003 [1961]; Schumacher, 1981 [1973].

19 Lefebvre, 1991 [1974], p.355.

20 Lefebvre, 1991 [1974], p.357.

21 Lefebvre, 1991 [1974], p.359.

22 Lefebvre, 1991 [1974], p.373.

23 Lefebvre, 1991 [1974], p.373-374.

24 Lopes de Souza, 2010 [2001], p.193.

25 Santos Junior e Montandon, 2011.

26 Arantes e Fix, 2009.

- 27 Kapp et al, 2009.
- 28 Arantes e Fix, 2009.
- 29 Illich, 1975 [1973].
- 30 Harvey, 2008, p.23.
- 31 Baltazar e Kapp, 2006; Cap. "Arquitetura como exercício crítico".

O paradoxo da participação

- 1 Urbel, Vila Viva. <http://fr.pbh.gov.br/?q=pt-br/content/vila-viva-uma-historia-de-transformacao>. Acesso: 23/09/2010.
- 2 Arnstein, 1969.
- 3 Arnstein, 1969, p.217.
- 4 Arnstein, 1969, p.217.
- 5 Arnstein, 1969, p.221.
- 6 Arnstein, 1969, p.223.
- 7 Pateman, 1976; Broome, 2005; Richardson e Connelly, 2005.
- 8 Harvey, 2008, p.23.
- 9 Taylor, 1998.
- 10 Taylor, 1998, p.17.
- 11 Taylor, 1998, p.4.
- 12 Davidoff, 2004 [1965].
- 13 Forester, 1989; Healey, 1997.
- 14 Lopes de Souza, 2000, p.192.
- 15 Lopes de Souza, 2010, p.106.
- 16 Turner, 1976, p.155
- 17 Turner, 1976, p.155.
- 18 Davis, 2006.
- 19 Frank, 2000, p.35.
- 20 Lopes de Souza, 2000, p.188.
- 21 Conti, 2004, p.192.
- 22 Bedê, 2005.
- 23 Bedê, 2005.
- 24 Magalhães, 2008, entrevista.
- 25 Belo Horizonte, Lei 3.995/1985.
- 26 Cavendish entrevistada por Bedê, 2005, p.193.
- 27 Belo Horizonte, Lei 6.508/1994.
- 28 Bedê, 2011, entrevista.
- 29 Belo Horizonte, Lei 7.165/1996.
- 30 Conti, 2004, p.198.

- 31 Magalhães, 2008, entrevista.
- 32 Belo Horizonte, Lei 8.137/2000, Art.140.
- 33 Belo Horizonte, Lei 8.137/2000, Art.175.
- 34 Brandenberger, 2002.
- 35 Melo, 2009; Nascimento, 2011.
- 36 Melo, 2009.
- 37 Morador entrevistado por Melo, 2009, p.176.
- 38 Moradores entrevistados por Melo, 2009, p.140-172.
- 39 Morador entrevistado por Melo, 2009, p.158 e p.166.
- 40 Harvey, 2008, p.23.
- 41 Turner, 1976, p.105.
- 42 Entrevistas: Magalhães, 2008; Bedê, 2011; Palhares, 2011.
- 43 Bedê, 2011, entrevista.
- 44 Palhares, 2011, entrevista.
- 45 Arnstein, 1969, p.221.
- 46 Forester, 1989, p.153.
- 47 Forester, 1989, p.153.
- 48 Nascimento, 2011.
- 49 Lopes de Souza, 2010 [2001], p.205.
- 50 Forester, 1989, p.155.

Alienação via mobilidade

- 1 Lefebvre, 1976 [1973]; Lefebvre, 1991 [1974].
- 2 Thompson, 1967.
- 3 Synge, 1941.
- 4 Para Lefebvre e muitos outros, socialismo real e capitalismo diferem apenas pelo fato de o primeiro transferir a propriedade dos meios de produção ao Estado. Como demonstra a China na atualidade, esse “capitalismo de Estado” de fato tem a mesma estrutura de produção do capitalismo de mercado.
- 5 *Mon Oncle* ganhou, entre outros prêmios, o Prêmio do Júri no Festival de Cannes em 1958 e o Oscar de Filme Estrangeiro em 1959.
- 6 Taylor, 1998.
- 7 Internacional Situacionista, 2003b [1959], p.103.
- 8 Debord, 2003 [1956], p.88.
- 9 Debord, 2003 [1956], p.87.
- 10 Debord, 2003 [1956], p.87.
- 11 Wigley, 1998, p.224.

- 12 Internacional Situacionista, 2003a [1957], p.57.
- 13 Nieuwenhuys, 1973, p.280.
- 14 Nieuwenhuys, 1973, p.281.
- 15 Adorno, 1992 [1951], p.137.
- 16 Jaques, 2003, p.28.
- 17 Wigley, 1998.
- 18 Debord, 1967, *online*.
- 19 Maquiavel, 1993, p.21.
- 20 Maquiavel, 1993, p.21.
- 21 Maquiavel, 1532, *online*.
- 22 Em 1427, Florença contava 37 mil habitantes e em 1552, 60 mil (Najemy, 2006, p.100). No Censo de 2010, a Rocinha tem 100 mil habitantes, enquanto a população urbana de Parati é de 27 mil habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010).
- 23 Debord, 1967, *online*.
- 24 *Grands Ensembles* são os grandes conjuntos habitacionais franceses construídos entre as décadas de 1950 e 1970 sob os preceitos do modernismo arquitetônico e urbanístico. Sarcelles foi o primeiro desses conjuntos, com mais de 12 mil moradias. Em uma entrevista concedida a Kristin Ross em 1983, Henri Lefebvre menciona o quanto a construção desse conjunto foi emblemática para as concepções de Debord (Lefebvre, 1997).
- 25 Young e Willmot, 1992; Jacobs, 2003 [1961].

Direito ao espaço cotidiano

- 1 Fromm, 1958.
- 2 Fromm, 1958.
- 3 Harvey, 2012, p.xiii.
- 4 Lefebvre, 2001 [1968], p.125.
- 5 Lefebvre, 2001 [1968], p.134-135.
- 6 Lefebvre, 2001 [1968], p.135; grifos do autor.
- 7 Mitchell, 2003.
- 8 Harvey, 2008.
- 9 Souza, 2010 [2001], p.319.
- 10 Merrifield, 2011.
- 11 Lefebvre, 1989.
- 12 Purcell, 2002, p.101.
- 13 Bonduki e Koury, 2010.

- 14 Silva, 1991.
- 15 Fernandes, 2007, p.202.
- 16 Silva, 1991, p.7.
- 17 Tushnet, 1984.
- 18 Mitchell, 2003.
- 19 Maricato, 2011, p.77.
- 20 Maricato, 2011, p.29.
- 21 Cardoso e Silveira, 2011.
- 22 Fernandes, 2007, p.208.
- 23 Lopes de Souza, 2006, p.221.
- 24 Cf. "O paradoxo da participação".
- 25 Arnstein, 1969.
- 26 Lopes de Souza, 2010.
- 27 Agamben, 2010, p.31.
- 28 Referência ao PDDI
- 29 Lefebvre, 2001, p.135.
- 30 MCidades, 2009, p.171.
- 31 MCidades, 2009, p.173.
- 32 Azevedo, 2008, p.90.
- 33 Lefebvre, 1991 [1974], p.97.
- 34 Lefebvre, 1991 [1974], p.87; cf. Lefebvre, 2002.
- 35 Purcell, 2006, p.1925.
- 36 Davis, 2006, p.81.
- 37 Cardoso, 2008, p.31.
- 38 Frank, 2000, p. 35; cf. Ronneberger, 2008.
- 39 Schumacher, 1981 [1973].
- 40 Turner, 1976, p.26.
- 41 Além das fontes documentais, as informações foram obtidas mediante entrevistas em todas as prefeituras municipais e oficinas participativas. As entrevistas foram realizadas entre março e maio de 2010, sempre com técnicos responsáveis pela política urbana e habitacional. As oficinas participativas foram conduzidas pela subequipe de Mobilização Social do PDDI-RMBH, não sendo especificamente dedicadas aos temas habitação e espaço cotidiano. Mas elas fornecerem dados adicionais, permitiram conhecer posturas de outros atores institucionais e reforçaram muitos dos relatos obtidos nas entrevistas.
- 42 Orientação operacional no 12, de 30/ 10/2009.
- 43 Rolnik et al., s.d., p.33-34.

44 Bonduki, 2009, p.74.

45 Arantes e Fix, 2009.

46 No campo da arquitetura e do urbanismo, o conceito de tipologia é comumente aplicado a edificações – e até erroneamente confundido com a noção de modelo –, enquanto a descrição de ambientes urbanos se faz por morfologia, isto é, uma classificação das formas urbanas (cf. Cataldi et al., 2002). Contudo, a tipologia proposta contempla também processos e características que não se refletem necessariamente nas formas físicas, como taxa de vacância das edificações, arranjos produtivos ou irregularidade fundiária.

47 Monte-Mór, 2001.

48 Mazzeto Silva, 2008.

Referências

- ADORNO, Theodor. Versuch über Wagner [1938]. In: *Gesammelte Schriften. Band 13*. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1986.
- ADORNO, Theodor. *Ästhetische Theorie*. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1990 [1970].
- ADORNO, Theodor. *Negative Dialektik*. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1990 [1966].
- ADORNO, Theodor. *Minima moralia*. São Paulo: Ática, 1992 [1951].
- ADORNO, Theodor. Thesen über Bedürfnis [1946]. In: *Gesammelte Schriften. Band 8*. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1997.
- ADORNO, Theodor. Individuum und Organisation [1953]. In: *Gesammelte Schriften. Band 8*. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1997.
- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985 [1944].
- AGAMBEN, Giorgio. O que é um povo? In: B. Dias e J. Neves (org.). *A política dos muitos. Povo, Classes e Multidão*. Lisboa: Tinta da China, 2010.
- ALBERTI, Leon Battista. *On the Art of Building in Ten Books (De Re Aedificatoria)*. Cambridge (Massachusetts): MIT Press, 1996.
- ALEXANDER, Christopher. *Il modo Intemporal de Construir*. Barcelona: Gustavo Gili, 1981.
- ARANTES, Pedro. *Arquitetura Nova. Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos Mutirões*. São Paulo: 34, 2002.
- ARANTES, Pedro; FIX, Mariana. Pacote habitacional de Lula é a privatização da política urbana. *Correio da Cidadania*, 29/7/2009.
- ARCHITECTURE FOR HUMANITY. *Get our damn book and support the cause*. 2012.
- ARNOLD, Dana; ERGUT, Elvan Altan; ÖZKAYA, Belgin Turan (org.). *Rethinking Architectural Historiography*. New York, London: Routledge, 2006.
- ARNSTEIN, Sherry. A ladder of citizen participation. *Journal of the Institute of American Planners*, v. 34, n.4, 1969, p.216-224.
- AZEVEDO, Sérgio. Vinte e dois anos de política de habitação popular

- (1964-1986): Criação, trajetória e extinção do BNH. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v.22, n.4, outubro/dezembro de 1988, p.107-119.
- AZEVEDO, Sérgio. A crise da política habitacional: dilemas e perspectivas para o final dos anos 90. In: Luiz César Ribeiro e Sérgio de Azevedo (org.). *A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p. 73-101.
- AZEVEDO, Sérgio. Estratégias de gestão. MCidades, Secretaria Nacional de Habitação. *Política Habitacional e a Integração de Assentamentos Precários. Parâmetros conceituais, técnicos e metodológicos*. Brasília, 2008.
- AZEVEDO, Sérgio; ANDRADE, Luís. *Habitação e Poder. Da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011 [1982].
- BALTAZAR, Ana Paula; KAPP, Silke. Por uma arquitetura não planejada: o arquiteto como designer de interfaces e o usuário como produtor de espaços. *Impulso*, Piracicaba, v. 17, p. 93-103, 2006.
- BALTAZAR, Ana Paula; KAPP, Silke. Learning from "Favelas": The Poetics of Users' Autonomous Production of Space and the Non-ethics of Architectural Interventions. In: *Proceedings of the International Conference Reconciling Poetics and Ethics in Architecture*. Montreal: McGill University, 2007.
- BALTAZAR, Ana Paula. *Cyberarchitecture: The Virtualisation of Architecture Beyond Representation Towards Interactivity: Forming and Informing Spaces and Subjects*. Tese de Doutorado, The Bartlett School of Architecture, UCL, 2008.
- BALTAZAR, Ana Paula; KAPP, Silke. "Against determination, beyond mediation". In: F. Kossak, D. Petrescu, T. Schneider, R. Tyszcuk, S. Walker (org.). *Agency: working with uncertain architectures*. Abindgon: Routledge, 2010.
- BAIRD, George; JENCKS, Charles (org.). *Meaning in architecture*. New York: George Braziller, 1969.
- BALMOND, Cecil. New structure and the informal. In: Charles Jencks (guest-editor). *New science = New architecture, Architectural Design Profile 129*, v. 67, n.9-10, 1997, p.88-96.
- BANHAM, Reyner. A black box: the secret profession of architecture. In: *A critic writes: essays by Reyner Banham*. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 1999.

- BEDÊ, Mônica. *Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular: 1993/1996*. Dissertação de mestrado em Geografia. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- BENJAMIN, Walter. *Das Kunstwerk im Zeitalter seiner technischen Reproduzierbarkeit*. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1977.
- BENJAMIN, Walter. *Das Passagen-Werk. Erster Band*. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1982.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaios sobre Literatura e História da Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BERLIN, Isaiah. Two concepts of liberty [1958]. In: *Four Essays on Liberty*. Oxford: Oxford University Press, 1969, p.130-131.
- BERNARDO, João. *Democracia totalitária: teoria e prática da empresa soberana*. São Paulo: Cortez, 2004.
- BERNIS, Frederico Mourão. *O arquiteto despachante: a participação do arquiteto na produção habitacional de massa*. Dissertação de mestrado em Arq. e Urbanismo. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- BLANCO Jr, Cid. *As transformações nas políticas habitacionais brasileiras nos anos 1990: o caso do Programa Integrado de Ação Social da Prefeitura de Santo André*. Dissertação de mestrado. São Carlos: Escola de Engenharia de São Carlos, USP, 2006.
- BLOCH, Ernst. Die Angst des Ingenieurs [1929]. In: *Literarische Aufsätze*. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1985.
- BOIS, Maria Clara M.S. *Conselho Municipal de Habitação de Belo Horizonte e o poder sobre a deliberação das diretrizes, planos e programas da Política Municipal de Habitação*. Dissertação de Mestrado em Arq. e Urbanismo. Belo Horizonte: UFMG, 2013.
- BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. Periferia da Grande São Paulo. Reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: Ermínia Maricato (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
- BONDUKI, Nabil. *Criando territórios de utopia: a luta pela questão popular em projetos habitacionais*. Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: USP, 1987.
- BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- BONDUKI, Nabil. *Política habitacional e inclusão social no Brasil:*

- revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. In: *Brasil em Desenvolvimento. Estado, Planejamento e Políticas Públicas*. Brasília: IPEA, 2009.
- BONDUKI, Nabil; KOURY, Ana Paula. Das reformas de base ao BNH. As propostas do Seminário de Habitação e Reforma Urbana. *Arquitextos*, São Paulo, 10.120, Vitruvius, 2010.
- BORDEN, Iain; RENDELL, Jane. From chamber to transformer: epistemological challenges in the methodology of theorised architectural history. *The Journal of Architecture*, v. 5, 2000.
- BORJA-VILLEL, Manuel J. Introducción. In: *Lygia Clark*. Barcelona: Fundación Antoni Tàpies, 1997.
- BOSMA, Koos; HOOGSTRATEN, Dorine van; VOS, Martijn. *Housing for the Millions: John Habraken and the SAR 1960-2000*. Rotterdam: NAI, 2004.
- BOUDON, Philippe. *Lived-in architecture: Le Corbusier's Pessac revisited*. Cambridge: 1969.
- BOURDIEU, Pierre. The Forms of Capital. In: J. Richardson (org.) *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. New York: Greenwood, 1986, p.241-25.
- BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BRANDENBERGER, F. Plano Global Específico – um instrumento de planejamento urbano em assentamentos subnormais. In: R. Zenha; C. Freitas (org.) *Anais do seminário de avaliação de projetos em habitação e meio ambiente*. São Paulo: IPT, 2002, p.157-162.
- BROOME, Jon. Mass Housing Cannot be Sustained. In: Peter B. Jones; Doina Petrescu; Jeremy Till (org.). *Architecture and Participation*. London: Routledge, 2005, p.65-75.
- BUCK-MORSS, Susan. *Dreamworld and catastrophe: the passing of mass utopia in East and West*. Cambridge: MIT Press, 2002.
- BURKE, Peter. Overture: the New History, its Past and its Future. In: Peter Burke (org.). *New Perspectives on Historical Writing*. University Park: The Pennsylvania State University Press, 1992.
- BURKE, Peter. *Uma História social do Conhecimento. De Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BURKHARDT, Jacob. *Die Cultur der Renaissance in Italien*. Basel: Schweighauser, 1860.

- CAMPOS, Rebekah. *O Outro Loteador Popular. Os loteamentos associativos liderados pelo Padre Piggi Bernareggi*. Monografia de graduação em Arq. e Urbanismo. Belo Horizonte: UFMG, 2013.
- CANCLINI, Nestor. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2003.
- CARDOSO, Adauto L. Política Habitacional no Brasil: balanço e perspectivas. *Revista Proposta, Fase*, v. 30, n. 95, 2003, p.6-17.
- CARDOSO, Adauto Lúcio. Contextualização/ Caracterização. In: MCidades, Secretaria Nacional de Habitação. *Política habitacional e integração urbana de assentamentos precários. Parâmetros conceituais, técnicos e metodológicos*. Brasília, 2008.
- CARDOSO, Adauto Lúcio; SILVEIRA, M. C. O Plano Diretor e a Política de Habitação. In: Orlando Santos Jr. e D. Montandon (org.). *Planos Diretores Municipais Pós-Estatuto da Cidade: balanço crítico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Cidades, IPPUR/UFRJ, 2011.
- CARVALHO, Flávio. Modernista Warchavchik. Portal *Vitruvius*.
- CASTLE, Helen. Editorial. *Architectural Design. Latin-America at the Crossroads*, v. 81, n.3, May/ June 2011.
- CATALDI, G.; MAFFEI, G. L. e VACCARO, P. Saverio Muratori and the Italian school of planning typology. *Urban Morphology*, v. 6, n.1, 2002, p.3-14.
- CHINELLI, Filippina. Os loteamentos de periferia. In: Lícia P. Valladares (org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p.49-68.
- CONTI, Alfio. A política de intervenção nos assentamentos informais em Belo Horizonte nas décadas de 1980 e 1990 e o 'Plano Global Específico'. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, v.11, n.12, 2004, p.189-216.
- COOKE, Bill; KOTHARI, Uma (org.). *Participation: the new tyranny?* London: Zed Books, 2001.
- COSTA, Heloisa. *The production of popular residential land developments in Belo Horizonte, Brazil*. Dissertação de master of Philosophy in Urban and Regional Planning. London: Architectural Association School of Architecture, 1983.
- COSTA, Heloisa. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: Roberto Monte-Mór (org.). *Belo Horizonte: espaço e tempos em construção*. Belo Horizonte: PBH/ CEDEPLAR, 1994. p.51-77.
- COSTA, Lúcio. *Lúcio Costa: registro de uma vivência*. São Paulo:

- Empresa das Artes, 1995.
- DAVIDOFF, Paul. Advocacy and Pluralism in Planning [1965]. In: J. Stein (org.) *Classic Readings in Urban Planning*. Chicago: Planners Press, 2004, p.41-52.
- DAVIS, Mike. Planet of Slums. Urban Involution and the Informal Proletariat. *New Left Review* 26, 2004, p.5-34.
- DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. 1967. www.ebooksbrasil.com/eLibris/socespetaculo.html. Acesso: 18/02/ 2012.
- DEBORD, Guy. Teoria da deriva [1956]. In: Paola B. Jaques (org.). *Apologia da deriva*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p.87-91.
- DEMO, Pedro. *Pobreza política: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira*. Campinas: Armazém do Ipê, 2006.
- DE SOTO, Hernando. *O mistério do capital*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- DRIJVER, Peter; NIEMEIJER, Johannes. *How to construct Rietveld furniture*. Bussum: Thoth, 2001.
- EISENMAN, Peter. *Diagram diaries*. London: Thames and Hudson, 1999.
- ENGELS, Friedrich. *Die Lage der arbeitenden Klasse in England*. Berlin: Dietz, 1952 [1845].
- FARAH, Marta. *Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança*. São Paulo: Annablume, 1996.
- FAVRE-BULLE, Thomas. *D'autres histoires de l'architecture*. Le Bureau Politique, 2009.
- FERNANDES, Edézio. The Influence of de Soto's The Mystery of Capital. *Land Lines*, v.14, n.1, p.5-8, 2002.
- FERNANDES, Edésio. Constructing the 'right to the city' in Brazil. *Social Legal Studies*, v. 16, n. 2, 2007, p. 201-210.
- FERRAZ, Geraldo. *Warchavchik e a introdução da nova arquitetura no Brasil: 1925 a 1940*. São Paulo: Habitat, 1965.
- FERRAZ, Silvio. Brás de Pina e Codesco. *Favela tem Memória*, n.49, 2004.
- FERRO, Sérgio. *O Canteiro e o Desenho*. São Paulo: Projeto, 1976.
- FERRO, Sérgio. *Arquitetura e Trabalho Livre*. São Paulo: Cosacnaify, 2006.
- FERRO, Sérgio. Nota sobre 'O vício da virtude'. *Novos Estudos, CEBRAP*, n.76, 2006 (b), p.229-234.
- FORESTER, John. *Planning in the Face of Power*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1989.
- FLUSSER, Vilém. Obstáculo para a remoção de obstáculos? In: *O mundo codificado*. São Paulo: Cosacnaify, 2007, p.193-198.

- FRAMPTON, Kenneth. *História crítica da arquitetura moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- FRANK, Ben. New Right/New Left: An Alternative Experiment in Freedom. In: J. Hughes e S. Sadler (org.) *Non-Plan: Essays on Freedom, Participation and Change in Modern Architecture and Urbanism*. Oxford: Architectural Press, 2000, p.32-43.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca. *A construção da favela carioca como destino turístico*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca. Favela como patrimônio da cidade? Reflexões e polêmicas acerca de dois museus. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.38, julho-dezembro de 2006.
- FRIEDMAN, Avi. *The Adaptable House. Designing homes for change*. New York: McGraw-Hill, 2002.
- FRIEDMAN, Yona. *L'architecture mobile*. Paris-Tournai: Casterman, 1958.
- FRIEDMAN, Yona. *Pour une architecture scientifique*. Paris: Belfond, 1971.
- FRIEDMAN, Yona. *Toward a Scientific Architecture*. Cambridge: MIT Press, 1980.
- FROMM, Erich. Entrevista a Mike Wallace, 1958.
- FUNDAÇÃO AVSI. *Projeto História Viva: Conjunto Jardim Felicidade* (cartilha). Belo Horizonte: 2007.
- GIEDION, Sigfried. *Space, Time and Architecture: the growth of a new tradition*. Harvard U. Press, 1967.
- GORZ, André. *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- GUIMARÃES, Berenice. Pró-habitação ou pró-eleição? A população carente e o problema da moradia em Minas Gerais. Trabalho apresentado no XIV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambu, 1990.
- GUIMARÃES, Berenice. *Cafuas, Barracos e Barracões: Belo Horizonte, cidade planejada*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1991.
- GRYNSZPAN, Mario; PANDOLFI, Dulce. Memória de favelas, em favelas: favelas do Rio de Janeiro e direito à memória. In: Angela de Castro Gomes (org.). *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.
- HABRAKEN, N. J. *Supports: an alternative to mass housing*. London: Architectural Press, 1972.
- HARVEY, David. The right to the city. *New Left Review*, v.53, n.5, 2008.
- HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São

- Paulo: Boitempo, 2011.
- HARVEY, David. *Rebel cities: From the right to the city to the urban revolution*. Londres/New York: Verso, 2012.
- HEALEY, Patsy. *Collaborative Planning. Shaping Places in Fragmented Societies*. Houndsmill; London: Macmillan, 1997.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Vorlesungen über die Philosophie der Geschichte*. Berlin: Dunker und Humboldt, 1848.
- HEGEL, G.W.F. *Fenomenologia do Espírito*. Tradução de Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 1992.
- HEILBRONER, Robert. *A História do Pensamento Econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- HORKHEIMER, Max. Zur Kritik der gegenwärtigen Gesellschaft. In: Hermann Glaser e Karl Heinz Stahl (org.). *Opposition in der Bundesrepublik: Ein Tagungsbericht*. Freiburg: Rombach, 1968.
- HUGHES, Jonathan; SADLER, Simon (org.). *Non-plan. Essays on Freedom Participation and Change in Modern Architecture and Urbanism*. Oxford: Architectural Press, 2000.
- ILLICH, Ivan. To hell with good intentions. Palestra proferida na Conference on InterAmerican Student Projects (CIASP) em Cuernavaca, México, em 20 de abril de 1968.
- ILLICH, Ivan. *Sociedade sem Escolas*. Petrópolis: Vozes, 1973 [1971].
- ILLICH, Ivan. *Tools for conviviality*. Glasgow: Fontana, 1975 [1973].
- ILLICH, Ivan. *Convivencialidade*. Lisboa: Europa-América, 1976.
- IBGE. Censo 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- INTERNACIONAL Situacionista. Relatório sobre a construção de situações e sobre as condições de organização e de ação da tendência situacionista internacional [1957]. In: Paola B. Jaques (org.). *Apologia da deriva*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003a. p.43-59.
- INTERNACIONAL Situacionista. Urbanismo unitário no fim dos anos 1950 [1959]. In: Paola B. Jaques (Org.). *Apologia da deriva*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003b. p.100-105.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida das grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1961].
- JAQUES, Paola B. Apresentação. In: *Apologia da deriva*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p.13-15.
- JENCKS, Charles; BUNT, Richard; BROADBENT, Geoffrey. *Signs, Symbols and Architecture*. New York/ London: John Wiley, 1980.
- JENCKS, Charles. *Towards A Symbolic Architecture*. New York: Rizzoli, 1985.
- JEUDY, Henry Pierre. *Espelho das Cidades*. Rio de Janeiro: Casa da

- Palavra, 2005.
- JONES, John Chris. *Designing Designing*. London: Architecture Design and Technology Press, 1991.
- JONES, John Chris. *Design Methods*. New York: Van Nostrand Reinhold, 1992 (2ª edição revisada).
- KANT, Immanuel. *Die Religion innerhalb der Grenzen der blossen Vernunft* [1793]. Leipzig: Felix Meiner, 1922.
- KANT, Immanuel. *A religião nos limites da simples razão*. Tradução de Artur Morão. Covilhã: Lusofia, 2008.
- KAPP, Silke. Abenteuer der Körper in ungemütlichen Städten. *Cloud Cuckoo Land International Journal Of Architectural Theory*, Cottbus, v. 7, n. 1, 2002a, p. 1-8.
- KAPP, Silke. Anti-catarse ou a Contaminação pela Arquitetura. In: Rodrigo Duarte, Virgínia Figueiredo, Verlaine Freitas, Imaculada Kangussu. (org.). *Kátharsis. Reflexões de um conceito estético*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2002b.
- KAPP, Silke. Autonomia heteronomia arquitetura. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo* (PUC-Minas), v.10, n.11, 2004, p.95-105.
- KAPP, Silke. "Por que teoria crítica da arquitetura?" In: Maria Lúcia Malard (org.). *Cinco textos de Arquitetura*. Belo Horizonte: UFMG, 2005, p.115-168.
- KAPP, Silke et al. Habitação, vida cotidiana e qualidade de vida. In: Roberto Luis Monte-Mór. *Proposta de estudos referenciais e elaboração de estratégias de ação para o planejamento do desenvolvimento integrado da região metropolitana de Belo Horizonte: Marco teórico*. (Relatório de Pesquisa) Belo Horizonte, 2009.
- KAPP, Silke. Uma tipologia de espaços cotidianos. *Revista Risco*, IAU-USP, n.15, 2012, p.5-20.
- KOPP, Anatole. *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*. São Paulo: Estudio Nobel, 1990.
- KRISTELLER, Paul Oskar. *The modern system of the arts. A study in the history of aesthetics*. Johns Hopkins University Press, 1952.
- LAGO, Luciana C. Favela-loteamento: reconceituando os termos da ilegalidade e da segregação urbana. *Cadernos Metrópole*, n.9, 2003, p.119-133.
- LAWSON, Bryan. *How Designers Think: The Design Process Demystified*. Oxford: Architectural Press, 2006.
- LE CORBUSIER. *Por uma Arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- LEVEBRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo, Centauro, 2001 [1968].

- LEVEBRE, Henri. *Critique of everyday life*. London: Verso, 2002.
- LEFEBVRE, Henri. *The Survival of Capitalism. Reproduction of the Relations of Production*. London: Allison & Busby, 1976 [1973].
- LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1991 [1974].
- LEVEBRE, Henri. Quand la ville se perd dans une métamorphose planétaire. *Le monde diplomatique*, n. 422, 1989, p. 16-17.
- LEFEBVRE, Henri. Henri Lefebvre on the situationist international: interview by Kristin Ross, 1997. www.notbored.org/lefebvre-interview.html. Acesso: 10/09/2011.
- LE MOS, Carlos A. C. *Cozinhas, etc.: um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- LIVINGSTON, Rodolfo. *Arquitectos de la comunidad: el método*. Buenos Aires: Librería Técnica, 2004.
- LOOS, Adolf. Von einem armen, reichen Manne. In: *Ins Leere Gesprochen*. Wien: Prachner, 1997, p.198-203.
- LOOS, Adolf. Architektur. In: *Trotzdem. Gesammelte Schriften 1900-1930*. Wien: Prachner, 1997 (b).
- LOPES, João Marcos de Almeida; KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula. Por partes: o novo fundamentalismo participacionista nos programas de moradia para os pobres. In: *Silacc 03 – Simpósio Íbero-Americano de Cidade e Cultura: novas espacialidades e territorialidades urbanas*. São Carlos: EESC-USP, 2010.
- LOPES, João Marcos. O anão caolho. *Novos Estudos, CEBRAP*, n. 76, novembro de 2006.
- LOPES DE SOUZA, Marcelo. *Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010 [2001].
- LOPES DE SOUZA, Marcelo. Urban Development on the Basis of Autonomy: A Politico-Philosophical and Ethical Framework for Urban Planning and Management'. *Ethics, Place and Environment*, v.3, n.2, 2000, p.187-201.
- LOPES DE SOUZA, Marcelo. *A Prisão e a Ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- LOPES DE SOUZA, Marcelo. Which right to which city? In defence of political-strategic clarity. *Interface*, v. 2, n.1, 2010, p.315-333.
- LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MACEDO, Danilo Matoso. Deixar de pensar no estilo. *MDC. Revista*

- de Arquitetura e Urbanismo*, 2009.
- MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982. p.71-93.
- MARICATO, Ermínia. *O Impasse da Política Urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MARX, Karl. *O Capital. Crítica da Economia Política. Vol I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- MARX, Karl. Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie. Einleitung [1843-44]. In: *MEW. Band 1*. Berlin: Dietz Verlag, 1981.
- MAQUIAVEL, Nicolau. Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio. 1532. Online.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe* [1532]. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- MAZZETO SILVA, Carlos Eduardo. *Dinâmica dos projetos de Assentamento de Reforma Agrária na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Programa de pós-graduação em Geografia IGC, UFMG, Belo Horizonte, 2008.
- MCIDADES. *Curso à Distância: Planos Locais de Habitação de Interesse Social*. Brasília: Secretaria Nacional de Habitação, 2009.
- MCGETRICK, Brendan. Rio favela painting itself out of a corner. *Art Review Magazine*, 7 Nov. 2008.
- MELO, Izabel. D. O. *O espaço da política e as políticas do espaço*. Dissertação de mestrado em Geografia. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- MERRIFIELD, Andy. The right to the city and beyond: notes on a Lefebvrian re-conceptualization. *City*, v. 15, n. 3-4, 2011, p.468-476.
- MICHEL, Sergio. *Nacional estrangeiro: história social e cultural do modernismo artístico de São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- MILAGRES, Lígia; KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula. A produção do espaço cotidiano de uso público. *Virus*, São Carlos, n. 4, 2010.
- MILL, John Stuart. *Principles of political economy*. Longmans, Green, 1909.
- MITCHELL, Don. *The right to the city. Social justice and the fight for public space*. New York/ London: Guilford, 2003.
- MONTE-MÓR, Roberto. L. Gênese e estrutura da cidade mineradora. Cedep/FAE, UFMG, Belo Horizonte, 2001.
- MOURA, Mauro C. B. Para uma teoria da cultura. *Novos Rumos*, São Paulo, v.16, n. 35, p.35-46, 2001.
- NAJEMY, John M. *A history of Florence: 1200-1575*. Oxford: Blackwell, 2006.
- NASCIMENTO, Tamiris Joana. *Participação popular na urbanização*

- de favelas: o caso da Vila das Antenas*. Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- NERI, Marcelo Cortês (org.). *Nova classe média: O lado brilhante dos pobres*. Rio de Janeiro: FGV/ CPS, 2010.
- NIEUWENHUY, Constant A. Nueva babilonia. In: Ulrich Conrads. *Programas y manifiestos de la arquitectura del siglo XX*. Barcelona: Lumen, 1973.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. *Meaning in Western Architecture*. New York: Rizzoli, 1974.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. *Genius Loci. Towards a Phenomenology of Architecture*. New York: Rizzoli, 1980.
- OLIVEIRA, Francisco. *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. São Paulo: CEBRAP, 1972.
- OLIVEIRA, Francisco. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. *Novos Estudos, CEBRAP*, n.74, 2006, p.67-85.
- PATEMAN, Carole. *Participation and Democratic Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
- PAWLEY, Martin. Towards an unoriginal Architecture. In: Jonathan Hughes / Simon Sadler (org.). *Non-Plan. Essays on freedom participation and change in modern architecture and urbanism*. Oxford: Architectural Press, 2000, p.222.
- PETER, John. *The oral history of modern architecture: interviews with the greatest Architects of the Twentieth Century*. New York: Harry N. Abrams, 1994.
- PEVSNER, Nicolas. *Pioneers of the Modern Movement*. 1936.
- PRETECEILLE, Edmond; VALLADARES, Licia. Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca. In: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (org.). *O futuro das metrópoles: desigualdade e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2000, p.375-403.
- PURCELL, Mark. Excavating Lefebvre: the right to the city and its urban politics of the inhabitant. *GeoJournal*, n. 58, 2002, p.99-108.
- PURCELL, Mark. Urban democracy and the local trap. *Urban Studies*, v. 43, n. 11, 2006, p. 1921-1941.
- RANKE, Leopold von. *Sämtliche Werke Band 33/34*. Leipzig: 1885.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. *O Capital da Esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília: UNB, 2008.
- RIBEIRO, Luiz Cesar Q.; LAGO, Luciana (Org.). *Acumulação urbana e a cidade*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1992.

- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *Dos Cortiços aos Condomínios Fechados. As formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- RICHARDSON, Timothy; Connelly, Steven. Reinventing Public Participation: Planning in the Age of Consensus. In: Peter B. Jones; Doina Petrescu; Jeremy Till (org.). *Architecture and Participation*. London: Routledge, 2005, p.77-104.
- RICHTER, Eugen. *Sozialdemokratische Zukunftsbilder: Frei nach Bebel*. Berlin: Eisentumlich Frei, 1891.
- ROBERTSON, Edward Stanley. The impracticality of socialism. In: Thomas Mackay (org.). *A plea for liberty: an argument against socialism and socialistic legislation, consisting of an introduction by Herbert Spencer and essays by various writers*. New York: Appleton, 1891.
- ROLNIK, Raquel.; CYMBALISTA, R. e NAKANO, K. Solo urbano e habitação de interesse social: a questão fundiária na política habitacional e urbana do país. Online.
- RONNEBERGER, K. (2008). "Henri Lefebvre and urban everyday life: in search of the possible". In: Kanishka Goonewardena, Stefan Kipfer, Richard Milgrom, Christian Schmid (org.). *Space, Difference, Everyday Life: Reading Henri Lefebvre*. New York, London: Routledge, 2008.
- SAMUEL, Flora. Suburban Self Built. *Field: Alternative Currents*, Sheffield, v.2, 2008, p.111-123.
- SANTOS, José Alcides Figueiredo. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.20, n.58, 2005, p.27-45.
- SANTOS, José Alcides Figueiredo. *Questão de Classe: teorias e debates acerca das classes sociais nos dias de hoje*. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2004.
- SANTOS, José Alcides Figueiredo. Posições de classe destituídas no Brasil. In: Jessé Souza (org.). *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 463-483.
- SANTOS, José Alcides Figueiredo. Classe social e desigualdade de saúde no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.26, n.75, 2011, p. 27-55.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro / São Paulo: Record, 2008.
- SANTOS Junior, Orlando Alves dos; MONTANDON, Daniel

- Todtmann (org.). *Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Letra Capital. Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011.
- SCHMID, Christian. Henri Lefebvre's theory of the production of space: towards a three-dimensional dialectics. In: Kanishka Goonewardena, Stefan Kipfer, Richard Milgrom, Christian Schmid (org.). *Space, Difference, Everyday Life: Reading Henri Lefebvre*. New York, London: Routledge, 2008.
- SCHUMACHER, Ernst Friedrich. *O negócio é ser pequeno*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981 [Small is beautiful: (a study of) economics as if people mattered, 1973].
- SILVA, A. A. *Reforma urbana e o direito à cidade*. São Paulo: Pólis, 1991.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.
- SINGER, Paul. *O que é economia?* São Paulo: Contexto, 2003.
- SONNE, Wolfgang. Gebaute Geschichtsbilder: Klassizismus, Historismus, Traditionalismus und Modernismus in der Architektur. In: Evelyn Schulz; Wolfgang Sonne (org.). *Kontinuität und Wandel: Geschichtsbilder in verschiedenen Fächern und Kulturen*. Zürich: ETH, 1999.
- SOUSA, Elieth A. *Alternativas públicas não estatais para a provisão de habitação popular: O caso do "Bairro Metropolitano" em Ribeirão das Neves*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2002.
- SOUZA, Jessé (org.). *A ralé Brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.
- SOUZA, Jessé (org.). *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- STEINERT, Heinz. *Adorno in Wien*. Münster: Westfälisches Dampfboot, 2003.
- STEVENS, Gerry. *O Círculo Privilegiado: fundamentos sociais da distinção arquitetônica*. Brasília: Editora UNB, 2003.
- SYNGE, J.M. *Plays, poems, and prose*. London: Everyman, 1941.
- TAYLOR, Charles. Interpretation and the Sciences of Man. *The Review of Metaphysics*. Washington (D.C.), v.25, n.1, 1971, p.3-51.
- TAYLOR, Nigel. *Urban Planning Theory Since 1945*. London: Sage, 1998.
- THOMPSON, E.P. Time, work-discipline, and industrial capitalism. *Past and Present*, n.38, 1967, p.56-97.
- TILL, Jeremy. Too many ideas. *EAAE News Sheet*, v.59, n.1, 2001, p.20-24.

- TODD, Allan. *Las Revoluciones. 1789-1917*. Madrid: Alianza, 2000.
- TOURNIKIOTIS, Panayotis. *The Historiography of Modern Architecture*. Cambridge/ MA: MIT Press, 1999.
- TURNER, John. Architecture that works. *Ekistics* (Special Issue: Housing by the people for the people), 27, 1969.
- TURNER, John. *Housing by people: towards autonomy in building environments*. London: Marion Boyars, 1976.
- TURNER, John. Habitação de Baixa Renda no Brasil: Políticas atuais e oportunidades futuras. *Arquitetura IAB*, n.68, 1968.
- TURNER, John. *Freedom to build: dweller control of the housing process*. New York: Macmillan, 1972.
- TUSHNET, M. An essay on rights. *Texas Law Review*, n. 62, 1984, p. 1363-1412.
- URBEL. *Plano Global Específico (PGE) - Histórico do Conjunto Felicidade*. Belo Horizonte: URBEL, 2001.
- VALLADARES, Licia. Favela.com. In: Ana Fernandes, Angela Gordilho Souza (org.). *Habitação popular no Brasil: reflexões, avaliações e propostas*. Salvador: FAUFBA, 2004, p.121-136.
- VALLADARES, Lícia. *A Invenção da Favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- VEBLÉN, Thorstein. *A Teoria da Classe Ociosa. Um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Abril Cultural, 1983,
- WARD, Collin. *Housing: an anarchist approach*. London: Freedom Press, 1976.
- WIGGLESWORTH, Sarah. Place setting— Wigglesworth and Till Architects. In: Peter Cook e Neil Spiller (org.). *The Lowe Lectures: The Power of Contemporary Architecture*. London: Wiley, 1999, p.116-19.
- WIGLEY, M. *Constant's new babylon: the hyper-architecture of desire*. Rotterdam: 010 Publishers, 1998.
- YOUNG, M.; WILLMOT, P. *Family and kinship in East London*. Los Angeles: University of California, 1992
- YUNUS, Muhammad. *Banker to the poor: micro-lending and the battle against world poverty*. New York: PublicAffairs, 1999.

Entrevistas

- BEDÊ, Mônica. Arquiteta e urbanista, diretora de planejamento da Urbel entre 1993 e 1999, entrevistada em 01/07/2011.
- BERNAREGGI, Pier Luigi. Padre, fundador das associações Amabel

e CemCasa. Entrevistado por Silke Kapp e Pedro Arthur Magalhães em 13/11/2012; entrevistado por Rebekah Campos e Pedro Arthur Magalhães em 02/05/2013.

LAENDER, José Carlos. Arquiteto, ex-presidente da Urbel.

Entrevistados por Silke Kapp, Tiago Castelo Branco e Rebekah Campos em 04/05/2013.

MAGALHÃES, Maria Cristina. Arquiteta e urbanista, técnica da Urbel desde 1993. Entrevistada por Silke Kapp e Ana Paula Baltazar em 21/05/2008.

OLIVEIRA, Gladis F. Líder comunitária e atual presidente da Amabel. Entrevistada por Rebekah Campos em 08/08/2013.

PALHARES, Rogério. Arquiteta e urbanista. Entrevistado por Silke Kapp, Ana Baltazar e Lígia Milagres em 02/06/2011.

SOUZA, Cornélia. Líder comunitária e ex-presidente da CemCasa. Entrevistada por Rebekah Campos e Pedro Arthur Magalhães em 03/10/2013.